

CONGRESSO NACIONAL

ANNAES

DO

Senado Federal

Sessões de 28 de abril a 31 de maio de 1923

VOLUME I



RIO DE JANEIRO
Imprensa Nacional

1925

SENADO FEDERAL

Terceira sessão da decima primeira legislatura do Congresso Nacional

1ª sessão preparatoria da terceira sessão da undecima legislatura em 28 de abril de 1923

PRESIDENCIA DO SR. A. AZEREDO, VICE-PRESIDENTE

A's 12 horas abre-se a sessão a que concorrem os Srs. A. Azeredo, Hermenegildo de Moraes, Mendonça Martins, José Eusebio, Marcilio de Lacerda, João Lyra, Manoel Borba, Eusebio de Andrade, José Murтинho, Olegario Pinto, Felipe Schmidt, Soares dos Santos e Vespucio de Abreu (12).

O Sr. 2º Secretario (*servindo de 1º*) dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios:

Do Sr. Tobias do Rego Monteiro, datado de 22 de janeiro ultimo, communicando a sua renuncia ao mandato de Senador pelo Estado do Rio Grande do Norte. — Inteirado. Providenciando-se para o preenchimento da vaga.

Do Sr. juiz federal da secção do Amazonas, communicando que a Junta Apuradora das eleições federaes, realizadas naquelle Estado, no dia 18 de fevereiro, para preenchimento de uma vaga de Senador, terminou os seus trabalhos, dos quaes remette cópia authentica, e expediu diploma ao Sr. Dr. Alexandre José Barbosa Lima. — A' Commissão de Poderes.

Diploma de Senador, expedido pela Junta Apuradora das eleições realizadas no Estado do Amazonas, em 18 de fevereiro, apresentado pelo Sr. Dr. Alexandre José Barbosa Lima. — A' Commissão de Poderes.

Do mesmo Sr. juiz, communicando ter remettido os livros que serviram no referido pleito, bem assim documentos e officios enviados pelas mezas eleitoraes e termo de votação procedida em cartorio no municipio de S. Gabriel. — A' Commissão de Poderes.

Do Sr. juiz federal da secção do Maranhão, communicando que a Junta Apuradora das eleições federaes, realizadas naquelle Estado, no dia 4 de março, para preenchimento

de uma vaga de Senador, terminou os seus trabalhos, dos quaes remette cópia authentica, e expediu diploma ao Sr. Dr. Francisco da Cunha Machado. — A' Commissão de Poderes.

Do mesmo Sr. juiz, communicando ter remettido os livros que serviram no referido pleito, bem assim, 94 cédulas apuradas na 8.^a secção da capital, conforme requereu o mesario Viriato Carlos de Oliveira e Souza, e consta da acta dos respectivos trabalhos. — A' Commissão de Poderes.

Do Sr. juiz federal da secção do Piauí, communicando que a Junta Apuradora das eleições federaes, realizadas naquelle Estado, no dia 18 de fevereiro, para preenchimento de uma vaga de Senador, terminou os seus trabalhos, dos quaes remette cópia authentica, e expediu diploma de Senador ao Sr. Dr. José Pires Rebello. — A' Commissão de Poderes.

Do Sr. juiz federal da secção do Rio Grande do Norte, communicando que a Junta Apuradora das eleições, realizadas no referido Estado, no dia 4 de março, para preenchimento de uma vaga de Senador, terminou os seus trabalhos, dos quaes envia cópia authentica, e expediu diploma de Senador ao Sr. Dr. Joaquim Ferreira Chaves. — A' Commissão de Poderes.

Do mesmo Sr. juiz, remettendo cópias authenticas de eleições feitas em cartorio nos municipios de Mossoró, Areia Branca, e Canguaretama, bem assim, 39 livros que diploma de Senador, expediu pela Junta Apuradora das eleições do Rio Grande do Norte, apresentado pelo Sr. Dr. Joaquim Ferreira Chaves. — A' Commissão de Poderes.

Do Sr. juiz federal na secção da Parahyba, communicando que a Junta Apuradora das eleições federaes realizadas naquelle Estado, para preenchimento de uma vaga de Senador, terminou os seus trabalhos, dos quaes remette cópia authentica, e expediu diploma de Senador ao Sr. Dr. Oclacilio de Albuquerque. — A' Commissão de Poderes.

Do mesmo Sr. juiz, communicando ter remettido 98 livros que serviram nas eleições realizadas no referido Estado para preenchimento de uma vaga de Senador. — A' Commissão de Poderes.

Do Sr. juiz federal da secção de Sergipe, communicando que a Junta Apuradora das eleições federaes realizadas no dia 28 de janeiro ultimo, naquelle Estado, para preenchimento de uma vaga de Senador, terminou os seus trabalhos, dos quaes remette cópia authentica, e expediu diploma de Senador ao Sr. Dr. José Joaquim Pereira Lobo. — A' Commissão de Poderes.

Do mesmo Sr. juiz, communicando a remessa de 74 livros eleitoraes que serviram na eleição realizada no dia 28 de janeiro, para preenchimento de uma vaga de Senador. — A' Commissão de Poderes.

Diploma de Senador pelo Estado de Sergipe, expedida pela respectiva junta, ao Sr. Dr. José Joaquim Pereira Lobo. — A' Commissão de Poderes.

Do Sr. juiz federal da secção de Minas Geraes, communicando que a Junta Apuradora das eleições federaes realizadas naquello Estado no dia 28 de fevereiro ultimo, para preenchimento de uma vaga de Senador, terminou os seus trabalhos, dos quaes remette cópia authentica, e expediu diploma de Senador ao Sr. Dr. Francisco Alvaro Bueno de Paiva. — A' Commissão de Poderes.

Diploma de Senador, expedido pela Junta Apuradora das eleições realizadas no Estado de Minas Geraes, apresentado pelo Sr. Dr. Francisco Alvaro Bueno de Paiva. — A' Commissão de Poderes.

Telegrammas:

Dos Srs. Senadores Venancio Neiva, Luiz Adolpho, Indio do Brasil e Alfredo Ellis communicando que estão promptos para os trabalhos legislativos da actual sessão. — Inteirado.

O Sr. 3º Secretario (*servindo de 2º*) declara que não ha pareceres.

O Sr. Presidente — Estando a Commissão de Poderes desfalcada de quatro de seus membros, Srs. Alexandrino de Alencar, que renunciou ao mandato, e Siqueira de Menezes, Antonio Massa e Irineu Machado, ausentes desta Capital, de accordo com o Regimento, vou mandar proceder ao sorteio, afim de preencher as respectivas vagas. O substituto do Sr. Alexandrino será effectivo e os dos demais Senadores interinos.

(*Procedendo-se ao sorteio, são retirados da urna os seguintes nomes: Manoel Borba, Lauro Sodré, Olegario Pinto e Miguel de Carvalho.*)

Foram sorteados os Srs. Manoel Borba, Lauro Sodré, Olegario Pinto e Miguel de Carvalho.

Sendo considerado materia urgente o reconhecimento de poderes, convido os Srs. membros da Commissão respectiva a se reunirem, afim de darem inicio a esses trabalhos e aos Srs. Senadores para comparecerem amanhã, á hora regimental, á segunda sessão preparatoria.

Levanta-se a sessão ás 12 horas e 45 minutos.

2ª SESSÃO PREPARATORIA DA TERCEIRA SESSÃO DA UNDECIMA LEGISLATURA, EM 29 DE ABRIL DE 1923

PRESIDENCIA DO SR. A. AZEREDO, VICE-PRESIDENTE.

A's 12 horas abre-se a sessão a que concorrem os Srs. A. Azeredo, Hermenegildo de Moraes, Mendonça Martins, Costa

Rodrigues, Manoel Borba, Miguel de Carvalho, Olegario Pinto e Soares dos Santos (8).

E' lida e, sem reclamação, approvada a acta da sessão anterior.

O Sr. 2º Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Diplomas de Senador expedidos pelas Juntas Apuradoras das eliecções realizadas nos Estados do Maranhão, do Piahy, do Ceará, e da Parahyba, apresentados, respectivamente, pelos Srs. Drs. Cunha Machado, Pires Rebello, José Accioly e Octacilio de Albuquerque. — A' Commissão de Poderes.

O Sr. Manoel Borba (*servindo de Secretario*) declara que não ha pareceres.

O Sr. Miguel de Carvalho — Peço a palavra.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o nobre orador.

O Sr. Miguel de Carvalho — Sr. Presidente, exprimindo os desejos de meus illustres collegas na Commissão de Poderes, consulto a V. Ex. si o prazo de 24 horas, de que trata o Regimento, para a apresentação de reclamações, deve, no caso occorrente, ser mantido, apesar de parecer-me que o *Diario do Congresso* não será publicado amanhã, ou se deve ser maior.

Faço esta consulta a V. Ex., embora os pleitos de que a Commissão se vae occupar não encerrem nenhuma duvida, para que, de futuro, não seja este facto apontado como uma irregularidade.

V. Ex. nos aconselhará como devemos proceder, isto é, si devemos manter o prazo regimental, ou si, pelo contrario, devemos eleva-lo, isto pela circumstancia que venho de acrescentar, qual a de não ser publicado amanhã o *Diario do Congresso*.

O Sr. Presidente — Em primeiro logar, devo informar a V. Ex. que o *Diario do Congresso* será publicado amanhã, de modo que o que occorrer hoje no Senado, será amanhã do dominio publico; em segundo que, mesmo que o jornal official não fosse publicado amanhã, a Commissão dispõe da faculdade de manter o prazo de 24 ou prolonga-lo a 48 horas. Assim sendo, nenhum inconveniente haverá para os que, porventura, queiram apresentar qualquer reclamação, pois que a Commissão tem a autoridade para obviar o caso, concedendo o prazo que julgar mais conveniente.

O Sr. Miguel de Carvalho — Agradeço a V. Ex. o conselho que vem de dar á Commissão de Poderes, o que faço em nome de meus illustres collegas.

O Sr. Presidente — Nada mais havendo a tratar, vou levantar a sessão, convidando os Srs. Senadores para a 3ª preparatoria que se realizará amanhã e pedindo aos membros da Commissão de Poderes que se occupem dos casos que lhes estão

effectos, afim de que o reconhecimento, materia considerada urgente, não seja demorado.

Levanta-se a sessão ás 12 horas e 25 minutos.

3ª SESSÃO PREPARATORIA DA TERCEIRA SESSÃO DA UNDECIMA LEGISLATURA

EM 30 DE ABRIL DE 1923

Às 12 horas abre-se a sessão, a que concorrem os Srs. A. Azeredo, Hermenegildo de Moraes, Mendonça Martins, Lauro Sodré, Justo Chermont, José Eusebio, Costa Rodrigues, Benjamin Barroso, João Lyra, Manoel Borba, Eusebio de Andrade, Bernardino Monteiro, Miguel de Carvalho, José Murтинho, Olegario Pinto, Soares dos Santos e Vespucio de Abreu (17).

É lida e sem reclamação approvada a acta da sessão anterior.

O Sr. 2º Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Telegrammas:

Dos Srs. Senadores Rosa e Silva e Araujo Góes, communicando que estão promptos para os trabalhos da presente sessão. — Inteirado.

O Sr. 3º Secretario procede á leitura dos seguintes

PARECERES

N. 1 — 1923

Foram presentes á Commissão de Poderes os livros eleitoraes que serviram no pleito realizado no Estado do Amazonas, no dia 18 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento de uma vaga existente na representação desse Estado, aberta em virtude da renuncia feita pelo Sr. Almirante Alexandrino Faria de Alencar.

Os referidos livros, em numero de 48, são relativos aos municipios seguintes: Capital, 17; Manicoré, 4; Parintins, 2; e Itacoatiára, Urucurytuba, Silves, Urucará, Maués, Barceirinhas, Manacapurú, Coary, Codajaz, Tefé, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Foz de Boa, São Felippe, Carauary, Labrea, Canulama, Floriano Peixoto, Borba, Humaytá, Porto Velho, Moura, Barcellos, Thomar e Boa Vista do Rio Branco,

um cada um, e mais um termo de votação em cartorio procedida no municipio de São Gabriel.

A apuração feita pela Secretaria do Senado dá o seguinte resultado:

	Votos
Dr. Alexandre José Barbosa Lima	2.566
Dr. Caio Valladares	1

Da acta geral dos trabalhos da Junta Apuradora consta o seguinte resultado:

	Votos
Dr. Alexandre José Barbosa Lima	2.533
Em separado	34
Dr. Caio Valladares	1

A votação procedida em cartorio, no Municipio de São Gabriel, é a seguinte:

	Votos
Dr. Alexandre José Barbosa Lima	27

Do minucioso exame procedido nos livros acima citados, verifica-se que o pleito correu regularmente, não tendo surgido nenhum protesto nem reclamação contra o mesmo, quer perante as mesas eleitoraes, quer durante os trabalhos da apuração da Junta na capital daquelle Estado.

Adicionados os votos dados ao illustre candidato perante as mesas e em cartorio, verifica-se que o resultado global das eleições do Amazonas, realizadas em 18 de janeiro do corrente anno, é o seguinte:

Para Senador federal:	Votos
Dr. Alexandre José Barbosa Lima	2.593
Dr. Caio Valladares	1

Isto posto, é a Comissão de Poderes de parecer que o Senado approve as seguintes conclusões:

1ª, que sejam approvadas as eleições federaes realizadas no dia 18 de janeiro do corrente anno, no Estado do Amazonas, para preenchimento da vaga aberta pela renuncia do Sr. almirante Alexandrino Faria de Alencar;

2ª, que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica pelo referido Estado, o Sr. general Dr. Alexandre José Barbosa Lima.

Sala da Comissão de Poderes, 30 de abril de 1923.
— Miguel de Carvalho, Presidente. — Soares dos Santos, Relator. — Manuel Borba. — Olegario Pinto. — Costa Rodrigues. — Lauro Sodré.

N. 2 — 1923.

Para o preenchimento da vaga de Senador existente na representação do Estado do Maranhão aberta pela renuncia que de seu mandato fez o Sr. Dr. Godofredo Mendes Vianna, realizou-se naquelle Estado, no dia 4 de março, a eleição federal.

Do mappa levantado pela Secretaria do Senado verifica-se que o resultado daquellas eleições é o seguinte:

	Votos
Dr. Francisco da Cunha Machado.....	10.578
Dr. Henrique Coelho Netto.....	519
Dr. Marcellino Machado	4

Do exame minucioso a que foram submettidas as actas lavradas nos livros que serviram no referido pleito verificou a Commissão inteira procedencia no acto da Junta Apuradora deixando de computar votos dados ao candidato mais votado em diversas actas que não se acham revestidas de formalidades legais.

Essas irregularidades, porém, não tem força sequer de alterar o resultado do pleito; ellas representam antes pequenos senões sem importancia em um pleito não disputado como o em apreço.

Perante a Junta Apuradora compareceu o Sr. Dr. Rodrigo Octavio Teixeira, e, na qualidade de procurador do Sr. Dr. Coelho Netto, declarou que «protestava contra o resultado da apuração que acabava de fazer a junta, das eleições que se realizaram no Estado para um Senador federal, por não representar a dita apuração a vontade do eleitorado maranhense.»

O mesmo Sr. procurador, fundamentando o seu protesto, entrou em apreciações sobre o pleito, apontando falhas, defeitos e irregularidades, apreciações que a acta geral da apuração transcreve, e terminou requerendo a remessa, ao poder verificador, das cédulas enviadas á mesma junta pelo presidente da 8ª secção da capital, no que foi attendido.

Pelo Sr. Dr. Theodoro Rosa, procurador do candidato eleito, foi dito que contra-protestava o protesto feito, «por entender que as eleições de 4 de março correram com toda a regularidade, salvo algumas secções onde a Junta Apuradora, que com todo o criterio e escrupulo se desempenhou das suas funcções, as annullou. De que a eleição foi a expressão da verdade e da vontade do eleitorado que compareceu para votar está no resultado do pleito, que correu livremente, escolhendo o seu candidato e suffragando-lhe o nome».

A Junta Apuradora, depois de examinar o protesto e o contra-protesto, formulados pelos procuradores dos dous candidatos, deliberou proseguir nos seus trabalhos de apuração, não tomando em apreço, talvez por falta de fundamento, as allegações em que se baseava o protesto.

Annunciou a Commissão de Poderes que ia tratar das eleições realizadas no Maranhão, e, marcando dia e hora, convidou os interessadas a comparecerem e allegarem o que fosse em bem de seus direitos.

Perante ella não appareceu ninguem que impugnasse o resultado das eleições de 4 de março, nem o illustre candidato menos votado, por si ou por procurador bastante, compareceu para, consoante o protesto formulado perante a Junta Apuradora da capital do Maranhão, fazer valer a sua arguição de que o resultado dessas eleições é nullo e não representa a verdade e a vontade do eleitorado daquelle grande Estado.

A' Commissão de Poderes, portanto, restava examinar com especial cuidado, como aliás costuma fazer, todas as actas relativas ao pleito de 4 de março, afim de verificar si houve irregularidade ou fraude que pudesse alterar o resultado final dos suffragios alcançados pelo candidato eleito.

Desse exame cuidadoso vem ella apresentar o seu parecer ao Senado, asseverando que o pleito correu com regularidade; perante as suas mesas eleitoraes não foi formulado nenhum protesto e os ligeiros senões encontrados no seu processo, senões que não teem a importancia e a gravidade que lhes attribuiu o procurador do Sr. Dr. Coelho Netto, já foram expurgados pela Junta Apuradora.

Não ha, pois, necessidade de sobre elles opinar a Commissão.

Nestas condições, é a Commissão de Poderes do parecer que o Senado approve as seguintes conclusões:

I, que sejam desprezados os resultados das eleições de 4 de março do corrente anno, no Estado do Maranhão, consignados nas actas das seguintes secções: 10ª, 12ª e 13ª da capital; unica de Cajapió, e 1ª de São Vicente Ferrer;

II, que sejam approvadas as demais eleições realizadas no mesmo Estado, para preenchimento da vaga aberta pela renuncia do Sr. Dr. Godofredo Mendes Vianna;

III, que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica pelo referido Estado o Sr. Dr. Francisco da Cunha Machado.

Sala da Commissão de Poderes, 30 de abril de 1923. — Miguel de Carvalho, presidente. — Soares dos Santos, relator. — Manoel Borba. — Olegario Pinto. — Costa Rodrigues. — Lauro Sodré.

N. 3 — 1923

A' Commissão de Poderes foram presentes a acta geral da apuração da eleição procedida no Estado do Ceará e os livros que serviram nesse pleito realizado em 14 de fevereiro do corrente anno para preenchimento de uma vaga de Senador aberta pela renuncia do Sr. Dr. Francisco Sá.

Examinados esses documentos, verifica-se que o pleito correu regularmente tendo recahido todos os suffragios no unico candidato apresentado.

Do mappa organizado pela Secretaria, cujo resultado coincide com o registrado na acta geral da Junta Apuradora, verifica-se que o resultado da eleição é o seguinte:

Para Senador Federal:

Dr. José Pompeu Pinto Accioly 16.645 votos

Nestas condições a Commissão de Poderes aconselha ao Senado que approve as seguintes conclusões:

I — Que sejam approvadas as eleições federaes procedidas a 14 de fevereiro do corrente anno, no Estado do Ceará, para preenchimento da vaga existente na sua represen-

tação no Senado, aberta pela renuncia do Sr. Dr. Francisco Sá;

II — Que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica pelo referido Estado o Sr. Dr. José Pompeu Pinto Accioly.

Sala da Commissão de Poderes, 30 de abril de 1923. — Miguel de Carvalho, Presidente. — Lauro Sodré, Relator. — Soares dos Santos. — Manoel Borba. — Olegario Pinto. — Costa Rodrigues.

N.º 4 — 1923

No dia 4 de março do corrente anno teve lugar, no Estado do Rio Grande do Norte, a eleição federal para preenchimento da vaga existente na representação desse Estado, aberta em virtude da renuncia que do seu mandato fez o Sr. Tobias do Rego Monteiro.

A' Commissão foram presentes 39 livros eleitoraes que serviram naquelle pleito, hem assim cópias de termos de eleições feitas em cartorios nos municipios de Mossoró, Areia Branca e Canguaretama.

Do exame a que foram submettidas as actas lavradas nesses livros, verifica-se ter corrido o processo eleitoral com regularidade, não havendo nenhuma reclamação contra o mesmo.

A apuração feita pela Secretaria do Senado, incluídos os votos dados em cartorio, coincide perfeitamente com a encontrada pela Junta Apuradora e é a seguinte:

Para Senador Federal:

Dr. Joaquim Ferreira Chaves	7.590 votos
Dr. Alberto Maranhão	52 votos
Dr. João Dionysio Filgueiras	44 votos
e outros menos votados.	

As votações feitas em cartorio dão os seguintes resultados: Mossoró, Areia Branca e Canguaretama, respectivamente, Dr. Ferreira Chaves, 406, 186 e 141 votos.

Do termo da votação em cartorio, do municipio de Canguaretama, consta tambem um protesto contra o acto de cidadãos nelle mencionados, mandando fechar o edificio da Intendencia, onde devia funcionar a 1ª secção eleitoral d'aquelle municipio.

Relativamente ao processo eleitoral nada ha que possa invalidar qualquer resultado parcial ou alterar o total dos votos alcançados pelo illustre candidato eleito e diplomado.

Nestas condições a Commissão de Poderes é do parecer que o Senado approve as seguintes conclusões:

I — Que sejam approvadas as eleições realizadas no Estado do Rio Grande do Norte, no dia 4 de março do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta pela renuncia do Sr. Tobias do Rego Monteiro

II — Que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica pelo referido Estado o Sr. Dr. Joaquim Ferreira Chaves.

Sala da Commissão de Poderes, 30 de abril de 1923. — Miguel de Carvalho, Presidente. — Lauro Sodré, Relator. — Soares dos Santos — Manoel Borba. — Olegario Pinto. — Costa Rodrigues.

N. 5 — 1923

Foram presentes ao exame da Commissão de Poderes a acta geral dos trabalhos de apuração e os livros eleitoraes que serviram na eleição federal, realizada no Estado da Parahyba, no dia 20 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta pela renuncia do Sr. Dr. Pedro da Cunha Pedroza.

Desse exame se evidencia desde logo que o pleito correu regularmente, tendo sido votado um unico candidato, o Sr. Dr. Octacilio de Albuquerque, que recebeu em torno do seu nome todos os suffragios.

Da acta geral, cujo resultado global coincide com o encontrado pela Secretaria do Senado, consta o seguinte:

Para Senador Federal:

	Votos
Dr. Octacilio de Albuquerque	10.812

Nestas condições, é a Commissão de Poderes de parecer que o Senado approve as seguintes conclusões:

I — que sejam approvadas as eleições realizadas, no Estado da Parahyba, no dia 20 de março ultimo, para preenchimento da vaga aberta pela renuncia do Sr. Dr. Pedro da Cunha Pedroza;

II — que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica pelo referido Estado, o Sr. Dr. Octacilio de Albuquerque.

Sala da Commissão de Poderes, em 30 de abril de 1923. — Miguel de Carvalho, Presidente. — Manoel Borba, Relator. — Soares dos Santos. — Olegario Pinto. — Costa Rodrigues. — Lauro Sodré.

N. 6 — 1923

A Junta Apuradora das eleições realizadas no Estado de Sergipe, no dia 28 de janeiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta pela renuncia do Sr. Dr. Mauricio Graccho Cardoso, terminou os seus trabalhos, remetendo ao Senado os livros que serviram naquelle pleito e remettendo assim a cópia authentica da acta dos respectivos trabalhos.

Esses documentos foram presentes á Commissão de Poderes para, depois de examinados devidamente, emitir já recem sobre aquellas eleições.

Do estudo e exame a que submetteu os referidos documentos chegou á convicção de que as eleições em Sergipe correram com regularidade, não tendo sido apresentada ne-

nhuma reclamação perante as mesas eleitoraes nem durante os trabalhos da Junta Apuradora.

O resultado geral do pleito de março em Sergipe é o seguinte:

Para Senador Federal:		Votos
Dr. José Joaquim Pereira Lobo	8.911	
Dr. Rodrigues Dória	26	
Dr. Josino de Menezes	11	

Nestas condições, a Comissão de Poderes aconselha ao Senado que approve as seguintes conclusões:

I — que sejam approvadas as eleições realizadas no Estado de Sergipe no dia 28 de janeiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta pela renuncia do Sr. Dr. Mauricio Graccho Cardoso;

II — que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica pelo referido Estado, o Sr. Dr. José Joaquim Pereira Lobo.

Sala da Comissão de Poderes, em 30 de abril de 1923.
— Miguel de Carvalho, Presidente. — Olegario Pinto, Relator. — Soares dos Santos. — Manoel Borba. — Costa Rodrigues. — Lauro Sodré.

N. 7 — 1923

Da eleição federal a que se procedeu no Estado de Minas Geraes, no dia 7 de março ultimo, para preenchimento da vaga aberta na sua representação no Senado, com a renuncia do Sr. Dr. Raul Soares, foram presentes á Comissão de Poderes os livros que nella serviram e a acta geral dos trabalhos da Junta Apuradora.

Tratando-se de um pleito sobre o qual não houve reclamação alguma, quer perante as mesas eleitoraes, nem durante os trabalhos da junta por occasião da apuração e no qual recahiram todos os suffragios no nome do illustre e ominente Sr. Dr. Francisco Alvaro Bueno de Paiva, que avahi de honrar a Presidencia do Senado, na qualidade de Vice-Presidente da Republica, no triennio passado e que assim é restituído ao seio do Congresso Nacional pela vontade brilhantemente expressa do eleitorado mineiro, julgou a Comissão desnecessario entrar no merecimento do referido pleito.

Pelo mappa organizado na Secretaria do Senado, se verifica que a votação alcançada pelo candidato eleito é muito maior que aquella registrada no diploma que lhe expediu a Junta Apuradora.

Pela acta geral da junta o resultado é o seguinte:

	Votos
Dr. Francisco Alvaro Bueno de Paiva.....	73.279

Pelo trabalho da Secretaria, o resultado é o seguinte:

Dr. Francisco Alvaro Bueno de Paiva..... 74.823

A Secretaria vieram ter, remettidos directamente pelas mesas eleitoraes os seguintes livros que accusam as votações adeante registradas: Muzambinho (Barra Mansa), 109 votos; 2ª secção, 155; 3ª secção, 488; Itajubá, 3ª secção, 122; 4ª secção, 103; Christina, 1ª secção, 46; Cabo Verde (Barra), 20; Conceição do Serro (Congonhas), 52; Santa Barbara (Brumado), 81; Minas Novas (Sucury), 105; Santa Rita de Cassia, 2ª, 93; 3ª, 105; Curvello (Silva Jardim) 65. Total, 1.544.

Addicionados os votos constantes das actas desses livros, o resultado total da eleição senatorial do Estado de Minas é o seguinte:

Para Senador Federal:

Dr. Francisco Alvaro Bueno de Paiva..... 74.823

Isto posto, a Comissão de Poderes de parecer que o Senado approve as seguintes conclusões:

I. que sejam approvadas as eleições realizadas no Estado de Minas Geraes, no dia 7 de março do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta pela renuncia do Sr. Dr. Raul Soares de Moura;

II, que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica pelo referido Estado, o Sr. Dr. Francisco Alvaro Bueno de Paiva.

Sala da Comissão de Poderes, 30 de abril de 1923. — Miguel de Carvalho, Presidente. — Costa Rodrigues, Relator. — Soares dos Santos. — Manoel Borba. — Olegario Pinto. — Lauro Sodré.

O Sr. Presidente — Com as communicacões lidas no expediente já estão promptos para os trabalhos da sessão legislativa 24 Srs. Senadores.

Nada mais havendo a tratar, vou levantar a sessão, convidando os Srs. Senadores para a hora regimental comparecerem amanhã a 4ª sessão preparatoria.

Levantá-se a sessão ás 12 horas e 35 minutos.

4ª SESSÃO PREPARATORIA DA 3ª SESSÃO DA UNDECIMA LEGISLATURA, EM 1 DE MAIO DE 1923.

PRISIDENCIA DO SR. ANTONIO AZEREDO, VICE-PRESIDENTE

A's 12 horas abre-se a sessão, a que concorrem os Srs. A. Azaredo, Hermenegildo de Moraes, Mendonça Martins, Lauro Sodré, Costa Rodrigues, Benjamin Barroso, João Lyra, Manoel

Borba, Bernardino Monteiro, Luiz Adolpho, Olegario Pinto, Lauro Müller, Felipe Schmidt, Soares dos Santos e Vespuccio de Abreu (15).

E' lida e sem reclamação approvada a acta da sessão anterior.

O Sr. 2º Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Telegrammas:

Dos Srs. Senadores Nilo Peçanha, Adolpho Gordo, Paulo de Frontin, Jeronymo Monteiro e Sampaio Corrêa, communicando que se acham promptos para os trabalhos legislativos da presente sessão. — Inteirado.

O Sr. 3º Secretario declara que não ha pareceres.

O Sr. Presidente — Com as communicações lidas no expediente já se acham promptos para os trabalhos da actual sessão 30 Srs. Senadores.

Nada mais havendo a tratar vou levantar a sessão, convidando os Srs. Senadores para a 5ª sessão preparatoria que terá logar amanhã á hora regimental e para a qual designo a seguinte

ORDEM DO DIA

Discussão unica do parecer da Commissão de Poderes n. 1, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Amazonas no dia 18 de fevereiro do corrente anno para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Sr. Almirante Alexandrino Faria de Alencar, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Alexandre José Barbosa Lima.

Discussão unica do parecer da Commissão de Poderes n. 2, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Maranhão no dia 4 de março do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Dr. Godofredo Mendes Vianna, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Francisco da Cunha Machado.

Discussão unica do parecer da Commissão de Poderes n. 3, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Ceará no dia 14 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Sr. Francisco Sá, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. José Pompeu Pinto Accioly.

Discussão unica do parecer da Commissão de Poderes n. 4, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Rio Grande do Norte no dia 4 de março do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desso Estado pela renuncia do Sr. Tobias do Rego Monteiro, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Joaquim Ferreira Chaves.

Discussão unica do parecer da Commissão de Poderes n. 5, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado da

Parahyba no dia 20 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Dr. Pedro da Cunha Pedrosa, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Dr. Octacilio de Albuquerque.

Discussão unica do parecer da Commissão de Poderes n. 6, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado de Sergipe no dia 28 de janeiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aborta na representação desse Estado pela renuncia do Dr. Mauricio Graccho Cardoso, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Dr. José Joaquim Pereira Lobo.

Discussão unica do parecer da Commissão de Poderes n. 7, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado de Minas Geraes no dia 7 de março do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Sr. Dr. Raul Soares de Moura, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Dr. Francisco Alvario Bueno de Paiva.

Levanta-se a sessão, ás 12 horas e 25 minutos.

5ª SESSÃO PREPARATORIA DA 3ª SESSÃO DA 11ª LEGISLATURA, EM 2 DE MAIO DE 1923

PRESIDENCIA DO SR. A. AZEREDO, VICE-PRESIDENTE

A's 12 horas, abre-se a sessão, a que concorrem os Srs. A. Azeredo, Hermenegildo de Moraes, Mendonça Martins, Lauro Sodré, Justo Chermont, Indio do Brasil, José Eusebio Costa Rodrigues, Antonino Freire, Benjamin Barroso, Eloy de Souza, João Lyra, Manoel Borba, Araujo Góes, Bernardino Monteiro, Nilo Peçanha, Miguel de Carvalho, Sampaio Corrêa, Luiz Adolpho, Olegario Pinto, Affonso Camargo, Lauro Müller, Felipe Schmidt, Soares dos Santos e Vespucio de Abreu (25).

E' lida e, sem reclamação, approvada a acta da sessão anterior.

O Sr. 2º Secretario dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

Officio do Sr. 1º Secretario da Camara dos Deputados, communicando ter aquella Casa do Congresso verificado numero legal, na sessão realizada no dia 1, para ter logar a installação dos trabalhos do Congresso Nacional na data constitucional. — Inteirado.

O Sr. 3º Secretario declara que não ha pareceres.

O Sr. Presidente — Achando-se presentes nesta Capital, 33 Srs. Senadores, já ha numero legal para a installação do

Congresso Nacional no dia 3; neste sentido, a Mesa vac officiar á da Camara dos Deputados.

A sessão solemne de abertura da 3ª sessão da 11ª legislatura do Congresso Nacional será realizada amanhã, no edificio da Camara dos Deputados, ás 14 horas, conforme o entendimento havido entre aquella e a Mesa do Senado.

Convido, pois, a todos os Srs. Senadores a comparecerem, amanhã, áquelle edificio, afim de assistirem a essa solemni-
dade.

Continúa a hora do expediente. (*Pausa.*)

Si ninguem quer usar da palavra, na hora do expediente, passarei á ordem do dia. (*Pausa.*)

ORDEM DO DIA

Eleição de um Senador pelo Amazonas

Discussão unica do parecer da Commissão de Poderes, n. 1, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Amazonas no dia 18 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado, pela renuncia do Sr. almirante Alexandrino Faria de Alencar, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Alexandre José Barbosa Lima.

Encerrada e adiada a votação.

ELEIÇÃO DE UM SENADOR PELO MARANHÃO

Discussão unica do parecer da Commissão de Poderes n. 2, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Maranhão no dia 4 de março do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Dr. Godofredo Mendes Vianna, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Francisco da Cunha Machado.

Encerrada e adiada a votação.

ELEIÇÃO DE UM SENADOR PELO CEARÁ

Discussão unica do parecer da Commissão de Poderes n. 3, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Ceará no dia 14 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Sr. Francisco Sá, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. José Pompeu Pinto Accioly.

Encerrada e adiada a votação.

ELEIÇÃO DE UM SENADOR PELO RIO GRANDE DO NORTE

Discussão unica do parecer da Commissão de Poderes n. 4, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Rio Grande do Norte no dia 4 de março do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse

Estado pela renuncia do Sr. Tobias do Rego Monteiro, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Joaquim Ferreira Chaves.

Encerrada e adiada a votação.

ELEIÇÃO DE UM SENADOR PELA PARAHYBA

Discussão unica do parecer da Commissão de Poderes n. 5, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado da Parahyba no dia 20 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Dr. Pedro da Cunha Pedrosa, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Dr. Octacilio de Albuquerque.

Encerrada e adiada a votação.

ELEIÇÃO DE UM SENADOR POR SERGIPE

Discussão unica do parecer da Commissão de Poderes n. 6, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado de Sergipe no dia 28 de janeiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Dr. Mauricio Graccho Cardoso, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Dr. José Joaquim Pereira Lobo.

Encerrada e adiada a votação.

ELEIÇÃO DE UM SENADOR POR MINAS GERAES

Discussão unica do parecer da Commissão de Poderes n. 7, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado de Minas Geraes no dia 4 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Sr. Dr. Raul Soares de Moura, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Dr. Francisco Alvaro Bueno de Paiva.

Encerrada e adiada a votação.

O Sr. Presidente — Nada mais havendo a tratar, vou levantar a sessão.

Designo para ordem do dia da sessão do dia 4 do corrente:

Votação, em discussão unica, do parecer da Commissão de Poderes n. 1, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado de Amazonas no dia 18 de fevereiro do corrente anno para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado, pela renuncia do Sr. almirante Alexandrino Faria de Alencar, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Alexandre José Barbosa Lima.

Votação, em discussão unica, do parecer da Commissão de Poderes n. 2, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Maranhão, no dia 4 de março do corrente anno,

para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renúncia do Dr. Godofredo Mendes Vianna, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Francisco da Cunha Machado.

Votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 3, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Ceará, no dia 14 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renúncia do Sr. Francisco Sá, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. José Pompeu Pinto Accioly.

Votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 4, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Rio Grande do Norte, no dia 4 de março do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renúncia do Sr. Tobias do Rego Monteiro, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Joaquim Ferreira Chaves.

Votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 5, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado da Parahyba, no dia 20 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renúncia do Dr. Pedro da Cunha Pedrosa, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Dr. Octacilio de Albuquerque.

Votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 6, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado de Sergipe, no dia 28 de janeiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renúncia do Dr. Mauricio Graccho Cardoso, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Dr. José Joaquim Pereira Lobo.

Votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 7, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado de Minas Geraes, no dia 4 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renúncia do Sr. Dr. Raul Soares de Moura, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Dr. Francisco Alvaro Bueno de Paiva.

Eleição da Mesa e das demais Comissões Permanentes.

Levanta-se a sessão ás 12 horas e 45 minutos.

CONGRESSO NACIONAL

Sessão solenne de abertura da terceira sessão da undécima legislatura do Congresso Nacional da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em 3 de maio de 1923

PRESIDENCIA DO SR. ANTONIO AZEREDO, PRESIDENTE

A's 14 horas, achando-se presentes no recinto das sessões da Camara dos Deputados os Srs. Senadores e Deputados, tomam assento na Mesa os Srs. Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado; José Augusto Bezerra de Medeiros, 1º Secretario da Camara dos Deputados; Hermenegildo Lopes de Moraes, 2º Secretario do Senado, Pedro da Costa Rego, 2º Secretario da Camara dos Deputados, e Manuel Joaquim Mendonça Martins, 3º Secretario do Senado, respectivamente Presidente e 1º, 2º, 3º e 4º Secretarios do Congresso.

O Sr. Presidente — Está aberta a sessão, achando-se presente no edificio o Sr. Dr. Secretario da Presidencia da Republica, portador da mensagem que o Exmo. Sr. Presidente da Republica dirige ao Congresso Nacional, convido os Srs. 3º e 4º Secretarios a introduzil-o no recinto, afim de fazer entrega á Mesa do referido documento.

(É introduzido no recinto, acompanhado dos Srs. 3º e 4º Secretarios, o Sr. Dr. Secretario da Presidencia da Republica, que entrega ao Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional a mensagem presidencial e retira-se com as mesmas formalidades.)

O Sr. Presidente — Vou mandar proceder á leitura da mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional.

Os Srs. Secretarios leem, successivamente, a seguinte

MENSAGEM

Senhores Membros do Congresso Nacional:

É com os melhores augurios que o paiz, ansioso por providencias e medidas dependentes da vossa deliberação, acolherá a reabertura dos trabalhos legislativos, e certamente corresponderéis á sua espectativa e confiança.

O Brasil acaba de commemorar com brilho o primeiro Centenario de sua Independencia politica, recebendo, por essa occasião, as mais expressivas manifestações de amizade dos povos civilizados, reveladoras do prestigio que conquistou nas relações internacionaes.

Ao mesmo tempo, a Exposição do Centenario, inaugurada a 7 de setembro do anno findo, valeu por um animador balanço da capacidade productiva do trabalho nacional nos seus variados aspectos.

Nação de mais de trinta milhões de homens, ligados pela mesma lingua e pela mesma religião, habitando uma terra que, sem solução de continuidade, constitue uma das maiores e mais ricas regiões do globo, com fronteiras demarcadas e sem litigio com os povos vizinhos, dispõe o Brasil de um conjunto de condições excepcionaes para o continuo desenvolvimento pacifico de seu trabalho e de sua cultura e para sua crescente cooperação e influencia na civilização humana.

Devem taes condições servir de alento e estimulo para enfrentarmos e vencermos as difficuldades da hora presente, que não são tão insuperaveis, mas reclamam uma continuidade de multiplos esforços para conjural-as.

De nossa parte não esmoreceremos na execução do programma que nos traçamos como candidato ao alto posto em que nos collocou a confiança do povo e nesta mensagem já podemos dar-vos conta do inicio dessa execução nos poucos meses transcorridos do nosso governo. Esforcemo-nos por ficar á altura dos dons com que nos brindou a Providencia, como que a indicar-nos uma alta e gloriosa finalidade historica. Tudo fazemos por merecer as maravilhas da terra que habitamos, aprimorando-nos na actividade productora, na cultura mental e, principalmente, no gráo de moralidade social e politica, indispensavel ao prestigio do Brasil entre as demais nações.

Revelemo-nos cada vez mais dignos da nossa Patria, provando a nossa capacidade para gerir o inegalavel patrimonio que o destino nos confiou, tornando-o sempre mais productivo em beneficio nosso e da humanidade.

Entremos em um periodo de tranquillidade constructora, para repararmos os males da ultima campanha presidencial e promovemos, com segurança, a reconstrução financeira e a expansão economica do paiz.

As luctas politicas, nas democracias, quando travadas em torno de idéas e programmas, constituem saudavel symptoma de civismo. Não assim quando degeneram em campanha de odios pessoases, em que se não vacilla no emprego de meios violentos e dos processos mais reprovaveis. Sirva-nos de lição a experiencia do ultimo pleito.

Não cremos haja brasileiro tão cego que não visse, com clareza, que a indicação do nosso nome para a magistratura suprema do paiz, na época em que foi feita, nada tinha de seductora.

Comprehendemos, entretanto, que serviamos a um movimento patriotico de resistencia a processos deleterios da nossa cultura e a tentativas nefastas de subversão da ordem constitucional. Aceitamos francamente as responsabilidades do posto que nos foi apoutada, convicto de que estavamos

prestando assim á nossa Patria o serviço que lhe podia offerer a nossa sinceridade republicana, posta em holocausto aos grandes interesses nacionaes.

Sedição militar

Na verdade, a eleição em virtude da qual temos a honra e o encargo de presidir aos destinos do Brasil foi, como sabeis, a mais agitada de quantas têm sido pleiteadas na nossa vida republicana. Todas as armas e todos os processos foram usados sem nenhuma consideração pelos interesses do paiz. O aperfeiçoamento dos nossos costumes e o prestígio da nossa cultura soffreram grande retrocesso nessa lucta, em que alguns oppositores chegaram a prégar as doutrinas mais funestas ao regimen e a attentar contra as nossas conquistas constitucionaes.

A rude provação serviu, entretanto, para deixar bem claro que já atingimos um periodo de civilização em que o bom senso geral do paiz reage espontaneamente, por intermedio de suas classes conservadoras, contra as aventuras de quaesquer caudilhosismos, neutralizando-as e repellindo-as.

Esquecida de que vivemos em uma democracia, regimen de opinião, em que prevalece a vontade da maioria, expressa nas urnas, uma minoria facciosa e ameaçadora pretendeu governar, impondo-se pelo terror e indo ao ponto de conceber e proclamar o intuito de assenhorear-se do poder «custasse o que custasse», isto é, mesmo sem direito, fraudulentamente, violentamente, á revella da soberania nacional, que é quem decide em ultima instancia da escolha do seu supremo magistrado. Transviada por extrema cegueira, alimentou o propósito anti-nacional de seduzir e explorar o Exército, com o fim de subtrahir-lhe a observancia dos seus deveres, embora arriscando-o a lançar-se no descrédito e desapreço da Nação.

Conseguida a scisão no Exército, deixou-se uma parte conduzir por falsos amigos e máos conselheiros, os quaes, no epilogo da lucta, a arrojaram no desconhecido de uma sedição que explodiu nesta capital na noite de 4 para 5 de julho ultimo.

Visavam os sediciosos a deposição do Governo legal e o exercicio da suprema autoridade por uma junta revolucionaria, confiscando á Nação um direito que só ella póde conferir.

Na execução desse plano, dispararam contra a indefesa população da capital grossos canhões de uma de nossas fortalezas, derramando sangue innocente e supprimindo vidas preciosas: homens, mulheres e crianças foram mortos, em-corrigitr os defeitos do processo eleitoral, e eu, principalmente, duetos do poder dictatorial, que, na opinião delles, como na assento nesta Casa, estivesse tratando de resolver em se-quanto os cabeças do movimento, se punham a bom recato, suppondo essa conducta mais conforme á sua dignidade.

Conscientes dos seus nobres deveres e leaes aos seus juramentos, outra parte do Exército e a Marinha se mantiveram fieis ao Governo, e defenderam a legalidade. Graças a tal attitude, a ordem constitucional foi assegurada. O espirito conservador da Nação apressou-se a offerecer auxilio ás au-

da capital ás suas necessidades reais e ao crescimento natural de seus recursos, de vez que não se deve aspirar a fazer do Rio, de subito, uma cidade superior ás capitães europeás, que contam mais de mil annos de existencia, e em cujo desenvolvimento collaborou o tempo como factor necessario.

Contrariar este programma é prejudicar a propria cidade, attentado contra suas finanças, o bom nome do seu governo e os interesses da sua população.

Essa é a boa politica a seguir, completada por medidas necessarias e opportunas.

O augmento da construcção de casas é problema que pede immediata solução, e a boa vontade do Governo a está procurando, tendo em vista habitações principalmente para os menos favorecidos da fortuna.

O serviço de abastecimento de carnes ao Districto Federal tambem exige reforma. Ha em estudo varios projectos, tendentes a barateamento de preço, um delles baseado na idéa da malança livre, no Matadouro Publico, mediante o pagamento de modica taxa fixa.

É necessario ainda providenciar sobre o custo do leite, cuja carestia, em grande parte, é devida aos inconvenientes que adiante expômos e que o Governo procura remover.

A par das medidas de barateamento da vida, outras se impõem para facilitar-a aos trabalhadores em geral.

Medidas de legislação social, já aconselhadas pela experiencia, podem e devem ser adoptadas em beneficio dos operarios, com vantagem para os capitães investidos nas industrias e que merecem todo o amparo dos poderes publicos.

A participação dos operarios nos lucros industriaes é que precisa ser examinada pelo Poder Legislativo, como tivemos occasião de lembrar no programma com que nos apresentámos aos suffragios do povo brasileiro.

Cambio

A situação cambial, explicavel por causas naturaes e, em menor escala, por causas artificiaes, terá necessariamente de melhorar.

Assegurada a ordem publico, normalizada a crescente exportação dos nossos productos, defendidos nos seus preços, a balança commercial tenderá a apresentar maiores saldos, que melhorarão sensivelmente as condições da balança internacional de valores e, consequentemente, o nosso cambio.

A ordem nas finanças, a sévera economia orçamentaria e a restricção de importações para serviços federaes concorrerão efficaçamente para esse resultado.

Por outro lado, o Governo não deixará de exercer rigorosa fiscalização para reprimir a especulação, qualquer que seja a sua modalidade. As providencias adoptadas e outras em via de execução tenderão a fazer cessar, quanto possivel, a instabilidade das taxas cambiaes, mais funesta para a economia nacional do que a propria desvalorização do meio circulante.

Reorganização do credito bancario

Dando cumprimento a um dos pontos do seu programma, já o actual Governo contractou com o Banco do Brasil a sua transformação em banco emissor, consoante velhas aspirações nacionaes e de accordo com a autorização contida na lei numero 4.635, de 8 de janeiro do anno corrente.

Dentro em pouco funcionará a nova instituição, destinada a ser um marco assinalado na historia financeira do paiz, pela garantia que vai offerecer aos que trabalham e produzem, pelos recursos que nos casos de crises economicas poderá fornecer e por sua acção como organ saneador da circulação monetaria.

Creado esse organ regulador da circulação, os bancos se sentirão desfogados, e não haverá crises de inflação ou de restricção do meio circulante.

O Banco só precisará emitir quando houver expansão de negocios, e sempre mediante solicitação, pelo redeseconto, para attender ás necessidades da economia nacional, sendo claro que para o Governo o Banco não emitirá.

Não bastando, porém, o banco emissor, porque a economia nacional, nos grandes surtos de sua actividade productora e commercial dos ultimos annos, reclama, sem mais demora, uma forte organização do credito hypothecario, agrícola, industrial e urbano, o Governo contractou ainda com o Banco do Brasil a fundação do Banco Hypothecario Nacional, sujeita á approvação do Poder Legislativo.

Tendo essa organização já estudada, o Governo pedirá brevemente ao Congresso a devida autorização para dar-lhe realidade.

Com a assistencia bancaria assim planejada, o desenvolvimento economico do paiz entrará em uma phase de prosperidade facil de prevér, na qual devemos depositar as mais fundadas esperanças.

Commemoração do Centenario

Commemorando a data do Centenario da nossa Independencia politica, foi inaugurada a 7 de setembro de 1922, a Exposição Internacional, cujo fechamento foi adiado para 3 de julho, não só porque alguns pavilhões estrangeiros só ultimamente puderam ser inaugurados, como porque pareceu justo que a sua duração fosse até 2 de julho, data em que na Bahia se deu o glorioso facto historico que sellou a nossa emancipação politica.

Opportunamente, em mensagem especial, traremos ao vosso conhecimento os principais dados economicos colhidos no grande certamen, e as despesas effectuadas, com as grandes reduções realizadas desde dezembro do anno findo.

Póde-se, porém, desde já affirmar que a exposição dos nossos productos, inspira legitima confiança no nosso constante desenvolvimento economico e na capacidade agrícola e industrial do nosso povo.

Vista por observador imparcial e justo, sem o triste vezo de depreciar o que é nosso e sem a preocupação de elogiar

tudo o que possuímos, é innegavel que a Exposição do Centenario, na sua parte nacional, constitue revelação de notavel e seguro progresso do Brasil no campo da producção extractiva, agricola e manufactureira.

Muito nos desvaneceu, concorrendo para estreitar relações economicas e augmentar o inter-cambio commercial, a gentil coparticipação dos povos amigos em nossa Exposição, sendo de notar os pavilhões especiaes construidos pelos seguintes paizes: Argentina, Belgica, Dinamarca, Estados Unidos da America, França, Inglaterra, Italia, Japão, Mexico, Noruega, Portugal, Suecia e Tcheco-Slovaquia.

Fallecimento do senador Ruy Barbosa

A Patria acaba de passar por doloroso transe, com a morte de um dos seus mais notaveis cidadãos, o senhor Ruy Barbosa. Não precisamos encarecer aqui os gloriosos serviços desse grande brasileiro, cuja poderosa influencia mental colaborou de um modo decisivo em todas as nossas conquistas liberaes do ultimo meio seculo.

O Governo, interpretando os sentimentos do povo, declarou luto nacional por tres dias, fez-lhe o funeral a expensas da Nação, tributou-lhe honras de Chefe de Estado e mandou celebrar sollemnes exequias no 40º dia do seu passamento.

Todo o mundo civilizado prestou homenagens á memoria do nosso eminente patrioio, com significativas manifestações de admiração pelo seu valor de paladino do Direito.

Ao vosso esclarecido criterio cumpre agora resolver sobre o modo definitivo de prestar á memoria do egregio morto as honras que lhe sejam devidas pela nossa veneração civica.

Lei de imprensa

Assumpo já submettido ao vosso esclarecido julgamento, a decretação de uma lei de imprensa não parece que possa merecer uma intransigente repulsa.

Certamente ninguem poderá pretender, no estado actual da civilização e deante das conquistas liberaes inscriptas na nossa Constituição supprir ou cercear a liberdade de imprensa. Essa liberdade é a arma de defesa de todo o progresso, principalmente nas democracias. Mas entre o uso da liberdade e o abuso della ha grande differença. O abuso do direito não póde merecer o amparo da lei, antes é hoje por ella condemnado em todas as relações juridicas.

Por outro lado, em um regimen de responsabilidades definidas, grave injustica seria consagrar a irresponsabilidade da imprensa, para lhe permittir a offensa da honra e da dignidade dos cidadãos, o incitamento ao crime e a perversão dos costumes.

Uma lei que defina o abuso da liberdade, que estabeleça penalidades capazes de impedi-lo, mediante um systema processual efficaz, quer para accusação, quer para defesa, deve ser uma garantia para a própria imprensa, cujo alto fim de

doutrinação e de informação se prestigiará pelo emprego de processos dignos.

Uma lei assim inspirada (e para fazel-a não falta a lição dos povos mais livres) é uma necessidade maior no nosso paiz, em que os desrespeitos pelas cousas mais santas e pelos sentimentos mais nobres corre parellas com a audacia com que se incitá ao assassinato e á anarchia e com que se transforma um nobre instrumento de educação e direcção dos espiritos em venenosa arma de dissolução moral, social e politica.

Uma lei vasada em moldes liberaes, mas efficazes, só poderá atemorizar os profissionaes da diffamação, os exploradores do escandalo, os perturbadores da paz publica, mas será a propria garantia da dignidade do jornalismo.

Estamos certos de que o Congresso Nacional assim o comprehenderá, para dotar o paiz com a necessaria organização defensiva contra os funestos e incalculaveis effeitos de um licencioso abuso da libérdade.

Estado de sitio

Em consequencia dos movimentos sediciosos de julho de 1922, o Congresso Nacional declarou o estado de sitio por 30 dias, no Districto Federal e no Estado do Rio, por decreto n. 4.549, de 5 de julho de 1922, e o prorogou até 31 de dezembro do anno findo, pelo de n. 4.553, de 29 do mesmo mez de julho. Por decreto n. 15.913, de 1 de janeiro deste anno, o Governo declarou o estado de sitio até 30 de abril findo e, por decreto n. 16.015, de 23 desse mez, prorogou-o até 31 de dezembro deste anno.

Nos *consideranda* que precedem estes actos estão expostos, a contragosto, mas em defesa dos altos interesses nacionaes, em synthese, os motivos que levaram o Governo a adoptar, a providencia referida.

Em mensagem especial prestar-vos-emos opportunamente contas das medidas tomadas na vigencia do estado de sitio, durante o qual o Governo tem exercido uma acção moderada de prevenção, embora disposto a empregar as mais energicas providencias, caso se torne necessario.

Não seria possível permittir que as forças productoras do paiz, seu crédito interno e externo, a obra benemerita de reorganização das forças armadas, as necessidades da nossa reconstrucção financeira, as exigencias do nosso progresso economico e a nossa cultura politica continuassem á mercê de perturbadores contumazes e sem ideal, confiados na excessiva benignidade das nossas leis e no visceral sentimentalismo da nossa raça.

Para impedir-o, o estado de sitio era recurso necessario; por tanto tempo quanto indispensavel á defesa dos interesses do paiz, ficando ao vosso criterio e competencia resolver sobre o prazo que parecer conveniente para uma definitiva prevenção do males que todos sentem e cujos causadores o Governo conhece, como os seus projectos.

Embora aparelhado para frustar qualquer tentativa de exteriorização de taes projectos, graças á disciplina e patriotismo das forças armadas e ao apoio do povo sensato e traba-

lhador, o Governo entende que melhor é prevenir a desordem, eliminando-lhe as causas, do que reprimil-a.

Só o desconhecimento dos limites constitucionaes traçados entre nós ao estado de sitio poderia determinar alarmas descabidos — internos ou externos.

Medida essencialmente preventiva, ella aqui produz, como já foi dito, uma situação que pôde quasi ser comparada ao regimen constitucional sob o qual vivem normalmente muitos dos povos mais adiantados e livres.

Limitado á detenção ou desterro de elementos perigosos e á censura de imprensa no incitamento á anarchia e ao crime, como tem sido praticado, o estado de sitio é medida de benéfico effeito numa hora de ameaças de dissolução social.

Só poderá attingir e só attingirá, no actual Governo, os que por actos ou escriptos tentem subverter a ordem estabelecida. A estes facil será evitar-lhe os effeitos, evitando as causas que os determinam.

O povo ordeiro, a imprensa bem orientada e de processos limpos, todas as classes sociais, enfim, durante elle terão as mesmas garantias do regimen normal, acrescidas da tranquillidade oriunda da certeza de que o Governo pôde agir com presteza e segurança contra os perturbadores quaesquer da paz publica.

Intervenção no Estado do Rio

Em mensagem que tivemos a honra de dirigir-vos a 24 de dezembro ultimo, vos demos conta da situação politica do Estado do Rio.

Em seguida levamos ao vosso conhecimento a concessão do *habeas-corpus*, pelo Supremo Tribunal Federal, para que o presidente e vice-presidente de uma das parcialidades alli em lucta tomassem posse dos respectivos cargos e os exercessem, livres de qualquer constrangimento. Declaramos então que o Governo faria cumprir a decisão judicial, embora continuasse a pendencia affecta á vossa deliberação definitiva.

Com effeito, foi posta força federal á disposição do juiz da secção do Estado do Rio de Janeiro, incumbido da execução da ordem judicial, e a 31 de dezembro, com as garantias dadas, tomaram posse perante o Tribunal da Relação do Estado e entraram em exercicio o presidente e vice-presidente garantidos pelo *habeas-corpus*. Posteriormente, o juiz de secção communicou o cumprimento da referida ordem de *habeas-corpus*, e dispensou a força posta á sua disposição.

Ao mesmo tempo que se empossavam os cidadãos dease modo garantidos, o presidente e o vice-presidente da outra parcialidade tomavam tambem posse perante uma das assembléas legislativas e entravam em exercicio.

A exaltação partidaria que alli reinava de longa data, agravada assim por uma dualidade de Assembléas Legislativas e outra de presidentes de Estado, attribuindo-se cada qual o

legítimo exercício das respectivas funções, creou naquella circumscripção um sério conflicto politico que reclamava da União providencias immediatas. Os Governos Feliciano Sodré e Raul Fernandes installaram-se em Nictheroy, onde praticaram actos de autoridade, com repercussão e effeito no territorio fluminense. Dahi o incendio das paixões, que alastrou em todo o interior, onde, pelas respectivas populações, foram depostas varias Camaras Municipaes, com grave prejuizo dos interesses locais.

Ao mesmo tempo a Força Policial do Estado desertava do seu quartel em Nictheroy, e se apresentava ao commandante do 2º Batalhão de Caçadores, desconhecendo a autoridade dos dois governos rivaes.

Foi nessa emergencia, urgido pela necessidade de garantir a ordem no visinho Estado, que o Governo se resolveu a intervir na sua administração.

Decretada a intervenção, cessou de prompto a anarchia, acalmaram-se os animos, e foi restabelecida a ordem com a autoridade do interventor, cargo para o qual foi nomeado o illustre advogado e professor de direito, Dr. Aurelino Leal.

Affecta ao Congresso, como se acha, a decisão do caso, não quiz o Governo tomar outras deliberações, preferindo aguardar a vossa reunião e expôr-vos quanto occorreu depois da sua anterior mensagem. Cumpre agora ao Congresso examinar a situação, com a sabedoria que todos lhe reconhecem, e dar-lhe solução compativel com os altos interesses do paiz, afim de, em curto prazo, reintegrar-se o Estado na sua autonomia constitucional.

A agitação no Rio Grande do Sul

A 25 de novembro do anno passado procedeu-se no Rio Grande do Sul á eleição do respectivo Presidente, correndo o pleito em uma atmospheria de grande exaltação.

O poder competente para julgar do caso, a Camara estadual, no apurar a votação, reconheceu como reeleito o Dr. A. A. Borges de Medeiros.

Parte da população não se conformou com tal decisão e iniciou uma campanha de protestos, levada ao extremo da lucta armada.

O Governo Federal se acha deante de uma situação que o obriga ao respeito da autonomia do Estado, salvo mudança ulterior do aspecto da questão.

No Estado do Rio houve dualidade de poderes, e nem mesmo o que teve a posse, amparada por *habeas-corpus* do Supremo Tribunal, acatado pelo Governo, conseguiu manter-se em condições accitaveis de viabilidade.

Tornou-se indispensavel e foi logica alli a intervenção.

No Rio Grande, entretanto, perante o Executivo Federal, só ha um governo, reconhecido pelo poder competente.

Sis porque o Governo só tem limitado a ordenar que as forças federaes se mantenham neutras, garantindo as vias

ferreas federaes, os Correios, os Telegraphos e demais repartições publicas da União e agencias do Banco do Brasil, assim como asylando nos quartéis os cidadãos de qualquer parcialidade que lhes peçam garantias, só assumindo o policiamento das cidades e povoações que as autoridades locais hajam abandonado, com o exclusivo fim de garantir a vida e propriedade dos seus habitantes.

É profundamente lamentavel esta situação, que tão grandes prejuizos já está causando áquella adeantada e rica unidade da Federação, com evidente repercussão na vida nacional.

A ingerencia da União até o momento presente não poude ser sinão amistosa, para acalmar os espiritos e tentar a pacificação geral, mediante obtenção de concessões mutuas dos contendores.

Para isso se tem volvido a nossa attenção, na esperança de que todos comprehendam a necessidade de paz e a linha superior de conducta do Governo Federal para conseguil-a.

Os que nos honraram com o voto no pleito presidencial, de certo não quererão agora exigir do Governo actos de violencia partidaria, com desrespeito á magestade soberana da lei.

Tambem o partido dominante no Estado ha de sentir a conveniencia de gestos de conciliação, que colloquem nobremente o pensamento da Patria acima de tudo, afim de não tardar a cessação da lueta fratricida e o restabelecimento da ordem, tão necessarios ao progresso não só do Rio Grande do Sul, como de todo o Brasil.

FAZENDA

Situação financeira

A vida financeira do paiz continúa á merecer a maxima attenção do Governo. Embora seja ainda penosa, temos confiança de vencer breve as suas maiores difficuldades por uma politica de ordem e pela pratica da mais rigorosa economia.

Exposta singelamente a situação financeira logo depois que assumimos o Governo, conhecida em globo e em todos os seus pormenores, foi traçado um plano geral que vai sendo fielmente executado. Esse plano de restauração, sem emissão de papel-moeda e sem emprestimo externo, repousa em dois fundamentos capitaes: fortalecer o credito publico e organizar o credito bancario para maior expansão da economia nacional. São estas as duas grandes forças propulsoras da prosperidade das nações.

Para o fortalecimento do credito publico urgia, em primeiro lugar, consolidar a elevada divida fluctuante que nos onera. Estamos apparelhados para realizar esta obra dentro de poucos mezes, ficando grande parte de tal divida definitivamente consolidada e outra parte collocada em condições de esperar oportunidade para uma operação a longo prazo em boas condições.

Outra medida indispensavel para o revigoramento do credito publico é a regularização da vida orçamentaria.

A actual lei orçamentaria vai sendo executada com o maximo rigor, dentro dos moldes rigidos doCodigo de Contabilidade e sob a cuidadosa fiscalização do Tribunal de Contas. Além disso, o Governo iniciou um serviço novo, e do maior alcance: a exemplo da Inglaterra e dos Estados Unidos da America do Norte, foi organizada uma commissão especial para o estudo meticoloso da proposta de orçamento para 1924.

Essa commissão é composta de funcionarios competentes de cada um dos ministerios, presidida pelo Ministro da Fazenda, e seus serviços orientados por outra commissão de senadores e deputados especialistas na materia. A boa organização dos sete orçamentos de despesa, o estudo feito verba por verba, a possivel economia em todos os ministerios, a elaboração de um orçamento real, em summa, tem sido a orientação methodica dos trabalhos. Cuidadosamente estudada, a proposta será enviada em maio ao Congresso Nacional e o assumpto constituirá preocupação constante do Governo.

Com essas medidas e a severa execução da lei de meios podemos alimentar fundadas esperanças de conseguir o equilibrio orçamentario, que é a condição das boas finanças.

Essa remodelação precisa ser acompanhada de medidas que obstem a evasão das rendas — problema que está sendo atacado de frente em todas as repartições de Fazenda.

O apparelho administrativo, que se resentia de fallhas lamentaveis, soffre desse modo profundas alterações, quanto ao pessoal e aos processos. Sem embargo do reconhecimento devido a antigos funcionarios do Thesouro, que já prestaram relevantes serviços, o Governo tem collocado pessoal novo á frente dos principaes cargos da direcção.

Já foram substituidos 13 delegados fiscaes, 15 inspectores de alfandegas, e no Thesouro têm sido feitas diversas substituições. Felizmente, os resultados vão correspondendo a essa renovação. A mais importante Alfandega do Brasil, a do Rio de Janeiro, já offerece resultados lisonjeiros: de uma renda mensal, média, de cinco a seis mil contos de réis, passámos, em março, a uma renda de 9.600:000\$, sendo a de abril superior a oito mil contos de réis, convindo notar que contribuiu para decrescimo neste mez o começo de cobrança da quota ouro na proporção de 60%.

A Recbedoria do Districto Federal também merece especial menção pelo esforço do seu pessoal, director e auxiliar. Nos tres primeiros mezes do anno a arrecadação attingiu a 30:000:000\$, contra 24.001:000\$ do exercicio anterior.

Outro trabalho ensaiado, com resultados promissores, é a inspecção das repartições de Fazenda. Obdecendo a um plano geral, está ella confiada a um chefe competente, auxiliado por diversos inspectores, nas varias zonas em que foi dividido o territorio da União.

Dia a dia se verifica a má situação das repartições federaes, cuja reorganização se impõe para se conseguir a restauração financeira que estamos emprehendendo.

As guardas-morias reclamam o maximo cuidado; e a do Rio de Janeiro exige providencias immediatas. A fiscalização da bahia de Guanabara é lastimavel pelos innominaveis abusos que alli se commettem quasi á vista do Governo.

Vai a mesma ser dotada de todo o aparelhamento necessario, inclusive de lanchas silenciosas e velozes, devidamente armadas, para cohibir os abusos do contrabando.

Consolidada a divida fluctuante, regularizada a vida orçamentaria pelo respectivo equilibrio, dotada a economia nacional de um aparelhamento bancario completo, com o banco central de emissão e a organização do credito hypothecario, agrícola, industrial e urbano, o Brasil entrará numa phase de surprehendente desenvolvimento, de vez que dispõe de extraordinarios recursos economicos.

Além das vastas explorações actuaes, como o café, a cauna, o fumo, o algodão, a borracha, o cacão, os oleos vegetaes e a carne, outras despontam com grandes auspicios, como a do carvão de pedra e a do ferro.

Tudo depende, pois, da firmeza de vontade na execução do programma traçado. Esta vontade não faltará ao governo.

Orçamentos do ultimo triennio

A necessidade inadiavel de estabelecer a ordem e seguir o equilibrio da situação orçamentaria está demonstrada, á evidencia, pelo simples exame das operações de 1920 e 1921 e dos dados, aliás, incompletos, de 1922.

O deficit avultou de uma fôrma impressionante e o serviço da divida publica já vai absorvendo metade da receita arrecadada.

Em 1920 a receita orçada importou em 149.452:949\$440, ouro, e 514.258:200\$, papel, quando, segundo a demonstração abaixo, a arrecadação attingiu os totaes de, ouro, 141.539:800\$873, e, papel, 554.538:097\$896.

A despesa, em 1920, fixada nos limites de 74.040:863\$668, ouro, e 599.410:628\$559, papel, comparada com a que foi realizada, nos totaes de 153.590:087\$363, ouro, e 827.708:050\$030, papel, mostra que houve o excesso, nos dispendios, de 79.549:203\$695, ouro, e 228.297:421\$471, papel.

Apesar, pois, de ter havido a maxima arrecadação nesse exercicio, em que ella ultrapassou os totaes das previsões, a despesa effectuada apresentou grande excesso sobre a receita arrecadada, como se vê do seguinte cotejo dos algarismos respectivos:

	Ouro	Papel
Receita arrecadada.....	141.539:800\$873	554.538:097\$896
Despesa realizada.....	153.590:087\$363	827.708:050\$030
Deficit.....	12.050:286\$490	273.169:952\$134

Convertida em papel a parte ouro, á taxa média annual de 14 d. por 1\$, obtem-se a importancia de 23.239:799\$659 que, addicionada á parte papel, indica a existencia do *deficit*, papel, de 296.409:751\$793.

Quanto ao exercicio de 1921, a situação não offerece melhor aspecto, por isso que, ao contrario do que succedeu no exercicio anterior, houve grande depressão nas rendas, ficando a arrecadação muito aquem da previsão.

A receita orçada importou em, ouro, 108.439:500\$ e, papel, 671.154:000\$, ao passo que as rendas arrecadadas attingiram, apenas, as cifras de, ouro, 76.403:040\$713 e, papel, 510.637:787\$509.

Por sua vez, a despesa, fixada nos totaes de, ouro, 75.660:840\$429 e, papel, 719.495:708\$940, foi realizada com as cifras de, ouro, 82.684:040\$082 e, papel, 913.954:733\$204.

Comparadas a receita arrecadada e a despesa realizada, resulta:

	Ouro	Papel
Receita arrecadada.....	76.403:040\$713	510.637:787\$509
Despesa realizada.....	82.684:040\$082	913.954:733\$204
<i>Deficit</i>	6.280:999\$369	403.316:945\$695

Feita a conversão da parte ouro, á taxa média annual de 8 d. por 1\$, e addicionado o resultado á parte deficitaria em papel, o total do *deficit* será representado pela cifra de 424.515:318\$565.

Por se tratar de exercicio ainda não encerrado e, por não estarem, pois, definitivamente apuradas as operações de receita e despesa, não é possível um estudo comparativo entre os recursos e os dispendios á conta do exercicio de 1922.

Existem, entretanto, informações que permitem ligeira analyse sobre a receita. Comparando a orçada com a arrecadada, e representando esta pelas importancias de, ouro, 74.266:941\$376 e, papel, 568.944:149\$201, ao passo que as previsões concorrem com os totaes de, ouro, 92.276:320\$ e, papel, 727.673:000\$, resultam as differenças, para menos, em relação á receita orçada de, ouro, 18.009:378\$624 e, papel, 158.728:850\$799.

Póde-se, entretanto, affirmar desde já que taes recursos não foram sufficientes para fazer face aos compromissos do exercicio, por isso que sómente as despesas constantes das tabellas dos varios Ministerios e fixadas pela lei n. 4.555, de 10 de agosto ultimo, se expressam, pelas cifras de, ouro, 85.931:211\$579 e, papel, 831.193:762\$780, não levando em consideração os dispendios extraordinarios que correram á conta do exercicio e foram autorizados por dispositivos da referida lei.

Divida externa fundada

Esta divida não teve alterações desde o principio do actual Governo. O serviço de pagamento de juros se acha em dia e estornos apparelhados para todos os pagamentos no correr do anno. Damos abaixo o quadro geral da referida divida:

Estado da divida externa fundada em 31 de Dezembro de 1922

EMPRESTIMO	CAPITAL INICIAL		AMORTIZAÇÃO		SALDO EM CIRCULAÇÃO £
	Nominal £	Líquido recebido £	Nominal £	Importancia paga £	
1833.....	4.599.800-00-00	4.000.000-00-00	1.831.500-00-00	1.552.701-15-11	2.713.100-00-00
1838.....	6.297.900-00-00	6.000.000-00-00	21.124.200-00-00	1.669.223-02-06	4.173.100-00-00
1889.....	19.837.900-00-00	17.213.500-00-00	2.363.700-00-00	1.773.701-04-02	17.453.300-00-00
1895.....	7.442.000-00-00	6.000.000-00-00	516.100-00-00	433.836-07-03	6.925.900-00-00
1898 (Funding).....	8.613.717-09-09	8.613.717-09-09	818.740-00-00	763.603-00-00	7.791.977-09-09
1911 (Rescision).....	16.619.380-00-00	16.619.320-00-00	5.323.160-00-00	1.031.580-19-06	11.298.160-00-00
1903 (Obras-Porto).....	8.500.000-00-00	7.860.000-00-00	801.900-00-00	803.420-17-06	7.693.100-00-00
1908.....	4.000.000-00-00	3.840.000-00-00	2.160.800-00-00	2.160.600-00-00	1.839.400-00-00
1910.....	10.000.000-00-00	8.750.000-00-00	222.500-00-00	192.531-05-00	9.767.500-00-00
1911 (Obras-Porto).....	4.500.000-00-00	4.140.000-00-00	457.100-00-00	457.100-00-00	4.042.900-00-00
1911 (Estrada de Ferro Ceará).....	2.400.000-00-00	1.992.000-00-00	—	—	2.400.000-00-00
1906 e 1910 (Lloyd Brasileiro).....	2.100.000-00-00	2.100.000-00-00	839.500-00-00	839.500-00-00	1.810.500-00-00
1912.....	11.000.000-00-00	10.670.000-00-00	—	—	11.000.000-00-00
1914 (Funding).....	14.502.393-10-03	14.502.393-10-03	—	—	14.502.393-10-03
	120.411.831-00-00	112.300.931-00-00	17.579.000-00-00	14.782.901-12-01	102.833.331-00-00
	Francos	Francos	Francos	Francos	Francos
1903 e 1909 (Estrada de Ferro Itapura a Corumbá).....	100.000.000,00	100.000.000,00	1.215.000,00	1.207.975,75	98.785.000,00
1909 (Obras do Porto de Recife).....	40.000.000,00	33.100.000,00	—	—	40.000.000,00
1910 (Estrada de Ferro Goyas).....	100.000.000,00	73.831.234,00	1.535.500,00	1.230.107,75	93.461.500,00
1911 (Viação Bahiana).....	60.000.000,00	49.800.000,00	—	—	60.000.000,00
1916 (Estrada de Ferro Goyas).....	25.000.000,00	25.000.000,00	—	—	25.000.000,00
	325.000.000,00	291.731.234,00	2.750.500,00	2.438.083,50	322.249.500,00
	Dollars	Dollars	Dollars	Dollars	Dollars
1920.....	50.000.000,00	45.500.000,00	6.031.500,00	6.091.500,00	43.903.500,00
1922.....	25.000.000,00	22.750.000,00	417.666,66	416.666,66	24.533.333,34
	75.000.000,00	68.250.000,00	6.508.166,66	6.508.166,66	63.401.833,34

Divida interna fundada

O quadro abaixo mostra que, a 31 de dezembro de 1922, o total da divida interna fundada importava em réis 1.551.742:300\$, com um augmento, pois, de 207.384:000\$ sobre os algarismos encontrados em igual data de 1921, no total de 1.344.358:300\$000.

Inclue-se nesse total o valor das obrigações do Tesouro, cuja emissão foi autorizada pelo decreto n. 14.946, de 15 de agosto de 1921, e importam, até 31 de dezembro de 1922, em 86.880:000\$, a juros de 7% ao anno.

Quadro da divida interna fundada

Em circulação, a 31 de dezembro de 1921:		
Titulos	1.238.982:300\$000	
Cautelas substituidas	34.919:000\$000	
Cautelas a substituir	1.902:000\$000	
Obrigações.....	68.555:000\$000	1.344.358:300\$000

Em circulação, a 31 de dezembro de 1922:		
Titulos.....	1.369.085:300\$000	
Cautelas a substituir	95.777:000\$000	
Obrigações.....	86.880:000\$000	1.551.742:300\$000
Diferença para mais em 1922.....		207.384:000\$000

A diferença acima indicada provém do seguinte:

Apólices emitidas em 1922.....	130.103:000\$000	
Menos: substituição de cautelas de 1921	34.919:000\$000	95.184:000\$000
Mais: cautelas emitidas em 1922....	93.875:000\$000	
Obrigações emitidas	18.325:000\$000	112.200:000\$000
		207.384:000\$000

Divida fluctuante

Esperamos regularizar dentro de poucos brezes a situação da divida fluctuante, mediante diversas providencias.

Com a apuração feita depois da mensagem presidencial de novembro ultimo, verificou o Governo que a divida fluctuante ascendia a mais de novecentos mil contos de réis. Apesar do seu vulto impressionante, contamos vencer brevemente a difficuldade.

Remodelado o Banco do Brasil, pagar-lhe-emos.....
 300.000:000\$ transferindo-lhe o ouro pertencente ao The-
 souro Nacional. Quanto ao resto daquela divida, confia o
 Governo resgatá-la opportunamente, parte por uma operação
 de credito externa e parte por outra operação interna, a
 longo prazo.

Dessa fórma ficará resolvida a grande crise actual que
 esse *deficit* representa para a administração da Fazenda Pu-
 blica e entraremos na vida normal de simples execução
 orçamentaria que ora praticamos com rigor.

Codigo de Contabilidade Publica

A lei n. 4.536, de 28 de janeiro de 1922, que creou o
 Codigo de Contabilidade Publica, representa um serviço assi-
 gnalado na vida republicana.

Ella veio attender a uma suprema necessidade: assegurar
 a ordem na administração publica e garantir a prestação de
 contas do Poder Executivo, instituindo a Contadoria Central
 em moldes solidos e perfeitos.

O Codigo estabelece normas severas para a elaboração
 do orçamento no Congresso Nacional e para sua execução pelo
 Governo; cria um verdadeiro mecanismo administrativo, dentro
 do qual terá de desenvolver-se a vida orçamentaria e torna
 impossiveis os abusos da tolerancia. Com esse rigor as boas
 normas administrativas ficam melhor asseguradas.

Além do esforço do Governo, que está disposto a cumprir
 o Codigo á risca, o Tribunal de Contas vai secundando essa
 tarefa.

Contadoria Central da Republica

Estava este importante departamento por organizar. Ini-
 ciado ha cerca de oito annos o serviço de partidas dobradas,
 até agora não se havia conseguido applicar a todas as repa-
 rtições. A tal estado chegou o atraso da contabilidade da
 União que não se conseguiu levantar balanço ha oito annos,
 não sendo absolutamente possivel acompanhar as contas da
 administração, porque de Estados importantes tem havido de-
 mora de 8 e 10 mezes na remessa dos balancetes mensaes. Fe-
 lizmente vamos sahir dessa situação lamentavel. O Codigo de
 Contabilidade, instituindo a Contadoria Central da Republica,
 conferiu a esta importante repartição uma autonomia do
 maior alcance. O Contador Geral exerce accção directa sobre
 todas as repartições de Contabilidade da União: Ministerios,
 Delegacias Fiscaes, Alfandegas, etc. A frente dessa repartição
 acha-se um profissional competente que, durante longos annos,
 dirigiu a Contadoria do Estado de S. Paulo.

Está hoje organizada a oscripturação por partidas do-
 bradas em todas as repartições de contabilidade da Republica;
 os balancetes vão sendo remettidos com regularidade, podendo
 assim o Ministerio acompanhar, mez por mez, a execução
 orçamentaria em todo o paiz: e o balanço geral da Republica
 relativo a 1923 será levantado em fevereiro de 1924.

Está se formando um corpo de technicos para a con-
 tabilidade publica, que ficará dotada de verdadeiros especia-
 listas na materia.

Como complemento de taes serviços, foi introduzido no
 Ministerio da Fazenda o systema de fixas. Todo o papel que
 alli entra tem o seu numero de ordem e a sua fixa, que re-
 gistra os movimentos do mesmo no Theouro até final. E' me-

didada de grande importancia para a administração e principalmente para o publico, que, sem ella, se via sujeito a grandes incommodos e prejuizos, decorrentes do andamento moroso de seus papeis, os quaes por vezes desapareciam.

Tal providencia convém seja ampliada a outras repartições de grande movimento.

Commercio exterior

Após dois annos consecutivos de saldo desfavoravel na balança do commercio exterior, fechou o anno de 1922 com um *superavit*, a favor da exportação, de cerca de seiscentos e setenta e nove mil contos de réis, correspondentes a \$ 19.937.000.

Esse saldo foi obtido não só com o decrescimento da importação, como também pelo desenvolvimento da exportação. Esta, no anno passado, accusa o maior volume exportado até então, assim como o valor mais alto em moeda-papel a que attingiram as nossas vendas no exterior. De facto, exportámos 2.121.000 toneladas, contra 1.919.000 em 1921, e 2.401.000 em 1920, anno que mantinha o *record* da quantidade. Para esse resultado contribuíram, principalmente, os productos vegetaes, que mostram um augmento de 168.081 toneladas sobre a exportação do anno anterior.

Coube ao assucar a maior contribuição para o desenvolvimento do volume de nossa exportação, no anno passado, sahindo dos nossos portos 252.411 toneladas dessa mercadoria, ou sejam mais 80.017 que no anno anterior. Desde 1883 não registra a estatística tão consideravel exportação de assucar.

Quanto ao valor, em papel-moeda, o maior augmento se verifica no café, cuja exportação excedeu á do anno de 1921, de 485:101:000\$, embora a quantidade só tivesse accusado o augmento de 304.000 saccas.

O preço médio, a bordo, de cada sacca exportada, em 1921, foi de 82\$, passando a ser de 119\$ em 1922, donde um augmento de cerca de 45%.

Essa grande alta do preço, em 1\$, papel, não teve, devido á depressão do cambio, correspondente acrescimo no valor representado em libras esterlinas.

Nessa moeda, o preço de cada sacca, a bordo, foi, respectivamente, de 56 a 70 shillings, com uma melhoria equivalente a 25%.

Em libras esterlinas, o valor da exportação, embora superior ao da de 1921, foi comtudo de meños da metade do total de 1919 e 1920.

O valor médio annual da libra, nos quatro ultimos annos, foi: em 1919 — 16\$860; em 1920 — 16\$528; em 1921 — 28\$981; e no anno passado — 33\$994.

A grande instabilidade no valor do 1\$, papel, só por si explica a falla de equivalencia entre as disponibilidades do commercio exterior, representadas nas duas moedas. Esse facto tem grande importancia para a situação economica do paiz, visto ser em moeda ouro que se liquidam as nossas contas no exterior.

Felizmente, á grande baixa cambial correspondeu grande augmento na quantidade das mercadorias exportadas, tendo os preços subido de modo a compensar, em parte, a desvalorização da moeda. Nos ultimos 22 annos, só em tres accusa a

nossa exportação valor em libras esterlinas superior ao do anno passado, muito embora tenha sido o anno de 1922 o de cambio médio mais baixo registrado em nossa estatística.

Em relação aos saldos da exportação, foi o do anno passado um dos maiores. Com excepção do de 1919, que alcançou a 51.908.000, nos sete ultimos annos nenhum outro lhe é superior.

A demonstração abaixo confirma o exame analytico que acaba de ser feito sobre o movimento nos quatro ultimos exercicios, de 1919 a 1922:

	TONELADAS			
	1919	1920	1921	1922
Importação.....	2.779.850	3.375.854	2.575.210	3.869.513
Exportação.....	1.907.688	2.401.380	1.919.421	2.121.602
Diferença.....	- 872.168	- 1.174.474	- 658.789	- 1.141.911

	CONTOS DE REIS, PAPEL			
	1919	1920	1921	1922
Importação.....	1.334.850	2.090.633	1.698.829	1.652.630
Exportação.....	2.178.719	1.759.311	1.709.722	2.332.034
Diferença.....	+ 844.460	- 498.922	+ 18.839	+ 679.456

	EQUIVALENTES EM 1.000 LIBRAS ESTERLINAS			
	1919	1920	1921	1922
Importação.....	78.177	125.005	60.468	48.611
Exportação.....	130.035	107.591	58.587	68.578
Diferença.....	+ 51.908	- 17.484	- 1.851	+ 19.937

Reforma tributaria, Código Aduaneiro, tarifas de alfandegas e rendas internas

É nosso dever pedir a melhor attenção do Congresso Nacional para a reforma tributaria. As differentes leis de impostos constituem um conjuncto inorganico que difficulta a acção do Governo. A regulamentação de taes leis é penosa e dá logar a protelações prejudiciaes para o fisco. Fossem as leis tributarias bem estudadas, claras e methodicas, e a execução seria mais facil e efficaz.

Pelo menos seria desejavel que se fizesse uma codificação methodica das existentes, harmonizando, desde logo, com essa codificação, algumas leis de impostos que reclamam estudo mais demorado e profundo: qual é, por exemplo, o imposto de renda, cuja systematização é essencial.

O projecto do Código Aduaneiro está quasi concluido, devendo ser submittido, nesta sessão, ao vosso exame. É reforma urgente, que se impõe para substituir o regimen archaico sob o qual temos vivido até agora na administração alfandegaria.

Como materia connexa, urge seja resolvida, a bem dos interesses nacionaes, a reforma das tarifas das alfandegas, sujeita ao estudo do Senado.

As tarifas que vigoram desde 1900, com taxas muito elevadas e grande numero de taxações *ad valorem*, têm sido incentivo para constantes fraudes, de repressão difficillimas. Além disso, nestes 23 annos, soffreram ellas modificações mal estudadas, que creãm os maiores embaracos na pratica: A prova está no numero elevado de questões sobre classificação de mercadorias e arbitramento de valores. Em 1920 registraram-se 3.612 questões e 3.728 em 1921.

Da maior relevancia será que se resolva a abolição, até onde fôr possível, das taxações *ad valorem*, causa principal das fraudes nas alfandegas, e que se supprima, em absoluto, a isenção de direitos, resalvados os contractos já existentes. A concessão só deve ser mantida para a União, Estados e Municipios, sendo, porém, pagos os direitos para serem restituídos depois da verificação do emprego regular dos objectos importados.

Os impostos creados na ultima lei da receita estão sendo regulamentados, ouvidas as associações commerciaes e outros interessados, para que fiquem esclarecidos os pontos capitaes. O serviço está quasi concluido.

Inspecção das repartições de Fazenda

A evasão das rendas, phenomeno natural no regimen fiscal de todos os povos, assume entre nós proporções assustadoras. As tentativas até hoje feitas para evita-la ou diminui-la têm fracassado.

Cumpré examinar as causas desse fracasso e procurar estirpal-as com energia, intransigencia e rigor.

Não ha como occultar a influencia pernicioosa que, neste particular, exerce a subordinação dos interesses administrativos ás exigencias de uma mal entendida politica. Os func-

cionarios prepostos á arrecadação das rendas publicas precisam e devem ser absolutamente independentes de quaesquer influencias que não sejam as da defesa justa, honesta e continua dos direitos do fisco. Para esse fim, além de outros requisitos, é necessario que todos quantos apoiam, com patriotismo, o Governo, lhe consintam a mais completa liberdade de acção na escolha dos seus agentes fiscaes, de qualquer categoria, em todo o territorio nacional.

Sem isto, a acção administrativa falhará, a evasão das rendas continuará, com desprestigio das leis e, o que é mais grave, com a criação continua de impostos ou aggravação dos existentes para preencher o *deficit* da respectiva previsão orçamentaria, *deficit* resultante principalmente da fraude, ou da negligencia na arrecadação dos tributos existentes.

Além desse grave mal financeiro, da deficiencia de receita, consequente á sua evasão fraudulenta ou culposa, ha o mal economico decorrente da desigualdade, pela vantajosa posição em que ficam os que se furtam ao onus tributario que outros pagam.

É, portanto, primordial dever do Governo applicar o maximo rigor na repressão das fraudes contra a Fazenda Publica, quer sejam praticadas pelos contribuintes, quer pelos exactores fiscaes, quer estes deixem de arrecadar o que é devido ao Thesouro, quer se locupletem com a arrecadação por qualquer forma.

Além da providencia geral de ordem politica, que deixe livre o Governo na escolha de seus prepostos na arrecadação das rendas publicas, é indispensavel a existencia de um serviço de inspectores, que a todo o momento e inesperadamente possam examinar o modo por que aquelles prepostos cumprem os seus deveres, penetrando na economia interna das repartições, examinando as suas operações, os seus processos, os seus defeitos e a idoneidade do respectivo pessoal.

Foi comprehendendo tal necessidade que o meu Governo, no uso da autorização legal, creou a Inspeção de Fazenda, que já está funcionando e cujos serviços confio que sejam proficuos para remover muitos males da fraude contra o erario nacional.

Casa da Moeda

Com o augmento extraordinario da fabricação de sellos em geral, formulas do consumo, sellos consulares, sellos sanitarios, formulas do Correio, notas do Thesouro, apolices e cunhagem de moedas, a Casa da Moeda constitue um estabelecimento de grande importancia na administração federal, mas está infelizmente mal aparelhada para o desempenho dos seus fins.

Os clamores levantados do Norte a Sul do Brasil contra a falta de moeda divisionaria bem provam as deficiencias da Casa da Moeda.

Pode-se affirmar que a circulação brasileira tem um *deficit* de cerca de cento e cincoenta mil contos de réis de moeda divisionaria. Esse *deficit* está se formando ha mais de oito annos. Desappareceram da circulação 80.000:000\$ de moedas de prata, 30.000:000\$ de nickeis, dilaceram-se seguramente

de cinquenta a sessenta mil contos de réis de notas méudas, nesse período. Entretanto, a fabricação para preencher essa falta não passou de uma média de 5.000:000\$ por anno. O *deficit* continúa, causando os mais sérios embaraços ao commercio e a todas as administrações pagadoras em geral.

Estão tomadas todas as providencias para a fabricação minima de quinze mil contos de réis. por mez, de moeda divisionaria. E' o que, de momento, pode fazer a Casa da Moeda, com o maximo esforço.

Fundo de garantia do papel-moeda

Os diferentes valores que constituem o deposito — ouro, deste fundo, importavam, a 31 de dezembro de 1921, em 80.493:596\$588.

Em igual data de 1922, a existencia do ouro era de 89.130:201\$507, tendo tido, assim, durante esse anno, o acrescimo de 8.636:604\$919.

O quadro seguinte discrimina as especies e determina as repartições em que se encontram os depositos parciaes:

Caixa de Amortização:

Em barra	25.422:154\$646	
Amoedado	58.761:480\$131	84.183:634\$777

Agentes financeiros em Londres:

£ 135.434-6-6	—	1.203:860\$664
-------------------------	---	----------------

Thesouraria do Thesouro:

Em barra	197:096\$818	
Amoedado	85:645\$118	282:741\$936
		85.670:237\$377
Em notas conversiveis —		
ouro		3.459:964\$130
		89.130:201\$507

Lloyd Brasileiro

Está o Governo sinceramente empenhado em melhorar as condições do Lloyd Brasileiro, removendo as causas de seu continuo *deficit*, por uma administração severa e maior movimentação de seus navios. Males que tinham raizes profundas não se irradiavam tão rapidamente como o suppõe a impaciencia dos que julgam os problemas administrativos sem a responsabilidade da sua solução e o conhecimento das suas difficuldades.

Não intibiarão estas a acção do Governo, convencido de que o caso do Lloyd Brasileiro interessa fundamentalmente á Nação, porque diz respeito ao intercambio dos productos das varias regiões do paiz, necessario ao seu desenvolvimento

economico e ao seu abastecimento de viveres e de materias primas de produccão nacional, além de estar na empresa a natural reserva da nossa marinha de guerra.

JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES

Justiça

Autorizado por lei, estuda o Governo a reforma judiciaria do Districto Federal, com o objectivo de melhorar a investidura dos juizes e funcionarios e de dar maior efficiencia á acção do Ministerio Publico.

Para que, porém, qualquer reforma dos organos da justiça local seja proveitosa, indispensavel se torna modificar as leis processuaes, abolindo formas obsoletas, exigencias desnecessarias e onerosas ás partes, motivos e pretextos para delongas no andamento dos processos e na sua decisão, com vexame para a nossa cultura e prejuizo dos direitos individuaes.

Estão no parlamento, devidamente estudados, os projectos de reforma do processo civil e penal.

Não desconheceis a difficuldade, a morosidade e os inconvenientes da feitura dos codigos por corpos collectivos numerosos.

A experiencia de outros povos civilizados aconselha seguir-lhes o exemplo nessa materia. A adopção, em globo, ainda que a titulo experimental, de projectos organizados por competentes na materia, é a melhor maneira de attender, quanto antes, á necessidade inadiavel da simplificação do processo judicial.

Submetto a suggestão ao vosso esclarecido espirito, certo de que procurareis attender, nesta sessão, áquella necessidade.

A justiça federal vai se desempenhando nobremente de suas altas funcções.

Não há, porém, como desconhecer a necessidade de modificar a sua organização, em ordem a descongestionar o Supremo Tribunal Federal do afanoso trabalho que o assombra, apesar do zelo e actividade de seus illustres membros.

Codigo Commercial

Não preciso encarêr a urgência de sua adopção e limito-me a fazer, quanto a elle, a mesma suggestão relativa ás leis do processo. Escoidado da repetição de regras e institutos já previstos no Codigo Civil, o projecto em estudo no Senado parece satisfazer ás necessidades actuaes, permitindo a sua immediata execução verificar lacunas e inconvenientes que a experiencia apontar, para ser então emendado pelo mesmo processo adoptado em outros paizes e já applicado ao nosso Codigo Civil.

Codigo Penal

Os projectos submettidos á deliberação do Congresso Nacional não satisfarão, dado o tempo que decorreu de sua

elaboração e attentos os progressos da sciencia penal, ás necessidades presentes, pelo que não parece aconselhavel estender ao Código Penal o processo alvitrado.

Será mais conveniente que autorizeis o Poder Executivo a mandar organizar um projecto novo, de accôrdo com as condições especiaes do paiz e com a sua organização politica e attendendo os melhores ensinamentos da sciencia penal.

Esse projecto, revisto por uma commissão de competentes, será submittido ao vosso julgamento, que poderá ser então o mesmo lembrado para os outros codigos.

Policia civil

Autorizado por lei, examina o Governo as necessidades do serviço policial desta capital, para attendel-as tanto quanto possível dentro dos recursos financeiros de que puder dispôr.

Pelo decreto n. 15.848, de 20 de novembro de 1922, ficarão directamente subordinados ao Ministro da Justiça, com autonomia administrativa, o Gabinete Medico-Legal, o Gabinete de Identificação e a Escola Prémunitória Quinze de Novembro. Em consequencia, vai o Governo expedir os necessários regulamentos, já autorizados, attendendo á nova situação daquellas instituições e ás lições da experiencia, sem augmento de despesa.

Policia militar

E' grato assignalar o espirito de disciplina e de dedicação da Policia Militar do Districto Federal, assim como a efficiencia de sua organização.

No movimento sedicioso de julho foi efficaz e brilhante a sua acção, merecendo elogios a presteza, boa disposição e disciplina com que officiaes e soldados accorreram ao cumprimento do dever, cooperando denodadamente para a victoria da lei e segurança da ordem.

O crescimento da cidade e o augmento da população reclamam o augmento da força policial militar, para que possa o serviço de vigilancia e de segurança dos cidadãos e da propriedade ser ampliado.

E' pesado o serviço actual das praças, quasi sempre dobrado, com prejuizo de sua saúde, da sua instrução e da efficiencia do policiamento.

Basta assignalar que o effectivo da força policial militar é hoje inferior ao de annos transactos para que se comprehenda a urgencia da providencia alvitrada.

Neste caso, o augmento de despesa é compensado sube-ljamente pelos benefeitos da ordem e da tranquillidade publicas nesta vasta metropole.

Corpo de Bombeiros

Continúa a prestar os seus bons serviços o Corpo de Bombeiros do Districto Federal, cujos officiaes e praças, pela disciplina, denodo e pela sua organização, conquistam para si, cada vez mais, a benemerencia publica.

Convém cuidar das condições de existência material das praças, de modo a estimular-lhes o esforço e a atrahir novos servidores, que venham preencher o grande claro existente.

Instrucção publica

Problema capital para a vida do paiz, o do ensino está a reclamar a constante attenção dos poderes publicos.

O ensino primario a cargo dos Estados precisa ser desenvolvido pelo concurso da União.

Não ha duvida que o assumpto offerece difficuldades de ordem pratica e de ordem financeira.

O Governo procura remover as primeiras, organizando um plano de entendimento com os Estados, no qual deve predominar, a par da disseminação das escolas, a efficiencia da respectiva fiscalização e a uniformidade dos programmas de ensino.

As difficuldades financeiras só permittirão lançar as bases e iniciar a execução de um programma methodico, á semelhança do que se faz com a prophylaxia rural, de modo que possa ser desenvolvido todos os annos, até attingir em breve prazo a generalização do ensino primario em todo o territorio nacional.

O ensino profissional e tecnico, a cargo do Ministerio da Agricultura, é objecto de referencias em outra parte desta mensagem.

No ensino secundario e superior, cuja reforma se elabora com meditado estudo, para que possa satisfazer ás aspirações do paiz, é preocupação fundamental, o methodo para a escolha rigorosa de professores competentes, o processo para tornar efficiente o ensino e a melhor seriação dos cursos.

O concurso em bases modernas, a substituição, no ensino directo, dos professores, após longo exercicio do magisterio, a obrigação effectiva deste exercicio, a obrigatoriedade da frequencia em certos casos, a suppressão dos accessos sem exame, a suppressão dos exames parcellados de preparatorios, a modificação dos exames vestibulares, o estabelecimento de regras que tornem mais rigorosos os exames em geral, a fiscalização mais immediata, mais constante e mais rigorosa dos estabelecimentos de ensino e da execução dos respectivos programmas, a coordenação dos esforços e das directrizes por um apparelho de direcção e de observação capaz de imprimir ao ensino em geral a effiçacia visada — são outras tantas questões que se impõem ao espirito do reformador, que, por isso mesmo, precisa, antes de reformar, estudar os defeitos da organização actual e perscrutar-lhe as causas, para removel-as.

O Governo não tem a preocupação de reformas radicaes, senão a de melhorar as instituições existentes, de accordo com a observação e a experiencia e com o unico intuito de promover a rehabilitação do ensino, infelizmente muito decadente entre nós.

Saude Publica

Cabem actualmente á União todos os serviços de hygiene da Capital Federal, a defesa sanitaria internacional e interestadual nos nossos portos, e os trabalhos de saneamento e de prophylaxia rural nos Estados. Além disso, a campanha contra a lepra e doenças venereas em todo o paiz acha-se a cargo do Governo da Republica. Verifica-se, dahi, que os serviços sanitarios, entre nós, foram organizados sob o criterio fundamental de centralização, afim de attender a condições especiaes do paiz, concernentes á diffusão e intensidade das endemias rurales e á deficiente capacidade technica ou financeira de algumas unidades da Federação sem meios para assumirem a responsabilidade integral do saneamento de seus territorios.

A União zela assim os mais relevantes interesses do paiz e promove por toda parte a riqueza de nossas terras e o aperfeiçoamento progressivo de nossa raça. Entretanto, considerada a extensão que devem ter os serviços de combate ás doenças dos campos, e levado em conta o character de estabilidade que se lhes deverá imprimir, é claro que não poderão ser elles indefinidamente custeados pelo Thesouro Nacional.

A campanha actual, indispensavel na primeira phase da campanha de saneamento, visa, antes de tudo, levar a todos os recantos do paiz os methodos de combate ás endemias e orientar as administrações sanitarias locais, afim de que possam, de futuro, assumir a direcção dos respectivos serviços. Durante algum tempo ainda, será imprescindivel o regimen agora adoptado, pelo qual cabe ao erario nacional metade das despesas com os serviços de prophylaxia rural e tambem sua direcção administrativa. Dever-se-á, porém, com empenho decidido, ir preparando os diversos municipios do nosso vasto *hinterland* para que possam promover organizações sanitarias municipaes.

Não será possivel attender o aspecto financeiro do magno problema sanitario sem essa conjugação de esforços. Além de que, interessadas desse modo na campanha prophylactica as administrações municipaes, dellas poderemos conseguir zelo maior, com maior garantia de exito. E' esse o systema de organização adoptado em outros paizes, que têm, como o BBrasil, de zelar a saúde das populações rurales. Acreditamos que se façam necessarias leis especiaes, tanto do Congresso Nacional, quanto principalmente dos congressos estaduais, afim de facilitar accórdos pelos quaes os serviços de saneamento possam ser realizados num consenso administrativo e financeiro da União, dos Estados e dos Municipios.

Está demonstrada, de sobra, pela opinião autorizada dos nossos pesquisadores e clinicos, a importancia excepcional do problema sanitario rural no paiz, o qual deve constituir uma das preocupações maximas do Governo.

Em 18 Estados realiza a União trabalhos de saneamento rural e de combate á lepra e doenças venereas. Não ha mais como duvidar da efficiencia de taes serviços, e nelles se fundamentam perspectivas seguras de engrandecimento progressivo do nosso interior.

Além da prophylaxia especifica das endemias rurâes, acha-se a cargo da União a assistencia hospitalar ás populações atacadas de taes endemias, sendo mantidos hospitaes regionaes em alguns Estados.

Quanto á lepra, possuímos uma legislação de combate ao terrível mal; falta-nos, porém, o elemento primordial da prophylaxia respectiva, isto é, as colonias modernas de leprosos, nas quaes possam os infelizes enfermos gosar de relativo conforto, entregar-se a determinados trabalhos que lhes sirvam de lenitivo na sua triste situação de segregados da collectividade. A construcção de leprosarios, em diversas zonas do paiz, constitue medida da maior urgencia e vai sendo promovida com o maior empenho.

A campanha contra a syphilis e doenças venereas, tanto na Capital Federal quanto nos Estados, vai sendo executada com os melhores resultados. Diversos dispensarios anti-venereos já se encontram installados no Rio de Janeiro e em muitas cidades do interior, sendo numerosos os doentes que os procuram, sendo de resultados excellentes os trabalhos nelles realizados e relativos á propaganda e educação anti-venereas. Além disso, e dentro de curto prazo, possuirá a administração sanitaria installações completas para taes serviços, inclusive um moderno hospital.

Essa obra de benemerencia será devida aos herdeiros de dous capitalistas brasileiros, os Srs. Candido Gafree e E. Guinle.

Entre os problemas de hygiene urbana, para os quaes deve ser solicitada a attenção do Congresso, figuram a prophylaxia da tuberculose, a hygiene infantil e a assistencia hospitalar.

Durante largo tempo, e mesmo depois que atingimos maior aperfeiçoamento nos trabalhos de hygiene publica, deixámos em completo abandono esse aspecto relevante da administração sanitaria. As difficuldades evodentes do assumpto desviaram quacsquer tentativas de acção sanitaria, não obstante possuímos a experiencia decisiva de outros povos, entre os quaes a prophylaxia da tuberculose reduzir consideravelmente a mortalidade, apesar de condições menos favoraveis de ambiente social e de clima. É bem o caso dos Estados Unidos da America, onde, em algumas cidades da de população mais agglomerada, o combate ao contagio tuberculoso fez descer o obituario á cifra minima, em contraste com os algarismos elevados de apenas alguns annos anteriores.

Existe organizado um serviço especial de prophylaxia da tuberculose, baseado, principalmente, de accôrdo com as modernas doutrinas scientificas, na lueta contra o contagio. Embora recente, este serviço vai realizando obra apreciavel, maxime no que concerne á propaganda dos principios elementares de hygiene, destinados a evitar a contaminação.

Entretanto, para que a campanha anti-tuberculosa se torne mais efficiente e possa ser executada nos moldes exigidos pela grande intensidade do mal no Rio de Janeiro, frouna-se da maior urgencia a installação de hospitaes, afim de que sejam isolados numerosos casos contaminantes, que permanecem nas nossas estalagens, casas de commodos e

Outras habitações collectivas, ocasionando larga propagação da doença. E, no caso, a construcção immediata de um hospital, em localidade apropriada, constitue providencia inadiavel.

O Governo já adquiriu, em Jacarépaguá, uma propriedade, na qual será iniciada em breve a construcção de um hospital de tuberculosos, com dotação para 600 doentes. Será um elemento valioso na lucta contra a peste branca, cabendo ao Congresso fornecer ao Executivo os meios de levar por diante essa campanha, na qual é considerado o maior dos problemas actuaes da hygiene urbana em nosso paiz.

A hygiene infantil, cuja organização official, entre nós, data apenas de dous annos, constitue assumpto para o qual se deverá voltar a mais demorada attenção do Estado. Os serviços actuaes vão sendo realizados em proporções muito restrictas, que de modo algum attendem ás exigencias do Rio de Janeiro e de outras das nossas grandes cidades, nas quaes a mortalidade na primeira infancia é representada por cifra elevadissima. De modo algum poderá deixar o Governo de considerar com decisão esse ramo da hygiene publica. Cumpro salientar que não é só a prevenção da doença que exige nesse terreno os cuidados do Estado; acima de tudo cumpro diffundir, entre nós, os cuidados necessarios ao regular desenvolvimento physico das creanças e considerar, em summa, em toda a sua complexidade o problema da puericultura.

Assim o fazem todos os paizes cultos que promovem, na perfeição de sua raça, a grandeza de sua nacionalidade.

Caberá ao Congresso Nacional habilitar o Governo para acção mais ampla nesse terreno e ainda legislar de modo a tornar possiveis medidas administrativas de protecção á creança. É bastante incompleta a nossa legislação actual sobre o trabalho, pelo que se resentem os nossos regulamentos sanitarios da falta de dispositivos especiaes, relativamente ao trabalho da mulher nas fabricas, officinas, etc., durante o periodo da gestação, ou quando hajam de alimentar no seio os proprios filhos. É este um aspecto medico-social de maxima relevancia, para o qual o Estado deverá voltar sua attenção.

A assistencia hospitalar constitue outra das grandes deficiencias de nossa organização medico-sanitaria. Não possuímos um só hospital de isolamento que corresponda ás exigencias dos methodos prophylacticos modernos.

Cumpro salientar que os nossos hospitaes geracs de assistencia nem de longe attendem ás necessidades da capital do paiz. São em numero muito elevado os enfermos que, diariamente, deixam de ser internados por falta absoluta de leitos nos raros hospitaes que possuímos. Seria de desojar pudessemos, desde logo, resolver de modo uniforme o problema de assistencia hospitalar na capital da Republica, aqui installando hospitaes regionaes; como, porém, para tanto seriam necessarios vastos recursos financeiros, melhor será encarar parcialmente o assumpto e só progressivamente ir resolvendo este importante problema medico. Conviria, quanto antes, a installação de um hospital geral destinado ás clinicas da Faculdade de Medicina, porque desse modo atenderiam simultaneamente ás exigencias da assistencia e ás do ensino.

Tambem grassa a peste bubonica, desde longa data, e, sob a fórma de pequenas endemias, em alguns Estados do Norte e Sul do paiz. Extincta no Rio de Janeiro, como epidemia, aqui só de longe em longe surgem raros casos, que são immediatamente isolados, sendo extinctos os focos, que representam sem duvida a importação da doença vinda dos Estados. No interior do paiz, porém, sob a denominação de *peste de caroco*, acha-se muito diffundida a molestia, que exige agora a acção intensiva do Estado, afim de extingui-la completamente (o que apresenta difficuldades technicas de grande monta) ou limitar seus focos e impedir a contaminação.

A defesa sanitaria dos portos tambem merece attenção. levando-se em conta a grande extensão de nossas costas, o que torna tal serviço altamente dispendioso. Para a defesa sanitaria interestadual, no que respeita á navegação de cabotagem, foi organizado o serviço sanitario da marinha mercante, no qual os inspectores sanitarios maritimos, agora subordinados ao Departamento de Saúde Publica, constituem garantia efficaz.

Para a navegação internacional, nas condições actuaes, a providencia indicada será a installação de um ou dois hospitaes de isolamento, com estações de desinfecção, em Estados do Norte do paiz, que constituem as respectivas escalas. O systema de esgotos desta capital reclama a attenção dos poderes publicos. A persistir a situação em que nos encontramos, bem depressa o Rio de Janeiro não poderá mais ser considerada uma cidade esgotada, porquanto as zonas privadas de rede de esgotos serão mais extensas do que as providas. Já no momento actual extensas zonas dos suburbios, e muitas de população das mais densas, se acham privadas de esgotos.

Solicito tambem a vossa attenção para as actuaes tabellas das taxas de esgotos, as quaes exigem revisão completa, afim de se tornarem mais equitativas e ainda no intuito de diminuir, ou fazer desaparecer, o *deficit*, que advem ao Thesouro do pagamento, em ouro, dos serviços de esgotos.

E' doloroso confessar que, ainda neste momento, não possui a cidade do Rio de Janeiro um leito unico para hospitalização de creanças!

Não ignora o Governo que o vasto e complexo problema de assistencia publica não poderá constituir encargo exclusivo do Estado, e que para resolvel-o de modo amplo e efficiente se torna indispensavel o concurso da iniciativa privada, em actos de altruismo e de humanidade. Entretanto, aquella iniciativa só em pequena escala se tem ensaiado entre nós; e até que o espirito de associação com fins de benemerencia tenha attingido maior desenvolvimento, é preciso que o Estado assuma as responsabilidades administrativas e financeiras dos serviços de assistencia, maximé daquelles que, como a assistencia hospitalar, requerem solução immediata.

Em alguns Estados do Norte do paiz continúa a grassar a febre amarella, sob a forma de pequenas endemias, que de quando em vez apresentam surtos epidemicos de maior intensidade. Apesar do esforço de algumas administrações sa-

nitarias, e talvez pela descontinuidade dos serviços, não foi possível completar nesse ponto a obra immortal de Oswaldo Cruz.

O combate a surtos epidemicos isolados, especialmente nas grandes cidades do littoral, tem servido apenas como providencia de momento, porquanto a permanencia de focos em zonas do interior dos Estados occasiona depressa nova infestação das cidades em que se tenha realizado a prophylaxia, assim parcial, da doença. Entretanto, urge que, de uma vez por todas, seja extinto no territorio nacional o terrivel *morbis* de prophylaxia hoje perfeitamente determinada. A sua permanencia em zonas do Norte do paiz, além de deprimir o nosso prestigio medico, constitue ameaça permanente á capital da Republica e aqui exige medidas especiaes de vigilancia, sempre dispendiosas.

Ponto sobre o qual tambem deverá recahir a acção do Legislativo é o commercio de leite na capital do paiz. Sendo o leite producto indispensavel á alimentação das creanças e dos doentes, deve o Estado empenhar-se decisivamente por impedir que seu preço exaggerado exceda as possibilidades das classes pobres. E, entretanto, o que se verifica no momento, devido a circumstancias diversas: vendido nos centros pastoris por preço nunca superior a \$200 o litro, é o leite fornecido ao consumidor nesta cidade por \$900 e 1\$, o que torna seu uso privilegio das classes providas de recursos.

A fiscalização sanitaria do leite, imprescindivel á defesa da saúde collectiva, é realizada em entrepostos, que constituem hoje propriedades de algumas emprezas que, senão de direito, pelo menos de facto, impõem ao mercado o preço que lhes apraz, achando-se assim organizado o verdadeiro *trust*.

A providencia necessaria será uma lei especial do Congresso, pela qual possa o Governo, sob condições determinadas, exercer fiscalização, eliminando o monopolio.

Immediatamente ligada ao assumpto e tambem ao problema da alimentação publica, em todos os seus aspectos, é a questão de frigorificos.

Cumprе lembrar a circumstancia de ser quente o nosso clima e serem distantes os centros productores, muito concorrendo essas duas causas para a rapida deterioração de alguns productos, que desde logo passam a constituir séria ameaça á saúde publica.

A ausencia de frigorificos constitue um obstaculo ao maior desenvolvimento dos nossos centros de cultura agricola situados a grandes distancias, e que não possuindo garantia de conservação de seus productos, são forçados a limitar sua actividade e a só produzir generos de deterioração mais demorada. E, como se vê, problema de importancia capital, a que se ligam não só os interesses da saúde publica, quanto ainda os do commercio e do desenvolvimento agricola. Cumprе assignalar aqui as pessimas condições de transporte do leite e da carne nas nossas vias ferreas. Em virtude de tal falha, o leite deve ser previamente *pasteurizado* em uzinas do interior, sendo impraticavel sua exportação *in natura*, sem previo beneficiamento.

A hygiene industrial deverá tambem ser objecto das co-

gitações do Congresso, cabendo-lhe legislar para que a administração sanitária possa regulamentar o assumpto, de accordo com as grandes exigencias do momento e attendendo a evolução social e os interesses reciprocos de operarios e patrões.

Assistencia a Alienados

Os serviços da assistencia a alienados, apesar da dedicação e competencia dos seus dirigentes, muito deixam que desejar por falta de dotações orçamentarias sufficientes. A excessiva lotação do hospital central constitue um mal grave para o tratamento dos enfermos.

Não ha outra solução razoavel e humana senão augmentar a capacidade das installações das colonias de alienados. Carecem de reformas urgentes, como exige o Departamento Nacional de Saúde Publica, o edificio e as installações do hospital central.

Foram creados serviços novos para o tratamento dos psychopathas em geral. Tem o Governo em preparo um novo regulamento da assistencia, não só para regularizar aquelles serviços, como para attender ás necessidades reveladas pela pratica.

Limites interestaduaes

Acham-se terminados os trabalhos da commissão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catharina, e proseguem com toda regularidade os de idêntica commissão nos Estados do Norte.

Pelo decreto n. 4.616, de 14 de dezembro do anno findo, foram determinados os limites do Estado de S. Paulo com o do Paraná.

Ha pendentes diversas decisões arbitraes, e é de esperar, como tanto convem aos altos interesses nacionaes, que as questões de fronteiras interestaduaes sejam todas definitivamente resolvidas em breve tempo.

A esse assumpto o Governo dedicará toda a sua attenção.

RELAÇÕES EXTERIORES

Relações Internacionaes

Ao agradecer ás embaixadas especiaes e ao corpo diplomatico aqui acreditado os cumprimentos que nos apresentaram no dia 15 de novembro ultimo, tivemos grande satisfação em lhes assegurar que o pensamento do Governo continuaria, invariavelmente, voltado para os interesses reais e permanentes da paz, da civilização e da humanidade e sempre numa estreita communhão de espirito com todos os povos amigos do Brasil.

E' nos grato reassegurar hoje que, fiel a esse pensamento, continúa o Governo a manter cordiaes as relações que o Brasil sempre se esforçou por entreter com as demais nações.

Repetimos, então, que nós, o povo brasileiro e seu Governo, sempre trabalhamos com afincos em favor da paz, que é a melhor garantia do progresso de todos os povos, e affir-

mãos que, entre as nossas preocupações de Chefe de Estado, nenhuma seria mais constante que essa.

Reafirmando taes declarações, cabe dizer-vos que o Governo não discrepou dessa norma, nem poderia, aliás, discrepar, sem violação flagrante dos altos principios basicos da politica internacional do paiz e sem desrespeito profundo ao espirito do povo brasileiro.

A paz e a concordia têm sido e continuam, felizmente, a ser os nobres fins collimados pela politica exterior do Brasil e o serão perennemente para fortuna do povo e honra de seu Governo.

Primeiro Centenario da Independencia

Por occasião das festividades commemorativas do primeiro Centenario de nossa Independencia politica, ficou bem patente o alto espirito de cordialidade que domina as relações diplomaticas do Brasil.

Foram innumerables e muito affectuosas as demonstrações de apreço que o paiz recebeu, quer em grandes solemnidades officiaes e particulares levadas a effeito em alguns paizes amigos, como se deu, especialmente, na Argentina, no Mexico, em Portugal e no Uruguay, quer na presença das grandes missões diplomaticas vindas em character especial, e que tanto brilho deram aos actos commemorativos realizados nesta capital.

A Allemanha, a Argentina, a Belgica, a Bolivia, o Chile, a China, a Colombia, o Equador, a França, a Gran-Bretanha, a Italia, a Santa Sé e o Uruguay fizeram-se representar por embaixadas espeziaes, que o Estado teve a honra de hospedar, e de que faziam parte notaveis vultos de cada um destes paizes amigos.

Outras representações diplomaticas, não menos notaveis, o Governo teve, então, a honra de receber solemnemente, enviadas por mais paizes amigos: a Bulgaria, Cuba, Dinamarca, Guatemala, Hollanda, Honduras, Nicaragua, Noruega, Panamá, Polonia, Suecia, Suissa e Venezuela.

Além dessas brilhantes representações, a Argentina, os Estados Unidos da America, a Gran-Bretanha, o Japão, o Mexico, Portugal e o Uruguay destacaram unidades de suas marinhas de guerra, que vieram especialmente saudar o pavilhão brasileiro no porto desta capital por occasião dessas festividades. Na grande parada militar commemorativa da Independencia formaram contingentes das guarnições de todos esses navios, dando um grande brilho ao desfile.

O Mexico, além de enviar-nos o luzido batalhão dos cadetes de sua Escola Militar, uma grande banda de musica e numerosa orchestra caracteristica, offerceu-nos um bello monumento ao indio Cuauhtemoc.

O Chile acaba de offerecer-nos tambem um formoso monumento, obra de distincta esculptora da nobre nação amiga, e os Estados Unidos vão brindar-nos com uma estatua da amizade, assignalando de modo perenne a parte verdadeiramente effusiva que a grande nação tomou na celebração do Centenario da Independencia do Brasil.

Visita do Presidente da Republica de Portugal

Tiveram importancia excepcional as demonstrações officiaes e particulares que Portugal deu de seu grande jubilo, por ver o Brasil alcançado, tão auspiciosamente, completar um século de vida independente em continua e grande prosperidade.

Primou dentre todas a visita que tivemos a honra de receber, com particular desvanecimento, do Chefe de Estado da nobre e gloriosa Nação, o Sr. Dr. Antonio José de Almeida, que trouxe em sua companhia personalidades do maior relevo.

Durante sua estadia nesta capital, o Senhor Presidente Almeida e sua comitiva foram hospedes do Estado e receberam, sempre, as mais inconfundiveis provas de profundo respeito e grande apreço das autoridades e do povo brasileiro.

Visita do secretario de Estado dos Estados Unidos

Os Estados Unidos, que o Imperador D. Pedro II visitara pessoalmente em 1876, quando foi da grande Exposição de Philadelphia, commemorativa do centenario da Independencia da America do Norte, tiveram o delicado pensamento de retribuir-nos nessa visita o anno passado, em occasião identica. Foi com esse fim especial ao Brasil o illustre Secretario de Estado Sr. Charles Evans Hughes, cuja permanencia por alguns dias no Rio deu ensejo a expressivas manifestações de amizade entre os dous paizes, tradicionalmente ligados por velhos e solidos laços, que de nossa parte procuramos tambem augmentar cada vez mais.

A Passagem de S. Ex. o Sr. Dr. Marcello Alvear pelo Rio de Janeiro

Leve a Capital brasileira a honra de assistir o anno passado a passagem do eminente Sr. Dr. Marcello Alvear, em transitio para o seu paiz, que acabava de elege-lo Presidente da Republica, em successão ao illustre Sr. Dr. Hypólito Irigoyen, de cujo governo guarda o Brasil as melhores recordações, pelas constantes provas de apreço com que honrou e distinguiu sempre o nosso paiz. Essa politica de estreita aproximação entre os dois povos vizinhos, feitos para se entenderem e se estimarem, continua, seguida pelo novo Chefe de Estado Argentino, como seguida sera por vós, no pensamento invariavel de fortalecer a harmonia da America.

Tributamos a S. Ex. o Sr. Dr. Marcello Alvear as mesmas homenagens que tivemos ensejo de prestar a outro grande Presidente Argentino, Saenz Peña, quando aqui passou para ir assumir, em Buenos Aires, o seu alto posto e proferiu o memoravel discurso, cuja celebre phrase «tudo nos une e nada nos separa», ficou sendo para sempre a palavra de ordem nas relações entre os dois povos irmãos.

O Brasil enviou á capital argentina o *Minas Geraes*, por occasião da posse do novo Presidente e acreditou Embaixador especial para assistir á mesma posse o seu representante em Buenos Aires.

Identica homenagem recebemos da nobre Republica irmã, por occasião da transmissão do supremo mando no Brasil. Aqui esteve a esse tempo o cruzador *Buenos Aires*, sendo

egualmente acreditado para a representação especial em nossa posse o illustre Sr. Dr. Mora y Araujo, que nos representa a Nação Uruguaya.

A Nação Uruguaya quiz distinguir de modo muito especial o Brasil, enviando-nos com seu cruzador *Montevideo* uma Embaixada, chefiada pelo illustre Sr. Dr. Benito Cunarro, ao qual exprimimos pessoalmente os agradecimentos que ora renovamos. Somos sempre muito sensiveis ás demonstrações de amizade do povo oriental, a que nos rendem tantos laços.

Estivemos representados na posse do novo Presidente Sua Excellencia o Sr. Dr. José Serrato, por uma Embaixada Especial, chefiada pelo Sr. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires e enviamos, nessa occasião, o cruzador *Barroso*, que desembarcou um contingente para prestar continencias quando se inaugurou o monumento a Artigas.

Hospedes illustres

Por occasião das festas do Centenario o Governo teve tambem a honra de receber e hospedar distinctas personalidades estrangeiras que vieram testemunhar ao Brasil seu apreço pessoal e o de seus nobres paizes.

Entre esses illustres hospedes figurou um grupo de notaveis parlamentares inglezes, além de muitos delegados á Exposição e representantes de grandes instituições e corporações scientificas e artisticas, todos com o encargo especial, de que se desobrigaram muito brilhantemente, de testemunhar o interesse e o apreço que lhes merecem os circulos intellectuaes do nosso paiz.

Novos embaixadores

Outra prova bem frisante das excellentes relações internacionaes que o Brasil mantém foi a elevação á categoria de embaixada das legações que mantinham aqui o Mexico, o Chile e a Argentina.

Tem essa elevação a particularidade muito sympathica de ser um valioso testemunho do espirito de fraternidade continental, que o Brasil e todos os povos americanos procuram manter cada vez mais vivida. O Japão acaba tambem de distinguir-nos com identico testemunho de apreço, tendo no mesmo dia o Brasil elevado á categoria de Embaixada a sua legação em Tokio.

Quinta Conferencia Internacional Americana

Fixada para 1914 a reunião da Quinta Conferencia Internacional Americana, a realizar-se em Santiago do Chile, os acontecimentos que perturbaram tão profundamente a vida de todos os povos cultos durante alguns annos, forçaram a um adiamento *sine die* essa reunião, que, por fim, velu a ser marcada para o anno corrente.

O programma dos trabalhos da Conferencia, formulado para 1914, evidentemente não satisfaria agora a seus fins, e por isso, o Conselho Director da União Pan-Americana procurou refundil-o.

Só em sessão celebrada a 6 de dezembro ultimo foi approvedo o alludido programma. O Governo do Chile fixou para 25 de março proximo passado a abertura solemne da Conferencia, pronunciando nessa occasião Sua Excellencia o Sr. Presidente do Chile, Dr. Arthur Alessandri, um memoravel discurso.

Caracteriza essas conferencias a circumstancia de não se originarem de alguma controversia a regular ou de algum principio novo a fixar, como acontece ás de natureza estritamente politica, economica ou social, mas antes consequencia da grande afinidade de ideaes dos povos do continente americano, que se encontram, periodicamente, nessas reuniões, para cada um patentear o que tenha conseguido fazer em prol da communhão continental e todos accordarem sobre os trabalhos que ainda poderão realizar conjunctamente, em beneficio da collectividade, dentro dos altos principios politicos que, felizmente, regem a America.

Por isso, os assumptos que possam favorecer o surto progressista e a aproximação dos paizes reunidos nessas conferencias merecem sempre especial attenção da parte do Brasil.

A essa de Santiago o nosso paiz compareceu por uma delegação sob a chefia do Dr. Afranio de Mello Franco, cujos sentimentos de cordialidade continental, a par de sua cultura politica e juridica, são bastante conhecidos e escusa encaecer.

Na discussão da these XII do programma, a que mais interesse havia despertado, fez o Brasil a seguinte declaração de principios:

«Viver em paz com todos os povos do mundo é supremo objectivo dos Estados Unidos do Brasil.

Quando a Constituição Federal attribuiu ao Congresso Nacional a competencia privativa para autorizar o Governo a declarar a guerra, restringiu desde logo essa autorização aos casos em que não houvesse logar ou se malgrasse o recurso do arbitramento (art. 34, n. 11).

«Os Estados Unidos do Brasil, em caso algum, se empenharão em guerra de conquista, directa ou indirectamente, por si ou em alliança com outra nação». Tal é textualmente a letra do art. 88 da nossa Magna Lei.

Em um seculo de vida independente, o Brasil sempre praticou a paz e si della se afastou por quatro vezes foi sempre guiado por altos e nobres objectivos, que não desmentem e antes confirmam aquella sua constante aspiração.

Abrindo a seu vasto territorio a todos os homens, quaesquer que sejam os seus paizes de origem, equiparando-os aos nacionaes, no gozo de todos os direitos civis, o Brasil se submete, tambem, espontaneamente, á jurisdicção dos seus juizes ou tribunaes federaes para o julgamento de todas as questões movidas por quaesquer alienigenas e fundadas, quer em contractos com o Governo da União, quer em convenções ou tratados da União com outras nações, bem como sujeitou á decisão dos ditos juizes ou tribunaes quaesquer pleitos entre Estados estrangeiros e cidadãos brasileiros.

Com esses dispositivos do art. 60, letras e e f da Constituição Federal, o Brasil assentou um dos marcos mais avançados no caminho da submissão progressiva das mais

altas soberanias ao imperio definitivo e pratico da justiça organizada. Nenhum paiz do mundo levou mais longe a sua pratica do arbitramento. Em 1862, na divergencia suscitada entre os Governos do Brasil e da Inglaterra e que em nossa historia diplomatica tomou o nome de «questão Christie»; o Brasil submettjou-se á arbitragem do Rei Leopoldo I, da Belgica, e teve ganho de causa, por sentença de 18 de junho de 1863; no litigio secular com a Argentina, cujas negociações se desenrolaram desde 1857 até os ultimos dias da monarchia, o Brasil se submettjou á arbitragem do Presidente dos Estados Unidos da America, Grover Cleveland, e a 7 de fevereiro de 1895, era proferido o laudo final, nobremente acatado e cumprido pela Republica irmã e amiga; na questão tambem secular com a França, para o dominio e posse do vasto territorio do Amapá, o Brasil, ainda uma vez, se submettjou á arbitragem do Presidente da Confederação Suissa, pelo compromisso firmado a 10 de abril de 1897, sendo em 1º de dezembro de 1900 proferida a sentença arbitral a nosso favor; em 1842 surgiu o conflicto de limites entre o Brasil e a Inglaterra, nas fronteiras da Amazonia com a Guyana Inglesa, submettendo-se, ainda desta vez, o Brasil á arbitragem do Rei da Italia, pelo compromisso de 6 de novembro de 1901, sendo proferida a sentença a 6 de junho de 1904, e dividido o territorio contestado em duas partes, das quaes a mais extensa coube á Inglaterra.

O primeiro tratado geral de arbitragem concluida pelo Brasil foi com o Chile, em 18 de maio de 1899 e o segundo com a Argentina, a 7 de setembro de 1905. Dessa data o Brasil tem assignado cerca de 30 convenções de arbitramento, entre as quaes se assignalam as firmadas com os Estados Unidos da America, Portugal, França, Hespanha, Mexico, Honduras, Venezuela, Panamá Equador, Costa Rica, Cuba, Grã Bretanha, Bolivia, Nicaragua, Noruega, China, Salvador, Perú, arbitramento assignado pelo Brasil. Para a solução de reclamações de ordem puramente economica tem ainda elle celebrado varias convenções, entre ellas as que firmou com Portugal, Inglaterra, Uruguay, Bolivia e Perú. E', pois, incontestavel que nenhum paiz do mundo tem levado mais longe a pratica sincera, constante e leal do arbitramento.

A indole idealista do nosso povo, as suas tradições, o espirito da sua Constituição e de todas as suas leis, a orientação de sua politica exterior, tudo demonstra que o Brasil não ama sómente a paz, não n'a tem como um culto ou simples anelo platónico, mas como uma pratica constante em suas relações com os outros povos. Na grande guerra de 1914-1918, em que se envolveram 20 nações, elle teve de alistar-se, defendendo legitimos interesses nacionaes e direitos offendidos e violados, ao lado dos que se batiam pela justiça e pela civilização. O concurso material que prestou aos Alliados tinha de soffrer as relatividades da deficiencia de seu poder militar, pois o conflicto nos encontrara desapercibidos e desprezados vivendo como sempre vivemos, sem outras preocupações além das de mera defesa da nossa soberania e dignidade, sem cogitar de dissentimentos aggressivos, que os nossos ideaes e a pratica constante do arbitramento excluiam de um modo absoluto.

A preparação militar pessoal e organização material constitue problema que só bordámos seriamente em 1916. As nossas forças de terra e mar, que a Constituição considera instituições nacionaes permanentes, têm como unico destino, consoante o dispositivo de seu art. 14, a defesa da patria no exterior e a manutenção das leis no interior. O Exército e a Armada, de accôrdo com o art. 82, § 4º, da nossa Constituição, devem compôr-se pelo voluntariado, sem premio, e só em falta deste pelo sorteio previamente organizado. E' pelo sorteio ou antes pela conscripção que se instruem systematicamente, todos os annos, os contingentes que garantem a preparação militar e as reservas formadoras dos exercitos modernos e disciplinados. Todavia, esse processo de instrucção systematica, adoptado, ha mais de vinte annos, por varios paizes do continente, apenas ha sete annos foi iniciado no Brasil; e este facto, por si só e na sua singela eloquencia, basta para patentear, mesmo a um leigo, as nossas deficiencias militares.

Das tentativas feitas até hoje no mundo, para a limitação das forças de terra, só uma até agora chegou a resultado definitivo: a effectuada por iniciativa do Governo Nort-Americano, entre as Republicas da America Central e concretizada na Convenção assignada na cidade de Washington, a 7 de fevereiro de 1923, pelas Republicas de Guatemala, Salvador, Honduras, Nicaragua e Costa Rica.

Segundo o art. 1º da referida Convenção, a limitação dos armamentos de terra só pôde effectivar-se tomando como base a população, a área, a extenção das fronteiras e varios outros factores de menor importancia militar; entretanto, o Brasil, visinho de quasi todos os paizes da America do Sul, com uma área territorial e uma população equivalentes a quasi metade da área territorial e população desta parte austral do continente: o Brasil tem até hoje, os seus quadros militares, distribuidas, apenas, uma divisão de infantaria para cada grupo de seis milhões dos seus habitantes, ao passo que para as outras nossas irmãs da America essa proporção varia entre uma divisão de infantaria por um milhão de habitantes, até uma divisão de infantaria por tres milhões de habitantes. Na indicação numerica da relação existencia entre os effectivos permanentes, praças e officiaes e a sua população, o Brasil conta pouco mais de um soldado por mil habitantes e na indicação numerica da relação existente entre os ditos effectivos e a sua superficie territorial, conta pouco mais de cinco soldados por mil kilometros quadrados. Basta comparar as estatisticas para verificar a inferioridade desses algarismos em comparação com os coefficients de varios paizes do continente. Isto quer dizer, na eloquencia dos algarismos, que o Brasil em relação ao numero dos seus habitante e superficie, é o paiz de menor exercito na America do Sul.

Quanto aos gastos militares para as forças de terra e mar, as verbas dos nossos orçamentos são inferiores ás de varios paizes da America, convindo notar que, pelo systema das nossas leis orçamentarias, as despesas com as classes inactivas do Exército e Armada, reformados de toda ordem, construcções militares e outras da mesma natureza, pesam no orçamento dos Ministerios da Guerra e da Marinha, ao passo que

taes despesas correm nos outros paizes por departamentos especiaes.

O numero dos reservistas instruidos, bem como o dos não instruidos, mas alistados, é inferior no Brasil ao das outras nações militarmente organizadas na America, e o nosso material de guerra está bem longe de satisfazer ás necessidades do nosso pequeno exercito.

Quanto ás forças de marinha, não menos precarias em sua realidade é a situação no Brasil em face das condições a que se refere o art. 8º do Pacto das Nações, de que somos signatarios.

A questão do desarmamento naval, na phase posterior á conflagração europeá teve sua origem naquelle artigo do referido pacto, no qual se reconhece a necessidade de serem taes armamentos fixados no minimo, compativel com a segurança nacional e com a exclusão das obrigações internacionaes impostas por uma acção common, tendo-se sempre em vista a situação geographica e as condições especiaes de cada Estado.

Com uma organização naval inferior ás necessidades da sua segurança e ás condições da sua situação geographica, teve o Brasil, entretanto, na qualidade de membro da Sociedade das Nações, de tomar parte nas discussões que se succederam á assignatura do mencionado pacto e cujo objectivo era a redução dos recursos navaes das grandes potencias, augmentados desmedidamente pelas injuncções creadas em virtude da própria guerra. O Brasil nunca se recusou a tratar dessa materia na Liga das Nações, sem embargo, de não ter para elle o problema os mesmos aspectos que revestia em face das potencias que haviam elevado, ao maximo da sua expansão, o respectivo apparelho naval.

Comparecendo á primeira assembléa da Sociedade das Nações, teve o Brasil de negar o seu assentimento á proposição feita para que os paizes filiados áquella Sociedade não excedessem nos exercicios de 1922 a 1923 os seus orçamentos militares de 1921, visto como não seria admissivel que paiz novo, animado de um profundo sentimento pacifista, que tem impedido de desenvolver convenientemente o seu poder militar, afim de pô-lo ao nivel do minimo compativel com a sua defesa e segurança, fosse adherir a uma providencia cujo unico objectivo era o de impedir que as grandes nações super-armadas ampliassem ainda mais os seus exercitos de terra e mar, compromettendo irremediavelmente o estado já precarissimo das finanças do mundo, a tranquillidade das populações esgotadas e a propria paz entre os povos.

A justificação desse voto do nosso paiz foi feita pelo Dr. Rodrigo Octavio, nosso representante, e nella se lêem as seguintes palavras: «Certamente o Brasil é um paiz liberal e pacifico, nada tem de imperialista ou militarismo, mas seu territorio é consideravel, suas costas são muito extensas e para as suas necessidades interiores precisa ter marinha de guerra e exercito».

O representante do Brazil lembrou, opportunamente, a nossa indole pacifista e nossa pratica da arbitragem, recordando tambem que não temos contendas internacionaes de

qualquer especie e que mantemos as melhores relações com todos os paizes vizinhos e todos os povos da terra.

Na segunda assembléa, respondendo á carta do Secretario Geral, datada de 8 de março de 1921, o representante naval brasileiro declara o seguinte: «Os orçamentos naval, militar e aereo do Brasil são actualmente muito reduzidos, em razão da crise financeira, e insufficientes quanto ás necessidades da segurança e defesa do paiz.

O Brasil não está nas mesmas condições da maior parte das grandes potencias que, no decurso da recente guerra, renovaram completamente seu material e melhoraram as condições de suas defesas nacionaes, de accordo com os ensinamentos e as necessidades da guerra».

É a razão pela qual o delegado do Brasil declara não poder adoptar o voto da assembléa, relativo á redução dos orçamentos militares.

Os resultados minimos a que chegara a primeira assembléa, offerecendo, como conclusão dos seus trabalhos, um simples voto platonico, que não logrou o apoio de todos os delegados, e algumas resoluções tendentes á realização de estudos preliminares, sem effeito algum sobre o poder militar effectivo dos povos, não deixaram de ser uma decepção para os que esperavam da dita assemblea decisões que trouxessem á humanidade melhores dias de fraternidade e de paz.

Afim de estudar os problemas do desarmamento, a essembléa de 1920, creou a commissão temporaria mixta, presidida pelo Sr. René Viviani, o qual foi de opinião que se não devia perder de vista, nos trabalhos da commissão, o elemento segurança nacional, expressamente previsto no art. 8º do Pacto das Nações. Essa commissão funcionou durante os trabalhos da segunda assembléa, reunida em 1921. No questionario elaborado por essa commissão, para abordar o problema da redução dos armamentos, de accordo com o art. 8º do Pacto, foi proposto um inquerito estatistico a ser feito em cada Estado e no qual se deveria levar em conta a população, a superficie e a extensão das fronteiras terrestres.

Na terceira e ultima reunião da assembléa da Liga das Nações foi que se cogitou da extensão do Tratado de Washington, de 6 de fevereiro de 1922, aos outros paizes não signatarios.

O projecto, apresentado pelos representantes da Inglaterra, França e Italia á commissão temporaria mixta, foi remittido á commissão permanente consultiva para que a sua sub-commissão naval estudasse e apresentasse seu parecer tecnico sobre tão importante assumpto. Perante a mesma sub-commissão a attitude do Brasil foi definida pelo seu delegado naval, que se oppôz ao mesmo projecto, por ser contrario aos interesses da defesa e segurança do nosso paiz. Aos paizes cujas condições eram completamente diversas das em que se achavam os Estados signatarios do Tratado, a tonelagem attribuida ao Brasil e á Hespanha foi julgada pelos representantes desses paizes como não correspondendo á sua situação geographica, importancia e segurança nacional, pelo que propuzeram elles que a discussão dos projectos apresentados fosse baseada nos principios que regem o art. 8º do Pacto da Sociedade das Nações.

O Sr. Rivas Vicuña, representante do Chile na Comissão temporaria, tambem já havia declarado que os eefficientes propostos para os paizes da America do Sul não correspondiam á situação e importancia. Tendo sido rejeitada pela maioria da sub-commissão naval a these apresentada pelos delegados da Hespanha e do Brasil, em que propunham estabelecer-se o limite dos armamentos dos membros da Sociedade das Nações por meio de comparações convenientes, baseadas sobre a posição geographica e as condições previstas no art. 8º do Pacto, julgou o delegado do Brasil ser-lhe impossivel continuar a collaborar no exame dos diversos projectos apresentados á commissão, por serem os mesmos contrarios ás exigencia da situação geographica e á segurança do seu paiz.

O projecto de tratado, apresentado pela sub-commissão naval para a extensão da Convenção de Washington aos paizes não signatarios, foi remettido á commissão temporaria mixta, que, depois de examinal-o, adoptou uma resclução recommendando ao Conselho a extensão dos principios da limitação dos armamentos navaes aos Estados não signatarios do tratado, mas membros da Sociedade, e chamou a attenção do mesmo Conselho para a oportunidade de estender aquelles principios tambem aos Estados extranhos á Sociedade das Nações. Submettida essa recommendação á consideração da terceira assembléa, reunida em Genebra, no mez de setembro de 1922, foi ella remettida á sua commissão de armamentos, na qual o Brasil foi representado pelo Embaixador Regis de Oliveira e pelo Contra-Almirante Penido. Nessa occasião o referido Embaixador expôz o ponto de vista do Brasil relativamente á extensão da Convenção de Washington aos outros paizes não signatarios, mostrando que a situação de seu paiz em muito differente da dos Estados signatarios e que a Marinha do Brasil era insufficiente para as necessidades de sua defesa. Entretanto, acrescentou que a sua attitudo não queria significar opposição á possibilidade de achar-se uma fórmula pratica e accetavel para a extensão dos principios pactuados em Washington.

As nações não signatarias, ao ser votada pela assembléa a proposição emanada da commissão temporaria dos armamentos o representante do Brasil declarou que o seu Governo accetava, em principio, a convocação de uma conferencia internacional, para examinar o problema dos armamentos navaes, si ficasse bem entendido que as resoluções que della resultassem se não afastariam da letra e do espirito do art. 8º do Pacto das Nações.

Justificando o seu ponto de vista, declarou o delegado do Brasil que a Convenção de Washington foi realizada entre nações que haviam alcançado o mais alto gráo de potencia naval e que por consequencia podiam reduzi-la sem sahir dos principios estabelecidos no art. 8º do Pacto, isto é, ao minimo combativel com a segurança nacional. Já os delegados technicos da Hespanha e do Brasil unicos representantes das nações interessadas na sub-commissão naval da Comissão Consultiva Permanente, mostraram de modo preciso que o projecto de tratado em questão não teria probabilidade de exito si não se apoiasse sobre as disposições do art. 8º do Pacto. O Almirante Marquez de Magaz, declarando-se dis-

posto a aceitar as linhas geraes do projecto, fez reservas que, em essencia, coincidiram com as razões pelas quaes o Almirante Penido se recusara a collaborar no dito projecto.

O eminente Sr. Rivas Vicuña, delegado do Chile, emittiu também reservas sobre os coefficients propostos para os paizes da America, cujos effectivos não correspondem á sua respectiva situação e importancia. Si o nosso objectivo é chegar a collocar as nossas propostas em terreno pratico, por meio de um accordo geral, lembremo-nos do que disse Lord Robert Cecil: «nenhum projecto de redução de armamento poderá chegar a resultado si não for geral».

Devemos assignalar aqui que, quando foi votado na sub-comissão naval da Comissão Permanente Consultiva o art. 4.º que fixava a tonelagem total dos navios de linha de substituição, calculada conforme o deslocamento, a delegação franceza, de accordo com a maioria dos representantes das potencias signatarias, apresentou a seguinte nota, que foi approvada e incluída no texto do projecto de convenção:

«Tout en ayant redigé l'article 4, en conformité du principe du *statu quo*, la majorité des membres de la sous-commission navale croit devoir appeler l'attention du Conseil sur l'inégalité qui en résulte entre les forces navales respectives des trois Etats sud-américains, Argentine, Brésil, et Chili, alors qu'ils estiment que ces trois Etats devraient logiquement avoir des forces navales mieux équilibrées, dont le tonnage total en navires de lignes ne devrait toute fois rester inférieur à quatre vingt mille».

Os trabalhos desta Quinta Conferencia Internacional Americana para a redução dos armamentos não se podem isolar da orientação politica da Sociedade das Nações, e disto bem se apercebeu a terceira assembléa daquella sociedade, como se vê é pelo adiantamento que deliberou da discussão deste assumpto até a resolução da mesma actual Conferencia Pan-Americana. Tendo sido proclamados na resolução XIV da terceira assembléa da Sociedade das Nações, os principios que devem reger a questão da limitação de armamentos, todos os outros membros da dita sociedade devemos pautar a nossa conducta por aquelles preceitos approvados, porque não podem coexistir duas orientações differentes sobre o mesmo assumpto. Aquella resolução declarou em verdade que os Governos não podiam assumir a responsabilidade de uma séria redução de armamentos desde que não recibessem em troca uma garantia satisfactoria para a segurança dos seus paizes. Estendendo-se por um littoral de cerca de 3.600 milhas, com uma superficie quasi igual á da Europa; com uma linha de costas de extensão quasi igual á distancia que separa, em certo ponto, a Europa da America Meridional; com uma rede ferro-viaria deficiente e sem ter entre muitos dos seus Estados outra via de comunicação que não a maritima; com instituições politicas do mais amplo federalismo e em que a autoridade do Poder Central não pôde exceder-se nas mais apartadas regiões do seu territorio, sinão pelas forças de terra e mar,—o Brasil não teve até hoje uma marinha adequada ás suas necessidades e nem completou o seu programma naval de 1906, pois que o seu terceiro «dreadnought», o *Rio de Janeiro*, quasi concluido, foi cedido á Turquia, e seus tres monitores o foram

à Inglaterra no principio da grande guerra europeá; não chegando sequer a ser iniciada a construcção do *Riachuelo*, que se pensava fazer por subscrição popular. Os seus dois navios capitães, *Minas Geraes* e *S. Paulo*, já estão com a metade da sua efficiencia decorrida, segundo o prazo para isso fixado no Tratado de Washington. Além destes, o Brasil só possui dois velhos guarda-costas, tres cruzadores, tres submarinos e onze destroyers, os dous primeiros construidos ha mais de 24 annos e os demais já antiquados e sendo todos de fracas qualidades combativas. Não obstante esta precariedade de condições, que aqui sómente se esboça, o Brasil não se recusou jamais a estudar com os seus irmãos da America uma formula justa e equitativa para a limitação dos seus armamentos navaes, e disto deu sempre provas evidentes, tanto na Sociedade das Nações como nos trabalhos desta Conferencia e nos seus antecedentes.

Comparando a esta Quinta Conferencia Internacional Americana, o Brasil se dispôz a discutir com as suas irmãs os problemas communs em beneficio do progresso e bem estar collectivo da America; não tinha e não tem reserva alguma sobre os pontos do programma; porquanto a ouvir o que fosse suggerido e inspirado pelos principios, que sempre o guiaram, de amizade e harmonia com as Republicas do Novo Mundo e com todos os povos da terra. Difficil, entretanto, é encontrar-se uma base unica e egual para ser applicada a tantos paizes de condições peculiares tão differentes. Basta reflectir: como fixar-se uma tonelagem unica de navios capitães a todas as nações do Continente Americano; quando, entre ellas, alguma ha, como as Republicas da America Central que já concordam em não ter marinha de guerra; como applicar-se uma regra invariavel e unica a paizes em condições geographicas tão deseguaes, e sem violar flagrantemente os principios proclamados no art. 8º do Pacto das Nações? Para que se possa fazer uma distribuição de tonelagem de accôrdo com as necessidades e condições de cada paiz, será preciso um estudo detalhado da situação de cada um; o que não parece possível fazer-se em conferencias da natureza desta em que nos encontramos. A fixação de uma tonelagem unica, suggerida na proposta da illustre Delegação Chilena, parece antes applicar-se e ter visado apenas os tres paizes que possuem maior marinha de guerra na America Latina: a Argentina, o Brasil e o Chile. Mas isto para ser mais logico seria que o assumpto fosse resolvido em entendimentos posteriores entre os referidos paizes, como tão opportunamente propôz o illustre delegado de Honduras. A Delegação do Brasil, no emtanto, quer deixar patente aqui que o seu paiz não está longe, antes deseja aceitar um accôrdo entre as Republicas do Continente, quanto ao aparelhamento naval. Para isso o seu ponto de vista obedece ás seguintes bases fundamentaes:

1.º — Limitação da tonelagem dos navios capitães, durante cinco annos, a 80.000 toneladas;

2.º — Considerar como navios capitães actualmente existentes na America do Sul os do typo «dreadnought» e, conforme a definição da parte IV, do art. 2º, do tratado n. I, assignado em Washington, a 6 de fevereiro de 1922, os que da data da convenção a assignar-se em diante vierem a ser construidos ou adquiridos, desde que tenham um deslocamento maior de

10.000 toneladas ou sejam armados com um ou mais canhões de calibre superior a oito pollegadas;

3.º — No calculo da tonelagem total, fixada para os navios capitaes, se incluirão sómente os navios actualmente existentes do typo «dreadnought», *Minas Geraes, S. Paulo, Moreno, Rivalaria e Latorre*;

4.º — Os outros actuaes navios de combate, que não sejam do typo «dreadnought», isto é, os couraçados, guarda-costas e cruzadores couraçados, não poderão ser conservados em serviço, depois de adquiridos novos navios capitaes, quando for por estes attingido o limite 80.000 toneladas, afim de que não seja excedido o referido limite; entretanto aquelles navios poderão ser utilizados para outros fins que não os de seu emprego na guerra, desde que lhes sejam applicadas as regras da desclassificação dos navios de guerra, contidas na parte II.

5.º — A não limitação da tonelagem dos demais navios de guerra de superficie ou submarinos, bem como dos que se destinarem á defesa das costas, ao uso da aviação, ao emprego das minas submarinas, dos auxiliares e de flotilhas fluviaes, assim como tudo quanto se refere á organização defensiva das costas.

O limite de 80.000 toneladas, proposto para os navios capitaes, foi o mesmo que a sub-comissão naval da Comissão Permanente Consultiva da Liga das Nações julgou justo afim de melhor equilibrar as marinhas das tres Republicas irmãs, Argentina, Brasil e Chile. Quando propôz aos Governos amigos da Argentina e Chile a Conferencia Preliminar de Valparaizo, o Brasil previa quanto seria difficil qualquer entendimento geral sobre uma base fixa e unica a ser applicada a paizes tão numerosos e de condições peculiares tão differentes.

Foi pelo desejo de chegar a um accôrdo justo e equitativo com as suas grandes Republicas irmãs, para a fixação das suas forças navaes, que o Brasil propôz aos dois Governos amigos um entendimento prévio a ser submittido posteriormente á decisão desta Conferencia. As difficuldades em que nos achámos para encontrar uma formula de limitação naval, applicavel a tantos paizes, alguns dos quaes por convenções realizadas abriram mão de quaesquer forças de mar provam agora quanto eram fundadas as nossas previsões. Não obstante, o Brasil não se desliga dos compromissos que assumiu e está prompto a negociar em qualquer tempo, de Chancellaria a Chancellaria, em ajuste com um ou mais paizes americanos irmãos, pactos de limitação de armamentos navaes, sobre uma base justa e praticavel, resguardadas as condições reciprocas da segurança nacional.

Quanto aos armamentos terrestres, o Brasil lembra que o Tratado de Washington, de 6 de fevereiro de 1922, não abrangou esse assumpto e que até hoje o unico ajuste internacional sobre tal materia foi a convenção entre as Republicas centro-americanas, firmada na mesma cidade de Washington, a 7 de fevereiro de 1923, na qual foram tomadas em consideração a população de cada paiz, sua área territorial e a extensão das suas fronteiras. Na discussão do programma da Conferencia de Washington, o primeiro ministro francez, Aristides Briand, concordou na diminuição do numero dos navios offensivos ou navios de ataque capital (*ships*); quanto aos

navios defensivos (cruzadores ligeiros, torpedeiros, e submarinos), elle declarou que ao Governo Francez seria impossivel acceptar a limitação. A idéa que domina a Conferencia, dizia elle, é a de restringir os armamentos offensivos e custosos, mas acreditava que não estaria em seu programma restringir para uma nação como a França, com uma extensão tão grande de costas e numerosas colonias longiquas, os meios essenciaes ás suas communicações e á sua segurança.

Não é outro o argumento de justiça em que se assenta o ponto de vista do Brasil. Pelos navios de ataque é que se mede a força offensiva das esquadras, e, como o Brasil deseja a paz com toda a sinceridade e nella deposita a sua mais ardente fé, não põe duvida em accordar com as potencias amigas a fixação de tonelagem maxima dos navios capitaes conservando a sua liberdade de acção para os navios defensivos, construcção e complemento de bases navaes e organização defensiva das costas.

Do dogma fundamental da egualdade juridica dos Estados soberanos, pelo qual nos batemos na Segunda Conferencia de Haya, decorre a confiança que têm todos os povos no sentimento geral de equidade e na força do principio de justiça universal, que não permittem impôr a quem quer que seja, homens ou Estados, decisões julgadas incompativeis com a sua segurança, a sua honra ou a sua liberdade.

Commissão Internacional de Jurisconsultos

Depois da sua primeira reunião, em 1912, a Commissão Internacional de Jurisconsultos, creada por uma convenção da Terceira Conferencia Internacional Americana, do Rio de Janeiro, em 1906, resolveu repartir a materia submettida a seu estudo por seis sub-commissões, com séde em Washington, Rio, Santiago, Buenos Aires, Montevideo e Lima. Cada uma dellas apresentaria a todos os governos interessados os resultados de seus trabalhos, e só depois todos se reuniriam, no Rio, para realizar uma segunda sessão plenaria da Commissão.

O resultado a que chegassem nessa reunião seria presente á Quinta Conferencia Internacional Americana, de Santiago do Chile, por intermedio dos representantes do Brasil.

Cabia ao Governo Brasileiro convocar essa segunda reunião plenaria da Commissão, quando tivesse ultimado seus trabalhos cada uma das sub-commissões e fosse fixada definitivamente, a data da abertura da Quinta Conferencia Internacional Americana.

Essa conferencia, marcada para 1914, fôra adiada *sine die* em consequencia da grande guerra e só recentemente foi marcada para março do corrente anno, como bem sabeis.

O Governo Brasileiro cuidou, logo, de informar-se em que pé estavam os trabalhos das sub-commissões acima referidas, antes de convocar para segunda reunião plenaria a Commissão Internacional de Jurisconsultos e verificou, então, que só tinha conseguido dar cumprimento a seu mandato e que a de Santiago tinha ultimado seus trabalhos, mas não dispunha mais de tempo para os apresentar impressos a todos os governos interessados e á Commissão.

Desde que duas partes importantes da materia a codificar, entregues ás sub-commissões de Washington e Buenos Aires, não seriam, tambem, submettidas a debate, ficava sem objecto uma reunião plenaria da Commissão.

O Governo viu-se privado assim, de convocar a Comissão Internacional de Jurisconsultos para uma segunda reunião; em data anterior á do inicio dos trabalhos da Conferencia de Santiago e, a esse respeito, notificou a todos os governos interessados, expondo as fortes razões que o levaram a tomar essa medida muito contra seus desejos, pois que o empreendimento dessa nobre obra de codificação por meio de uma comissão de jurisconsultos provém, directamente, da proposta brasileira, logo vencedora, formulada por José Hygino na Segunda Conferencia Internacional Americana, do Mexico, em 1902.

Tudo faz crer, depois da Conferencia de Santiago, que o importante trabalho recomeçará sob os melhores auspícios.

Comissão de Reparções

Os arts. 231 e 232 e o annexo n. 1, parte 8ª do Tratado de Versailles deram, como sabeis, ás potencias alliadas e associadas, signatarias desse acto, o direito de pedir a Alemanha reparações por todos os danos causados á população civil de cada uma a seus bens durante o estado de belligerancia e motivados por aggressões da Alemanha em terra, no mar ou pelos ares.

Logo que se constituiu a Comissão de Reparções encarregada de regular essas reclamações, o Governo nomeou seu delegado o Dr. Raul Fernandes, o qual, de accordo com as estipulações do Tratado, estaria presente, mas só podendo agir no character de assessor quando estivessem em causa as reclamações e os interesses do Brasil.

Em 1 de novembro de 1920 esse delegado apresentou a lista das reclamações brasileiras a titulo de reparações, resalvando, no entanto, expressamente, o direito de apresentar ainda reclamações de outra natureza por danos causados pela Alemanha, antes do estado de guerra, ou relativas aos bens, direitos e interesses privados, para garantia dos quaes o Brasil tinha lançado mão dos navios allemães ancorados em seus portos.

Essas reclamações a titulo de reparações differem das que, como sabeis, o Brasil apresentou, como lhe fora facultado, directamente, á Alemanha, e que são pedidos de indemnização por perdas e danos anteriores á guerra e reclamações sobre interesses privados, materia essa regulada pela parte x do Tratado.

O Dr. Raul Fernandes apresentou a sua demissão de Delegado do Brasil junto á Comissão no mez de janeiro de 1921, e de então para cá os interesses do Brasil foram entregues á Embaixada do Brasil em França e mais especialmente ao Sr. Castello Branco Clark, que foi encerrregado pelo Governo, em março daquelle anno, de defendel-os por occasião da discussão com os Delegados allemães perante a Comissão e no seio da propria Comissão com os Delegados principaes, — discussão essa que começou em fins de março e prolongando-se até fins de abril.

A cifra das reclamações brasileiras foi alterada por ordem do Governo, em fevereiro de 1921, no tocante aos lucros cessantes. Como foram definitivamente arroladas, attingiam o

montante de £ 3.876.995.11.0 e francos 645.754 que, reduzidos a libras ao cambio ao par, perfaziam com a parcella acima o total de £ 3.902.600-7-9.

A Commissão de Reparções, por uma decisão de character geral, resolveu não admittir reclamação alguma por lucros cessantes. Esta era a maior das nossas reclamações, pois só ella montava a £ 3.249.096-6-11. Ficaram, por isso, reduzidas a um total de £ 653.504-10 ou sejam £ 627.899-5-0 e francos 645.754.

O Accordo de Spa procurou fixar a percentagem em que a Allemanha faria pagamentos, a titulo de reparções, mas o Brasil não foi signatario desse acto nem a elle adheriu, assim como outras potencias interessadas. Esse accôrdo teve o cuidado de deixar 6 ½ % para serem repartidos entre as potencias não signatarias. Até hoje, porém, apesar dos reiterados esforços dos Delegados do Brasil, ainda não foi fixada a percentagem que caberia a essas potencias na repartição dos pagamentos da Allemanha. Por isto, a Commissão de Reparções resalvou, formalmente, o direito dessas potencias, que não estavam ligadas ao Accôrdo de Spa e, então, o Delegado do Brasil pode formular suas reservas, para esclarecer que as percentagens fixadas no referido accordo só podiam ter effeito para repartir, entre as potencias ligadas por esse acto, o total das sommas que lhes viesse a attribuir, a titulo de reparções, o accordo geral dos Alliados e Associados.

Navios ex-allemaes

A these brasileira relativa ao direito de propriedade do Brasil sobre os navios ex-allemaes, de accôrdo com o art. 297 do Tratado, foi definitivamente victoriosa em sessão plenaria da Commissão de Reparções, de 28 de julho de 1921.

A Commissão decidiu nessa sessão, por unanimidade, que os navios em questão não eram daquelles que deveriam ser tratados de accôrdo com o Annexo III, da Parte VIII, do Tratado e que, por conseguinte, nenhum credito deveria ser levado por conta delles em favor da Allemanha. E, mais do que isto, reconheceu, *apesar de declarar-se incompetente para tratar dessa questão* — como sempre havia sido a these brasileira — que o art. 297 poderia ser applicado para regular a situação desses navios. Tanto vale dizer que o Brasil tinha o direito de apropriar-se delles, em conformidade com os dispositivos daquele artigo. Nessa hypothese, a Commissão só seria interessada na questão de saber si haveria um saldo a favor da Allemanha, depois de deduzidas as reclamações e dividas definidas pelo dito art. 297 ou pelo § 4º do mesmo artigo, pelas quaes a Allemanha ou os seus nacionaes estaria ou estariam na obrigação de indemnizar o Brasil ou os seus nacionaes.

Liquidação com a Allemanha

Desde que o direito do Brasil á propriedade dos navios apprehendidos deixou de ser objecto de contestação, como já vos foi exposto na ultima mensagem de meu illustre antecessor, ficou o Governo desembaraçado para liquidar, directamente, com a Allemanha, como permite o Tratado, as suas reclamações por danos causados anteriormente á nossa entrada na guerra. Conforme tambem já vos foi exposto, foi então negociado um accôrdo para fixação do saldo devêdor

da Allemanha ao Brasil, ou vice-versa, em consequencia dessa liquidação; mas, ainda devido á actual situação financeira europea, não foi possível activar as negociações tendentes á execução desse accôrdo, isto é, a avaliação definitiva dos navios que passaram a pertencer ao Brasil e a sujeição a um juizo arbitral da questão sobre a legitimidade de nosso direito a uma somma por lucros cessantes.

O Brasil tem direito liquido e certo, já reconhecido pela Allemanha a £ 1.500.000 a titulo de indemnização; terá mais o direito a £ 1.800.000 de lucros cessantes, si o arbitro assim o reconhecer.

O accôrdo brasileiro-alleião, de 5 de outubro de 1921, acima referido, cogitou tambem do pagamento da differença de cambio do deposito do valor do café, feito pelo Governo de S. Paulo na Casa Bleischroeder de Berlim, para o qual ha um artigo especial no Tratado n. 263, que garante o reembolso daquella quantia á taxa do cambio do dia do deposito.

Nesse accôrdo está claramente previsto que, si as Potencias Alliadas o consentirem, o saldo eventual que houver a favor da Allemanha na nossa liquidação de contas será applicado á amortização da divida de differenças de cambio.

A Commissão das Reparaciones foi informada da existencia desse accôrdo e dirigiu-se ao Delegado Assessor do Brasil pedindo explicações a respeito. Naquelle momento o nosso Delegado não lh'as pode fornecer, por não ter ainda recebido o texto integral. Mas a titulo de informação, e tão sómente a titulo de informação, pois evidentemente a Commissão não linha que se occupar da letra e espirito do accôrdo; poderia, quando muito, conhecer da liquidação de contas com a Allemanha quando estabelecido o balanço definitivo, como reza o art. 243 (a) do Tratado, e deante, de reiterados e insistentes pedidos da Commissão, que cada vez se mostrava mais informada a respeito do referido accôrdo, se limitou a citar trechos da mensagem de 3 de maio de 1922, que a elle se refere, sem dar, comtudo, communicacão official do mesmo. A Commissão, porém, de mais a mais informada, deu a entender que certas clausulas do accôrdo feriam os seus direitos e attribuições tirados dos arts. 245, 248 e 251 do Tratado, e o Sr. Clark respondeu dizendo tratar-se de um accôrdo preliminar que deixava ainda algumas questões em suspenso. Quanto ao art. 243, declarou que elle só poderia ser invocado no caso de haver um *saldo definitivo* em favor da Allemanha; que naquelle momento ainda não se havia procedido á liquidação de contas e que, portanto, não se podia saber si havia saldo e em favor de quem. Acrescentava ainda o Sr. Clark que, nessas condições, os receios da Commissão eram infundados, tanto mais quanto não convinha esquecer que o art. 252 exceptuava expressamente a questão dos bens e propriedades inimigas na jurisdicção de uma potencia aliada, das regras e processo definidos nos arts. 248 e 251, citados pela Commissão. E deixou bem firmado o direito do Brasil de applicar á amortização da differença de cambio o valor dos navios, não só no citado art. 252 como tambem no art. 297 (H) 2 e § 4º do Annexo, no qual, entre as demais reclamações brasileiras, póde, perfeitamente enquadrar-se a relativa á differença de cambio, apesar de haver para essa ultima no Tratado um artigo especial, o 263, que só póde ter o effeito de dar-lhe maior força e cabimento.

Ultimamente a Comissão informou á Embaixada do Brasil em Paris ter tido conhecimento official do accôrdo pela Delegação Allemã, em julho ultimo, e dirigiu cartas não só á Embaixada como á Delegação, reservando-se expressamente o direito de dizer ulteriormente si concordava com a importação do saldo dos navios ao pagamento da differença de cambio. O Sr. Taylor, então nosso Encarregado de Negocios em Paris, defendeu o nosso direito, seguindo sempre a mesma orientação. A nossa posição melhorou um pouco de julho para cá. De facto, a Comissão agora deixou de impugnar o accôrdo como naquelle momento, limitando-se a formular resalvas.

Quanto a lucros cessantes, de que cogita tambem o accôrdo e a que me referi acima, a Comissão das Reparções entendeu que os dois paizes contractantes deveriam declarar que a sentença arbitral não exorbitaria das disposições do § 4º do Annexo e, mais, que a decisão lhe fosse immediatamente communicada.

O Governo deu instrucções ao Sr. Taylor para especificar verbalmente que o arbitramento de que trata a clausula II, do accôrdo, combinada com a VI, só se referia a factos anteriores á nossa entrada na guerra. Aliás, essa precisão não se tornava necessaria, porquanto o proprio parecer da Secção Juridica da Comissão reconheceu que, difficilmente, se enquadra na alçada da Comissão o direito de protestar contra o principio e as modalidades do arbitramento previsto no accôrdo brasileiro-allemão.

Ficando assim bem claro qual a materia sobre que versa o compromisso relativo á arbitragem dos lucros cessantes, não pareceu ao Governo conveniente, e muito menos necessario, attender ao desejo da Comissão relativo á modificação do quesito a ser submettido aos arbitros, em relação ao qual, aliás, ella não é competente para intervir, conforme reconhecem os seus proprios conselheiros juridicos: «la Commission des Réparations qui n'est compétente ni pour appliquer, ni pour interpréter l'article 297, paraît difficilement pouvoir protester contre le principe même du recours à l'arbitrage pour déterminer le sens d'une formule qui figure dans ses dispositions. Il ne semble pas non plus au Service Juridique qu'il faille s'arrêter à cette circonstance que la forme d'arbitrage prévue par la convention germano-brésilienne diffère de la forme d'arbitrage prescrite par le traité; d'autant que le texte même du paragraphe 4 ne paraît pas exclure que les Parties se mettent d'accord soit sans recourir à l'arbitrage, soit sur telle forme d'arbitrage qui leur paraîtra préférable».

Afretamento de navios á França

Como sabeis, 28 desses navios tinham sido, no mez de dezembro de 1917, afretados á França por meio de um convenio, que veiu a ter fim com o «Auto de liquidação» de outubro de 1920.

Foram, então, restituidas ao Brasil essas unidades da marinha mercante e reguladas as reparações que a França ficou obrigada a fazer-lhes para as entregar em condições de navegabilidade, menos em relação a tres: o *Leopoldina* e o *Sobral*, que a França comprou, e o *Macció*, que fôra torpedeado durante o afretamento.

As questões complementares sobre obras no convez do *Curityba*, debito da França pela utilização dos navios, obras no vapor *Inyá*, despesas com a volta dos navios ao Brasil, venda á França dos vapores *Leopoldina* e *Sobral*, compra de dois rebocadores e pagamento do *Maceió*, foram, então, objecto de negociações, em que o Brasil foi representado pelo Dr. Manuel Buarque de Macedo e a França por seu Embaixador, Sr. Alexandre Conty, *ad referendum*, de seus respectivos governos.

Por fim, as partes interessadas conseguiram chegar a um accôrdo razoavel, que fixou o debito da França, pela utilização nos navios, além de 31 de março de 1921 até a sua effectiva restituição, em frs. 4.420.266-40.

Devo informar-vos que o Governo francez já pediu ás Camaras o credito necessario para satisfação desse compromissão, e esse pedido já obteve a approvação do Senado.

Liga das Nações

Foram bem auspiciosos os resultados que alcançou durante o anno passado a Liga das Nações, tanto em relação ás soluções que seus dois principiaes orgams deliberativos — o Conselho e a Assembléa — conseguiram dar, quanto em relação aos notaveis trabalhos executados pelas outras partes do seu complexo organismo.

O Brasil que, ao installar-se a Liga das Nações, em 1920 foi honrado com um dos quatro logares de membro temporario do Conselho, por determinação expressa do Pacto da Liga das Nações em seu art. 4º, tem sido até agora reconduzido annualmente por eleição da Assembléa. A grande maioria de votos que o Brasil tem sempre alcançado nesses escrutínios prova, desvanecedoramente o modo digno por que seus representantes têm desempenhado esse mandato.

Terceira Assembléa da Liga

Em setembro proximo passado reuniu-se pela terceira vez a Assembléa da Liga, e coube ao nosso representante, o Sr. Embaixador Domicio da Gama, presidir á sessão inaugural dos trabalhos, por estar, então, na presidencia do Conselho.

Iniciados os trabalhos da Assembléa, constituíram-se seis commissões para estudo preliminar dos assumptos submettidos a debate, nas quaes foi o Brasil representado pelos Srs. Embaixadores Domicio da Gama e Raul Régis de Oliveira e ministro Raul do Rio Branco, secundados pelos technicos Srs. Almirante J. M. Penido, Tenente-Coronel A. de Andrade Neves e Julio Barbosa Carneiro.

Além de outros assumptos de grande importancia, a 1ª Commissão tratou das regras a serem estabelecidas pela Assembléa para a eleição dos membros não permanentes do Conselho e a duração de seu mandato. O representante brasileiro na Commissão, o Sr. Régis de Oliveira, tomou nessa questão uma attitude de discreto retrahimento, tendo em vista que estava em jogo a possivel reeleição do Brasil para membro temporario do Conselho. As regras estabelecidas pela Commissão foram, entretanto, neutralizadas na Assembléa pela resolução proposta por Lord Balfour (Gran-Bretanha) e apoiada pelos Srs. Bourgeois (França), Scialoja (Italia) e Motta (Suissa), e, por fim, approvada.

Por essa resolução, caberá á 4.^a Assembléa o poder de applicar as referidas regras para a eleição dos membros temporarios do Conselho; mas isso depois de devidamente approvada pelos governos interessados a emenda que fôra votada na 2.^a Assembléa e que, com outras, já foi approvada no Brasil pelo decreto n. 4.611, de 29 de novembro proximo passado, e que será promulgada logo que se effectue, em Genebra, o deposito dos respectivos instrumentos de ratificação.

Vencedor o espirito equalitario do rotativismo para o preenchimento dos cargos temporarios do Conselho, é de presumir que nenhuma dos actuaes membros não permanentes seja reeleito na proxima Assembléa da Liga ou, preferentemente, aquelle que, como se dá com o Brasil, vem exercendo essas funcções desde o inicio dos trabalhos.

Devem merecer-vos particular attenção as resoluções desta Assembléa, que se referem a certos problemas sobre communicacões e transito e sobre as graves difficuldades economico-financeiras por que passam agora todos os povos e patenteiam a necessidade inilludivel de uma acción conjuncta para a obtenção de soluções verdadeiramente proficuas em assumptos de tanto vulto.

Duas dessas resoluções determinaram a reunião de uma conferencia para exame de um projecto de convenção sobre o regimen das estradas de ferro e tem por fim dar execução a uma das estipulações do art. 23 do Pacto da Liga.

A outra conferencia terá para base de seus trabalhos as propostas da Commissão Economica sobre questões aduaneiras.

Essas propostas foram formuladas pela Commissão em sessão plenaria presidida pelo representante do Brasil, Sr. J. Barbosa Carneiro, que veio a obter o adiamento dessa conferencia para outubro, no intuito de se examinarem, então, as conclusões a que tiver chegado sobre a materia, a Quinta Conferencia Internacional Americana.

A 3.^a Commissão da Assembléa estudou a questão da reduccão dos armamentos, baseando-se no relatório da Commissão mixta temporaria da Liga das Nações.

Ao discutir-se o relatório dessa commissão, o representante do Brasil, Sr. Regis de Oliveira, que tinha como suplente o Sr. Contra-Almirante J. M. Penido, mostrou que a situação dos Estados da America do Sul e do Brasil em particular era muito differente da dos Estados que tinham tomado parte na Grande Guerra, visto que o armamento dos paizes sul-americanos era o mesmo de antes da guerra e, portanto, antiquado.

Fez vêr, além disso, que o Brasil, nação manifestamente pacifica e cuja Constituição Politica prohibe a guerra de conquista e sujeita, preliminarmente as questões internacionaes ao recurso do arbitramento, estava, então e continúa a estar desprovido dos mais elementares meios de simples defesa de sua vastissima costa marítima.

Desejava, apenas, que as resoluções em discussão fossem tomadas de accôrdo com o espirito e a letra do art. 8.^o do Pacto.

No correr das discussões, o Sr. Regis de Oliveira teve occasião de esclarecer que era impossivel tentar-se a defesa de um paiz de mais de 30.000.000 de habitantes e com mais de 3.600 milhas de costa, com dois navios, mesmo do typo mais

moderno, sem fallar na defesa de sua grande frota mercante de cabotagem e de longo curso; mas reaffirmou então o firme proposito do Governo Brasileiro de collaborar em todas as medidas propostas com o nobre objectivo da limitação de armamentos, desde que fossem, é claro, baseadas em coefficients equanimes.

O Sr. Fischer (Gran Bretanha), de accôrdo com o Sr. Urrutia (Colombia), disse nessa sessão que seria lamentavel que se não aproveitasse a occasião para se estenderem a todos os Estados os principios do tratado de Washington e, por espirito de conciliação, propôz como emenda ficar entendido que todos os casos particulares, comprehendidos os Estados recentemente constituídos, seriam especialmente examinados.

As discussões proseguiram na Commissão, com um manifesto desejo geral de chegar a resultados justos e praticaveis.

Lord Cecil (Africa do Sul) disse, mesmo, ao lêr, em sessão plena da Assembléa, o relatorio da 3ª Commissão, a que presidira tão brilhantemente, que os paizes com marinhas fracas estavam em condições especiaes e que esses, longe de poderem desarmar-se, precisavam, ao contrario, de completar seu armamento.

Consta da resolução, que essa mesma Commissão veiu a adoptar sobre um pacto de garantia mutua, alinea 2, o parecer de que, no estado actual do mundo, um grande numero de governos não podia assumir a responsabilidade de uma séria redução dos armamentos, a não ser que recebesse em troca uma garantia satisfactoria para segurança de seu paiz.

Essa resolução termina estipulando que o Conselho da Liga, devidamente informado, estabeleça, para submeter á apreciação e decisão soberana dos governos o plano do mecanismo politico e militar encarregado de preparar e assegurar com precisão a realização de tal pacto de garantia mutua.

O Governo procura secundar, com grande interesse, todos esses movimentos em prol dos nobres idéaes da mais completa concordia universal, facto primordial da ordem e do progresso tanto do Brasil como dos demais povos.

GUERRA

O Governo está, nos termos do n. XXI, do art. 46 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro ultimo, autorizado a reorganizar o Exército.

Fal-o-á, consoante os melhores conselhos da experiencia, num programma desambicioso traçado honestamente dentro dos nossos recursos.

Não se trata, portanto, de uma reforma radical, sinão de méras alterações que a pratica do serviço está exigindo.

Quer dizer, que o Governo não está animado do proposito de renovar todas as coisas, sem maior exame.

Não é por outra parte, possivel desassociar da obra economica a obra militar em seus tres aspectos — material, intellectual e moral.

Dahi a inilludível necessidade do concurso de todas as energias para prover á creação das industrias militares, á formação da tropa, á educação do patriotismo.

Os nossos estabelecimentos fabris, que estão a reclamar a mais desvelada solicitude, devem ser remodelados de modo que assegure o rendimento que se póde legitimamente esperar com a exploração das fontes da materia prima e a utilização systematica da energia hydraulica.

Avulta ahi, dest'arte, a siderurgia, cujas sérias difficuldades nos cumpre vencer com decisão e vigor.

A mudança do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro para outra localidade, melhor indicada para sua séde em virtude de razões technicas, é um problema que merece ser estudado detidamente, e o Governo tem todo o empenho em dar-lhe opportunamente a melhor solução.

E' que importaria numa despesa que excede positivamente os nossos recursos actuaes.

E', entretanto, de esperar que possamos, num futuro proximo, converter em realidade essa idéa victoriosa.

Como quer que seja, remodelemos o actual Arsenal, para colher as vantagens que elle póde ainda offerecer, e tornal-o, afinal, em uma escola do operariado, numa contribuição para o desenvolvimento das industrias civis de que tanto havemos mistér.

Ensino

A instrucção militar tem sido ministrada nos corpos de tropa, como permittem as naturaes difficuldades oriundas da falta de officiaes subalternos de que se resentem os quadros de todas as armas.

Essa é uma questão que o Governo está estudando com o mais vivo interesse.

O recrutamento dos officiaes é, como se sabe, materia de primeira importancia.

Cumpra, por isso mesmo, que os jovens, que se sentem possuidos de uma decidida vocação militar, não sejam contrariados nas suas justas aspirações por motivos inherentes á escassez de recursos proprios.

Foi graças a esse regimen intelligente que o Exercito poude contar em seus seio uma brilhante pleiade de officiaes que tanto e tão nobremente o tem illustrado e feito á Nação os mais relevantes serviços.

Estão funcionando regularmente os nossos institutos de ensino.

Praz-me assignalar que os collegios militares gosam do mais alto conceito e inspiram toda a confiança aos interessados no ensino que ahi se dispensa.

Devo mesmo acrescentar que no Collegio do Rio sobre-excede sempre o numero de candidatos ao de vagas existentes.

E' o que tambem acaba de occorrer auspiciosamente em Porto Alegre.

A Escola Militar está restituida á sua vida de instituto de ensino destinado á formação dos officiaes, no ambiente moral sadio, que lhe é proprio, de escola normal do dever militar.

Façamos votos para que se dissipem, de vez, todas as illusões dos profissionaes da desordem politica. avidos de fecundar os seus sonhos de ambição no caldo de cultura da indisciplina militar.

A Escola Militar, a Escola de Estado Maior, a Escola de

Aperfeiçoamento de Officiaes, a Escola de Aviação Militar, as Escolas de Intendentes, a Escola de Applicaçào do Serviço de Saúde, a Escola de Veterinaria do Exercito são centros de ensino, nem só para a primeira formação technica dos nossos officiaes, sinão ainda para revisão e ampliação dos seus estudos militares.

Releva notar, de passagem, que os medicos e pharmaceuticos fazem um curso de aperfeiçoamento para se pôr em dia com as exigencias sempre crescentes do serviço de saúde em tempo de paz e de guerra, e com as questões especiaes da medicina militar.

Ha, outrosim, um curso de aperfeiçoamento para veterinarios, cujo serviço cresce de importancia dia a dia.

A fonte de recrutamento de nossos officiaes veterinarios é hoje a Escola de Veterinaria do Exercito, cujo curso é feito em tres annos de ensino theorico e pratico.

Temos, enfim, a Escola de Sargentos de Infantaria, que é, pôde-se dizer-se, um estabelecimento modelarmente organizado.

Por decreto n. 16.002, de 6 de abril ultimo, foi approvedo o seu regulamento actual.

Impõe-se evidentemente a creação de novas escolas para sargentos das outras armas, sobretudo de artilharia, cuja inauguração, espera o Governo poder fazer ainda dentro do corrente anno.

Trataremos, em seguida, das demais escolas, como é razão, para dotar o Exercito de sargentos cada dia mais aptos para o exercicio das laboriosas funcções que lhes cabem nos corpos de tropa.

Obras

Estão em activo andamento quasi todas as construcções que, iniciadas no ultimo quadriennio, não foram concluidas até novembro do anno passado.

O Governo interrompeu, como medida economica, uma ou outra construcção que podia ser adiada sem inconveniente, e alterou alguns projectos para minorar o respectivo orçamento, sem prejuizo dos fins a que a obra se destina, nem onus para futuras ampliações.

Está no primeiro caso, para citar um só exemplo, a construcção do Arsenal de Guerra de Montenegro.

Assim estão sendo construidos os quartéis de que necessitamos, nas diversas regiões militares, nomeadamente no Rio Grande do Sul e em Matto Grosso.

As obras a que temos alludido são executadas, umas por administração directa, outras por administração contractada. Estas ultimas estão a cargo de empreiteiros diversos, entre os quaes se acha a Companhia Constructora de Santos.

Não se cuida, tão só, da construcção dos quartéis. Os hospitaes militares têm sido, tambem, objecto de preoccupação do Governo.

Foi adquirido em dezembro ultimo, por 35:000\$, em Juiz de Fora, o predio em que estava, havia cerca de tres annos, installado, mediante aluguel, o Hospital Militar daquela cidade.

Está-se construindo o Hospital Militar de Campo Grande, em Matto Grosso.

Estão em via de conclusão as obras do Sanatório de Bemfica.

Sorteio

A franca acceitação geral do serviço militar é um facto notorio.

É consideravel o numero de jovens que se alistam espontaneamente, e tem sido menor, de anno em anno, a percentagem dos insubmissos.

Os que, depois de sorteados, pleiteiam, como arrimos de familia, isenção, por via de *habeas-corporis*, poderiam lel-a commodamente obtido antes, fazendo prova dessa condição perante as juntas de alistamento militar.

As mudanças de residencia dos alistados de um municipio para outro, sem participação á respectiva circumscripção de recrutamento, têm egualmente dado logar á concessão de *habeas-corporis*, á vista da prova de não residir o paciente no municipio, por que então foi sorteado.

A taxa militar produziu em 1922 uma renda maior de duzentos e sessenta contos de réis.

Seja, porém, como for, o sorteio entrou em nossos habitos civicos, e todos sentem, nitidamente, á hora actual, que fazer o serviço militar não é aceitar resignadamente um onus, sinão cumprir com enthusiasmo um dever patriotico.

Por decreto n. 15.934, de 22 de janeiro ultimo, aprovei o novo regulamento para o serviço militar, cuja execução trará incontestavelmente reaes vantagens.

Não é, porventura, nem o podia ser, a ultima palavra sobre a materia; é um trabalho susceptivel, certamente, de futuras alterações, mas conscienciosamente feito á luz da experiencia adquirida hoje na pratica effectiva do serviço.

Não é demais lembrar que o voluntariado aberto no nordeste brasileiro fornece sempre os contingentes necessarios para o prénchimento eventual dos claros nas unidades desta capital.

A mobilização commemorativa do primeiro centenario de nossa Independencia politica permittiu que os nossos mais jovens compatriotas em idade milita: se associassem ao jubilo publico, orgulhosos de se sentirem parte dos elementos activos da defesa nacional.

As sociedades de tiro vêm, através de todas as vicissitudes, correspondido, de um modo geral, aos fins de sua criação, e o Governo não poupará esforços para estimular a criação de outras e a prosperidade das que existem em toda a extensão do paiz, quaes seminarios de civismo.

Temos cerca de duzentos estabelecimentos de ensino, nos quaes se ministra com proveito a instrução militar.

Promoções

O valor moral, mental e technico dos quadros é para o Exercito uma questão sobre todas essencial.

De modo que não será nunca excessivo o cuidado que puzermos na sua formação em todos os grãos da hierarchia. Preciso é que os officiaes, a par do ensino strictamente profissional, recebam uma larga cultura geral.

Outr'ora, o ensino era penosamente theorico: hoje ao contrario, demasiado pratico.

Não é que os antigos regulamentos descurassem da pratica, no seu plano.

Mas não havia como pôr por obra util as suas disposições. Faltava, para isso, materialmente, o tempo e, não raro, os meios de primeira necessidade.

Tudo aconselha que se proceda a uma revisão dos regulamentos em vigor, visando conciliar as exigencias de uma cultura theorica fundamental com os interesses da intensiva preparação technica que a pratica reclama.

Está mesmo em adeantada elaboração um projecto de reforma do ensino militar.

Urge, por outro lado, que a lei de promoções offereça as condições proprias para seleccionar as capacidades, permitindo a criação de uma *élite*, a que incumbe exercer as mais altas funcções na direcção do Exército.

Claro está que nenhuma lei poderá ser, nessa ordem de idéas, fecunda em beneficios, si não fór executada com o firme proposito de sobrepôr os interesses da collectividade ás conveniencias pessoas de toda sorte.

Está seguindo os tramites regimentaes no Congresso um projecto de lei nesse sentido.

Conviria não retardar por mais tempo o estudo consciencioso e attento que o seu objecto indubitavelmente merece; a vér como se poderá melhor, e mais promptamente, acudir ás nossas necessidades nesse particular.

Justiça militar

Por decreto n. 15.635, de 26 de agosto ultimo, foi approvedo o Codigo de Organização Judiciaria e Processo Militar, que se está observando actualmente.

Todos sentem, porém, a necessidade de modificá-lo em certos pontos.

Ha nelle inconvenientes que se reconhecem á primeira vista.

Exemplo: O sorteio de um coronel, para presidir, fóra da séde de sua unidade, a um conselho de julgamento de praças de pret.

Fica sem exercicio do cargo, por tempo de seis mezes, um commandante de regimento, e o Governo tolhido de aproveitar os serviços desse official superior como talvez as circumstancias da occasião o pediriam.

Ha, de mais a mais, um accrésimo sensivel de despesa com o pagamento de diarias a todos os officiaes sorteados para conselhos de justiça que não funcionam na parada de seus corpos.

Trouxe ainda esse Codigo de Processo um accumululo enorme de serviço para os auditores.

Donde a marcha demorada de muitos processos, com todos os damnos conhecidos.

Falta ainda tratar a questão da justiça militar do ponto de vista do direito substantivo.

Importa grandemente, como já observei, dotar as classes armadas de um codigo penal militar ao nivel de nossa cultura juridica.

Por decreto n. 4:651, de 17 de janeiro do corrente anno, foi creado um conselho de justificação para os officiaes do Exército e da Armada.

Missão Militar Franceza

A Missão Militar Franceza continúa a servir proficuamente á instrucção do Exército, com a sua capacidade fundada numa larga experiencia.

Os nossos regulamentos militares estão vasados nos mais modernos ensinamentos da arte da guerra.

Serviço Geographico

Cumpré que ao Serviço Geographico Militar seja dada uma organização que attribua a sua execução a um pessoal especializado e coordene todas as iniciativas para obviar ao desperdicio dos esforços nacionaes.

Serviço de Saúde

Dotar o Serviço de Saúde dos recursos necessarios para attender as exigencias da tropa constitue uma providencia que é escusado encarecer.

A verdade é que o serviço medico militar não interessa privativamente ao Exército, sinão a toda a Nação, como uma contribuição, entre todas preciosa, para o estudo do homem entre nós e para a prophylaxia dos males endemicos no vasto e opulento *hinterland* brasileiro.

Marinha

Apesar das condições financeiras do paiz continuarem protelando a solução dos problemas ligados á segurança nacional e que dizem respeito á Marinha, esta, dentro da evidente escassez dos elementos materiaes com que pode contar, atravessa uma phase de trabalho, de que muito se deve esperar. Circumstancias diversas concorreram para esse fim, e, entre ellas, é justo salientar a acção do Poder Legislativo procurando attender, dentro dos limitados recursos dos nossos orçamentos, as propostas, aliás modestissimas, oriundas da administração naval. Foram assim concedidas autorizações ao Governo para a continuação de algumas obras mais urgentes, como as do futuro Arsenal da Ilha das Cobras, a construcção, na ilha do Governador e em Santos, dos centros aeronauticos, os reparos do material fluctuante, além de outras de menor alcance, mas igualmente necessarias.

Ao par desses trabalhos de ordem material, estão sendo cuidadosamente revistos os principaes regulamentos, de modo a collocar-os de accôrdo com as lições decorrentes da ultima guerra e com os progressos verificados nas diversas armas, algumas das quaes attingiram notavel desenvolvimento.

Providencias mais energicas, porém, reclamam os serviços navaes para que possam attender com segurança a defesa de nosso immenso littoral, pontilhado de portos indefesos e entregues ao pacifico intercambio de nossos productos com os das outras nações. Ellas dizem respeito, principalmente, á renovação do material da esquadra, envelhecido por mais de dez annos de continuos exercicios e reparos; á ampliação dos serviços auxiliares de aviação, submarinos e defesa minada

que a maioria dos technicos indica como destinados a desempenhar papel preponderante e talvez decisivo nos futuros conflictos; á installação de algumas bases ao longo da costa, onde possa a esquadra encontrar os elementos indispensaveis á sua manutenção e apoio; além do proseguimento activo e ininterrupto dos trabalhos do futuro Arsenal do Rio de Janeiro, e, finalmente, á solução dos dois maiores problemas da economia e progresso nacionaes — das industrias siderurgica e carbonifera, que nos tornarão independentes dos mercados estrangeiros quanto á construcção naval, e serão uma das bases em que se ha de firmar a maior grandeza da Patria.

Estes ultimos problemas têm importancia vital para a Marinha; enquanto a industria metallurgica não estiver sufficientemente desenvolvida, tambem não será possível dotar-a dos elementos indispensaveis para a sua maior eficiencia, obrigando-a ao recurso aos mercados extranhos que poderão fechar-nos as portas quando mais necessarios se tornarem. Sobre a industria do ferro repousa toda a construcção naval, e nação alguma será grande no mar si não possuir os meios de bater as quilhas dos seus navios de guerra ou mercantes, dotar-os com os machinismos e armamentos adequados e todos os pequenos utensilios que completam o aparelhamento de um navio de ferro.

Os esforços desenvolvidos nesse sentido vão aos poucos produzindo resultados animadores, deixando-nos esperanças bem fundadas de que em breve o surto industrial do paiz permittirá á Marinha viver dos proprios recursos do nosso subsólo, donde retirará o ferro, o carvão e tudo quanto fór preciso ao seu progresso e ao desempenho cabal das importantes funcções que lhe competem.

Para conseguir taes objectivos, muito espera o Governo da vossa acção patriotica, que assim se tem revelado sempre quando o exigem os interesses nacionaes, autorizando o inicio dos trabalhos opportunamente, distribuindo as verbas para se applicarem em exercicios consecutivos e não se tornarem por demais pesados os encargos do Thesouro.

Missão naval

O Governo encontrou terminadas as negociações com os Estados Unidos para a vinda da missão naval, afim de auxiliar o Brasil na organização da Marinha e introdução dos aperfeiçoamentos consequentes á grande guerra. Mais de dez annos durou a controversia sobre as vantagens de contractar officiaes estrangeiros para a instrucção da nossa Marinha, cujo aperfeiçoamento, em vista das profundas alterações do material, methodos e processos novos da arte militar, não poderia attingir a necessaria perfeição sem o concurso de profissionaes habilitados, que nos faltavam. Por muito tempo procuramos remediar essa deficiencia enviando turmas de officiaes á Europa e á America do Norte, quer para acompanharem a construcção de novas unidades e assim se familiarizarem desde logo com as innovações introduzidas, quer para servirem nos navios e observarem, na pratica do serviço, o quotidiano de bordo, os progressos verificados.

Tambem, na Escola Naval de Guerra, officiaes americanos, a convite nosso, durante annos, instruíram os officiaes su-

periores nos principios basicos da tactica e estrategia modernas, e as suas lições eram soffregamente aproveitadas, accentuando cada vez mais a necessidade de não nos deixarmos atrazar na marcha progressiva das cousas navaes. Essas considerações e ainda os beneficos resultados da vinda da Missão Françeza para o Exercito levaram certamente o governo do nosso antecessor a decidir-se pelo contracto da missão estrangeira para a Marinha, tendo-se preferido a americana pelo facto de nos Estados Unidos terem praticado muitos dos nossos officiaes e estarem, portanto, mais familiarizados com os processos de trenamento e organização seguidos nesse paiz. Desde os ultimos dias de dezembro acha-se entre nós a missão chefiada pelo illustre Almirante Theodor C. Vogelgesang, tendo já iniciado os seus trabalhos sob a geral sympathia da classe e apoio decisivo da administração.

Material fluctuante

É bem conhecida a situação em que se encontra o material fluctuante da Armada. Todos os annos vão tendo baixa do serviço os navios que, pela natural usura do material, se tornam velhos e imprestaveis, desfalcando a esquadra, que se vem reduzindo e agora não pode dispensar a incorporação de, pelo menos, algumas novas unidades, sem grave risco para a defesa nacional. Os navios adquiridos em virtude do programma naval de 1906, isto é, os melhores da nossa frota, têm mais de dez annos de idade; os anteriores attingiram já, de muito, o prazo commum de sua vida.

Impõem-se providencias para attender ao estado decadente do nosso poder naval. Tudo, é claro, será funcção dos recursos de que pûdermos dispôr para isso, mas como nunca opuzemos nenhum pensamento exaggerado em matéria de armamentos, e procuramos sempre limitar-nos, nesse terreno, ao estricte necessario, convem assentar no que devemos fazer para evitar despesas excessivas, que não responderiam aos nossos singelos propositos de organização e defesa.

Parece não termos seguido na renovação do material fluctuante o methodo mais recommendavel: a aquisição, em prazo longo, de numerosas unidades, sem officinas de reparos convenientemente montadas, obrigando-nos a esperar que os concertos se tornem inadiaveis para mandal-os ao estrangeiro, em geral para completa reforma; constitue um encargo maior para a Nação e, tudo bem analysado, um desperdicio de dinheiro, que annualmente poderia ser empregado na installação do Arsenal e na compra dos vasos menores e, quando necessario, os de maior vulto, distribuindo razoavelmente as verbas por differentes exercicios. Os navios que fossem tendo baixa seriam logo substituidos e a eficiencia da esquadra poderia ser mantida.

O Brasil não poderá, sem sacrificio, adquirir as unidades carissimas, como são actualmente os encouraçados de batalha, deslocando mais de trinta mil toneladas e de custo superior a 30.000.000 de dollars; mais de accôrdo com as suas posses está a proposta do Almirantado Brasileiro em 1918, por occasião da nossa entrada na guerra, ao lado dos alliados:

«Aquisição de cruzadores rapidos e de tonelagem relativamente pequena; de contra-torpedeiros de grande

tonelagem que, além das funções que lhes são peculiares, substituam aquelles nas suas; e de submersíveis, tanto de defesa de costa, quanto de esquadra; uns e outros destinados a supprir a extraordinaria deficiencia do nosso material fluctuante, para attender convenientemente á missão que parece estar-lhe indicada, permittindo ao mesmo tempo o afastamento completo dos navios que possuímos de nenhum valor militar.»

Em vista de não se ter completado o programma de 1906, do qual ainda faltam um encouraçado, um cruzador ligeiro, cinco caça-torpedeiros, um navio mineiro, um navio hydrographico e os submarinos propostos (vieram tres de pequena tonelagem acompanhados do respectivo *tender*), poder-se-ia tomar a circumstancia como base para a reconstituição da esquadra, que em breve estará desfalcada dos elementos mais antigos e mesmo dos torpedeiros desse programma.

Já foi incorporado á esquadra o torpedeiro *Maranhão*, adquirido nos ultimos dias do Governo passado. Em breve chegarão ás aguas da Guanabara os rebocadores *Entété* e *Acharné*, adquiridos ao governo francez.

Tive occasião de assistir á sahida para a Ilha Grande da divisão de exercicios, composta de dois encouraçados, um guarda-costa, um cruzador e quatro contra-torpedeiros, tendo como navio *tender* o cruzador auxiliar *José Bonifacio*. Segundo os planos do Estado Maior da Armada, esses navios, durante a quinzena de 23 de janeiro a 8 de fevereiro, fizeram exercicios isolados de instrucção do pessoal e experiencias do material.

As flofilhas do Amazonas e de Matto Grosso continuam prestando bons serviços nas longinquoas regiões onde permanecem, apesar dos antiquados navios que as compõem. Ha divergencias sobre as vantagens da conservação dessas flofilhas, naturalmente dispendiosas e com o valor militar bastante diminuido. Emquanto, porém, não houver uma réde de facteis communições ligando o littoral ao centro do paiz e não estiverem as fronteiras longinquoas devidamente protegidas e policiadas, os serviços dessas forças militares são indispensaveis e merecem as attenções governamentaes. Ultimamente foi reforçada a do Amazonas com a compra do aviso *Cidade de Mandos*, incorporado com o nome de *Ajuricaba*, que se tornou celebre na historia da conquista e civilização do valle do grande rio.

Porto Militar

A discussão em torno do problema da criação de um porto militar e do estabelecimento de bases de operações no littoral continúa apaixonando os technicos, e, do debate, sem duvida salutar, procura o Governo tirar a orientação segura que deve imprimir á politica naval, nesse aspecto.

Dotado de um littoral extenso, com grandes portos de commercio, amplos e profundos, e enorme riqueza desprotegida á flôr da costa; necessitando manter continuo o transito internacional, como garantia essencial ao intercambio da mór parte das unidades da Federação, não pode o Brasil prescindir de uma esquadra adequada a essas necessidades e de um certo

numero de pontos de apoio, organizados e defendidos, para manterem a frota em tempo de paz, revigoral-a e sustentál-a na guerra, permittindo a maior efficacia de sua acção defensiva. Devemos, por isso, apparelhar e fortificar um numero indispensavel de portos utilizaveis para fins de guerra, dentro de um rigoroso principio de economia, que nos impedirá os gastos superfluos de duplicidades extravagantes, que não correspondem a objectivos militares definidos.

O problema de nossas industrias de guerra é dos mais importantes para a defesa nacional, porque, si algum dia formos levados a repellir uma aggressão estrangeira, não poderemos contar com os mercados de além mar para o supprimento de artefactos, munições, machinismos variados, ferro e aço, que hoje nos chegam pela via transoceanica. Ligação tão intima apresenta a face militar do problema naval com o aspecto industrial das transformações da materia prima, que já se tem cogitado entre nós, a exemplo de certos paizes, de resolver em conjuncto as duas questões, e dahi se originou a idéa da creação de um porto exclusivamente militar «ou porto uzina», como alguns o denominam, com cuja construcção se pretendia resolver, de um só golpe, o problema militar e o industrial.

Mas nem sempre é possivel essa conjugação, porque as condições que devem orientar a localização dos portos de guerra são de natureza toda espcial, attendendo ás indicações da tactica e da estrategia, e as características que presidem á installação dos centros industriaes de um paiz são de categoria bem diversa, dependentes da situação das fontes de materia prima, da collocação dos mercados, da facilidade de escoamento dos productos que garantem a estabilidade da industria em bases de segurança economica e desenvolvimento commercial.

A construcção do Porto Militar na Ilha Grande, como propõe uma corrente, seria excessivamente dispendiosa, além do que a sua utilidade, no ponto de vista militar, parece muito duvidosa como fortemente argumentam os technicos que se manifestam contra essa orientação. Teriamos de crear — além do porto de guerra propriamente dito — uma verdadeira cidade, para que a Marinha lá podesse viver; seriamos obrigados a fortificar o local de maneira muito mais dispendiosa do que deveríamos fazel-o para simples defesa das aguas do seu interior. E ficaríamos, durante muitos annos ainda, com a nossa principal base de operações encravada em uma região commercialmente atrazada.

Em toda parte do mundo se procura hoje situar os portos de guerra, as sédes das esquadras, onde já existem cidades de vida social, commercial e industrial desenvolvida, não sómente porque se reconhece que as tripulações fazem jús a viver integradas na sociedade e cultivando relações, amenizando a tarefa ardua da profissão com as distrações dos grandes centros populosos, como porque uma praça de avultados recursos commerciaes e industriaes traz sempre grandes vantagens de ordem logistica á esquadra, na paz como na guerra.

O porto da Capital Federal está naturalmente indicado para uma de nossas bases navaes, com a vantagem ainda de collocarmos a capital da Republica sob a protecção dos nossos canhões que terão de defender o porto de guerra.

O Governo para isso prosegue com afino no aparelhamento da Ilha das Cobras, onde serão levantadas oficinas modernas e installações completas, requeridas para outros serviços militares.

A construcção das demais bases navaes será opportunamente encarada.

A construcção naval, que depende essencialmente da siderurgia, vai-se desenvolvendo normalmente nos estabelecimentos mercantis que procuram a situação mais adequada á sua facil prosperidade, implantados na bahia de Guanabara.

No Rio de Janeiro ella tomará impulso extraordinario quando o progresso da siderurgia no interior permittir a producção de todas as peças que entram na constituição do navio de ferro. A Marinha de Guerra, então, poderá lançar das careiras implantadas na Capital Federal ou no littoral fluminense, as unidades de sua frota.

A construcção naval se desenvolverá onde o producto siderurgico chegar mais em conta e as condições do operariado a favorecerem. Essa é a solução natural. Podemos prevêr para um futuro proximo este surto de expansão industrial.

O desenvolvimento da siderurgia no Estado de Minas Geraes e no Nordéste de S. Paulo é um facto que nos enche das mais fundadas esperanças; e o porto do Rio de Janeiro, por ser a maior praça de commercio do Brasil, um grande centro de actividade onde o operariado já é avultado, em facil comunicação ferroviaria com a região siderurgica por excellencia, está destinado, sem duvida alguma, a ser, dentro em pouco, o nosso primeiro centro de construcção naval.

Não é para duvidar tambem que ella appareça e progrida noutros logares onde existam o ferro e o carvão e possa ser feito o aproveitamento da hulha negra de nossas jazidas na redução do minerio.

Instrucção

Si o problema do material, em que repousa em grande parte a eficiencia da esquadra, ficaria resolvido com a installação das bases navaes, de estaleiros, de construcção e de reparos e o desenvolvimento industrial do paiz, o do pessoal, tão importante como o primeiro, dependeria de uma instrucção cuidadosa, continua e especializada para dirigir, manobrar e conservar todo esse material que lhe fosse entregue. Dahi a importancia que assume tudo quanto se refere á instrucção, quer dos officiaes, quer dos subalternos, e as longas discussões apaixonadas, ás vezes, em torno desse assumpto, indagando das formulas mais praticas para resolver o problema.

As novas directrizes que tomaram, em rapida evolução, neste primeiro quartel do seculo, os problemas tacticos e estrategicos da guerra maritima, complicados pelo crescente desenvolvimento das armas modernas, algumas das quaes apparecem como provaveis factores decisivos da victoria nas futuras batalhas, obrigam o pessoal a apurar os seus já variados conhecimentos afim de se habilitar á direcção de todos os machinismos e a retirar de cada unidade o maximo rendimento possivel. Especialmente a ultima guerra foi fertil nas surpresas mais desconcertantes para os technicos, e do exame dos factos occorridos procuram as grandes nações tirar as consequencias, precavendo-se contra a sua possivel reproducção.

Intensificou-se em todas ellas o estudo dos problemas navaes pela habil propaganda fomentada pelos governos, dando em resultado os brilhantes corpos de especialistas que se encontram nas marinhas mais adeantadas. Para auxiliar a nossa a conseguir os mesmos fins, acompanhando o progresso, foi contractada a Missão Americana, na qual se pode depositar a confiança autorizada pelas provas evidentes da grandeza de sua marinha e pelo espirito pratico e emprehendedor dos seus homens, além das profundas affinidades de pensamento que ligam os dois povos irmãos, interessados sempre e invariavelmente na manutenção da paz e podendo, pois, olhar com elevação para estas questões de organização e efficiencia do apparelho naval, sem introduzir nisso pensamento de competição ou rivalidade.

Dentre os problemas que aguardam solução, ainda no terreno tecnico da instrucção do pessoal, avulta pela sua importancia o da fusão dos quadros de officiaes de marinha e de engenheiros machinistas. Assumpto longamente debatido, dividiu em dois grupos a classe, um francamente favoravel á idéa fusionista, como a realizada nas marinhas ingleza e americana, esta na precedencia, e outro contrario, por consideral-a prejudicial á efficiencia da esquadra, deante da impossibilidade dos officiaes adquirirem os conhecimentos indispensaveis para o desempenho cabal das duas funcções de official de convéz e de machinas.

A administração naval de 1914-1918 deixou praticamente realizada a fusão dos dois corpos primeiramente expedindo em 1914 o regulamento para a Escola Naval, onde appareceram os cursos reunidos de marinha e machinas, depois modificando-o em 1918, para attender os inconvenientes verificados na pratica e as suggestões dos estudiosos e interessados na reforma, e finalmente approvando o regulamento para o «Quadro unico de officiaes de marinha e machinas», *ad referendum* do Congresso Nacional.

Anteriormente, em 1915, fôra a questão entregue ao estudo do Almirantado e solicitado o seu parecer sobre o projecto da fusão, e, embora nenhum dos officiaes generaes com assento naquelle Egregio Conselho discordasse em these da idéa vencedora, já nos Estados Unidos e na Inglaterra a grande maioria se manifestou pela inopportunidade da reforma e suggeriu diversas medidas julgadas inadiaveis, que mereceram o apoio do governo de então e foram postas em pratica pela administração.

O regulamento expedido em 1920 novamente separou os dois cursos da Escola Naval, com o fundamento de não ter produzido satisfactorios resultados o systema da fusão, quando esta ainda estava no periodo de propaganda, e portanto de tentativas para a sua adaptação na pratica.

No plano geral de organização dos serviços de marinha, actualmente em estudos, foi novamente levantada a idéa de fundir os dois corpos, ouvindo-se a respeito a Missão Americana, isto é, do paiz que primeiro a adoptou e que apesar das difficuldades, por muitos suppostas invenciveis, persistiu na reforma até obter, nos dias que correm, essa brilhante pleiade de officiaes eclecticos, tão justamente considerados, que os proprios adversarios da fusão eram favoraveis á sua

vinda como instructores da nossa Marinha, onde a teriam de recomendar, por força da coherencia, quando não da convicção.

Em breve será expedido o novo regulamento para a Escola Naval com a fusão em bases mais amplas, porque abrangerá ainda os commissarios, cumprindo-se assim o que já está determinado no regulamento para o Serviço de Fazenda da Armada, expedido em 1915, e que cogitava dos aspirantes a commissarios como provenientes da mesma origem que os demais.

Todas as escolas funcionam regularmente; reabriram-se as inscrições para a de Machinistas Auxiliares que desde 1921 estava com as suas matriculas trancadas; essa Escola foi creada com o fim de preparar subalternos de machinas capazes de effectivamente auxiliarem os officiaes eclecticos e substituirem a estes no serviço de quartos, sob responsabilidade. O Conselho do Almirantado, por unanimidade de votos, considerou urgente em 1915 a criação da escola de «conductores de machinas» e dahi surgiu a de Machinistas Auxiliares, cuja existencia, qualquer que seja o systema adoptado — da fusão ou da separação dos corpos da Armada e dos Engenheiros Machinistas — deve ficar assegurada em beneficio da Marinha, que não pode dispensar subalternos idóneos no serviço de machinas, com a sua crescente importância.

Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro

As obras do futuro Arsenal do Rio de Janeiro, suspensas durante seis e meio annos, devido á crise financeira que então assoberbou o paiz, e continuadas por iniciativa do Governo passado, proseguem activamente.

A sua direcção foi confiada á Companhia Mechanica e Importadora de S. Paulo, que a aceitou nos primeiros mezes do anno anterior pelo systema de «administração contractada». O Governo examinou cuidadosamente as diversas cláusulas do contracto e chegou á conclusão de que, tratando-se de trabalhos de evidente interesse publico e que não devem ser mais protelados, era preferivel, para salvaguardar o Thezouro, deixal-os continuar como os encontrou a tentar uma revisão de duvidoso successo.

Devem chegar, em breve, da Europa, onde foram encomendados, os apparelhos mais necessarios ao proseguimento activo das obras, que continuam com os recursos aqui disponiveis e o material abandonado pela «Société d'Entreprises du Brésil», quando interrompeu os trabalhos em 1915.

De accordo com os planos de severa economia, na applicação dos dinheiros publicos adoptados pelo Governo, foram restringidas as despesas superfluas que não podiam affectar o rendimento, nem a eficiencia das obras.

A Missão Americana propoz a reorganização, em novos moldes, dos serviços do actual Arsenal, sendo nomeada uma commissão para apresentar o respectivo projecto, que será posto opportunamente em pratica.

Aviação

Desenvolver a aviação no Brasil não é sómente cuidar da defesa do territorio, do littoral ou das fronteiras, nem adquirir meios de ataque contra o inimigo na eventualidade de uma guerra ou ainda emprestar-lhe a importancia que conquistou na solução dos problemas da tactica e da estrategia terrestre ou maritima; é muito especialmente armazenar elementos para o futuro — semear agora para colher mais tarde — porque não deve haver mais duvidas sobre o papel preponderante que lhe está reservado nos tempos porvindouros, como principal vehiculo do commercio entre as nações, como o mais barato e rapido meio de transporte e, em fim, como a solução mais prompta e efficiente do grande problema nos paizes de immenso territorio, o das vias de communicacão.

Certo prestaria serviço de inapreciavel valor o patriota que impulsionasse de modo cabal a industria da construcção desses aparelhos do ar, e ao mesmo tempo disseminasse por todos os pontos do paiz estações de apoio e de abrigo, com os competentes depositos de combustivel e officinas de reparos, onde os transeuntes da via aerea encontrassem o necessario repouso e a assistencia devida.

Na impossibilidade de attingir de prompto esse formoso ideal, devemos, pelo menos, caminhar seguros para a méta desejada, preparando o caminho, vencendo os primeiros obstaculos; contrapondo ás difficuldades a pertinacia e agindo de accordo com uma directriz préviamente traçada dentro dos nossos recursos e das imperiosas determinações dos interesses nacionaes.

Eis, em ligeira synthese, os motivos que determinaram o interesse dispensado pelo Governo ao desenvolvimento da aviação no Brasil, cujas gloriosas tradições através de conquistas de filhos illustres precisam ser sustentadas.

Foram approvados os planos de construcção do centro de Aviação do Rio de Janeiro, na Ilha do Governador, que ficará como a principal base, séde da Escola e do Commercio da Defesa Aerea do Littoral, recentemente creada com o fim de consagrar o principio de unidade de direcção, subordinando todos os serviços da arma á mesma autoridade; proseguiram as obras do posto de Santos, em local cedido pelo governo do Estado de S. Paulo. O plano geral de organização dos serviços, ainda em estudos, abrangerá centros aeronauticos e sédes de flotilhas isoladas em diversos pontos da costa.

Está entregue á Missão Americana a incumbencia de apresentar as bases da organização aerea e instrucção do pessoal, regulamentação dos postos e centros e escolha dos typos modernos mais adaptaveis ás nossas condições.

Disciplina

A disciplina é o verdadeiro apanagio das classes militares, a força poderosa que prende á obediencia e ao respeito mutuo milhares de individuos em trabalho harmonico e patriotico pelo bem geral, que conduz aos grande rasgos de desinteresse individual e dedicacão á causa publica e que affirma a capacidade e criterio dos chefes no tratamento dos seus subordinados.

Na Marinha — pôde registrar-se o facto sem receio de contestação — a disciplina não foi alterada. Apesar dos esforços exploradores de pequeno grupo, incapaz de conservar a serenidade no meio das paixões desencadeadas nas campanhas politicas, a Marinha o recebeu com frieza e despreocupação, desprezando as rédes tentadoras que a queriam envolver na desordem e na indisciplina.

Si alguns espiritos mais fracos se deixaram impressionar pela violenta linguagem que ainda não desertou dos nossos processos politicos, a grande massa, porém, das nossas guarnições, officiaes e praças, continuou a trabalhar activa e patrioticamente pela efficiencia das armas e do material, entregues á sua guarda.

Pareceu, entretanto, ao Governo que os poucos desviados das severas determinações da disciplina militar o foram sem o conhecimento exacto dos limites impostos pela carreira aos seus direitos garantidos pela Constituição; os regulamentos disciplinares mostraram-se omissos na maioria dos casos e, em outros, de legislação ambigua e deficiente.

O Codigo Disciplinar para a Armada, em execução desde os tempos do Governo Provisorio, além de conter uma serie de artigos condemnados pelo progresso ou derrocados pela tradição, não mais se podia manter ante as novas exigencias do meio em que devia ser applicado. O Governo, autorizado pelo Poder Legislativo, expediu o Regulamento Disciplinar para a Armada em substituição áquelle Codigo de 1890, procurando garantir em fortes esteios os principios de mando e subordinação, abolindo ao mesmo tempo toda especie de castigo deprimente, incompativel com as idéas liberaes do seculo e alevantamento moral das guarnições modernas.

Ante as disposições do novo regulamento todos saberão discernir perfeitamente até onde alcançam os seus direitos, começam as responsabilidades e acabam as condescendencias culposas. Desappareceu da legislação a Companhia Correccional, de effeitos contraproducentes aos elevados fins que a crearam. Os direitos de reunião, de manifestações collectivas de qualquer especie, representações e polemicas entre militares de marinha, foram devidamente limitados e esclarecidos nos seus detalhes.

O Governo teve um fim que procurou attingir: prestigiar a disciplina. Sem esta, não haverá Marinha como não haverá Exército, e todo poder militar ou naval acabará inefficiente.

Contractos

O Tribunal de Contas, sob varios fundamentos, negou registro a muitos dos contractos realizados pelo Governo anterior, sendo que os feitos sob a vigencia do *vêto* orçamentario á lei de fixação das despesas para o exercicio de 1922 não lhe foram presentes, em vista da decisão daquelle tribunal de sobre elles não se pronunciar.

As condições financeiras do paiz, por sua vez, não permitiam sobrecarregar o Thesouro de novos encargos, sinão os mais exigidos pelos altos interesses da defesa nacional. Embora firmou esses contractos, correspondessem ao desejo patriotico de bem servir á Marinha e algumas viessem ao en-

contro de providencias ha muito reclamadas em mensagens e relatorios, a prudencia na decretação de despesas obriga a aguardar a oportunidade que o momento não offerece.

Reserva Naval

A Reserva Naval, creada pelo decreto n. 12.888, de 6 de setembro de 1916, e que constituida desde então já conseguiu formar nas tres categorias um nucleo de 5.730 homens, aptos para os serviços de bordo e promptos á primeira chamada, foi agora, pela lei de fixação da força naval para o corrente exercicio, reorganizada em moldes mais amplos, de maneira a permittir-lhe muito mais rapido desenvolvimento.

Como consequencia dessa remodelação e para attender ás crescentes necessidades da esquadra, resolveu o Governo, pelo art. 4º da lei n. 4.531, de 28 de janeiro desse anno, executar o art. 87, § 4º, da Constituição, tornando effectivo o sorteio naval. Será assim a Reserva Naval poderosa e constantemente accrescida com os elementos excellentes que, pelo conhecimento e pratica dos serviços de bordo, representarão os sorteados ao terminarem o tempo regulamentar.

O sorteio para a Armada far-se-á conjunctamente com o do Exercito, sob cuja direcção continuará tal encargo. Sorteado entre os cidadãos em idade de servir, o numero correspondente ás necessidades de ambas as corporações, será separado para a Marinha o respectivo contingente, dada a preferencia aos maritimos, e, na insufficiencia destes, á escolha entre os individuos que pela sua aptidão professional melhor estejam em condições de auxiliar efficazmente o serviço naval.

Ilha Fiscal

Para melhor representação do Brasil nos festejos commemorativos do Centenario da Independencia, viu-se o Governo anterior forçado a lançar mão da Ilha Fiscal, onde foi installado um departamento da Exposição Internacional. Esse facto veiu necessariamente desorganizar os serviços da Superintendencia de Navegação, que nessa ilha tinha a sua séde e foi assim constrangida a distribuir suas secções por varios edificios, de acanhadas accomodações e situados em locais muito diversos.

O acto do Governo fazendo voltar á Marinha a Ilha Fiscal, quando já eram dispensaveis os seus prestimos para o fim acima referido, reintegrou aquella importante repartição na sua antiga e adequada séde, permittindo deste modo a volta á normalidade dos seus serviços.

Pesca e saneamento do littoral

Os serviços referentes á pesca e saneamento do littoral tiveram gradual desenvolvimento em seus varios ramos, necessarios para attender ás 289 colonias organizadas, com 41.205 pescadores matriculados e 186 escolas primarias, cuja manutenção será auxiliada no presente exercicio com a verba de 100:000\$ de que cogita o orçamento da Republica.

O Governo está interessado em expedir o respectivo regulamento para maior amplitude e segurança de sua acção.

VIAÇÃO

Estradas de ferro

As dificuldades financeiras, caracterizadas pelo desequilíbrio do orçamento e pela rápida e crescente expansão da dívida pública, impõem ao Governo a necessidade de modelar, neste momento, o surto que haviam tomado as construcções de estradas de ferro. Mas, por outro lado, não lhe fôra licito abandonar trabalhos encetados, de irrecusavel interesse publico; porque isso importaria esterilizar o capital já empregado, desperdiçar as despesas feitas, esmorecer as esperanças que se traduziam no desabrochar das actividades particulares e ter de retomal-as, mais tarde, com gastos novos e redobrados.

Neste periodo de transição, que se deve esperar seja breve, todo o esforço terá de concentrar-se nas estradas e nos trechos destas em que haja trabalhos a proseguir, e evitará dispersar-se por grande numero de iniciativas e em cada caso particular, por grandes extensões atacadas simultaneamente. Dessa ultima pratica não é o mal menor retardar o acabamento, das secções parciaes e sua mais prompta utilização pelo publico.

Havia em construcção a 31 de dezembro de 1922, sob a administração, ou fiscalização federal, 2.051.164 kms. de vias ferreas; e durante todo o anno foram entregues ao trafego 349,766 kms.

A duas preocupações fundamentaes obedece a construcção de nossas estradas. E' a primeira facilitar nossas communicações interiores com as Republicas vizinhas, permittindo a permuta dos productos, abrindo-lhes mercados novos e proximos e, pelo commercio entre os povos do continente, entre-tendo a antiga e constante amizade que os une.

Faceis já sendo as nossas communicações com os paizes meridionaes, e não sendo ainda possivel fixar-se a direcção a dar ás que nos tenham de ligar, ao Norte, com as Guyanas, Venezuela e Colombia, cuja viação ferrea não está siquer esboçada, a necessidade, que mais immediatamente se impõe é a de fazer a junção de nossas estradas com as que vêm ao encontro destas, através do Paraguay e da Bolivia. Para esse fim estão sendo feitos os estudos preliminares.

O outro, e principal proposito que vem guiando o programma de nossa viação ferrea, é o de estabelecer a communicação mais rapida e mais curta, das capitaes dos Estados entre si e com a capital da Republica. Esta já hoje está ligada ás capitaes da Victoria para o Sul, excepto Goyaz e Cuyabá. Para a ligação com a primeira das duas ultimas só falta construir 345 kms., trabalho que está proseguindo.

Ao Norte, a ligação com S. Salvador depende de concluir-se a linha entre a Central do Brasil (ramal de Montes Claros) e a Central da Bahia, actualmente em Jequy, ou sejam pouco mais de 900 kms.

Alguns élos sómente restarão para fechar-se a cadeia até S. Luiz do Maranhão.

Esse plano terá de ser seguido, systematicamente, quanto o permittirem os recursos financeiros do paiz; e, realizado, completará pela solidariedade economica a federação politica.

Em 31 de dezembro de 1922, a extensão total das estradas de ferro em tráfego no Brasil attingia a 29.214,408 kms. e havia em construção 2.051,164 kms. Da rede em tráfego pertencem a União 16.904,492 kms., são de concessão federal 5.099,970 kms. e de concessão ou propriedade estadual 7.209,946 kms.

Passo a examinar a situação das estradas de ferro de administração federal, directamente subordinadas á Secretaria da Viação.

Estrada de Ferro Central do Brasil

A nossa mais importante via ferrea contava, no fim de 1922, 2.509 kms. de extensão total, inclusive 934 kms. de ramaes e exclusive 643 kms. de desvios. E tinha em adiantada construção 165.603 kms. de linhas.

No ramal de Montes Claros foram inauguradas duas novas estações, Bueno do Prado e Jequitahy, no trecho concluido de 38 kms., tendo a linha chegado ao kilometro 1.000 em novembro ultimo. Alcançará em breves mezes a cidade de Bocayuva, e restarão 310 kms. para chegar a Tremedal, onde terá de encontrar-se com a Rede Bahiana.

No ramal de Marianna a Ponte Nova foram assentados 25 kms. de trilhos e executados diversos outros trabalhos, tendo sido inauguradas as estações de D. Silverio e Ribeirão do Carmo. Foi encetada tambem a construção de um novo trecho, de cerca de 10 kms., de Lavras a Furquim.

Proseguiram os estudos para o prolongamento do ramal de Santa Barbara até S. José da Lagôa, do qual se podem augurar grandes resultados, pelas ricas jazidas de minerio de ferro da região.

O ramal de Lorena a Piquete foi incorporado á Central em 1 de janeiro ultimo.

A insufficiente verba votada não permittiu a conclusão do ramal de Lima Duarte, cujos trabalhos se vão adiantando com a possível actividade.

A 10 de novembro foi inaugurada a ponte de Pirapóra, com 14 vãos, tendo a extensão de 692 ms., bem como a estação Independência, situada á margem esquerda do rio S. Francisco, onde tambem foi construido um armazem para mercadorias.

Nos trabalhos de duplicação do ramal de S. Paulo, o movimento de terras, na variante de S. José dos Campos, ficou quasi completo, e tiveram grande impulso as construções de obras de arte e edificios do mesmo trecho.

Soffreu, porém, grave embaraço esse serviço de duplicação entre Mogy das Cruzes e Norte, devido á deficiência de credito e, sobretudo, ao embargo judicial interposto pelo proprietario dos terrenos atravessados pela nova linha ferrea. Os principaes trabalhos executados foram a construção de um novo pontilhão e o alargamento da linha entre a 5ª parada e Norte.

Foram adquiridas mais duas fazendas, a do Pau Grande, em Avellar, na Linha Auxiliar, por 350:000\$, e a do Salto, próximo a Engenheiro Passos, por 600:000\$, das quaes a segunda está destinada principalmente á futura utilização de energia electrica da cachoeira alli existente, para a electrificação do ramal de S. Paulo.

Estão em adiantada construção os edificios das estações do Engenho de Dentro, Curvello, Taubaté e Caçapava e os armazens desta ultima e da de Juiz de Fóra. Em via de conclusão encontra-se o da estação intermediaria entre Engenho Novo e Meyer, a qual é exclusivamente destinada a cargas e passageiros de pequeno percurso.

Foram inauguradas as novas estações de Bello Horizonte e da Aparecida, o armazem do pateo da estação Engenheiro S. Paulo e o novo abrigo de machinas, proximo a Bello Horizonte.

Em diversas estações dos suburbios já se acham installados os torniquetes, aparelhos registradores do numero de viajantes. Este systema de fiscalização tem produzido resultados muito satisfactorios e será generalizado á medida que se fôr completando o fechamento da linha.

Já foram inauguradas para a travessia do leito da via ferrea varias passagens superiores e inferiores, para viajantes e para vehiculos.

No decurso do anno foram adquiridos sómente 29 vagões para bitola larga e 21 para bitola estreita.

As officinas da Estrada effectuaram 266 reparações de locomotivas, sendo: 183 da bitola larga e 83 da estreita.

O numero total de carros e vagões reparados elevou-se a 1.625: da bitola larga 1.238 e da estreita 387.

No fim do anno, já attingia a 107 o numero de carros de viajantes, illuminados por electricidade. E' necessario estender esse systema a todos os carros da Estrada, o que ainda não se conseguiu, por falta de verba.

Desde muitos annos vêm cogitando os poderes publicos de substituir na Estrada de Ferro Central do Brasil a tracção a vapor pela tracção electrica.

Na lei de orçamento para o exercicio de 1910 foi consignado um credito de 2.000:000\$ para os estudos e o inicio das obras. Com esses recursos foram aquelles feitos e estas encetadas pelo fechamento da linha nos suburbios.

Uma lei especial, de 30 de novembro de 1920, autorizou a despesa até 60.000:000\$ para a electrificação, comprehendendo as linhas dos suburbios e as do interior, desde a estação inicial até Barra do Pirahy, com os ramaes de Santa Cruz, Paracamby, Maritima e S. Paulo.

O serviço foi posto em concorrência publica, realizada em março de 1922, no Rio de Janeiro e em Londres. Recebidas as propostas de quatro concurrentes e estudadas por uma commissão technica, foram o parecer desta e os juizos de outros orgams da administração objecto de reclamações e controversias, que determinaram o adiamento da resolução do Governo.

Para occorrer á despesa daquelle serviço, foi contractado em Nova York, a 31 de maio do anno passado, um emprestimo de 25 milhões de dollars, cujo producto teria de ser utilizado na electrificação da parte suburbana da Estrada de Ferro Central do Brasil e em outras necessidades da mesma via ferrea.

O desenvolvimento do trafego, principalmente a intensidade do suburbano, consequentemente o numero, cada dia maior, de trens, o alto custo da tracção a vapor, tornam aquelle melhoramento a necessidade mais premente de nossa grande via ferrea.

A receita da Estrada, em 1922, importou em 96.453:648\$ contra 88.887:499\$ em 1921. Houve, portanto, um aumento de 7.566:149\$ ou seja 9,21 %, no qual figura por $\frac{3}{4}$ o rendimento de passagens.

A despesa attingiu a 111.104:805\$ dos quaes 46.887:781\$ com material e 64.217:024\$ com pessoal, inclusive o aumento provisorio de vencimentos e salarios, cuja cifra se elevou a 20.958:377\$000.

O deficit importou, pois, em 14.651:000\$, tendo para elle concorrido, além desse aumento provisorio, a consideravel depressão da taxa cambial desde o meiado de 1920 (anno em que entrou em vigor a actual tarifa), depressão de que resultou um prejuizo calculado em 11.770:746\$000.

A renda approximada do primeiro trimestre de 1923 orça em cerca de vinte e cinco mil contos de réis.

Attendendo as ordens governamentaes sobre a maior economia possivel nas despesas, proseguem as obras do anno passado, não tendo sido iniciadas outras.

Pelo decreto n. 15.674, de 7 de setembro de 1922, foi creada a Caixa de Pensões do Pessoal Jornaleiro da Central, que começou a funcionar em 1 de outubro desse anno: recebe contribuições de 12.804 jornaleiros effectivos, na importancia mensal de 54:500\$000.

Na sua installação, feita com toda a economia, foram gastos 4:715\$, attingindo a despesa mensal com seus empregados a 2:500\$ apenas.

As rendas eventuaes da Central do Brasil, que pelo art. 2º do decreto n. 15.674, referido, são entregues á Caixa, produziram, de 1 de outubro de 1922 a 31 de março de 1923, a quantia de 168:698\$790.

A Caixa, em 31 de março de 1923, tinha em deposito no Banco do Brasil a importancia de 384:000\$000.

Estrada de Ferro Oeste de Minas

Em 31 de dezembro de 1922 possuia a Oeste de Minas uma extensão total, em trafego, de 2.136.577 kms., inclusive 208 kms. de navegação fluvial do Rio Grande.

Circularam, durante aquelle anno, 41.652 trens, com 3.197.996 kms. de percurso, tendo havido, em relação ao anno anterior, um aumento de 1.568 trens, correspondente a 142.817 kms. de percurso. Os trens de gado attingiram ao numero de 561, com 101.637 kms. de percurso.

As diversas officinas da Estrada attenderam, com a desejada eficiencia, aos trabalhos que lhes foram confiados.

Importantes melhoramentos foram introduzidos em todas ellas, assim como na via permanente, salientando-se a installação de oito torres metallicas para o serviço de radiotelegraphia; a substituição de trilhos; o lastramento, com pedra, de cerca de 60 kms. de linha; a construcção de varios edificios, etc.

Proseguiram os serviços de construcção da linha de Barra Mansa a Angra dos Reis, no trecho de Alto da Serra a Angra, cuja extensão ó de 37 kms., a cargo de diversos tarefeiros, importando as suas medições provisórias em quantia pouco inferior a 3.000:000\$000.

As obras de construcção do ramal de Barbacena, feitas por administração, estão quasi concluidas, apesar da morosi-

dade com que foram executadas, dentro dos limitados recursos disponíveis. Foi iniciado o edificio da estação de Campolide.

A receita da Estrada, em 1922, foi a maior até hoje verificada, pois attingiu a 8.314:908\$269, contra 7.992:768\$882 em 1921, excedendo de muito a previsão orçamentaria, que fôra de 6.000:000\$000.

A despesa orçamentaria montou a 15.240:694\$245, dos quaes 3.215:428\$300 correspondem ao augmento provisório dos vencimentos do pessoal, consignado no decreto n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, e 212:675\$600 á despesa de combustível, de exercicios anteriores.

O mais importante ramal, o de S. Pedro de Alcantara a Uberaba, que, além de servir á estação de aguas de Araxá, percorre uma região muito fértil, tinha a sua construcção interrompida.

A necessidade de impedir a destruição dos serviços feitos levou o Congresso Nacional a conceder um credito para a sua continuação. Está o Governo providenciando para dentro em pouco os trabalhos serem de novo atacados.

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

Os serviços desta Estrada tiveram regular andamento durante o anno de 1922, e o vão tendo no corrente, sendo bem efficientes em relação ao desenvolvimento das zonas a que serve.

A renda total da Estrada nos tres ultimos annos foi a seguinte: 6.896:814\$415 em 1920, 6.831:307\$412 em 1921 e 9.408:062\$997 em 1922, sujeita esta última parcella a alteração.

As rendas industriaes, propriamente ditas, foram, respectivamente, nos mesmos annos: 6.433:640\$890, 6.366:243\$300 e 8.898:544\$193, por onde se verifica um augmento consideravel.

As despesas foram: em 1921 — 27.481:348\$856; em 1922 — 17.115:088\$271.

Nos totaes das despesas estão incluídas as que foram feitas com obras novas, que tem sido e serão ainda avultadas e imprescindiveis. Tacs são as que exigem o estabelecimento da ponte sobre o rio Paraná (cerca de sete mil e quinhentos contos de réis), as pontes sobre o rio Aquidauana e Miranda (cerca de oitocentos contos de réis) e a modificação da linha nos tres grandes pantanaes, varzeas inundadas annualmente pelos rios Aquidauana, Miranda e Paraguay, sem fallar na construcção de innumeradas obras de arte, estações, armazens, obras de consolidação e outras, e aquisição de material movel.

O custeio propriamente dito não exige mais de réis 10:500:000\$, presentemente.

E' todavia muito promissora a situação da Estrada, pois verificado o augmento de 2.532:000\$ na receita de 1922 sobre a de 1921, é seguro que no presente exercicio não será inferior o excesso da receita sobre a de 1922; e póde affirmar-se que uma vez estabelecida a ponte sobre o rio Paraná, se conservará a mesma progressão no desenvolvimento da renda, sinão fôr muito maior, desde que a Estrada disponha de material de transporte.

Durante os primeiros mezes do anno corrente, já se confirmam os augmentos esperados. Embora não estejam ainda convenientemente apurados os elementos necessarios, conhecem-se as seguintes importancias relativas a janeiro e a fevereiro, para a renda industrial:

Receita em janeiro de 1923.....	833:669\$070
Receita em janeiro de 1922.....	620:402\$270
Receita em fevereiro de 1923.....	638:595\$560
Receita em fevereiro de 1922.....	618:697\$835

As despesas não foram ainda apuradas, estando aliás dentro dos credits votados.

A extensão total da estrada é de 1.272,236 kms. de linha simples, de Baurú a Porto Esperança, subindo a 60,500 kms. a extensão de desvios e linhas auxiliares.

Grandes são as difficuldades de tracção resultantes das más condições technicas do traçado, caracterizadas pelo raio minimo de 150 metros e pela declividade maxima de 2 %, que se encontram em plena linha com extraordinaria frequencia. Convem lembrar que a sahida de Baurú, que é a estação inicial da estrada, se faz com uma curva de 114 metros de raio. Muitas variantes já se tem estabelecido com melhora extraordinaria para a tracção, e muitas outras se vão impondo cada vez mais fortemente; cabendo notar que o desenvolvimento do trafego e exigencias commerciaes da zona tornarão necessario corrigir numerosos defeitos do traçado que encarecem demasiado as despesas de tracção.

Outra medida imprescindivel é a substituição, que se deve iniciar desde já, dos antigos trilhos de 20 kilos por outros de 32, desde Lauro Müller, no kilometro 92, até Itapura, no kilometro 437, visto como os trilhos de 20 kilos por metro corrente estão se gastando cada vez mais, e dentro em breve oferecerá a via permanente riscos e perigos á passagem dos vehiculos.

Inadiavel, tambem, é a construcção de cercas, cuja falta acarreta prejuizos e grandes responsabilidades á estrada.

A travessia do rio Paraná ainda se está fazendo em condições extremamente precarias e dispendiosas, por meio de baldeação de passageiros e passagem dos vehiculos em uma balsa, que é robocada de um lado para outro do rio.

O pequeno quadro, em seguida inserido, mostra o movimento de transportes nos dois ultimos annos:

DESIGNAÇÃO	1921	1922
Passageiros de 1ª classe.....	92.597	116.042 ½
Passageiros de 2ª classe.....	450.497 ½	495.992 ½
Bagagens e encomendas (kgs.)..	4.811.866	5.541.990
Mercadorias em geral (kgs.).....	167.944.875	236.494.388
Café (kgs.).....	19.026.425	14.183.803
Animaes em trens de passageiros	10.195	10.195
Animaes em trens de mercadorias	12.300	23.174

Do total de mercadorias foi deduzido o café transportado. Na travessia do rio Paraná, passaram-se para o Estado de Matto Grosso 33.978 toneladas e de Matto Grosso para o Estado de S. Paulo, 6.946, apenas, o que deixa ver bem o desequilibrio no movimento de vagões carregados e vazio.

Viação Cearense

Para se tornar um serviço auxiliar das grandes obras empreendidas no Nordeste, foi essa rede subordinada á Inspectoria de Obras contra as Seccas.

A sua extensão em trafego era, em 31 de dezembro de 1922, de 1.039,584 kms., dos quaes 666,091 kms. na Estrada de Ferro de Baturité e ramaes, e 373,493 na de Sobral.

Contra uma estimativa orçamentaria de 3.500:000\$, as duas estradas mencionadas arrecadaram, em 1922, a receita de 4.449:313\$141, a saber: 3.576:890\$736 a de Baturité, e 872:422\$405 a de Sobral.

A despesa de custeio elevou-se a 3.978:711\$013, sendo 2.802:785\$939 para a primeira e 1.175:925\$074 para a segunda, deixando, assim, o movimento financeiro do anno, um saldo de 470:602\$128.

Comparada com a receita de 1921, a de 1922 apresenta um excesso de 910:349\$805.

Os transportes gratuitos, feitos, durante o anno, por conta do Governo Federal e das Grandes Barragens, importaram em 1.060:560\$960.

A despesa effectuada por conta de verba da Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas, com melhoramentos e intensificação do trafego, resultantes, principalmente, dos transportes dos materiaes destinados ás obras do Nordeste, attingiu, em 1922, a 2.180:008\$090.

Circularam nas linhas em trafego 19.278 trens, fazendo um percurso de 1.204.457 kilometros.

Os prolongamentos das linhas que, inicialmente, constituíam a rede cearense nenhum impulso receberam, ficando, paralyzada a execução do plano a que vinham, de longo tempo, obedecendo.

Apenas foram entregues ao trafego, na Baturité, 24 kms., de Aurora a Ingazeira, cuja construcção vinha, desde muito, retardada. E' de imperiosa necessidade vencer os 62 kms. que faltam para chegar ao Crato, centro de região fertilissima, destinada a ser um opulento celleiro do sertão cearense, velha aspiração de todo o Estado. Está actualmente atacado com intensidade o trecho de Ingazeira a Missão Velha, de 26 kms., que deverá brevemente ficar concluido.

O prolongamento da Sobral para Therezina parou em Ibiapaba, que dista daquelle ponto terminal 270 kms.

O ramal de Icó foi interrompido, para se construir, do ponto a que elle chegara, o sub-ramal de Orós, necessario ao transporte do material para esse grande reservatorio.

A linha de ligação de Fortaleza a Sobral continúa com seus 36 kms., em trafego, com 215 kms., a construir.

Sob a direcção da Inspectoria de Obras contra as Seccas ficou ainda a construcção de duas outras vias ferreas — Ceará a Parahyba e Limoeiro a Umbuzeiro.

A primeira destina-se a ligar a estação de Paiano, da Estrada de Ferro de Baturité, á de Alagôa Grande, da «Great Western». Terá a extensão total de 454,718 kilometros.

A construcção foi atacada em duas partes, a partir das duas extremidades.

A primeira parte, de Paiano a Patos, com 223 kms., foi iniciada em 1920. Em 31 de dezembro de 1922 estavam os trilhos assentados em 110 kms., da linha principal e 25 kms., do ramal de Cajazeiras.

A segunda parte, de Alagôa Grande a Patos, foi começada em fevereiro de 1921 e atacada em cerca de 140 kms., e o leito ficou preparado em 67.828.

A despesa feita com as duas grandes secções dessa estrada elevou-se a 16.747:255\$014.

A segunda das estradas mencionadas, de Umbuzeiro a Limoeiro, faz parte da rede da «Great Western», sendo prolongamento da de Recife a Limoeiro. Por aquella Companhia estava sendo construida, desde abril de 1921, com fraco esforço, até que foi entregue á Inspectoria de Obras contra as Seccas, em virtude do decreto n. 15.249, de 4 de janeiro de 1922.

Sua extensão é de 50.725 kms. As despesas realizadas em 1922 atingiram a 6.326:417\$779, havendo avultados compromissos a saldar. Resolveu o Governo suspender as obras dessa linha até dar melhor organização ao serviço e limitá-lo aos recursos disponiveis.

Estrada de Ferro Therezopolis

O trafego da Estrada de Ferro Therezopolis vem aumentando consideravelmente desde a sua encampação. Esse facto ainda mais se accentuou no decorrer do primeiro trimestre deste anno.

Em 1922 o material de tracção foi accrescido de duas locomotivas de serra, de typo moderno, cuja montagem foi feita pelo pessoal das officinas da estrada, verificando-se depois que o seu funcionamento excedeu a toda expectativa e realizando ellas um trabalho duplo das do antigo typo.

Foi, mais tarde, adquirida uma terceira locomotiva, do mesmo typo, e uma outra de simples adherencia.

As officinas executaram grande numero de reparações. Por ellas passou todo o material rodante e de tracção, sofrendo a maior parte importantes concertos e reformas.

Além disso, foram construidos, com o material abandonado pela ex-empresa, um carro de carga, com capacidade util de 15 toneladas, e um de bagagem, ha muito reclamado pelo trafego, e renovada quasi completamente uma plataforma para oito toneladas uteis.

As officinas foram dotadas de melhoramentos que augmentaram sua capacidade de trabalho.

Em uma estrada como esta, onde, entre dois trechos de simples adherencia, existe um serviço especial de serra (Riggembach) que por si só é oneroso, tendo-se, ainda, como sobrecarga o serviço maritimo, tambem muitissimo dispendioso, apesar de toda atençaõ e cuidado, não foi possivel realizar o custeio do trafego de modo mais economico, de fórma a evitar o *deficit* de 770:891\$810, que resulta de uma receita de 705:721\$958 para uma despesa de 1.476:613\$768,

Para esse desequilíbrio influe, principalmente, o custo do transporte por mar. A falta de dados referentes ao anno ultimo, os do anno anterior, 1921, permitem illustrar essa affirmação. Naquelle periodo, para a despesa total de réis 1.013:503\$, concorreu o serviço marítimo com a parcella de 516:550\$ e o terrestre com a de 496:933\$000. Referidos ao numero de passageiros e á tonelage de cargas (78.209 daquelles e 8.236.633 kgs destes) e á distancia percorrida (40 kms. por mar, entre Rio e Piedade, e 100 kms. por terra, entre Piedade e Therezopolis), daquelles algarismos resulta que o custo médio do passageiro-kilometro foi, no primeiro caso, \$094,906, no segundo \$036,509, e o da tonelada-kilometro, respectivamente, \$666,032 e \$256,263. Assim, o serviço marítimo de carga custa 160 % mais e o de passageiros 159 % do que o serviço terrestre.

Só esse resultado basta para demonstrar a necessidade de supprimir encargo tão pesado, o que se conseguirá, estabelecendo o trafego mutuo com a «Leopoldina Railway», de modo a fazer o transporte directo, por terra, até Praia Formosa, pela linha daquella rede, que, de Porto das Caixas, se dirige a Magé e Rosario. Não estando ainda concluido o trecho final dessa linha, o serviço poderá fazer-se provisoriamente pelas linhas de Magé, Mauá e Norte. Nesse sentido, está o Governo tomando as providencias e promovendo o accôrdo necessario.

Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

Com a extensão em trafego de 364,260 kms. a Companhia arrendataria vem lutando com desfavoravel situação financeira, resultante do decrescimo sensível das suas rendas, ao passo que as despesas augmentam annualmente. E' de esperar que essa situação venha a melhorar com a alta relativa do preço da borracha, que é o principal producto da zona percorrida.

Ainda não foi possível ultimar a liquidação das contas de construção da estrada. As questões suscitadas em consequencia da differença entre as importancias apuradas como correspondendo áquella construção e o total das medições já recebidas pela Companhia, bem como as relativas ao direito ao renascimento de despesas com serviços especiaes de prophylaxia, foram sujeitas a arbitramento, e deverão ser, em breve, resolvidas.

Estrada de Ferro de Bragança

Nas mesmas condições das celebradas com os governos do Rio Grande do Sul, de Minas Geraes e de Santa Catharina, a União assignou contracto com o Estado do Pará, em 31 de julho, em virtude do qual, depois de encampada a Estrada pela importancia de 17.000:000\$, sendo 5.000:000\$ em moeda corrente e o restante em apolices da divida publica, foi essa arrendada ao governo estadual mediante partilha por igual da renda liquida e a obrigação assumida pelo Estado

de gastar em melhoramentos e aparelhos da rede quantia correspondente á despendida pelo Governo Federal com a encampação.

Estrada de Ferro do Tocantins

Em consequência da decretação da caducidade do contracto celebrado com a Companhia de Estradas de Ferro do Norte do Brasil, concessionaria da Estrada de Ferro do Tocantins, foi á praça o acervo da mesma, que a União se apressou em adquirir pelo preço de 1.281:600\$, acervo esse que é avaliado em 3.565:532\$500, comprehendendo 82.430 kms. de linha construída.

Estrada de Ferro S. Luiz a Therezina

Resultante da incorporação das estradas de ferro Caxias a Cajazeiras e S. Luiz a Caxias, essa Estrada, com a nova denominação e a extensão de 450,652 kms., mantém o trafego regular entre as duas capitães. Ainda se faz baldeação no Canal dos Mosquitos, mas a construção da ponte já foi contractada e teve inicio.

Ficou concluída a medição final dos trabalhos executados pela Companhia Estrada de Ferro S. Luiz a Caxias, que correu á revelia desta e foi enviada ao ministro procurador geral da Republica.

Estradas de Ferro do Piahy

Tendo sido entregues ao trafego 31.141 kms., a Estrada de Ferro Central do Piahy contava, em 31 de dezembro de 1922, 57.141 kms., de extensão e 95 kms., em construção quasi concluída.

Na mesma data attingiam os serviços de construção da Estrada de Ferro de Petrolina a Therezina ao kilometro 204, estando sendo executados parte por administração directa e parte pelo systema de tarefa. A ponta dos trilhos alcança o kilometro 61,500. Continuam em construção as obras de ligação, em Therezina, das estradas de ferro S. Luiz a Therezina, Petrolina e Therezina e Cratheús a Therezina, tendo sido substituído, no contracto, por um trecho de cerca de 12 kms. dessa ultima estrada, a ligação com a de Petrolina a Therezina.

Estradas de Ferro do Rio Grande do Norte

A grande importancia económica da Estrada de Ferro de Mossoró, reclama a construção de seu prolongamento, cujos serviços foram suspensos ha mais de dois annos. Ficaram em construção cerca de 30 kms. adiante do trecho em trafego, que pertence a uma firma particular e foi feito reconhecimento até Souza e Pombal.

A actual administração já abriu o credito de 1.000:000\$ autorizado pela vigente lei da despesa, para atacar o prolongamento dessa estrada, que vai franquear a exportação numa das zonas mais ricas do Nordéste.

A Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, de administração federal, está com 176,430 kms. abertos ao tráfego. Os estudos de seu prolongamento foram approvados com a escolha do traçado proposto pela Comissão Sampaio Corrêa.

«The Greart Western of Brasil Railway»

Pelo accôrdo de 8 de novembro, celebrado com essa estrada, cuja importante rêde de 1.627,078 kms. serve a quatro Estados, o Governo passou a procurar attender ao transporte da safra de assucar e remover as difficuldades financeiras com que vem luctando a Companhia. Esse accôrdo, porém, não teve execução, por lhe haver recusado registro o Tribunal de Contas.

Subsiste assim aggravada a situação precaria da Companhia, e o Governo actual tem o maior empenho em dar ao problema uma solução conveniente, conforme reclamam os legitimos interesses da região e de accôrdo com a autorização existente na lei da despeza em vigor.

Em outubro foi incorporado á rêde o trecho de 10.061 kms. do prolongamento da Estrada de Ferro Conde d'Eu, que estava sendo construida sob a administração da Inspectoria Federal de Obras contra as Secças.

Rêde de Viação Federal da Bahia

A situação dessa rêde, com 2.038,321 kms. é tambem bastante precaria.

Apezar das novas vantagens concedidas pela ultima revisão do seu contracto, allegam os arrendatarios que nem mesmo com os lucros da construcção conseguem equilibrar as suas finanças, em presença dos *deficits* da exploração, que se accumulam de anno para anno.

Torna-se urgente, da parte do Governo, enfrentar a situação para resolver mais este problema de nossa viação, no intuito de melhorar um serviço publico que, presentemente, muito deixa a desejar.

Os trabalhos de construcção continuaram a ser feitos, mas nenhum trecho foi inaugurado durante o anno, apezar do que determinam os termos do contracto. No correr deste anno conta a administração mandar abrir ao tráfego as seguintes linhas: de Gravatá, com 73 kms., de França, com 52 kms., e de Tamandaré com 25 kms., no total de 150 kilometros.

Estrada de Ferro Victoria a Minas

Essa estrada, com 622,436 kms., dividia-se em duas porções separadas: a de Victoria a Itapatinga, com 474,920 kms., inclusive os 31,758 kms. abertos ao tráfego durante o anno, a partir de Cachoeira Escura, e a de Currálinho a Diamantina com 147.516 kilometros. Essa ultima linha, isolada da rêde, constituia um verdadeiro ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, o que motivou, como tal, a sua incorporação a

essa estrada, decretada em 14 de novembro ultimo e levada a efeito em janeiro do corrente anno, com a presença do Sr. ministro da Viação.

Réde da Leopoldina

Em consequencia do disposto no n. 44 do art. 97 do decreto n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, foi firmado com «The Leopoldina, Railway Co. Ltd.», o accôrdo de 3 de agosto, que deixou de ser executado por não haver sido registrado pelo Tribunal de Contas. Não foi possível, assim, ao Governo passado dar solução á crise em que se debate essa companhia, apesar dos esforços feitos em tal sentido, não se descurando o actual Governo do assumpto, no intuito de chegar a um resultado satisfactorio.

Réde Sul-Mineira

Solução semelhante á da Viação Ferrea do Rio Grande do Sul foi dada á Réde Sul-Mineira, cujos serviços se faziam tambem em condições bastante precarias sob a administração da arrendataria — Companhia de Estradas de Ferro Federaes Brasileiras.

Feita a rescisão do contracto, com reversão immediata de algumas linhas, mediante o pagamento de 39.685 apolices, passaram os serviços da réde a correr sob a responsabilidade do governo mineiro, com o qual se firmou, em 6 de abril de 1922, o novo contracto de arrendamento, baseado tambem na meação da renda liquida e na participação do arrendatario nas despesas de reparações e melhoramentos.

Por essa occasião dissolveram-se os vinculos que prendiam ao contracto da alludida réde a Companhia Mogyana de Estrada de Ferro, com a qual se firmou um convenio á parte, em 12 de setembro de 1922, em relação aos prolongamentos por ella construidos e trafegados no Estado de Minas Geraes e ligados á sua propria réde e á Sul-Mineira.

Estrada de Ferro de Goyaz

Nessa estrada inaugurou-se, a 9 de novembro, o novo trecho de Roncador a Tapiocanga, com a extensão de 33 km., que perfaz a extensão total de 289,461 km.

Acham-se em construcção, a 31 de dezembro, 67 km., que deverão ser brevemente entregues ao trafego publico.

S. Paulo Railway Company, Ltd

Baseada em que seus dividendos são inferiores a 7 %, a companhia persistiu em pleitear novos aumentos de tarifas, além dos que lhe foram concedidos em 1921. A' vista disso, em substituição de taes aumentos, foi approvada uma tarifa cambial calculada sobre as bases das tarifas em vigor para os cambios abaixo de 13 d.

Estrada de Ferro Sorocabana

No ramal de Tibagy, dessa estrada, foi entregue ao tráfego, em 1° de maio, o trecho de 32.908 km., compreendido entre as estações de Presidente Wenceslau e Presidente Epitácio, passando a extensão total dos dois ramaes federaes a 838,430 km.

Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande

Recrudescceu, durante o anno, a crise de transportes, qua, ha muito, se manifesta nas linhas da Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, em virtude, principalmente, da insufficiencia de material rodante para attender ás necessidades do tráfego actual, que tomou grandes proporções, comparado com o que foi ha alguns annos transactos.

A companhia, cuja situação financeira não é das mais folgadas, solicitou ao Governo um augmento de 10 % sobre as suas tarifas. O pedido foi indeferido, mas, reconhecendo a situação difficil da companhia, autorizou-se, até 31 de dezembro de 1923, o emprego, no custeio, de uma percentagem do producto das taxas additionaes que se destinavam á compra de material e execução de melhoramentos, em ordem a collocar a rede em condições de regularizar os serviços de seu tráfego.

Continuam em andamento os trabalhos de construção do prolongamento do ramal do Paranapanema, nos quaes foram despendidos desde o inicio 5.100:863\$617; e bem assim os da linha de Barra Bonifa e Rio do Peixe, nos quaes já foram gastos 7.654:676\$394.

Estrada de Ferro Santa Catharina

Ainda sobre a base de egual partilha da renda liquida, firmou o Governo da União com o do Estado de Santa Catharina, em 31 de dezembro de 1921, um contracto pelo qual ficava arrendada ao referido Estado, a partir de 1 de outubro de 1922, a Estrada de Ferro de Santa Catharina, inclusive a sua secção fluvial (de Itajaí a Blumenau) e empreitada a construção de alguns kilometros do seu prolongamento para o sertão.

Estrada de Ferro D. Thereza Christina

A extensão em tráfego é de 118,096 km. Com a construção dos ramaes de Tubarão a Araranguá, Urussunga e Massiambú foram dispendidos no anno findo 2.183:402\$930. No ramal de Araranguá, já em tráfego provisório de Tubarão a Crissitima, os trabalhos de construção importaram em 1.171:309\$374, sendo 861:099\$232, no trecho comprehendido entre os kilometros 0 e 56,550, e 317:210\$142, no trecho entre os kilometros 56,550 e 91,850.

Com a execução dos serviços de construção a cargo da Companhia Carbonífera de Urussangu, no ramal desse nome, despenderam-se, em 1922, 962:292\$304.

O assentamento da linha atingiu ao kilometro 30,400.

Quanto ao ramal de Massiambú, gastaram-se 42:801\$525 em trabalhos de locação.

Rêde ferro-viaria do Rio Grande do Sul

Com o Estado do Rio Grande do Sul, que já vinha administrando a Rêde de Viação Ferrea daquelle Estado, desde a sua encampação, em 1920, firmou o Governo Federal contracto, no anno findo, para o arrendamento da mesma rêde.

O arrendamento foi feito sobre a base de partilha por egual da renda liquida e na obrigação assumida pelo Estado, e de que se tem desempenhado correctamente, de gastar em aparelhamentos e melhoramentos da rêde quantia egual á despendida pela União com a encampação.

Linhas estrategicas do Rio Grande do Sul

A construção dessas linhas se acha a cargo da Empreza Constructora do Rio Grande do Sul, em virtude dos decretos ns. 14.006, de 14 de janeiro, e 14.204, de 4 de junho de 1920.

Foram recebidos, em 1922, pela fiscalização, o segundo trecho da linha de Basílio a Jaguarão, com a extensão de 14 km.; o segundo trecho, com a mesma extensão, da linha de S. Sebatsião a Sant'Anna, e o primeiro e o segundo da linha de Alegrete a Quarahy, respectivamente, com 23 e 14 km.

O Governo gastou, com os trechos construidos pela Empreza, a quantia de 6.505:303\$805.

Linha de Cruz Alta a Porto Lucena

Durante o anno estiveram em construção 43.280 km., dos quaes 19,500 km., entre Santo Angelo e o rio Commandahy, ficaram em condições de ser trafegados. 5,880 com trilhos assentados e 17,900 km. até Passo da Pedra, com o leito quasi prompto, faltando apenas algumas obras de arte correntes e a conclusão de pequenas interrupções no movimento de terras.

«Brasil Great Southern Railway»

E' tambem uma companhia que se acha em condições de não poder satisfazer os seus compromissos financeiros, não encontrando mesmo na exploração de suas linhas os recursos necessarios á manutenção do respectivo custeio, apesar do augmento das tarifas, que lhe foi concedido, a titulo de experiencia, pela portaria de 21 de julho do anno findo.

Não devemos finalizar este capitulo sem alludir á expedição, pelo decreto n. 15.673, de 7 de setembro de 1922, do regulamento de policia, segurança e trafego das estradas de ferro, destinado a substituir o que existia desde 1857 e não

podia satisfazer ás circumstancias actuaes. Pende ainda de regulamentação a lei que dispõe sobre a subvenção federal ás estradas de rodagem.

Caixa de Aposentadorias dos Ferro-viarios

O decreto legislativo n. 4.782, de 24 de janeiro ultimo, mandou crear, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no paiz, uma caixa de aposentadorias e pensões para os respectivos empregados e operarios.

Essa lei constitue um capitulo novo da nossa legislação social, collocando-a ao lado das mais adeantadas.

Navegação

Em um paiz como o Brasil, de enorme extensão de costa, com uma população relativamente pequena, concentrada em nucleos muito afastados, com uma immensa rede fluvial, estendida por um *winterland* quasi deserto, é de prevêr a difficuldade do aspecto economico do problema de transporte sobre agua.

E' certo, entretanto, que os auxilios que tiverem de ser prestados a novas empresas de navegação deverão de preferencia consistir em subvenções e favores outros que não a isenção de direitos aduaneiros. Esta precisa ser evitada ou, pelo menos, muito limitada. Companhias ha que a têm para objectos de uso corrente e até para comestiveis e bebidas. A conversão desses favores em subvenção que figure na lei de despesa é uma necessidade.

Merece tambem cuidadosa attenção do Congresso Nacional a intensificação do serviço de navegação nacional nos rios que nos separam de paizes estrangeiros, onde a falta dessa navegação se traduz na desnacionalização dos costumes, linguas e moeda.

O Lloyd Brasileiro, a nossa maior e mais importante empresa de navegação, não conseguiu ainda, apesar das reformas successivas por que tem passado a sua direcção, normalizar o seu serviço.

Além do serviço de navegação costeira, ao longo de todo o littoral, o Lloyd tem linhas de longo curso para a Europa e America do Norte, de navegação fluvial, no Amazonas, de Pará a Manáos, e no Paraguay, de Montevidéo a Corumbá, e lacustre, nas lagôas dos Patos e Mirim.

A Companhia Nacional de Navegação Costeira, concessionaria do contracto de varias linhas, entre Porto Alegre e Mossoró, assumiu, por termo de additamento de 9 de novembro de 1922, o compromisso, que vem sendo executado, de leval-as até Belém.

Entre os extremos de Belém e Rio Grande, desempenhou-se a Companhia Comercio e Navegação do serviço a seu cargo, na fórma do respectivo contracto.

A sociedade anonyma Lloyd Nacional, em virtude do contracto de 21 de dezembro de 1922, assumiu o compromisso de, com favores identicos aos do Lloyd Brasileiro, quando sociedade anonyma, menos a subvenção, fazer as seguintes li-

nhas: Porto Alegre-Cabedello; Rio Grande-Ceará, e Rio Grande-Belém, que vêm sendo executadas com relativa regularidade.

Em 28 de dezembro de 1922 foi lavrado com a Companhia de Navegação Bahiana o contracto, em que, mediante a subvenção de 350:000\$, se obrigou a manter um serviço de navegação, de carga e passageiros, de S. Salvador para Recife e Rio de Janeiro, serviço esse ainda não iniciado.

O serviço irregularissimo que vinha sendo feito pela Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, nos annos anteriores, cessou por completo em 1922, deixando elle de dar cumprimento ao contracto, cujo prazo estava prestes a findar-se.

Em 29 de dezembro de 1922 foi firmado, em condições identicas ás do contracto anterior, com o governo do Estado do Maranhão, novo ajuste, para as mesmas linhas, com a subvenção de 300:000\$000.

«The Amazon River Steam Navigation Company, 1911, Limited», fez, com a maxima regularidade, o serviço de navegação constante do seu contracto, que terminou em 31 de agosto de 1922.

Por não terem apparecido licitantes á concorrência publica, aberta em agosto, em virtude de autorização legislativa, para o proseguimento desse serviço, o Governo obteve da «Amazon River» que ella continuasse a executal-o em regimen provisorio, até ser feito o novo contracto, em virtude da autorização consignada na lei de despesa deste exercicio.

A Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnahyba tinha, pelo seu contracto, que findou em 26 de novembro de 1922, a obrigação de fazer a navegação no rio Parnahyba, de Therezina a Floriano e a Parnahyba, e dessa localidade a Tutoya, mas não executou, em absoluto, em 1922, nenhum desses serviços, tendo mesmo arrendado os seus vapores a particulares, que mantiveram um serviço irregular nas linhas indicadas.

Viação de S. Francisco

A Empresa Viação de S. Francisco, embora com elevada subvenção, vem executando mal o seu contracto para o transporte de passageiros e cargas no rio S. Francisco, entre Joazeiro e Pirapora. Só no fim do anno passado entregou ao trafego um dos dois navios que se obrigou a adquirir desde 1913.

Com essa nova unidade, regularizou a Empresa o serviço de navegação, fazendo as quatro viagens de obrigação contractual.

A sua frota está em pessimas condições.

Viação de Pirapora

Durante o anno de 1922, o serviço da Companhia Industria e Viação Pirapora foi feito, a titulo precario, entre Pirapora e Joazeiro, sem obrigações formaes e nos moldes do contracto lavrado entre o extinto Commissariado de Alimentação Publica e o engenheiro Octavio Barbosa Carneiro.

O Governo, que tem 5 % da renda bruta da Empresa, recebeu, em 1922, a sua percentagem, que importou em réis 6.081\$850. Estão assentadas as bases para a transferencia desse serviço com a mesma vantagem concedida á Empresa Viação de S. Francisco, ao governo do Estado de Minas Geraes, devendo realizar-se breve a assignatura do contracto.

Proseguiram regularmente nos seus serviços a Empresa Nacional de Navegação Hoepcke, a Empresa de Navegação Paul & Comp., a Empresa de Navegação de Coutinho & Comp., a Empresa Fluvial Piauhyense, a Empresa de Navegação Fluvial do Baixo S. Francisco e a Companhia de Viação São Paulo-Matto Grosso.

Seria de grande vantagem ampliar o serviço de navegação do rio Paraná, estabelecendo linhas na parte a montante do salto das Sete Quedas, entre Tibiriçá e Guahyra, e na parte a jusante, entre Porto Méndes e Buenos Aires, e, concomitantemente procurando um accôrdo com a Companhia Matte Laranjeira para que esta entregue ao trafego publico a pequena estrada de ferro de sua propriedade, que liga aquelles dois trechos.

Justificam o plano acima a deficiencia de navegação no trecho de montante e o facto de ser a navegação no trecho a jusante exclusivamente feita por empresas estrangeiras.

Quanto á navegação aérea, foram feitas até agora sete concessões. Nenhuma dellas, entretanto, logrou ter iniciado o seu trafego. Ha necessidade urgente de uma legislação especial sobre esse serviço, assumpto que está em estudos desde 1919.

Foram feitas tres concessões para construcção de estaleiros com o favor de adeantamento, por parte do Governo Federal, de 50 % da importancia das obras executadas, sendo a sua indemnização feita por encontro de contas de serviços mandados realizar pelo Governo. A fiscalização dessas concessões tem corrido pelo Ministerio da Fazenda.

Portos

Com a expedição do regulamento de portos organizados, approvedo pelo decreto n. 15.639, de 22 de setembro de 1922, ficou definida a função industrial dos portos a cargo deste Ministerio, na parte technica e administrativa dos respectivos encargos, permittindo-lhes, assim, uma organização uniforme e geral que, com o tempo, regularizará devidamente tal função, em beneficio do commercio e das rendas fiscaes.

A reforma do regulamento da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes, autorizada pelo decreto n. 15.238, de 31 de dezembro de 1921, e que entrou em vigor a 1º de maio seguinte, deu-lhe uma organização mais efficiente. Os portos organizados passaram a constituir duas classes, conforme a importancia de cada um, ficando o do Rio de Janeiro, pela sua manifesta superioridade, como especial; os portos ainda não organizados e que já se achavam com serviço a cargo daquela Inspectoria continuaram como simples commissão de estudos ou de serviços parciaes em execução.

As duas relevantes medidas de ordem geral, a que acabo de me referir, completam-se no sentido de desenvolver a

acção da União nos portos do paiz, como factores preponderantes, que são, de alto commercio de grande cabotagem e de navegação internacional.

Está ainda para ser ultimada a regulamentação da lei de atracação obrigatoria, e que se refere o decreto n. 4.279, de 2 de junho de 1921, lei que, ao mesmo tempo, garante, tanto quanto possível, os avultados capitães empregados nas installações dos portos e faculta melhor meio de apuração de impostos aduaneiros, pondo cobro ás diversas modalidades dos contrabandos.

Dos portos brasileiros, já se encontram em exploração organizada os de Manãos, Pará, Recife, Bahia, Rio de Janeiro, Santos e Rio Grande do Sul; acham-se em construcção, ou contractos, os do Maranhão, Ceará, Natal, Parahyba, Victoria, S. Francisco, Paranaguá e Corumbá e ainda em estudos ou serviços parciaes os de Amarração, Aracajú, Itajahy, Florianopolis e Laguna.

Não tiveram ainda solução definitiva duas importantes questões que envolvem delicados interesses, quer da União, quer das empresas concessionarias, isto é, a questão das capitazias e a do pagamento dos juros á conta da arrecadação da taxa de 2 %, ouro.

A esse respeito foi dirigida mensagem ao Congresso Nacional, em 6 de novembro de 1922, o que não impede que o Governo esteja estudando cuidadosamente o assumpto, para uma decisão acertada.

Passo a ministrar breves informações sobre cada um de nossos portos.

O de Manãos é explorado em concessão pela «Manãos Harbour Company Ltd.», cujo capital reconhecido importa em 18.461:585\$682, papel, sem garantia de juros.

A renda bruta arrecadada em 1922 foi de 1.874:000\$, com um movimento de 127.809 toneladas.

Teve início, nesse porto, a construcção do trecho de caes de fechamento na extensão de 72 m., que estava embargada desde 1918.

O capital reconhecido da «Port of Pará», concessionaria do porto de egual nome, é de 60.651:102\$273, ouro, com garantia de juros.

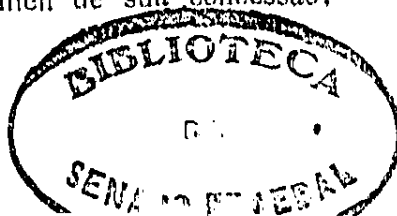
Durante o anno findo o movimento do porto foi, em toneladas, 310.380, tendo sido arrecadadas as importancias de:

Renda bruta (convertida em ouro).	724:931\$629
Taxa de 2 %, ouro.....	117:655\$787

O porto de Recife está, desde novembro de 1921, a cargo do Estado de Pernambuco, de accôrdo com o contracto de concessão especial, autorizado pelo decreto n. 14.531, de 10 de dezembro de 1920.

A principal lacuna desse porto, a falta de dragagem, fôra objecto de providencias da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes, desde o principio de 1921 e logo em seguida á liquidação dos contractos da «Societé de Construction du Port de Pernambuco».

Aquella dragagem proseguiu até junho de 1922, quando della tomou conta e a incrementou o Estado, por contracto de empreitada no regimen de sua concessão.



A dragagem desafogou o porto, franqueando sua entrada aos navios de maior calado.

Dos demais trabalhos a que o Estado se obrigou, no valor de cerca de 24.000:000\$, nenhum outro foi iniciado até agora, tendo sido por duas vezes annulladas as concorrências abertas.

O movimento do anno foi de 627.997 toneladas, com uma arrecadação de 2.557:763\$107, papel, e de 542:072\$236, ouro, proveniente da respectiva taxa de 2 %.

As obras de seguimento do projecto do porto da Bahia foram sustadas durante o anno de 1922, de accordo com o ultimo contracto autorizado pelo decreto n. 14.417, de 18 de outubro de 1920, e em virtude da questão levantada sobre a applicação da taxa de 2 % a que já alludi.

Dessas obras, algumas têm caracter de certa urgencia para arremate dos trabalhos. E' ainda necessario prolongar o actual quebra-mar interior, em direcção NE, na extensão de 410 m., e construir o cães de 9 m. ligando o de 8 m. com o de 10 m.

A renda total dessa exploração, no anno de 1922, allingiu a 3.934:299\$098, papel, produzindo a taxa de 2 %, ouro, 405:242\$404.

O movimento do porto, naquelle anno, foi de 405.442 toneladas.

O cães em exploração no porto da capital da Republica continuou a cargo da «Compagnie du Port de Rio de Janeiro», arrendataria dessa exploração por contracto approved pelo decreto n. 8.364, de 9 de novembro de 1910, cujo prazo expirou em 31 de outubro de 1921, tendo sido prorogado a titulo precario e até solução definitiva do novo contracto.

Para esse foi feita uma primeira concorrência publica em 14 de setembro de 1921, sendo recebidas tres propostas, mas sendo ella annullada por falta de autorização legislativa, que não chegou a ser concedida dentro daquelle anno; feita nova concorrência publica em 23 de agosto de 1922, pela autorização do art. 97, alinea 54, da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, foram recebidas e classificadas cinco propostas, que pendem ainda de decisão final.

Como obras de ampliação e desenvolvimento do porto, foram contractadas duas novas extensões de cães, sendo uma na Ponta do Cajú, com 600 metros de extensão, para o serviço exclusivo de carvão e minerio, e outra na ilha do Governador, também com 600 metros de extensão, para instalação do novo serviço da zona franca.

Esta ultima está judicialmente embargada e aquella parcialmente suspensa como providencia temporaria.

O movimento do cães em exploração durante o anno, e que corresponde a cerca de 60 % do movimento total do porto, foi: importação estrangeira, 952.179 toneladas; exportação estrangeira, 608.694 toneladas; importação por cabotagem, 285.437 toneladas; exportação por cabotagem, 217.562 toneladas, ou um total de 2.063.872 toneladas, tendo sido arrecadadas as importancias de 13.608:857\$163, papel, como renda bruta, e 4.746:547\$115, ouro, do imposto de 2 %, ouro.

As obras novas executadas durante o anno no trecho em exploração constaram de: coberturas metallicas nos pátios entre os armazens ns. 6 e 7 — 16 e 17, do cães, com a área de 2.743,90 metros quadrados; fechamento e aparelhamento de

um pátio externo alfandegado com a área de 10.700 metros quadrados, destinado ás mercadorias de grandes pesos e de deposito ao ar livre.

O novo caes do Cajú foi contractado por concorrência publica com a «Société de Construction du Port de Bahia», comprehendendo 600 metros de muralha de caes e 78.587 metros cubicos de enrocamento para fechamento dos aterros. Os demais serviços ficaram a cargo da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes para ulterior resolução sobre suas execuções.

A obra do caes da zona franca, situada na ilha do Governador, foi inaugurada com solemnidade em 25 de setembro de 1922, cabendo a execução á Companhia Nacional de Construções Civis e Hydraulicas, que a contractou para a construcção de 600 metros de muralha de caes para 10 metros de profundidade e 53.771 metros cubicos de enrocamento, no valor total de 9.591:713\$200, conforme o decreto n. 14.450, de 25 de abril de 1922.

As despesas feitas por conta dessa verba importaram em 341:192\$118.

Os trabalhos foram embargados judicialmente no seu inicio, tendo sido executados 182 metros de cava para fundação da muralha á cota — 10 metros e dragados 21.217 metros cubicos.

O serviço da Baixada Fluminense comprehende a concessão autorizada pelo decreto n. 14.589, de 30 de dezembro de 1920, tendo ficado a cargo da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes, por tratar-se de serviços de melhoramento de rios e abertura de canaes.

Estando dependente de deliberação do Poder Legislativo o acto do Governo em virtude do qual o Tribunal de Contas registrou sob protesto o contracto de 5 de abril de 1921 para as obras de saneamento da Baixada Fluminense, mandou-se suspender todos os processos de desapropriações dos terrenos mencionados no referido contracto, cuja clausula VI determina sejam promovidas de accordo com o Governo.

Proseguiram os trabalhos de melhoramentos do canal de Macahé a Campos, a cargo de uma commissão, annexa á Fiscalização da Baixada e que teve a seu cargo tambem os serviços do rio Guandú.

O porto de Santos é explorado em concessão pela Companhia Docas de Santos, cujo capital reconhecido é de papel 144.450:344\$834.

Em novembro de 1922 terminou o prazo de 10 annos fixado pelo decreto n. 11.907, de 10 de janeiro de 1916, de que trata a clausula IV do decreto n. 9.979, de 12 de julho de 1888, a partir do qual póde o Governo tornar effectivo o resgate das propriedades da Companhia.

O movimento do porto durante o anno de 1922 foi em um total de 1.309.129 toneladas, tendo sido arrecadada a importancia de 23.114:927\$578, renda bruta da Companhia.

Continúa o porto do Rio Grande do Sul no regimen de concessão ao Estado do Rio Grande do Sul, conforme o art. 124 da lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919, e o decreto n. 13.691, de 9 de julho do mesmo anno, sendo que, neste decreto, onde se torna o Estado cessionario da «Compagnie Française» são mantidas as estipulações do contracto primitivo com a União, segundo o decreto n. 5.979, de 18 de abril de 1906.

O movimento do porto, durante o anno de 1922, foi de 247.956 toneladas, tendo sido arrecadada a importancia de 609:442\$313, ouro, proveniente da taxa de 2 %, e 934:926\$852, da taxa de 1,5 a 5 réis creada pelo decreto n. 12.500, de 31 de março de 1917.

Dos portos em construcção ou contractados, nos de Victorja e S. Luiz do Maranhão nenhuma obra nova foi executada, continuando ambos em condições precarias e sendo as operações de embarque e desembarque ainda effectuadas pela Alfandega e particulares, no regimen primitivo. A taxa de 2 %, ouro, rendeu, no primeiro, 31:592\$592, e, no segundo, 36:761\$262.

Como o Tribunal de Contas tenha negado registro ao novo contracto do porto do Maranhão, constante do decreto n. 15.104, de 9 de novembro de 1921, o qual prorogava por tres annos o prazo concedido para o inicio das obras, acha-se a primitiva concessão do decreto n. 13.270, de 6 de novembro de 1918, com o respectivo prazo expirado desde 5 de dezembro de 1921.

A construcção dos portos de Amarração, Fortaleza, Natal e Parahyba foi contractada como obra complementar dos contractos, respectivamente, das firmas Norton Griffiths e C. H. Walker & Co., Ltd. para as obras contra as seccas.

Do porto de Fortaleza foi o projecto approvedo pelo decreto n. 14.555, de 17 de dezembro de 1920, em substituição provisoria do projecto definitivo do engenheiro Souza Bandeira. O orçamento eleva-se a 12.893:565\$400.

As obras executadas em sua construcção constaram do seguinte: 300 metros da ponte provisoria para andaime do viaducto de concreto armado; construcção de 60 metros do viaducto; preparo de 360 estacas de concreto armado para o viaducto; preparo de 71 estacas da mesma especie no viaducto; reconstrucção da antiga ponte; installação do porto de embarque de pedras para o mólhe na antiga ponte; installação de duas locomotivas e 40 vagões para o transporte de pedras.

O porto de Natal, cujo projecto foi approvedo pelo decreto n. 15.277, de 14 de janeiro de 1922, está orçado em 6.079:647\$500.

As obras novas executadas para a construcção do porto constaram de: derrocamento de 2.216 metros cubicos de rochedo na Baixinha; execução de 223 metros cubicos de espigões em enrocamento; reconstrucção da ponte de atracação; dragagem de 59.754 metros cubicos de areia no canal navegavel; aterro de 34.804 metros cubicos de areia na ponte de atracação; construcção de 90 metros correntes de carreira para embarcações.

A necessidade de restringir as obras do Nordeste levou a limitar, daqui por diante, os melhoramentos do porto de Natal ao que é mais urgente e poderá satisfazer, desde logo, ás exigencias do desenvolvimento commercial daquelle Estado: a continuacção do trabalho de destruição parcial do Recife da Baixinha e a protecção da margem direita do Potengy.

O porto de Parahyba, orçado em 15.411:542\$025, está sendo executado por administração contractada com C. H. Walker & Co. Nelle se executaram as seguintes obras: construcção de 100 metros de cás; confecção de 640 estacas de concreto armado com o comprimento variavel entre 12 e 21 metros; cravação de 259 estacas, tendo 94 alcançado a néga definitiva, carecendo as restantes ser emendadas e rebatidas;

preparo de 809 estacas-pranchas para o total de 1.250 que serão necessarias; aterro de 22.743 metros cubicos de terra argilosa na área onde foram installados varios serviços e onde, futuramente, serão construidos os armazens, a uzina electrica e demais edificios constantes do projecto approved; dragagem de 1.893.000 metros cubicos no canal, ao longo do rio Parahyba e no ancoradouro do porto; balisamento definitivo com 18 boias do canal de Cabedello a Parahyba; aquisição e recebimento das installações terrestres para dois armazens do cáes e uzina electrogênea; aquisição e recebimento de cinco guindastes electricos de portal; reconstrução da ponte de Sanhauá; desapropriação de 26 predios, no valor de 1.242:700\$, para a execução da avenida de acesso ao porto; execução de trabalhos preliminares para o melhoramento da barra de Mamanguape; inicio do derrocamento da pedra que intercepta essa barra.

O porto de Amarração foi estudado, sendo o projecto approved por decreto n. 15.605, de 12 de agosto de 1922. O orçamento somma 7.587:800\$000.

Apenas se iniciou a installação do serviço e se approvaram os quadros do pessoal. A sua execução aguarda novo e mais modesto projecto e uma consequente organização administrativa menos dispendiosa, afin de que possa effectivamente ser realizado, sem risco de suspensão posterior.

A despesa realizada nos portos do Nordeste até ao fim do anno passado foi a seguinte: Parahyba, 12.870:101\$943; Natal, 2.572:941\$945; Fortaleza, 2.988:384\$250.

O porto de Paranaguá é de concessão do Estado do Paraná, conforme o decreto n. 15.707, de 3 de outubro de 1922, tendo sido prorogado o prazo para inicio das obras.

Estas também não foram começadas na barra e porto de S. Francisco, concedido ao Estado de Santa Catharina pelos decretos ns. 4.555, de 10 de agosto de 1922, e 15.753, de 26 de outubro do mesmo anno.

A Comissão do Porto de Aracajú foi organizada em agosto de 1922 e occupou-se de levantamentos topographicos e hydrographicos necessarios á organização definitiva do projecto de melhoramentos. A esse mesmo trabalho se entregou a Comissão do Porto de Laguna, creada por portaria de abril do anno findo.

Nos portos de Florianopolis e Itajahy proseguiram também as obras que estão a cargo da Fiscalização do Porto de S. Francisco.

Finalmente, foram installados os dois districtos de aparelhagem da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes, um no Rio de Janeiro e outro em Recife.

Obras do Nordeste

Desde longinquos dias do Imperio, as seccas, que são o terrivel flagello da vasta e populosa região do Nordeste Brasileiro, determinavam medidas de circumstancia, executadas sob a pressão da calamidade e abandonadas, apenas aquella cessava. Esse esforço desordenado e intermittente não offeria sequer immediato remedio aos soffrimentos que o solicitavam; não soccorria a todos os famintos, não poupava o sacrificio de vidas, não impedia o abandono das terras. Peior do que isto: não prevenia os males futuros e exigia enormes despesas, de resultado mesquinho e fugaz.

A dolorosa experiencia, muitas vezes repetida, levou os poderes publicos, de alguns annos a esta parte, á organização systematica de um serviço de defesa contra os effeitos das seccas. Limitados, porém, a recursos orçamentarios escassos, os trabalhos por elle comprehendidos não podiam corresponder á extensão e á frequente urgencia das necessidades que os reclamavam.

Esse facto induziu o nosso illustre antecessor a traçar e executar um programma de grandes obras destinadas a extirpar o mal pela raiz e a solver, a um tempo, o problema do suprimento permanente e da utilização methodica da agua e o dos transportes, nos quaes se encontram o remedio efficaç e definitivo para os effeitos das crises climatericas. A isso o habilitou a lei n. 3.965, de 25 de dezembro de 1919, que creou a Caixa Especial das Obras de Irrigação no Nordeste e lhe consignou, além de outros recursos secundarios e eventuaes, o producto de operações de credito até ao maximo de duzentos mil contos de réis e o da quota de 2% da receita geral da Republica.

Iniciou-se immediatamente a execução de um grande plano de obras, incumbindo as principaes destas a tres reputadas empresas constructoras, duas inglezas e uma americana, pelo systema de administração contractada.

Nos ultimos mezes do anno findo estavam construidos grande numero de açudes de terra, pequenos ou médios, e extensa rêde de estradas de rodagem, além do que toca a estradas de ferro e portos, de que em outra parte se dá noticia. As obras mais importantes eram as grandes barragens, em numero de 10: Acarape, Poço dos Paus, Orós, Patú e Queixera-mobim, no Ceará; Gargalheira e Parelhas, no Rio Grande do Norte; Pilões, S. Gonçalo e Piranhas, na Parahyba. Excepto a primeira, que, iniciada desde 1910, estava quasi concluida, nas outras apenas havia installações para o serviço, deposito de material, inicio de excavações e sondagens.

Parallelamente com o estado das obras, leve o Governo de encarar o dos recursos a estas destinados. Esse exame demonstrou que a despesa realizada com as obras contra as seccas, propriamente ditas, se elevava até 31 de dezembro de 1922, a 223.897:367\$607, além de 133.295:780\$814, applicados a estradas de ferro e portos e custeados pela Caixa Especial, mas a esta restituiveis, em virtude da lei. Sommados o credito extraordinario da lei de 25 de dezembro de 1919 e a renda especial por esta consignada e arrecadada até outubro de 1922, dando um total de 247.988:475\$316, restaria disponivel o saldo de 24.091:107\$709. Accrescidos a este a parte, ainda não determinada, da quota da receita geral, de 1922, o producto dessa mesma origem no exercicio corrente e o saldo dos creditos abertos no estrangeiro, tem-se a importancia de 55.719:913\$289, total dos recursos disponiveis da Caixa das Seccas. Esse resultado depende ainda de verificação que está sendo feita pela Contadoria Central da Republica.

Ao Governo, portanto, impunha-se como necessidade imperiosa, para não sacrificar a sorte futura das obras, modificar profundamente os methodos que á sua execução têm presidido, com o fim de melhor distribuir e moderar a actividade dispersa nellas e reduzir-as aos limites dos recursos que ainda lhes possam ser destinados.

Reconhecendo os patrioticos intuitos que inspiraram aquelle largo programma de defesa definitiva do Nordeste

contra a calamidade climaterica que o empobrece, o esteriliza e exige, periodicamente, enormes sacrificios da Nação, forçoso é, entretanto, ceder á necessidade ineluctavel de contê-lo dentro dos meios financeiros que as leis existentes lhes destinam e que a situação do paiz não permite exceder.

Reiteradamente affirmámos, antes e depois de eleito, o nosso firme proposito de continuar aquellas obras. Mas a continuação destas seria condemnada a irremediavel mallogro si se não reduzisse o volume dos trabalhos a executar e si destes mesmos se não cercassem todas as despesas dispensaveis.

A dispersão das actividades e dos recursos por uma grande massa de construcções, ou teria de dilatar a sua realização por longuissimo periodo em que ficaria á mercê das circumstancias imprevisitas, favoraveis ou contrarias, ou tornaria inevitavel pedir á Nação enormes sacrificios que lhe não seria possivel satisfazer. Em qualquer caso seria inevitavel o insuccesso.

E', portanto, em beneficio das laboriosas populações do Norte e do exito das obras por ellas, desde muito, reclamadas que se impõe a necessidade de um programma menos vasto e que, entretanto, permita não se perder o trabalho até agora feito e aproveitar, no maximo possivel, a capacidade de produccão das installações.

Esse proposito determinou a reduccão das obras a quatro grandes barragens, conclusão de alguns açudes de terra e das estradas de rodagem que estavam proximas do seu acabamento; e como obras complementares, que deverão ser custeadas com recursos proprios, que a lei lhes attribua, o ataque mais intenso dos prolongamentos de estradas de ferro e da construcção dos portos iniciados.

A despesa, que orçava em 10.000:000\$ mensaes e que se elevava nos mezes de agosto, setembro e outubro de 1922, respectivamente, a 14.069:709\$, 11.926:063\$ e 9.624:857\$, ficará assim reduzida a 3.500:000\$ mensaes, seja o total, para os trabalhos do anno corrente, de 42.045:000\$, expressão numerica do programma que se está executando actualmente.

Muitos e valiosos foram os trabalhos realizados em 1922 pela Inspectoria Federal de Obras Contra as Seccas.

Continuaram no Ceará as obras das barragens de Acaraú, e estão terminados os ramaes ferreos para as barragens de Quixeramobim e do Patú.

O açude do Poço dos Páos tem os serviços muito adiantados.

A barragem de Orós ficou dependendo da construcção de um ramal ferreo, já havendo ali feitos trabalhos preliminares, os quaes continuam em andamento.

Na Parahyba proseguiram as obras das barragens de Piranhas, S. Gonçalo e Pilões.

Foi continuada no Rio Grande do Norte a construcção dos reservatorios de Gargalhoiras e Parelhas.

Além das grandes barragens foram projectados e construidos açudes publicos, em grande numero, nos mesmos Estados.

Ha ainda a notar os poços perfurados. Durante o anno de 1922 foram concluidos 107, aproveitados 79 e 28 abandonados.

O comprimento total das perfurações monta a 4.726,85 metros e a vazão média por hora é de 2.550 litros.

Grande foi o numero das estradas de rodagem e carroçaveis construidas pela Inspectoria de Obras Contra as Seccas, beneficiando o Piauihy, o Ceará, a Parahyba, o Rio Grande do Norte, Sergipe e a Bahia, obedecendo ao desejo de approximar as zonas aridas das zonas fertéis, dando grande incremento ao progresso desses Estados.

Correios

O serviço postal continuou a desenvolver-se de modo extraordinario, como attestam as suas rendas e o movimento da correspondencia.

A renda que fora, em 1921, de 19.498:498\$874, elevou-se em 1922, a 22.772:327\$374, uma differença para mais, de 3.273:828\$500, que, provavelmente, attingirá a 3.500:000\$, ao encerrar-se o periodo adicional do exercicio.

A do primeiro trimestre de 1923 é calculada, desde já, em mais de 6.000:000\$000.

O numero de objectos de correspondencia *ordinaria*, recebida, expedida e em transito, em todas as repartições do Correio, foi o seguinte, em 1922: recebida, 363.376.802; expedida, 270.343.548; em transito, 133.544.395, quantidades essas superiores ás referentes ao anno anterior, que foram: recebida, 300.542.096; expedida, 209.462.030; em transito, 87.174.235.

A correspondencia *registrada* teve tambem augmento embora menor, como se vê: recebida, 10.572.194; expedida, 21.235.733; em transito, 3.685.280, sendo que, no anno de 1921, foi este o movimento: recebida, 10.252.685; expedida, 13.822.123; em transito, 2.993.432.

Os dados sobre correspondencia *com valor declarado* (cartas e encomendas) são tambem apreciaveis: cartas recebidas, 782.260, com o valor declarado de 278.910:639\$335, e encomendas recebidas, 38.154, com o valor declarado de 7.822:586\$395, correspondendo as duas especies a um valor de 286.733:225\$730.

O movimento do anno anterior fôra o seguinte: cartas recebidas, 745.895, com o valor declarado de 265.021:229\$926, e encomendas recebidas, 34.060, com o valor declarado de 7.428:060\$020, tudo num total de 272.449:289\$946.

Houve, portanto, um augmento de 40.459 objectos com valor, contendo a importancia declarada de 14.283:935\$784.

Na correspondencia da mesma natureza, expedida, o acrescimo foi de 292.144 objectos, contendo a importancia de 67.521:346\$153 e, na de transito, foi de 59.761 objectos, contendo 146:659\$416.

O movimento de correspondencia *expressa* foi superior, como se vê, ao do anno de 1921: objectos recebidos, 321.897; objectos expedidos, 464.479; objectos em transito, 148.625. Em 1921: objectos recebidos, 288.375; objectos expedidos, 459.902; objectos em transito, 81.850.

Proporcionalmente ao movimento geral das correspondencias foi o augmento das malas postaes permutadas entre as repartições, como se verifica dos elementos abaixo:

Foram recebidas 4.920.565 malas, contra 4.701.020 no anno anterior, expedidas 5.282.035, contra 4.495.134, tendo passado em transito 2.213.197, contra 2.188.929.

Houve, portanto, um augmento de 219.545 nas malas expedidas, de 786.901 nas recebidas e de 24.268 nas de transito,

O movimento de permuta do numerario entre as repartições de Correio brasileiras foi o seguinte: emitidos 278.668 vales postaes, na importancia de 40.502:069\$940; pagos, 279.497 vales, na importancia de 41.463:294\$320, havendo, pois, em colejo com o anno anterior, um augmento na emissão de 17.068 vales, na importancia de 6.546:033\$314, e no pagamento de 12.638 vales, na importancia de 4.920:540\$220.

Esse augmento de serviço determinou consequente augmento de renda, que foi de 331:655\$300, em 1922, contra 289:855\$400, em 1921, isto é, mais 41:799\$900.

Foram emitidos durante o anno de 1922 vale para Correios estrangeiros em numero de 26 na importancia de 1:249\$940 e pagos, em numero de 860, na importancia de 386:339\$993.

Este serviço esteve suspenso para a maior parte dos paizes de permuta, em vista das constantes variações cambiases, que traziam grande prejuizo ao Correio brasileiro.

O serviço de permuta internacional de encomendas, que foi reorganizado de accôrdo com o decreto n. 15.153, de 5 de dezembro de 1921, e que está sendo executado de conformidade com as instrucções de 7 de fevereiro de 1922, teve desenvolvimento apreciavel, não obstante os tropeços decorrentes da remodelação. A tardança das entregas e outras irregularidades mais graves determinaram fundadas reclamações. Providencias administrativas já este anno adoptadas conseguiram melhorar consideravelmente o serviço; e para a sua reorganização foi constituida uma commissão de funcionarios postaes e aduaneiros.

Foram recebidos 57.396 *colis*, contra 54.986 no anno anterior; foram expedidos 6.586, contra 5.018, passando em transitio 12.150, contra 10.775.

Como se vérifica dos dados acima, o movimento foi superior ao do anno de 1921.

Além da Directoria Geral, com séde na capital da Republica e de 30 administrações de quatro categorias em capitães e cidades importantes do territorio nacional, existiam, a 31 de dezembro de 1922, espalhadas por todo o interior, 4.003 agencias de Correio, sendo cinco especiaes, 56 de 1ª classe, 241 de 2ª, 1.017 de 3ª e 2.684 de 4ª, com o pessoal total de 5.587 funcionarios.

Em 31 de dezembro do anno anterior existia o mesmo numero de repartições principaes, mas o numero de agencias de Correio e de respectivos funcionarios era inferior, pois havia 3.987 daquellas repartições, e seus serventuarios eram 5.549.

Houve, portanto, o augmento de 16 agencias e de 38 serventuarios.

As linhas postaes foram augmentadas de 98, durante o anno, elevando-se a 2.663, com 154.806 kms. de extensão e 524.519 viagens, feitas por conductores a pé, a cavallo e por estrada de ferro, que percorreram 33.186.107 kms.

A despesa geral do Correio, referentes a pessoal e material, foi de 35.097:941\$196, contra 32.840:816\$849 em 1921. O deficit verificado foi, no anno findo, de réis 12.325:613\$822.

O serviço postal foi reformado pelo decreto n. 14.722, de 16 de março de 1921, que está actualmente em vigor. O numero de administrações foi elevado de 20 a 30, pela criação de seis novas e classificação das sub-administrações

existentes. O orçamento dos Correios, que no exercício de 1920 era de 25.692:490\$600, papel e 350:000\$, ouro, passou a ser, no exercício de 1922, de 26.954:600\$, papel, e 350:000\$, ouro, e é, no actual exercício, de 37.314:215\$, papel, e réis 270:000\$, ouro.

Telegraphos

A extensão da rede telegraphica augmenta todos os annos. Reclama, entretanto, melhoramentos indispensaveis á renovação e consolidação das linhas.

Em 1922 foram construidos 1.023.915 kms. de linhas telegraphicas, sendo inauguradas 56 estações. Dessa extensão, ha que deduzir 88.865 km., por alteração de traçado.

Em 31 de dezembro de 1922 a extensão das linhas de postes era 45.934.055 m., alcançando a de conductores o desenvolvimento de 82.745.889 metros.

As linhas que se estendem á margem das vias ferreas e são por ellas conservadas, medem a extensão de 4.628.431 kms., com o desenvolvimento de 6.053.004 kms.

A differença entre a extensão da linha de postes e o desenvolvimento dos conductores está no facto de possuírem as linhas de S. Paulo a Barra do Pirahy, S. Paulo a Jundiaby, Jundiaby a Campinas, Campinas a Uberabinha e Jaguary a Amparo dois conductores, e de Santos a S. Paulo, tres conductores.

As linhas submarinas e sub-fluviales, na extensão de 107.793 m., nenhuma alteração soffreram.

É de 1.074 o numero actual de estações e de 26 o de districto telegraphicos.

A rede pneumatica foi accrescida de mais um apparelho e canalização necessaria ao serviço da succursal da rua 13 de Maio, além da substituição de grande numero de tubos Mannesmann, gastos pelo tempo e de limpeza e concertos exigidos pelas installações.

O serviço de cartas pneumaticas, comparado com o do anno de 1921, apresenta um pequeno augmento de 733 cartas, devido á sua taxa elevada.

Continúa a linha estrategica de Matto Grosso ao Amazonas ainda sob a direcção de uma commissão militar, já tendo attingido o seu termo, que é Santo Antonio do Madeira.

Funcionaram normalmente as companhias de cabos submarinos e outras, fiscalizadas pela Repartição Geral dos Telegraphos.

Pelo decreto n. 15.374, de 22 de fevereiro de 1922, foram modificadas as clausulas 7ª e 9ª annexas ao decreto n. 15.193, de 24 de dezembro de 1921, que autorizou a companhia «Western Telegraph» a construir, manter e trafegar, sem privilegio nem monopolio, linhas telegraphicas terrestres entre as cidades de Santos e S. Paulo.

Em virtude dessa concessão e da que lhe foi feita pelo decreto n. 14.473, de 18 de maio de 1920, inaugurou ella estações em S. Paulo, em 12 de abril, em Maceió em 21 do mesmo mez, e em Victoria em 13 de maio.

Pelo decreto n. 15.577, de 25 de julho de 1922, foi autorizada a renuncia do direitos de preferencia ou exclusividade que a Companhia possa ter no Brasil.

O Governo autorizou a Companhia «All American Cables Incorporated», por decreto n. 15.573, de 22 de julho, a im-

dificar as clausulas 7ª e 9ª annexas ao decreto n. 15.192, de 24 de dezembro de 1921, em virtude do qual inaugurou ella uma estação em S. Paulo no dia 1 de setembro.

Pelo decreto n. 15.435, de 7 de abril de 1922, foi concedida o Enrico Schoch permissão para, por si ou empresa que organizar, sem monopolio ou privilegio, nem subvenção, lançar e aterrar cabos submarinos ligando a cidade do Rio de Janeiro á de Roma e á de Montevidéo e explorar o respectivo trafego telegraphico.

Está em estudos o regulamento para a execução da lei n. 3.296, de 10 de julho de 1917, sobre serviços radiotelegraphicos.

Está dependendo da escolha de locais a montagem das estações da Companhia Radiotelegraphica Brasileira em Belém do Pará e Rio de Janeiro.

Por decreto n. 15.747, de 19 de outubro, foi mandado contar de 31 de março de 1922 o prazo fixado para a instalação da estação de grande alcance de que trata o accôrdo celebrado com a Agencia Havas.

Por decreto n. 15.841, de 14 de novembro, foi feita a Agencia Americana concessão para instalar e trafegar estações radiotelegraphicas ultrapotentés e estabelecer um serviço radiotelegraphico no territorio nacional.

A titulo precario, durante o tempo em que estiver aberta a Exposição Internacional do Rio de Janeiro, foi permittido á «Internacional Western Electric Company» montar uma estação radiotelegraphica transmissora no morro do Corcovado e outras receptoras, em S. Paulo, Juiz de Fora e Bello Horizonte, sendo tambem permittido, mediante requerimento, o uso de receptores radiotelegraphicos por particulares.

Em caracter provisorio e sob condições impostas pelo serviço radiotelegraphico, foram concedidas autorizações para a montagem de estações experimentaes á Companhia Telephonica Rio-grandense, á Democrito Larligan Seabra e á Companhia Brasileira de Electricidade Siemens-Schuckertwerke.

As Estradas de Ferro Central do Brasil e Oeste de Minas dispõem actualmente de installações radiotelegraphicas e radiotelephonicas.

Inaugurou-se no dia 1 de dezembro um serviço de imprensa para bordo dos navios cujas estações são superintendidas pela Companhia de Communicações sem Fio, por intermedio da estação de St. Thomé, sendo a transmissão feita, diariamente, ás 23 horas.

São notorias as condições pelas quaes, ultimamente, se tem constituido entre nós, com a maior facilidade, sociedades, empresas e companhias para a exploração do serviço radiotelegraphico, á sombra das garantias asseguradas pelo decreto n. 434, de 4 de julho de 1891, em detrimento dos principios consagrados no art. 3º da lei n. 3.296.

Ora, para que tenham a devida efficiencia o espirito e a letra de tal artigo, necessario se torna que, á semelhança do que se pratica na Franca e em outros paizes, em prol de sua soberania, os interesses nacionaes empregados na exploração desse serviço sejam convenientemente representados.

Para isso conseguir, seria necessario que pelo Poder Legislativo fossem alteradas as disposições do decreto citado.

No intuito de melhorar as condições do tráfego do Oeste, até agora feito, exclusivamente, por intermédio das linhas de S. Paulo, iniciou-se a construção de uma linha entre Bello Horizonte e Uhoraba, que, uma vez concluída, porá o Estado de Goyaz em comunicação directa com Bello Horizonte, aliviando o volumoso serviço presentemente feito por S. Paulo.

Está sendo construída a linha para Carinhanha, a partir da Barra, atravessando o rio S. Francisco em Torrinha. Com a conclusão deste melhoramento, ficará o tráfego com o norte provido de mais uma via de rápido escoamento.

Mediante o auxílio de 30:000\$ dado pelo Estado de Goyaz, está sendo construída a linha de Santa Rita a Rio Verde.

Estão em andamento no Estado do Maranhão as construções das linhas de Porto Franco a Carolina, Rosario a Axixá e Sitio a Arary.

A linha de Catanduvas a Porto Mendes, no Paraná, já possui 32 km. de picada alargada e está nas proximidades de Santa Cruz.

Pela Comissão Rondon foi construída a linha de Aquidauana a Ponta Poran, com as estações de Corrente (Sul), Campo Grande, Rio Vaccaria, Brilhante, Antonio João e Ponta Poran, tendo já sido entregue á Repartição dos Telegraphos o trecho de Aquidauana a Brilhante.

Com a uniformização da taxa do serviço interior em todo o territorio da Republica, augmentou consideravelmente o tráfego das estações radiotelegraphicas no Amazonas e Acre.

Para melhoramento do tráfego telegraphico, estabeleceu-se o serviço por apparatus rapidos impressores Siemens & Halske entre esta capital e as cidades de S. Paulo e S. Salvador da Bahia, com o rendimento médio de 300 palavras por minuto e a montagem de translações em Victoria e Ilhéos para corrigir as perturbações proprias das linhas telegraphicas muito extensas, trafegadas por apparatus rapidos. E foram encommendadas installações dos mesmos apparatus para as linhas do Rio de Janeiro a Porto Alegre e da Bahia a Fortaleza.

Em 1922 pelas linhas federaes transitaram 6.600.684 telegrammas com 140.132.309 palavras, contra 6.131.510 telegrammas com 123.877.890 palavras, em 1921.

Foram transmittidos 59.545 radioteigrammas com 927.366 palavras, contra 45.026 radiotelegrammas com 268.663 palavras, do anno anterior.

A rede official do serviço telephonico tem a extensão de 682.446 km. com 598 apparatus.

A receita do Telegrapho em 1922 attingiu o total de 29.501:589\$521, convertida em papel a receita ouro.

Deduzindo-se do total da receita a renda eventual e as extranhas, e considerando-se sómente as das taxas dos telegrammas, verifica-se que foi ella de 14.785:370\$800, papel, e 1.115:660\$517, ouro, que reduzida a papel e sommada áquella, perfaz o total de 19.406:038\$462.

Comparando-se essa importancia com a da renda arrecadada em 1921, verifica-se ter sido notavel o decrescimo da arrecadação em 1922.

Anno	Renda arrecadada	Renda do serviço official	Renda total
1921	21.774:337\$836	7.253:423\$922	20.027:761\$750
1922	19.406:038\$462	9.697:520\$587	29.103:559\$049

A despesa elevou-se ao total de 35.357:797\$449, incluída a parte ouro.

Em confronto com as dotações votadas para o exercício, verifica-se que, sendo aquellas de 39.986:926\$779, se apurou um saldo de 4.623:129\$330, em parte devido a não se ter despendido grande somma do credito ouro destinado á aquisição de material no estrangeiro.

Do total acima devem ser excluídas despesas com serviços extranhos á repartição, taes como as feitas com a carta geographica commemorativa da Independencia, na importancia de 334:015\$250; as destinadas á conservação da linha estratègica de Matto Grosso ao Amazonas, na importancia de 622:000\$, por estar ainda, como já se disse, a mesma linha na dependencia de uma commissão militar, e as das construcções de novas linhas e reconstrucções necessarias, na importancia de 435:501\$, por deverem taes serviços ser levados á conta de capital por valorização do patrimonio nacional.

Assim, tomando apenas em consideração os custeios dos serviços, vê-se que a despesa montou a 204:599\$996, ouro, e 32.619:639\$482, papel.

A despesa realizada nos tres ultimos annos foi a seguinte:

Anno	Despesas de custeio	Outras despesas	Total
1920	21.748:985\$683	643:229\$243	22.392:214\$926
1921	28.351:135\$318	2.510:284\$732	30.861:420\$050
1922	32.966:191\$190	1.391:606\$259	35.357:797\$449

Do confronto entre a renda effectivamente arrecadada e a despesa total realizada resulta o *deficit* de 15.951:758\$887, que baixará a 4.862:632\$141, si levamos em conta o valor do serviço official, na importancia de 9.697:520\$587, e considerarmos sómente as despesas de custeio, na importancia de 32.966:191\$190.

Os bens a cargo da Repartição Geral dos Telegraphos estão assim avaliados: os immoveis, em 9.660:655\$; a rede telegraphica e telephonica, em 54.898:291\$700, e as installações, moveis e material, em 9.581:996\$, perfazendo o total de 74.140:942\$700.

Aguas e Obras Publicas

O volume de agua disponível para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro não é farto, conyindo lembrar que ha mais 30 km. de ruas já com construcções, aguardando canalização para distribuição domiciliaria, como ha bairros inteiros ainda sem abastecimento.

Na zona actualmente abastecida, em condições de funcionamento normal das canalizações admetoras, as reclamações são, quasi totalmente, motivadas por obstrucção em registros de graduação.

Certamente os serviços seriam melhorados si não fossem os desperdícios decorrentes do regimen de distribuição por *penna d'agua* que provoca consumo exaggerado e inutil nos pontos em que são favoraveis as condições hydrodynamicas da rede de distribuição, com prejuizo para o abastecimento dos pontos elevados.

Durante o anno de 1922, foram installados mais 463 hydrometros, o que elevou o seu numero actual a 12.419, as penas d'agua attingem 98.548, com um acrescimo de 1.493 em relação ao anno de 1921.

Constantes e fundadas reclamações contra a insufficiencia e a irregularidade do serviço demonstraram a necessidade e mesmo a urgencia de remodelação das obras e installações actuaes, como tambem de reforçar o abastecimento.

No intuito de preparar elementos para a consecução desse duplo objectivo, constituiu o Governo passado uma commissão de technicos, incumbida de projectar a revisão e a ampliação da rede distribuidora, assim como a captação e a adducção de novas aguas para supprir ás exigencias crescentes do consumo.

Já vão bastante adeantados os trabalhos daquella commissão. Além de obras de caracter urgente e de interesse local, já executadas com satisfactorios resultados, projectou ella as novas redes distribuidoras dos bairros de Botafogo, Copacabana, Ipanema, Leblon, Gavea, Laranjeiras, Catteté, Rio Comprido, Villa Isabel e Andarahy; dos morros de Santa Thereza, Paula Mattos, Mundo Novo, Nova Cintra, Pinto, Livramento, Conceição e Guaratiba, e estuda, presentemente, as redes distribuidoras de algumas povoações ruraes que se desenvolvem pelas margens da Estrada de Ferro Central do Brasil e da Linha Auxiliar. Projectou, tambem, um reservatorio de concreto armado, com 13.000.000 de litros de capacidade, a ser construido no morro de Souza Cruz, a 80 m. sobre o nivel do mar, para servir de cabeça da distribuição aos bairros de Villa Isabel, Andarahy e da parte baixa do da Tijuca.

No tocante ao aproveitamento de novas fontes de abastecimento, estuda o Ministerio da Viação a captação e adducção das aguas do rio Sant'Anna e seus affluentes Vera Cruz e Santa Branca, a do rio da Prata do Cabucú e a açudagem do rio S. Pedro, trabalhos que lograrão augmentar o supprimento de mais de 150.000.000 de litros diarios, com que se attenderá o desenvolvimento do Districto Federal, num periodo de 15 annos, pelo menos.

Infelizmente, porém, a carestia do material estrangeiro e a precaria situação financeira do paiz não permitem a immediata execução, antes impõem o adiamento dessas obras, que viriam figurar na despesa publica com a importante quóta de mais de 120.000:000\$000.

Ao Governo, porém, não é licito permanecer, por mais tempo, surdo ás reclamações da população, a que é preciso attender na medida do possivel.

Cuida o Ministerio da Viação de promover o estudo de obras de emergencia que permittam satisfazer ás mais prementes necessidades e adiar para mais favoravel oportunidade a execução do plano geral das obras definitivas.

Está verificado que, levando-se a primeira das grandes linhas adductoras existentes ao reservatorio projectado em

Villa Isabel e reforçando-a com a contribuição da Cachoeira Grande (affluente do rio S. Pedro), poder-se-á, com pequena despesa, augmentar de 20.000.000 de litros o volume actualmente disponível, tornando-se, dest'arte, possível o immediato abastecimento dos bairros de Ipanema e Leblon, dos terrenos marginaes da lagôa Rodrigó de Freitas e o das povoações ruraes servidas pela Estrada de Ferro Central do Brasil, entre Madureira e Deodoro, e pela Linha Auxiliar, entre Magno e Barrós Filho, todas ellas em franco desenvolvimento e ainda desprovidas de distribuição de agua a domicilio.

O fornecimento de agua á cidade do Rio de Janeiro durante o anno de 1922 foi, em média diaria, de 261.026.095 litros. A rêde distribuidora foi ampliada em mais de 27.238,45 m. de canalizações novas, e elevado de 53 o numero de registros de incendio.

O serviço de irrigação da cidade, estabelecido mediante accordo com a Prefeitura, continúa a ser feito por meio de pipas da «The Rio de Janeiro Light and Power Company», custeado pela Municipalidade e fiscalizado pela Repartição de Aguas e Obras Publicas.

Durante o anno de 1922, o volume de agua consumido nesse serviço foi de 135.971 metros cubicos, correspondente á importancia de 27:194\$200.

Estrada de Ferro Rio d'Ouro

A extensão total, em trafego, da Estrada de Ferro Rio d'Ouro, de bitola de 1 m, em 31 de dezembro ultimo, era de 142.263 m.

A 1 de junho foi effectuada a mudança da estação inicial da Ponta do Cajú, ficando, como consequencia, supprimido o trafego de passageiros e mercadorias no trecho comprehendido entre Ponta do Cajú e a estação de Liberdade, ponto de ligação das Estradas de Ferro Central do Brasil (Linha Auxiliar) e Rio d'Ouro.

Cuida-se de augmentar o numero de trens na zona suburbana, emprehendimento que ainda não se levou a effeito por falta de material.

Durante o anno circularam nas linhas da Estrada 7.256 trens de diversas especies, com o percurso total de 203.015 kms.

Iluminação do Rio de Janeiro

A fabricação do gaz na capital da Republica continúa a ser feita pela companhia que explora esse serviço sob o regimen estabelecido em character precario. A produção elevou-se a 50.591.700 metros cubicos, contra 47.233.500 metros cubicos no anno anterior.

O consumo total attingiu a 41.523.020 metros cubicos, havendo 9.096.880 metros cubicos de perdas, isto é, de gaz, não justificadas.

Na iluminação publica, em 1 de janeiro de 1922, existiam 20.369 luzes, das quaes 10.575 em funcionamento e 9.794 apagadas, provisoriamente, por motivo do accordo de 1918.

No decorrer do anno foram supprimidas definitivamente 1.207 luzes, baixando, portanto, o numero das mesmas, a 19.162 em 31 de dezembro.

Das luzes apagadas, foram accesas, em caracter provisório, por occasião dos festejos do Centenario da Independencia, 3.676, das quaes, no primeiro trimestre de 1923, já se mandaram apagar 2.878. Em 31 de março de 1923, continuavam apagadas 8.443 luzes, resultando dahi a economia annual de 632:043\$980, metade papel, metade ouro.

Quanto á illuminação publica á electricidade, ella contava, em 31 de dezembro de 1922, 13.003 lampadas, ou sejam mais 1.740 do que no primeiro dia do anno.

No primeiro trimestre de 1923, além da substituição, em algumas ruas, das lampadas de arco por lampadas incandescentes de 400 velas, houve um augmento de 95 lampadas de varios typos.

Como medida de economia foi reduzida a illuminação electrica de algumas avenidas e jardins, com uma diminuição annual de 39:304\$320, metade papel, metade ouro.

O preço do *kilowatt-hora* de energia electrica, para a illuminação publica, no decurso de 1922, foi de \$150, pago, metade em moeda corrente, metade ao cambio par. Este preço é o minimo previsto no contracto e vem vigorando desde 1913.

Para a illuminação particular, o preço de *kilowatt-hora* de \$285, metade papel, metade ouro.

O equivalente deste preço, variou durante o anno, devido ás fluctuações do cambio, entre \$637,95 e \$755,03, correspondendo a uma média de \$677,57.

O preço do metro cubico de gaz, que é o mesmo para a illuminação publica como para a particular, foi fixado, de accordo com o contracto, em \$200, pago, metade em moeda corrente e metade ao cambio par.

Não sendo computado, de conformidade com o que estipula o contracto, para redução do preço do gaz para illuminação, o gaz consumido em outros mistéres e o que for vendido por preço não superior ao limite minimo (\$160), consumo esse que vem crescendo de anno para anno, o preço do metro cubico de gaz para illuminação attingiu, em consequencia disso, o maximo, em 1916, e nelle se tem mantido desde então.

Devido ás oscillações da taxa cambial, durante o anno findo, o equivalente papel do preço do metro cubico de gaz para o consumo particular, variou entre \$447,69 e \$529,85, correspondendo o preço médio do anno a \$475,51.

A despesa de illuminação publica no Rio de Janeiro foi, em 1922, de 1.981:484\$364, papel, e 1.982:570\$464, ouro, excedendo á do anno anterior em 159:799\$532, papel, e 159:952\$132, ouro. Dispendeu-se ainda com a illuminação festiva do Centenario a quantia de 9:038\$463, papel e outro tanto em ouro.

O preço de *kilowatt-hora* não corresponde ao preço actual desse consumo nem ás exigencias de remuneração do serviço. Para a sua excessiva elevação contribue muito a divisão do pagamento em papel e em ouro e a influencia que sobre está, exerce a fluctuação cambial. E' necessario, e disso cogita o Governo, adoptar medidas que determinem a redução d'aquelle preço.

AGRICULTURA

Para ocorrer ás despesas com os diversos serviços do Ministerio da Agricultura em 1922, foi o Governo autorizado, pelo art. 98 do decreto legislativo de 10 de agosto de 1922, a dispender as quantias de 382:680\$352, ouro, e 49.173:904\$, papel. Antes dessa situação normal, foram os pagamentos com o pessoal realizados de accordo com a lei n. 4.440, de 31 de dezembro de 1921, e as leis e regulamentos que regiam os diversos serviços do Ministerio, sendo satisfeitos os do material, de conformidade com os respectivos contractos e as consignações constantes do projecto vetado pelo decreto n. 15.344, de 30 de janeiro de 1922.

A's quantias acima indicadas cumpre adicionar os creditos de 30:000\$. ouro, e 15.097:285\$230, papel, abertos em virtude de autorizações orçamentarias.

Por conta do total dessas quantias, dispendeu o Ministerio, depois de relacionadas todas as despesas empenhadas na vigencia do exercicio de 1922, o seguinte:

CREDITO		DESPESA	
Ouro	Papel	Ouro	Papel
412:680\$352	64.201:589\$230	282:459\$980	57.516:232\$066

Havendo os saldos :

Ouro	Papel
130:221\$372	6.685:357\$164

Confrontando esses dados com o movimento financeiro do Ministerio nos tres ultimos exercicios, verifica-se:

	CREDITO	
	Ouro	Papel
Exercicio de 1920	1 074:680\$352	49.657:083\$041
Exercicio de 1921	830:458\$131	63.967:861\$184
Exercicio de 1922	412:680\$352	64.201:589\$230

DESPESA		
Exercicio de 1920	845:235\$905	44.169:351\$581
Exercicio de 1921	526:921\$471	59.017:672\$740
Exercicio de 1922	282:458\$980	57.516:232\$066

SALDOS		
Exercicio de 1920	299:444\$447	5.505:731\$160
Exercicio de 1921	303:536\$660	4.950:188\$444
Exercicio de 1922	130:221\$372	6.685:357\$164

Existem sob a jurisdicção do Ministerio 344 immoveis localizados nos diversos Estados da União, dos quaes 268 já ava-

liados em 11.681:606\$500, tendo sido realizadas nesses immoveis beneficencias no valor de 2.645:805\$141.

Durante o exercicio de 1922 a renda produzida pelo Ministerio elevou-se a 2.856:775\$292, sendo *em selto* 2.317:232\$847, e *em especie* 539:542\$445.

Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas

O Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas vem desempenhando regularmente as suas importantes attribuições.

Reunindo elementos colhidos pelas suas dependencias, poudo o Serviço realizar a estimativa da produçào agricola do Brasil de 1921-1922, a qual attingiu 9.315.000.000 de kilos e 276.492.000 litros, a saber: algodão descaroçado, 124.938.000 kilos; assucar de todos os typos, 286.405.000 kilos; aguardonte, 180.217.000 litros; alcool, 21.233.000 litros; arroz em casca, 737.352.000 kilos; alfafa, 200.683.000 kilos; aveia, 8.915.000 kilos; borracha, - 9.638.000 kilos; batatinha, 286.350.000 kilos; cacáu, 41.679.000 kilos; café beneficiado, 814.796.000 kilos; centeio, 17.711.000 kilos; cevada, 9.340.000 kilos; farinha de mandioca, 708.520.000 kilos; feijão, 564.386.000 kilos; herva matte, 128.398.000 kilos; milho, 4.586.914.000 kilos; fumo, 79.717.000 kilos; trigo, 139.330.000 kilos; vinho, 75.042.000 litros. O valor total dessa produçào, calculada em 4.202.366:660\$, é pouco superior ao que foi orçado para o periodo de 1920-1921.

Essa estimativa, que é apenas dos principaes productos, constitue uma expressào brilhante da capacidade de trabalho do nosso agricultor, a despeito dos sérios embaraços que lhe tohem a actividade. Calcada em dados colhidos pelas inspectorias agricolas, é susceptivel de aperfeiçoamento com os elementos colligidos pela Directoria Geral de Estatistica e com a implantaçào, de que ora se cogita, do serviço de estatistica agricola.

Por intermedio de suas inspectorias, o Serviço procedeu aos primeiros estudos do indice economico, a varejo, dos principaes artigos de alimentaçào do paiz, fazendo o confronto da cotaçào de 1922 com as dos annos de 1911 a 1921.

No intuito de conhecer, como lhe compete, as necessidades da agricultura em todo o paiz, distribue efficazmente o respectivo pessoal, tanto para o desempenho de suas attribuições regulamentares como para trazer a administraçào ao corrente da marcha dos trabalhos culturaes. Procura, além disso, realizar em cada municipio um estudo geral sobre as condições que interessam á actividade do nosso povo, facilitando a organizaçào de um repositório sobre a economia rural brasileira e fornecendo, assim, á administraçào elementos que possam orientar a na adopçào de medidas de amparo e protecçào á layoura.

Aproveitando a época commemorativa do Centenario da Independencia, promoveu o Serviço um congresso de inspectores agricolas, com o intuito de estudar os meios de remover as causas que difficultavam a marcha dos trabalhos a seu cargo.

Na exposiçào, foram apresentadas de 6.000 amostras referentes a amidos, grãos leguminosos, cafés, assucares, alcooes, oleos vegetaes (constituindo riquissimos mostruarios),

milho, arroz, trigo, aveia, centeio, cevada, plantas inteiras, adubos de todas as fabricas, insecticidas e fungicidas, colleção de solos typicos das principaes culturas de todos os Estados, etc., além de 99 graphicos originaes, entre os quaes mappas agricolas de todos os Estados, cartogrammas das mais importantes culturas do paiz, da producção, exportação, importação e consumo dos principaes productos agricolas, machinas agricolas, nacionaes e estrangeiras, utilizadas, etc.

Durante o anno de 1922, o movimento de distribuição de sementes em proveito da lavoura nacional foi o seguinte: arroz (diversas variedades), 20.212.000 grammas; alfafa, 3.948.700 grammas; batatas, 31.777.000 grammas; capim gordura, roxo e jaraguá, 106.182.700 grammas; feijão (diversas variedades), 14.014.000 grammas; milho (diversas variedades), 42.484.000 grammas; fumo, 9.780 grammas; trigo, 57.421.900 grammas; hortaliças, 1.172.580 grammas; outras sementes, 35.191.490 grammas, formando um total apreciavel de distribuição gratuita de mais de 312 toneladas.

Os campos de cooperação com os agricultores têm augmentado consideravelmente, sendo de 113 o seu numero actual, com a área de 3.788.180 metros quadrados.

Serviço de Algodão

O interesse que o Brasil desperta actualmente como unico paiz capaz de competir com os grandes centros productores de algodão, interesse justificado pela facilidade com que o algodoeiro cresce e fructifica em vasta extensão do nosso territorio, aconselha os poderes publicos a incentivar energicamente a exploração dessa fonte de riqueza publica, mormente tendo em vista o decrescimento da sua producção nos demais paizes e o augmento do consumo mundial.

Com effeito, a producção do algodão em solo brasileiro, embora ainda adstricta aos processos mais elementares de cultura, offerece cifras ainda inatingidas por outros paizes onde o cultivo é intensificado por todos os meios.

O rendimento médio da producção de fibras do algodão, por hectare, em numeros redondos, é, no Brasil, de 400 kilos; no Egypto, de 300; nos Estados Unidos, de 200; na India, de 10 e a despeito dessa capacidade de producção e consideravel área adaptavel ao algodoeiro, o Brasil concorre annualmente apenas com 500.000 fardos de 225 kilos, representando sómente 2 % da producção mundial, estimada em 20.000.000 de fardos.

São varias as medidas que devem concorrer para o desenvolvimento e progresso da nossa producção algodoeira: emprego de sementes seleccionadas, adopção de melhores methodos de cultura, combate systematico aos inimigos naturaes, preparo mais aperfeigado do producto para o mercado e sua classificação commercial, merecendo todas ellas serio estudo e immediata applicação. Dahi a necessidade urgente da remodelação do Serviço do Algodão, procurando attender o momentoso problema com toda a efficiencia, utilizando melhor os recursos orçamentarios e estabelecendo uma estreita cooperação com os governos estaduais, a fim de

evitar duplicatas de serviços, susceptíveis de gerar conflitos que viriam perturbar a execução de um plano geral bem definido.

Promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura e pelo Serviço do Algodão, reuniu-se nesta capital, em outubro do anno passado, a Conferencia Internacional Algodoeira, com a presença de representantes dos governos estadoaes e de delegados de associações nacionaes e estrangeiras.

São valiosos os resultados dessa Conferencia, de que nasceram ensinamentos que, de futuro, concorrerão certamente para o desenvolvimento da cultura e valorização do nosso producto.

Tomou parte nos trabalhos o Sr. Arnc S. Pearce, Secretario Geral da Federação de Fiadores e Tecelões de Manchester, o qual, terminada a Conferencia, continuou a excursão que iniciara aos Estados do Norte em 1921, indo até o Pará, acompanhado sempre por funcionarios do Serviço de Algodão.

Instituto de Chimica

O Instituto de Chimica continúa a prestar sua indispensavel collaboração a diversos estabelecimentos technicos do Ministerio.

O balanço da produção nacional, organizado recentemente pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agricolas, exigiu innumerables analyses dos principaes productos, as quaes foram realizadas com vantagem pelo Instituto de Chimica, graças aos methodos aperfeiçoados de que se utiliza. Merecem especial referencia os resultados das analyses de 130 amostras de varias qualidades de farinha de mandioca, os quaes vieram confirmar o seu grande valor alimenticio, não só pelo alto teor em amido como pela insignificante percentagem de principios immediatos incapazes de ser aproveitados pela digestão. De grande alcance são tambem os resultados das analyses de 349 amostras de diversas especies de feijões indigenas ou acclimados entre nós, muitos dos quaes de alto teor em albuminas ou substancias amylaceas.

Para facilitar a distribuição, pelos nossos lavradores, de verde Paris em condições de agir como insecticida energico, apresentando ao mesmo tempo perfeita inocuidade para as culturas, dispõe actualmente o Instituto de Chimica de installação capaz de produzir diariamente 500 kilos dessa substancia. Dispõe igualmente de installação destinada a estudos de character industrial sobre as possibilidades do emprego, na industria do papel, de varios vegetaes nossos.

Deverão brevemente ser dados a publicidade trabalhos tendentes a divulgar valiosos conhecimentos sobre productos nacionaes, muitos dos quaes ainda desconhecidos por grande parte da população, e que podem, entretanto, ser empregados com grande utilidade na alimentação e no desenvolvimento da industria.

Serviço de Sementeiras.

O Serviço de sementeiras, que precisa ser desenvolvido, mantem cinco campos de selecção de sementes: Deodoro, Espirito Santo, Rezende, S. Simão e Itajahy, situados no Dis-

trictio Federal e nos Estados da Parahyba, Rio de Janeiro, S. Paulo e Santa Catharina, respectivamente.

Os trabalhos desses campos proseguiram em 1922 com resultados satisfactorios.

Instituto Biologico de Defesa Agricola

Estão sendo executados com regularidade os serviços a cargo do Instituto Biologico de Defesa Agricola.

Prosegiram os trabalhos de organização da colleção entomologica, que já conta 1.288 exemplares de coleopteros, em ordem systematica.

O Museu do Instituto está bem installado notando-se em seus mostruarios colleções das especialidades a seu cargo e quadros muraes em que são representados os mais importantes insectos nocivos ás plantas cultivadas, os quaes deverão ser reproduzidos lithographicamente para serem distribuidos pelas escolas.

Afim de facilitar o serviço, torna-se urgente a installação da secção de vigilancia sanitaria vegetal no Caes de Porto.

Convem que seja creada um corpo de entomologistas e phytopathologistas de campo para attender, *in loco*, ás exigencias das lavouras assoladas por pragas e doenças.

A experiencia já tem demonstrado a necessidade da remodelação do regulamento da vigilancia sanitaria vegetal de modo a tornal-o de mais facil execução.

Observatorio Nacional

O Observatorio Nacional, já quasi completamente installado, está funcionando regularmente.

Um dos seus principaes serviços consiste na determinação e na transmissão da hora. Esta é actualmente distribuida até grande distancia pelo telegrapho sem fio, duas vezes por dia, mediante o transmissor Brillié-Leroy, ligado a uma das pendulas do subterraneo, a qual é mantida na hora média do 13º meridiano occidental pelo accertador magnetico Leroy. O transmissor actual foi recentemente adquirido em Paris e funciona satisfactoriamente, emittindo, ás 11 e 21 horas, signaes combinados pelo schema internacional do Congresso Internacional da Hora, a que se acha filiado o Brasil. Taes signaes, que abrangem larga área, prestam relevantes serviços aos navegantes e engenheiros. Todavia, a estação da ilha do Governador, que os emitte, é actualmente insufficiente como alcance, pelo que seria vantajoso fosse remodelada e ampliada. Signaes analogos são enviados no Atlantico Norte pelos observatorios de Paris, Washington e Kiel. Si fosse possivel recebê-los no Rio, seriam de grande auxilio quando o máo tempo impede as observações. Para esse fim foi adquirida em Paris uma estação radiotelegraphica receptora, construida pelas indicações do general Ferrié, inspector geral dos serviços telegraphicos militares francezes e uma das maiores autoridades mundiaes no assumpto, o qual gentilmente se prestou a mandar construil-a sob suas vistas e experimental-a no Observatorio de Paris.

Acha-se encomendado, devendo chegar brevemente, um aparelho registrador chronographico, que terá a vantagem de escrever a hora da chegada no Rio dos signaes enviados pelos outros observatorios em hora conhecida.

A grande equatorial de Cook, recentemente installada, já funcionou ainda que de modo incompleto, tendo sido obtidas bellas photographias lunares que podem ser examinadas na Exposição do Observatorio, conjunctamente com outros importantes trabalhos.

Está installado um novo sismographo, de Milne-Shaw, no compartimento da base do principal edificio. Esse aparelho, de grande delicadeza, registra fielmente os menores movimentos do solo.

Além do annuario habitual, que tem grande procura entre os navegantes e engenheiros, foi publicado um trabalho especialmente escripto pelo Director para o *Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, o qual dá uma noção clara do clima do paiz.

E' insufficiente a verba destinada aos trabalhos complementares do Observatorio, que está ainda a exigir algumas obras para a sua perfeita installação.

Será conveniente estabelecer no Observatorio uma secção de pesos e medidas, na qual possam ser aferidos com precisão aparelhos delicados empregados na industria e nas profissões scientificas a exemplo do que se verifica em diversos institutos scientificos estrangeiros, como o Observatorio de Teddington, na Inglaterra, o Conservatorio de Artes e Officios, em Paris, e o «Bureau of Standards», de Washington. Tal secção, iniciada sob moldes modernos, irá sendo desenvolvida de accordo com o nosso progresso scientifico e industrial.

Directoria de Meteorologia

A Directoria de Meteorologia logrou estabelecer durante o anno findo alguns serviços de grande utilidade.

A criação de varias estações meteorologicas, destinadas ao estudo rigoroso de culturas, como o arroz, o milho, a canna, o trigo, a vinha, etc., sob o ponto de vista meteorologico constituiu um grande avanço, entre nós, no dominio da applicação pratica da sciencia atmospherica.

Os boletins de informações agricolas prestaram relevantes serviços ás classes que se interessam pelo estado geral das culturas, sujeitas ás influencias atmosphericas.

A previsão do tempo, que constitue o grande objectivo da meteorologia, está sendo organizada em bases seguras e officientes. A Directoria inaugurou durante o anno a distribuição de prognosticos officiaes nos Estados do Rio de Janeiro e S. Paulo, lançando mão das linhas telegraphicas e telephonicas, isto é, levando ao lavrador as suas informações pelos processos mais rapidos. Rio de Janeiro, Cabo Frio, Campos e Santos foram dotados de postos semaphoricos para avisos de temporaes. O serviço aerologico, destinado á navegação aerea, foi desenvolvido com a installação de varias estações de sondagens por meio de balões pilotos, sendo tambem iniciada a montagem de um importante posto de *papagaios*, em Alegrete, cujos resultados serão de grande valor pratico e scientifico.

O regimen pluviometrico do paiz está sendo objecto de rigoroso estudo não só para fins climatologicos como tambem para servir de base a futuras organizações destinadas a previsões de enchentes. O serviço hydrometrico do Parahyba foi estabelecido com varios postos especiaes, dentro de um programma que merece ser ampliado.

A meteorologia maritima foi iniciada com a cooperação de perto de cincoenta navios estrangeiros, cujas observações estão sendo coordenadas para futuros estudos. Tal serviço está sendo tambem estendido á Marinha Nacional.

Ensino Agronomico

O ensino agronomico, que constitue um dos mais importantes factores da prosperidade economica do paiz, acha-se actualmente representado pelos seguintes estabelecimentos: Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria, Aprendizados Agricolas de Satuba, em Alagoas; Joazeiro e S. Francisco da Bahia; Barbacena, em Minas Geraes, e S. Luiz de Missões, no Rio Grande do Sul; Estações de Experimentação de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, e de Escada, em Pernambuco; Estação de Pomicultura, em Deodoro, e Estação Sericicula, em Barbacena, achando-se em organização as Estações de cacau, em Goytacazes, no Estado do Espirito Santo, e em Ilhéos, na Bahia. Devem ser installadas, brevemente, duas de fumo, na Bahia e no Pará. Alguns estabelecimentos se resentem ainda da ausencia de melhoramentos indispensaveis ao seu perfeito funcionamento.

Entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo, diversos se acham em situação de não poder attingir os fins a que se propõem, por falta de orientação pedagogica e de elementos materiaes indispensaveis ás exigencias de cursos especializados.

Não é, pois, tão lisongeira, como fora preciso, a condição do ensino agronomico e, embora a situação financeira não permita ampliações e reformas que accarrefem grandes dispendios, mistér se torna completar o que está iniciado, promover a coordenação dos elementos de que já dispõe, corrigindo a dispersão em que se mantêm e tornando effectiva a fiscalização, unico meio de garantir a execussão do programma a que deve obedecer.

O Ministerio da Agricultura está interessado no desenvolvimento da cultura do fumo, tendo encetado util e systematica propaganda a favor desse ramo de produção, promovendo estudos demonstrativos de novas praticas de cultura.

A cultura do trigo tem merecido a maior attenção do Governo que está organizando um plano completo de acção em seu favor, reconhecendo-lhe a capital importancia para a economia nacional.

A pomicultura, que promette ao Brasil inegalavel situação. mórmente quando á produção de fructas tropicaes, constitue actualmente assumpto de minuciosas investigações, no que concerne aos processos de colheita, embalagem, conservação e commercio.

Para utilização methodica de nossas plantas (texteis constituiu o Ministerio uma commissão de especialistas nacionaes, cujas conclusões opportunamente vos serão submettidas.

Dentro do programma de prestar auxilio á producção nacional, outras medidas serão postas em pratica, taes como as que se referem á borracha e ao cacáu, solicitadas directamente do Congresso Nacional pelos productores e actualmente sujeitas ao exame do Ministerio.

Curso de aperfeiçoamento no estrangeiro

A resolução do Governo de instituir os cursos de aperfeiçoamento tecnico e profissional no estrangeiro para os alumnos que hcuverem completado sua instrucção industrial, agricola e veterinaria em estabelecimento nacional offerece á mocidade sahida desses institutos o meio mais seguro de robustecer, pratica e experimentalmente, os conhecimentos adquiridos, em seu tirocinio, proporcionando, egualmente, ao paiz profissionaes competentes nos diversos ramos de sua actividade productora.

Já se contam em elevado numero os que, após o estagio de dois annos na Europa e nos Estados Unidos, voltaram ao Brasil animados a prestar a collaboração intelligente de sua capacidade technica. Mais solidos, porém, seriam os resultados auferidos, si houvessem sempre sido adoptadas medidas capazes de conseguir rigorosa selecção dos preferidos para taes cursos e providencias attinentes a uma boa fiscalização sobre o aproveitamento dos mesmos.

Serviço de Industria Pastoril

O Serviço de Industria Pastoril tem ampliado a sua acção junto aos criadores pelo ensinamento tecnico, pela concessão de favores e pelo combate systematico ás epizootias.

Proseguiram com regularidade no anno passado os trabalhos que se prendem aos problemas zootecnicos do paiz, tendo sido, em geral, melhoradas as installações dos diversos estabelecimentos.

Conta actualmente o Serviço um posto zootecnico em Lages (Santa Catharina) e outro em Pinheiro (Rio de Janeiro), seis fazendas-modelo localizadas em Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Geraes e Goyaz, além de 11 estações permanentes de monta, sendo uma no Amazonas, tres no Pará, tres na Parahyba, duas na Bahia e duas em Minas Geraes.

Acham-se em estudos na Estação de Agrostologia de Deodoro 150 variedades de plantas forrageiras, leguminosas e gramineas, destacando-se pelo seu valor apreciavel, o Oró (leguminosa nacional "Phaseolus Panduratum").

As experiencias com os silos subterraneos, que já deram bons resultados, promettem no corrente anno resultados ainda mais animadores.

Foi concedido transporte gratuito a 982 reproductores, sendo a despesa do Governo calculada em cerca de duzentos e vinte contos de réis.

A distribuição e aplicação de productos biológicos elevou-se a 2.285.710 doses contra o carbunculo bacteriano, 1.085.880 contra o carbunculo symptomatico, 87.400 contra a pneumo-enterite dos bezerrões, 95.940 contra a batadeira dos porcos e 1.496 de diversos séros.

Foram também cedidos aos criadores, que construíram banheiros adequados, 11.131 litros de carrapaticidas de diversas marcas.

A desinfecção de vagões na estação desinfectora da Guayana atingiu 11.814 gaiolas e na de Barra do Pirahy 14.200 gaiolas duplas do tipo H.

Foram immunizados, nos estabulos da directoria do Serviço, 99 reproductores bovinos de diversas raças, contra a *tristeza*, que continua a ser o grande entrave á disseminação das raças melhoradas europeas nos nossos campos. Os resultados foram satisfactorios, verificando-se um quociente de totalidade de 42 %.

Relativamente á industria de carnes e derivados, verificou o Serviço que a crise pecuaria manifestada nos ultimos dias do anno de 1921 e continuada no anno findo em virtude de diminuição de venda, no exterior, de carnes frigorificadas brasileiras, veio concorrer para diminuir bastante a matança total de bovinos e suínos, principalmente nos estabelecimentos sujeitos á inspecção federal.

Funcionaram todos os grandes matadouros frigorificos, excepto o da Companhia Armour, de S. Paulo.

As xarqueadas, fabricas de banha, carnes conservadas, salchicharias, cortumes, e entrepostos de productos de origem animal registrados no Serviço atingiu cerca de mil estabelecimentos.

Foram ultimados os trabalhos de installação dos laboratorios de bacteriologia e chimica, e acha-se em via de installação um laboratorio de tecnologia dos referidos productos, no qual serão feitas experiencias e pesquisas de caracter industrial e commercial.

A industria de lacticinios mereceu especial attenção do Serviço, que procurou não só conhecer suas necessidades e possibilidades, como também aperfeigoal-a, sendo nasse sentido executados, além de outros, os seguintes trabalhos:

Para o julgamento dos queijos que figuram na Exposição Pecuaria, 33 analyses de queijos imitação dos typos estrangeiros: Parmesão, Rheno, Prato, Cobocó, C. Cavallo, Chester, Gruyère e Cheddar, e dos nacionaes Minas e Coalho, procedentes de Minas, S. Paulo, Ceará, Estado do Rio, Rio Grande do Sul e Paraná, e para o das manteigas que figuravam na mesma Exposição, 44 analyses em amostras de manteigas procedentes de Minas, S. Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul, Estado do Rio e Goyaz.

Para fins estatísticos e exacto conhecimento das condições das fabricas de lacticinios no paiz, estabeleceu-se um registro especial, achando-se registradas até agora 185 fabricas, sendo 121 de Minas, 24 de Santa Catharina, 15 do Estado do Rio, 11 do Rio Grande do Sul, 9 de S. Paulo, 3 do Paraná e 1 do Espirito Santo.

Foi o seguinte o movimento das feiras em 1922: «Santa Anna», no Estado da Bahia, 96.320 cabeças bovinas; «Campo Bello», Minas, 16.688 cabeças; «Tres Corações», no Estado de

Minas Geraes, 119.563 cabeças; «Bombfica», no mesmo Estado, cerca de trinta mil cabeças; «Passa Quatro»; ainda no mesmo Estado, 5.300 cabeças, e «Tres Lagoas», ão de Matto Grosso, inaugurada em outubro de 1922, 2.580 cabeças.

Pelo porto do Rio de Janeiro entraram 275 reproductores bovinos, 70 equinos, 39 asininos, 42 suinos, 57 ovinos e 21 caprinos e sahiram 60 equinos, 2 asininos, 33 suinos e 10 caprinos. Pelo porto de Santos entraram 37 bovinos, 23 equinos, 31 asininos, 12 ovinos e 10 suinos e sahiram 204 bovinos e 36 suinos.

Todos esses reproductores soffreram, antes do desembarque, rigorosa inspecção veterinaria.

Aleçou brilhante exito a Exposição Pecuaría realizada de 20 a 30 de setembro de 1922.

A participação estrangeira, importante pelo numero e pela qualidade dos exemplares expostos, demonstrou o interesse com que os paizes criadores e exportadores de reproductores de raças finas encararam o nosso futuro pastoril.

A Hollanda mandou 2. excellentes reproductores de sua raça autochtona, tão procurada e apreciada pelos nossos fazendeiros das zonas productoras de leite.

A Suissa enviou 10 reproductores de sua raça Schwitz, 10 da raça Simmenthal e 20 caprinos das tres variedades da raça alpina: Toggenburg, Colleira preta e Gamurça.

A França remetteu 56 bovinos das raças francezas Normanda, Limousine e Charollaise. O lote desta ultima raça attrahiu especialmente a attenção dos criadores de gado de córte.

A Republica Argentina, além de figurar na secção dos equinos, apresentando 12 reproductores Arabes, Clydesdale e Anglo-normando, occupou um pavilhão com uma centena de excellentes reproductores bovinos das raças Durham, Hereford, Hollandeza e Jarcey. A Republica Argentina e a Inglaterra expuseram tambem lotes de carneiros das raças de Rambouillet, South-Down e Romney Marsh.

Os Estados Unidos da America do Norte, representados pelo Syndicato dos Criadores de Poland-China, que enviou um lote de reproductores Poland-China escolhidos, demonstrou aos criadores e industriaes brasileiros o que se póde alcançar pela especialização da producção de carne. Quasi todos os reproductores de procedencia estrangeira ficaram no paiz, adquiridos por particulares, pelo Governo de Minas e pelo Governo Federal.

Quanto á parte nacional, os Estados condignamente representados pela sua criação foram os do Rio Grande do Sul, S. Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro.

O Estado do Rio Grande do Sul enviou grupos de bovinos Polled-Angus e Hereford que podem rivalizar com os dos paizes mais adiantados, além de lotes de North Devon e Hollandezes excellentes.

Tanto os equinos como os bovinos, expostos pelo Rio Grande do Sul, alcançaram boa classificação.

O Estado de S. Paulo enviou excellentes grupos de bovinos das raças Hollandeza, Simmenthal, Hereford e Devon.

A nota mais brilhante da Exposição foi, sem duvida, a presença dos productos do gado nacional «Caracá». Porto de cem reproductores desse typo, obtidos por selecção rigorosa, foram objecto de geral admiração.

O Estado de S. Paulo tomou também parte na secção de suínos, expondo reproductores de diversas raças.

O Estado de Minas Geraes apresentou productos equinos de boa qualidade, em grande parte do typo «Campolina», reproductores bovinos das raças leiteiras Hollandeza e Schwitz e bovinos indianos das raças Nellore, Guzerat e Gyr.

O Estado do Rio de Janeiro enviou também bovinos leiteiros das raças Hollandeza e Schwitz e Zebús, assim como um grupo de bovinos Limousine e alguns cavallos de bom typo.

Dos estabelecimentos zootecnicos do Ministerio da Agricultura, quatro concorreram com productos dignos de nota.

O Posto Zootecnico de Pinheiro obteve diversas distincções com os productos bovinos das raças Hollandeza Schwitz, Simmental e Limousine.

O Posto Zootecnico de Lages concorreu com bons productos Hereford e Flamengo e com cavallos Ardennezes.

A Fazenda-Modelo de Pedro Leopoldo apresentou excellentes productos bovinos Schwitz e Hereford e suínos Poland-China e Duroc-Jersey.

Da Fazenda-Modelo de Santa Monica foram premiados alguns productos Polled-Angus e Normandos.

Nas exposições anteriores figuraram os reproductores importados e acclimados. Na do Centenario, apesar de excluidos os importados antes do certamen, mas de 800 reproductores, de raças puras, nascidos nos varios postos e fazendas de criação, puderam dar idéa exacta do estado animador de nossa pecuaria.

Serviço de Povoamento

Durante o anno findo entraram no Brasil 66.968 imigrantes, pertencentes, em maioria, ás nacionalidades portugueza, italiana, hespanhola e allemã e distribuidos pelos portos da seguinte maneira:

Belém	1.086
Recife	793
S. Salvador	628
Rio de Janeiro	34.834
Santos	29.012
Paranaguá	117
Florianopolis	59
Rio Grande do Sul	442

Proseguindo na pratica adoptada ha muito tempo, o Serviço de Povoamento continúa a facilitar a ida para os campos de todos quantos, nacionaes e estrangeiros, se encontrem sem trabalho nos centros urbanos. No correr do anno findo foram encaminhados 17.033 individuos, sendo 5.111 procedentes desta capital.

Todos os navios oriundos de portos estrangeiros foram visitados pelos interpretes do Serviço, os quaes offereceram aos passageiros de 3ª classe hospedagem na Ilha das Flores, por conta do Governo Federal. Foram despachados 6.456 volumes de bagagens de imigrantes, tendo havido perfeita ordem no movimento, quer de passageiros, quer de volumes.

Na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores deram entrada 3.145 imigrantes e 3.569 volumes de bagagens.

O seu estado sanitario foi excellente, partindo todos os imigrantes em perfeitas condições de saude.

Acham-se em actividade os nucleos coloniacs «Cruz Machado», «Senador Corrêa» o «Candido de Abreu», no Estado do Paraná, o «Anitapolis» «Senador Esteves Junior», no Estado do Santa Catharina.

A esses nucleos tem affluído grande numero de immigrants espontaneos, recém-chegados ao Brasil, bem como trabalhadores nacionaes, que residiam nas suas circumvisinhanças sem conforto nem ampuro de especie alguma.

Em 31 de dezembro de 1922 a população dos nucleos era de 46.279 individuos, constituindo 8.396 familias. Nessa occasião estavam occupados 8.409 lotes ruraes e 1.471 lotes urbanos, achando-se totalmente pagos 4.844 ruraes e 1.397 urbanos.

A renda proveniente do pagamento de lotes, casas, hemeifeitorias o auxilios recebidos, importou, no anno findo, em 334:837\$611, além de 10:520\$393 de renda extraordinaria.

O valor dos productos agricolas e industriaes dos colonos attingiu, no exercicio passado, a 21.667:589\$480 e o da criação a 9.962:210\$800. A exportação dos nucleos coloniacs foi estimada em 13.472:903\$800.

No Norte do paiz estão sendo fundados os seguintes centros ruraes, que se destinam especialmente a colonos nacionaes: «Sabino Vieira», na Bahia; «Mamanguape», na Parahyba; «David Caldas», no Piahy; «Ignacio Pinheiros», no Maranhão; «Centenarios» e «Epitacio Pessoa», no Amazonas. Além desses, mantém o Governo o Centro Agricola «Cleveland» em Oya-pock, no Pará, com o especial intuito de favorecer o serviço de nacionalização das fronteiras no extremo-norte do paiz.

Patronatos Agrícolas

Com o intuito de dar assistência, protecção, educação civica, physica e profissional aos menores desvalidos, a União mantém, além dos cursos complementares annexos ao Posto Zootecnico de Pinheiros e á Fazenda-Modelo de Santa Monica, os patronatos agricolas «Manoel Barata», no Pará; «Barão de Lucena», em Pernambuco; «Casa dos Ottoni», «Pereira Lima», «Wenceslau Braz» e «Visconde de Mauá», em Minas Geraes; «Moução» e «José Bonifacio», em S. Paulo, e «Anitapolis», em Santa Catharina, achando-se em via de instalação os seguintes: «Vidal de Negreiros», na Parahyba; «Diogo Feijó», em S. Paulo, e «Visconde da Graça», no Rio Grande do Sul.

Subvenciona ainda outros institutos congêneres: «Campos Salles», annexo á Escola de Agricultura e Pecuaria de Passa Quatro, «Delphin Moreira», annexo á Chacara da Conceição, em Sylvestre Ferraz, ambos em Minas Geraes, e «Rio Grande do Sul», annexo á Escola de Engenharia de Porto Alegre.

A lotação dos patronatos officinaes é de 2.550 educandos e a dos subvencionados de 435 menores. Por deficiência de verba orgamentaria, aquella lotação não poderá, todavia, ser attingida no corrente exercicio.

Não é possível desconhecer a utilidade de taes estabelecimentos, que livram annualmente do vicio e da miseria centenas de menores. Seria justo, portanto, que maiores recursos fossem destinados a tão util instituição, cujo desenvolvimento merece os melhores cuidados do Governo,

Serviço de Protecção aos Indios

O Serviço de Protecção aos Indios conta actualmente 35 estabelecimentos diversos, installados no interior dos Estados do Amazonas, Maranhão, Espírito Santo, Minas Geraes, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

As populações indigenas encontram nelles os elementos essenciaes de melhoria de sua situação, desde as indispensaveis garantias de vida e propriedade até o ensino de primeiras letras, de musica e dos officios de ferraria, carpintaria e sellaria.

Resultado muito apreciavel da acção desse Serviço é a approximação que elle vai conseguindo implantar entre os elementos autochtonos e alienigenes de nossas populações serfanejas. Os cuidados dispensados pelo Governo aos primeiros, além de redundarem em proveito material evidente, asseguram-lhes um prestígio que tendo fazer desaparecer antigas prevenções e repulsas oriundas de preconceitos de raça.

Semelhante modificação manifesta-se pelos enlaces matrimoniaes que se vão verificando, cada vez mais numerosos, entre elementos das duas populações. Desta fórma, um dos grandes objectivos visados — a unificação ethnica do povo brasileiros vai sendo alcançado do modo mais satisfactorio.

Além da protecção ás tribus que vivem em commercio com os civilizados, o Serviço promove os meios de trazer a relações pacificas os grupos de selvícolas que ainda conservam o antigo espirito guerreiro.

Neste sentido, alcançou no anno findo assignalada vantagem com a pacificação da tribo dos Parintintins, habitantes de rica e vasta região de seringaes e castanhaes, comprehendida entre os rios Oy-Paraná, Roosevelt e Madeira, tributarios do Amazonas. A pacificação desta tribo representa para o sertão em que habita uma condição tão indispensavel de progresso quanto o foram, para as respectivas zonas, as pacificações alcançadas dos Gaingans paulistas, dos Bofucardos catharinenses, dos Nhambiquaras matogrossenses, etc.

Expurgo e beneficiamento de cereaes

Embora haja ainda muito que fazer no que concerne á conveniente propaganda para convencer o lavrador e o commerciante, no seu proprio interesse e no da economia do paiz, da necessidade de expurgar e beneficiar os cereaes e os grãos leguminosos antes de entregal-os ao consumo, é fóra de duvida que a acção persistente do Ministerio da Agricultura nesse sentido já tem obtido apreciaveis resultados, os quaes augmentarão consideravelmente, si se persistir no caminho encetado sob tão bons auspicios.

Fazendo-se um confronto entre os annos de 1921 e 1922, verifica-se o movimento crescente do Serviço.

Assim é que, em 1921, foram expurgados 50.481 saccos de cereaes, sendo 36.639 saccos de feijão preto, 3.257 de feijão manteiga, 3.164 de feijão branco, 482 de feijão mulatinho, 1.033 de outras cores, 743 de cevada, 140 de ervilhas e 1.694 de milho.

Em 1922, foi feito o expurgo em 68.426 saccos, dos quaes 46.783 de feijão preto 9.560 de feijão mulatinho, 3.212 de feijão manteiga, 1.046 de feijão branco, 3.636 de outras cores, 84 de ervilhas, 99 de cereaes diversos e 3.806 de milho.

A differença para maior, entre 1921 e 1922, foi, pois, de 18.245 saccos.

Até agora a obrigatoriedade de expurgo de cereaes tem sido limitada aos que se destinam aos paizes estrangeiros.

Jardim Botânico

Por deficiencia de verba orçamentaria, o Jardim Botânico não tem podido imprimir grande desenvolvimento aos importantes serviços a seu cargo.

Assim é que a distribuição de plantas uteis e economicas baixou de 1.300.000 exemplares, a 630.000, não tendo sido possível attender a grande numero de pedidos de agricultores empenhados em obter mudas vivas para os trabalhos de florestamento e reflorestamento.

Os cuidados culturaes e a conservação do grande *Arboretum*, dispondo apenas de nove trabalhadores, ficaram muito prejudicados, tornando-se impossível ampliar a área cultivavel.

As pesquisas scientificas de objectivo economico, decorrentes do estudo da nossa copulenta flora, exigem melhor aparelhamento.

Da publicação dos *Archivos do Jardim Botânico*, em que muitas especies novas são descriptas e identificadas, resalta a necessidade urgente da pesquisa do valor dos productos que ellas offereceram, alguns ainda mal estudados e outros ignorados.

O Jardim Botânico recebeu e installou, em dependencia de seu edificio, a Missão Biologica Belgo-Brasileira, especialmente enviada pelo Governo Belga por suggestão de S. M. o Rei Alberto, afim de visitar as diversas regiões floristicas do Brasil.

Durante o espaço de seis mezes, a Missão foi orientada pela administração desse estabelecimento, que realizou com ella varias excursões pelo interior do paiz, percorrendo as florestas, campos agrestes, catingas, etc., dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Geraes, Bahia, Pará e Amazonas.

As vantagens desta visita serão opportunamente divulgadas em obra que será publicada no corrente anno e de cuja feitura, sob a direcção do chefe da Missão, o professor J. Massart, se encarregou a Fundação Universitaria de Bruxellas.

Serviço Florestal

No intuito de formular as bases precisas á regulamentação do decreto legislativo n. 14.121, de 28 de dezembro de 1921, que creou o Serviço Florestal do Brasil, foi constituida uma comissão especial, cujos trabalhos, iniciados recentemente, promettem corresponder, por sua orientação, á complexidade e importancia do problema. As funções allinentes ao assumpto foram distribuidas de accôrdo com a especialidade technica de cada um dos membros da commissão, o que deverá con-

duzil-a á elaboração de um projecto que consulte o espirito da lei, nas attribuições conferidas á União, aos governos locais e á iniciativa privada para defesa e desenvolvimento de nossa riqueza florestal.

Museu Nacional

O Museu Nacional está a exigir uma remodelação que amplie e torne mais efficiente sua esphera de acção, dilatando tanto quanto possivel, o campo de suas investigações scientificas.

Além do desenvolvimento da parte concernente á investigação systematica das plantas e animaes, para o que já se acha preparado, será toda conveniencia iniciar o estudo, não só de nossas plantas uteis e nocivas aos homens e animaes, como tambem dos causadores e transmissores das doenças parasitarias dizimadoras dos nossos rebanhos.

Será, outrosim, de toda a vantagem fazer investigações relativas aos fermentos, assumpto de capital importancia para a agricultura.

Os estudos ethnographicos e anthropologicos merecem ser impulsionados tanto no que concerne ás linguas, habitos e costumes das tribus indigenas existentes, como no que diz respeito aos remanescentes das tribus extinctas, representadas pelas jazidas archeologicas e pelos sambaquis.

A parte expositiva do Museu deve ser ampliada, afim de offerecer ao publico boas condições de divulgação, dispondo-se da melhor fórma as suas colleções didacticas, os seus quadros muraes e outros elementos de vulgarização.

A bibliotheca e os laboratorios necessitam de melhoramentos que os colloquem á altura de um estabelecimento dessa natureza, urgindo tambem que sejam iniciados os grandes reparos de que carece o edificio.

Serviço Geologico e Mineralogico

O serviço Geologico e Mineralogico continúa a fazer investigações de natureza scientifica e economica em quasi todos os Estados do Brasil.

No ponto de vista puramente scientifico, foram iniciados os estudos geologicos do grande divisor das aguas das bacias do Prata e do Amazonas, tendo sido feitos os primeiros trabalhos no Estado do Goyaz.

Esses ultimos deixam antevêr que a carta geologica do Estado de Goyaz vai apresentar aspecto bem diverso do que apparece nos esboços até agora organizados. Outro trabalho importante foi o reconhecimento levantado desde a embocadura no Amazonas até a foz do Rio Fresco. Foi descoberta, cerca de poucos kilometros á jusante da embocadura do Rio Fresco, uma jazida de galena, principal minerio de chumbo, a qual parece bastante remuneradora. Nos Estados do Piauhy e Maranhão foram tambem executados importantes reconhecimentos geologicos, que, coordenados com os feitos anteriormente pelo pessoal do Serviço e por especialistas a

elle estranhos, permittirão preparar uma memoria bastante comprehensiva da geologia desses dois importantes Estados. Na região da chapada Diamantina, Estado da Bahia, e na serra do Espinhaço, Estado de Minas Geraes, os estudos foram sobretudo de natureza economica, havendo sido examinadas as jazidas de manganez, ferro-chromado, cobre, diamante e salitre, no Estado da Bahia, e as de manganez, ferro e ouro, no Estado de Minas Geraes. Outros estudos feitos nos Estados de Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e nos quatro Estados do Sul tiveram por intuito principal a determinação dos pontos mais apropriados para a execução de sondagens para pesquisas de petroleo e carvão de pedra.

Foram continuados os estudos das jazidas de carvão de pedra e petroleo, não só por meio de reconhecimentos, como de sondagens.

As destinadas a descobrir carvão estão sendo executadas na bacia do Amazonas e nos Estados do Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

No Estado de Santa Catharina, as sondagens provam a continuidade das camadas da região do Tubarão com as de Treviso e as de Treviso com as do rio Ferreiro o Urussanga, embora em certos pontos se apresentem com espessura insignificamente. Todavia, parece verificado que os districtos carboniferos de Tubarão, Treviso, Urussanga e Crissiuma formam uma unica bacia carbonifera, na qual se pôde contar com a continuidade da camada Barro Branco.

Proseguiu-se nas sondagens de petroleo, sendo o facto mais importante a descoberta em S. Pedro, no Estado de São Paulo, e em Marechal Mallet, no Estado do Paraná, de depositos de gaz natural, altamente combustivel, que são forte indicio da existencia de uma riqueza natural de primeira ordem, cuja importancia, entretanto, só pederá ser posta em evidencia com a abertura de muitos furos de sonda.

Imprimiu-se feição essencialmente economica á representação do Serviço na Exposição Internacional do Centenario, tendo sido apresentadas mais de quinhentas amostras de minérios, acompanhadas das respectivas analyses industriaes e indicação das jazidas.

Os estudos de forças hydraulicas para captação de energia electrica para fornos metallurgicos foram continuados nos Estados da Bahia, S. Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

Conjunetamente com o estudo das cachoeiras têm sido executados importantes levantamentos topographicos, base indispensavel para os projectos de numerosas obras imprescindiveis ao desenvolvimento do paiz.

Carvão

A crise dos combustiveis é cada vez mais aguda para o mundo inteiro.

Nos Estados Unidos queixam-se os industriaes de que todos os seus productos, principalmente os da siderurgia, são forçados a um augmento de preço de 15 a 20 %, pelo menos, sómente pelo custo do carvão.

Na França e na Belgica existe crise identica.

Todos os esforços dos poderes publicos e dos industriaes devem convergir para a solução do problema, que felizmente a natureza vai demonstrando depender entre nós sómente de trabalho e boa orientação.

No Primeiro Congresso Brasileiro de Carvão, sob os auspícios do Ministerio da Agricultura, affirmou o Serviço Geologico que das pesquisas e estudos já feitos resultava para os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catharina uma capacidade maior de dous mil milhões de toneladas, para as bacias carboníferas e, portanto, sufficiente ao supprimento das necessidades industriaes do Brasil durante alguns seculos.

Tal affirmativa justificaria por si só qualquer sacrificio da administração em favor das minas de carvão. As condições mundiaes agora o impõem.

No Rio Grande do Sul, as minas de S. Jeronymo e Butiá, em franca exploração, fornecem a produção annual de 260.000 toneladas. O seu combustivel beneficiado satisfaz cabalmente á geração de energia: toda produção é consumida nas industriaes do Estado, inclusive nos caminhos de ferro. Outras minas que agora começam a produzir, como as de Jaculy, Grayalahy, Minas Recreio, Candiota e Rio Negro, poderiam perfazer uma somma inicial de trezentas a quatrocentas mil toneladas.

Com algum esforço e sem grande dispendio poderiam duplicar a extracção em beneficio do consumo de outros Estados. Não o fazem, entretanto, pela carestia dos transportes de cabotagem.

Egual ou maior supprimento nos poderia dar o Estado de Santa Catharina. A mina do Tubarão está hoje trabalhando comapparelhos de lavagem que podem tratar quatrocentas toneladas por dia. Urussanga termina suas installações de enriquecimento, estando prompto, em breve, para uma exportação diaria de 300 toneladas. Crissiuma, que já beneficia o seu carvão, pretende montar maiores officinas. Si juntarmos a Companhia da Rocinha, que vai começar a lavar, podemos contar com a produção annual de trezentas a quatrocentas mil toneladas. E, como todas essas minas são lavradas em galerias de encosta, condição mais vantajosa que a dos poços do Rio Grande do Sul, não seria difficile augmentar-lhes a extracção.

Mas aqui surge outra dificuldade. As minas de Santa Catharina têm de viver da exportação.

Quanto ás vias ferreas que devem servir, ao mesmo tempo, á agricultura e á industria carvoeira daquella zona, já estão abertos os leitos respectivos, faltando apenas alguns prolongamentos e ramaes para as novas minas e, sobretudo, reforço da superestrutura metallea e material rodante, para permittir o futuro trafego do carvão em condições de maior intensidade economica.

Qualquer dos portos, Laguna ou Imbituba, não offerece condições de segurança para o trafego commercial.

Sómente seria possível o transporte costeiro economico em chatas cobertas, conduzidas pelos rebocadores de alto mar.

Resolvida a questão do transporte immediato por vapores de pequeno calado, por veleiros ou por chatas rebocadas, ficariam as minas habilitadas a, numa extracção crescente, conduzir-nos á verdadeira independencia economica.

Siderurgia

O mais importante acontecimento do anno transacto é, sem duvida, o resultado dos trabalhos do professor Fleury da Rocha nos ensaios industriaes dos nossos carvões e minerios de ferro, praticados em diversos estabelecimentos siderurgicos europeus.

Os carvões de Santa Catharina, previamente beneficiados, produzem bom coke metallurgico, que se adapta com vantagem á redução nos fornos altos, dos minerios ricos de Minas Geraes. Experiencias foram feitas nos fornos de coke, em trabalho corrente, sobre algumas dezenas de toneladas. Mas o emprego do coke nos fornos altos, que consomem diariamente centenas de toneladas, seria inapplicavel pela pequena quantidade de coke e de minerio de que dispunha o professor Fleury. Foi isso, certamente, o que vos induziu a autorizar a installação de uma uzina de demonstração industrial, abrangendo operações de beneficiamento do combustivel, fabrico do coke, producção do gusa, preparo e laminação do aço, como nos processos correntes nos paizes da grande siderurgia.

Não se limitou áquellas experiencias o professor Fleury da Rocha. Levou á Suecia, além dos nossos minerios de ferro, os carvões do Rio Grande, que não haviam fornecido coke. Com este carvão, depois de beneficiado, foram fabricados o gusa e a esponja de ferro que, juntos no forno electrico, produziram aço de primeira qualidade.

Esta fabricação de esponjas, aliás já estudada e praticada pelo professor Augusto Barbosa, director da Escola de Minas de Ouro Preto, empregando carvão de madeira, é do maior alcance, não só porque o minerio não fica inquinado das impurezas do carvão, como também por ser o processo peculiar da siderurgia brasileira, sómente applicavel aos nossos minerios purissimos e especialmente á nossa jacutinga, que a natureza offerece já pulverizada.

Para divulgação desse processo, bem como dos electrothermicos, destinados á preparação do aço e das ligas especiaes, como do ferro-manganez, ferro-silicio, ferro-titanico, e outras, está o Governo tratando de montar pequena usina de demonstração, annexa á Escola de Ouro Preto, a qual, proveitosa para a diffusão da technica especializada pelos engenheiros, contra-mestres e operarios, servirá ao mesmo tempo para preparar industrialmente essas ligas indispensaveis ás fabricas de aço que, felizmente, começam a surgir em diversos pontos do paiz. Sem essa providencia não teriamos industria genuinamente nacional, pois que taes ligas continuariam a ser importadas do estrangeiro.

Da execução de todos esses elementos, que hão de constituir os alicerces do solido edificio da nossa siderurgia, cuida o Governo com especial interesse.

Já começou entre nós a electro-siderurgia: a Electro-Metallurgica de Ribeirão Preto tem prompta a sua installação, funcionando regularmente um forno de aço, que produz 24 toneladas diarias de productos de alta resistencia, um forno alto electrico, que, sob a acção da energia hydro-electrica e de apenas um terço do carvão de madeira gasto no forno alto commum, fornece o gusa destinado ao refino para aço. Com

o proximo funcionamento do segundo forno poderá contar com uma produção annual minima de 20.000 toneladas de aço e ferro.

A Usina Esperança continúa a esforçar-se para desenvolver e aperfeiçoar os seus productos. Conta já uma produção de cerca de dezeseis mil toneladas annuaes de gusa. Está montando um novo forno em Gagé para 50 toneladas diarias. Assim, em breve, a sua produção de gusa será elevada a cerca de trinta e duas mil toneladas por anno.

A Belgo-Mineira (Sabará) mantém uma produção de 24 toneladas diarias, aproveitando, além disso, parte das escorias em uma fabrica de cimento.

Ha um pequeno forno alto para 10 toneladas em Rio Acima, que está produzindo mais de tres mil toneladas de excellente gusa.

Em Bello Horizonte projecta-se um pequeno forno alto para produção de cerca de dez toneladas. Em diversos pontos do paiz começa a fabricação de aço aproveitando o gusa, que já se vai apresentando com regular constancia. Em Juiz de Fora a Companhia Electro-Siderurgica Brasileira trata o gusa da Usina Esperança, fabricando diariamente mais de dez toneladas de aço. Em S. Paulo ha tres pequenas fabricas de aço electrico, que, em geral, empregam *succata*, servindo para supprir necessidades das numerosas e importantes fundições e officinas daquelle Estado.

Como se vê, as fabricas em funcionamento apresentam uma produção de gusa e aço que se approxima de sessenta mil toneladas, prometendo, em curto prazo, elevar-se a mais de cem mil toneladas annuaes.

Estação Experimental de combustiveis e minerios

Os estudos já realizados para melhorar o aproveitamento do carvão dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catharina têm sido levados a effeito, ora visando o seu enriquecimento por methodos especiaes de beneficiamento, ora aperfeiçoando os processos de queima, ora distillando para empregar-o como fonte de gaz de iluminação.

Com relação ao enriquecimento do carvão, o methodo que tem dado melhores resultados é o que se baseia na *corrente d'agua ascendente*, pelo qual se obtem um producto de propriedades thermicas equivalentes ao carvão importado.

A criação de typos de carvão com alto gráo de pureza acarreta a de outros de alta percentagem de cinzas, os quaes, pelo seu baixo valor, não supportam as despesas de transporte nem encontram ainda consumo nas regiões productoras.

De todos os processos de queima do carvão nacional, o que melhores resultados offerece é o de pulverização, mas que, por exigir installações especiaes, pouco se tem generalizado entre nós. Preferem geralmente os industriaes adoptar soluções de menor custo, embora de menor efficiencia thermica.

Entre estas merece especial referencia a de adaptação das fornalthas. Neste sentido tem a Estação feito os seus estudos e concluido pela necessidade de provêr as fornalthas com abobada de reverberação e grelhas capazes de se manterem sufficientemente frias, afim de evitar a adhesão da cinza que porventura venha a ficar em estado pastoso.

Quanto à fabricação do gaz de iluminação, de grande valor são as experiencias feitas com os carvões nacionaes de diferentes procedencias em uma pequena installação montada na Estação.

Da grande série de distillações feitas resulta a possibilidade do emprego do carvão de Santa Catharina na fabricação do gaz de iluminação.

A Estação já iniciou o estudo do problema dos combustiveis volateis do alcool industrial.

Foram determinadas em seus laboratorios as constantes physicas, caracteristicas das diferentes misturas em que o alcool tem sido empregado nos motores de explosão.

Acham-se em andamento as experiencias industriaes, nas quaes, pelo emprego de um freio de construção especial, são medidos os rendimentos do motor e estudadas as suas boas condições de funcionamento pela analyse dos gazes de combustão. Desta maneira, poder-se-á, com exacto conhecimento de causa, escolher entre os processos empregados ou recomendar methodos novos.

A Estação procura estudar a solução economica do problema da siderurgia no paiz, projectando uma usina siderurgica e empregando na redução do minerio coke fabricado com carvão nacional.

A usina constará de uma installação destinada á classificação do carvão, de um forno de coke com regeneração de calor e recuperação de sub-productos, de um alto forno, de um forno de esponjas, de um forno Martin para a preparação do aço, de uma officina de laminação, além de outras dependencias.

Dos estudos já realizados conclue-se que a marcha escolhida para o funcionamento da usina permittirá um consumo, em todas as operações, de 1.600 kilos de carvão para cada tonelada de aço laminado.

Directoria Geral de Estatistica

Os trabalhos da Directoria Geral de Estatistica correram com a maior regularidade durante o anno de 1922, tendo tido satisfactorio andamento não só os inqueritos normaes da mesma repartição, como tambem os serviços extraordinarios do recenseamento geral da Republica. Empregou a Directoria de Estatistica todos os esforços no sentido de apressar, tanto quanto possivel, a apuração do censo de 1920, afim de divulgar opportunamente os resultados do inquerito censitario, a tempo de serem aproveitados como elementos informativos sobre o progresso demographico e economico do paiz, ao commemorar o Brasil o Centenario de sua Independencia politica.

Os numerosos diagrammas e cartogrammas exhibidos no Pavilhão de Estatistica da Exposição Internacional de 1922 e as successivas publicações da Directoria de Estatistica no decurso do referido anno demonstram ter ella alcançado o objectivo de tornar rapidamente conhecidos os algarismos referentes aos censos demographico, agricola e pecuario. A procura que têm tido essas publicações e as criticas favoraveis com que foram acolhidas nos meios cultos, dentro e fora do paiz — destacando-se entre as mais honrosas referencias a do Instituto Internacional de Agricultura, de Roma — attestam

o interesse despertado pelos trabalhos até agora editados e o alto valor das informações a que servem de vehiculo.

No que diz respeito ao Districto Federal, as estatísticas já organizadas e impressas, registram minuciosas e varias informações sobre os habitantes do Rio de Janeiro, localizados nos 26 districtos municipaes e distribuidos pelas zonas urbana, suburbana e maritima. Completam o censo da população os resultados do inquerito relativo á estatística predial, comprehendendo não só o numero de predios nos diversos logradouros publicos, conforme a sua natureza, condição e propriedade, como também a distribuição dos domicílios e das subdivisões prediaes de accordo com a sua applicação.

Quanto ao conjunto do paiz, já é conhecido o numero de habitantes dos diversos municipios de cada um dos Estados, achando-se igualmente organizados e promptos para impressão os quadros referentes á população discriminada por districtos, segundo o sexo e o estado civil dos brasileiros e estrangeiros.

Proseguiram também satisfactoriamente em 1922 os trabalhos de apuração do censo economico (inqueritos agricola e industrial), cujos resultados devem estar divulgados até 31 de dezembro, para o que muito concorrerá os machinismos Hollerith. Dentro de um mez deve apparecer o 1º volume do censo da lavoura, com informações, por municipio, referentes á área, ao valor das propriedades agricolas, ao systema de exploração rural, á nacionalidade e á categoria dos proprietarios, assim como os algarismos relativos aos rebanhos existentes em todo territorio nacional.

Os dados censitarios concernentes ao Districto Federal e colligidos nos dous inqueritos — agricola e industrial — estarão divulgados até fins de junho, sendo provavel a publicação do 2º volume do censo da agricultura ainda este anno. Nesse volume serão reunidas as informações sobre as áreas cultivadas, a produção agricola e pastoril, os machinismos e instrumentos agrarios utilizados na lavoura, assim como outros factos de interesse sob o ponto de vista agro-pecuario. Espera a Directoria Geral de Estatística distribuir ainda no corrente anno uma synopse dos elementos colligidos no recenseamento das industrias, realizado em todo o territorio da Republica em 1920.

O cadastro dos agricultores e criadores, recenseados em 1920, acha-se inteiramente concluido, encerrando os varios volumes (cerca de quarenta) a relação, por municipios, dos fazendeiros de cada um dos Estados do Brasil.

Para custear o recenseamento de 1920, além das verbas orçamentarias destinadas aos trabalhos preliminares em 1919 (300:000\$ para o censo demographico e 450:000\$ para o censo economico), foram abertos creditos extraordinarios nos annos de 1920, 1921 e 1922, na importancia total de 25.000:000\$, tendo sido despendidos com o recenseamento nos Estados 14.154:057\$440 e com o recenseamento do Districto Federal e a apuração geral 7.205:864\$437, no todo 21.359:921\$877 até 31 de dezembro de 1922, existindo ainda o saldo de 3.640:078\$123, sufficiente para a conclusão do serviço censitario e para a publicação dos resultados do recenseamento em cerca de trinta volumes.

Além dos serviços extraordinarios do recenseamento, a Directoria Geral de Estatística attendeu, em 1922, a outros

encargos independentes de suas attribuições normaes, no sentido de cooperar de modo efficiente para o realce do programma commemorativo do Centenario da Independencia nacional. O resultado dos esforços emprehendidos com esse intuito se consubstanciam nos diagrammas, cartogrammas e quadros exhibidos no Pavilhão de Estatistica da actual Exposição — illustrações que revelam o progresso do Brasil através das varias épocas de sua evolução politica, economica e social. Todos esses graphics são, em geral, baseados em algarismos colhidos pelas secções technicas, as quaes, no cumprimento dos respectivos programmas regulamenlares, registram em permanente pesquisa, anno por anno, o movimento do paiz segundo os diferentes aspectos de seu desenvolvimento. Muitas destas investigações foram levadas a termo no anno proximo findo, destacando-se, entre outras, a estatistica financeira completa da União, dos Estados e de todas as Municipalidades do Brasil.

Conselho Superior do Commercio e Industria

A complexidade dos assumptos economicos está na razão directa do desenvolvimento das relações commerciaes e industriaes. Por isso, nos paizes em que estas logram não pequeno desenvolvimento, cumpre que, ao invés de soluções improvisadas, se adopte o regimen de meticoloso estudo, calcado em dados e elementos dignos de confiança.

Verdade é que, entre nós, existem já conceituadas corporações, em cujo seio os assumptos commerciaes e industriaes são amplamente debatidos e, não raro, perfeitamente esclarecidos; mas, simples associações de classe, as resoluções ahí tomadas nem sempre estão isentas de despertar nos poderes publicos a desconfiança resultante de sua propria organização.

Mistér se tornava, pois, a existencia de um organ que constituisse, por um lado, um traço de união entre a administração publica e essas diversas associações, que representam as classes conservadoras, e, por outro lado, um laboratorio permanente de estudo de todas as questões que interessam ao nosso desenvolvimento economico.

Semelhante lacuna acaba de ser preenchida com a criação do Conselho Superior do Commercio e Industria, que, constituído como se acha, prestará, de certo, relevantes serviços ao paiz.

Conselho Nacional do Trabalho

Os problemas referentes á organização do trabalho e da previdencia social constituem objecto de especial e crescente attenção dos poderes publicos em todas as nações civilizadas.

O seu estudo offerece verdadeira importancia na defesa da organização economica, dando logar a soluções que, em muitos casos, variam de um para outro paiz e até de uma para outra região do mesmo paiz, na conformidade dos costumes, da natureza do trabalho e de circumstancias particulares aos interesses da produção.

A multiplicidade de aspectos sob que se apresentam esses problemas nas diversas zonas do vasto territorio nacional estava a exigir a criação de um organ tecnico capaz de examinar, mediante methodicos inqueritos e cuidadosas investi-

gações, as condições do trabalho no Brasil, em suas principais particularidades, recolhendo e coordenando elementos que habilitem os poderes públicos a incorporar á nossa legislação social as reformas e medidas mais convenientes e opportunas.

A organização delineada no decreto que acabamos de expedir creando o Conselho Nacional do Trabalho parece sufficiente para attender inicialmente a essas providencias, sendo susceptível de adquirir maior amplitude á proporção que o desenvolvimento dos serviços o exigir.

Deste modo, sem os inconvenientes de apparatus apparatus, que trazem pesados encargos aos cofres publicos, poderão ser examinadas e successivamente resolvidas as mais variadas questões, embora de natureza complexa, como são as de que se trata.

A utilidade de uma instituição especial que tenha a seu cargo o estudo desses assumptos ha sido reconhecida e comprovada em todos os grandes paizes industriaes.

A acção do Governo, nesse particular, é tanto mais justificavel quanto são reconhecidamente precarias e, por vezes, mal orientadas as iniciativas dos interessados.

Ao demais, os compromissos assumidos pelo Brasil, como um dos membros da Organização Internacional do Trabalho, tornavam necessaria a existencia de um organ consultivo, aparelhado para prestar os esclarecimentos solicitados, pertinentes ás convenções sobre trabalho, previdencia social, e prompto a cooperar na elaboração e execução de resoluções legislativas ou governamentaes, quer relativas á nossa vida economica, quer decorrentes de obrigações internacionaes.

Para a sua maior eficiencia, esse organ reunirá em seu seio peritos conhecidos das condições do trabalho nas diversas unidades da Federação, representantes das associações operarias e de associações patronaes, especialistas em questões economico-sociaes e directores de serviços publicos que tenham a seu cargo o estudo especializado de assumptos ligados aos problemas do trabalho e da previdencia social.

Propriedade industrial

De accôrde com a autorização constante do art. 80, n. 19, da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, o Governo pretende, dentro em breve, remodelar os serviços de patente de invenção e de marcas de fabrica e de commercio, collocando-os sob uma direcção unica, como acontece nas demais nações civilizadas e em obediencia ao compromisso assumido na convenção de Paris de 1883.

A um paiz como o nosso, em que, dia a dia, se verifica a possibilidade de nova applicação dos seus variados productos, não é aconselhavel, como a experiencia o tem demonstrado, o regimen da livre concessão da patente, facil e commodo, sem duvida, mas susceptível de, a cada momento, entravar o desenvolvimento industrial e commercial. Urge, pois, que semelhante regimen seja substituido pelo do exame prévio, a exemplo do que se dá nos Estados Unidos e na Argentina.

Por outro lado, os inconvenientes resultantes da pluralidade de registro de marcas de fabrica e de commercio estão

a mostrar a indoclinavel necessidade de estabelecimento de um registro unico a cargo do Governo Federal.

A reforma projectada, além de collocar em situação de perfeita regularidade esses dois importantes ramos da propriedade industrial, não acarretará custos aos cofres publicos, não só porque a melhor execução do serviço virá augmentar a respectiva renda, como também porque o quadro da futura repartição deverá ser constituído de pessoal que já faz parte do funcionalismo publico.

Serviço de Informações

O Serviço de Informações, embora ainda desapparelhado de pessoal para o perfeito cumprimento de suas funcções regulamentares, continúa a auxiliar eficazmente a acção do Ministerio, proporcionando aos interessados que o procuram variados informes sobre todos os assumptos que constituem os diferentes ramos da actividade nacional, na esphera da agricultura, da industria e de commercio.

Além do *Boletim* do Ministerio, editou o Serviço, entre outras publicações uteis á propaganda de ensinamento agricola e divulgação dos nossos recursos economicos, as seguintes: *A Mamona*, de H. Semler; *Cultura do Amendoim*, de Paulo V. Souto; *Julgamento dos Animacs*, de Landulpho Alves de Almeida; *O Amendoim, sua Cultura e Commercio*, de Paulo V. Souto; *Relação de Exportadores do Brasil, Transporte de Gado e Aves Domesticas*, de Simões da Silva; *Produção e Conservação das Forragens*, de Léo Esteves; *Notas sobre a Industria do Oleo no Brasil*, de J. Bertino M. Carvalho.

A distribuição de publicações agricolas, estatisticas, mappas economicos, etc., attingiu, em 1922, a 109.541 exemplares, sendo 60.247 distribuidos no paiz e 49.324 no estrangeiro ás embaixadas, legações, cónsulados, associações e mais interessados, aos quaes é remellido periodicamente tudo quanto se edita e pode ser util ao melhor conhecimento do nosso paiz.

Ensino profissional tecnico

Problema de capital relevancia para a nossa vida economica, o ensino profissional tecnico requer uma acção firme e continuada dos poderes publicos, pois que nos faltam ainda dois elementos essenciaes, que não podem ser improvizados de um momento para outro — installações apropriadas e pessoal docente habilitado.

As Escolas de Aprendizizes Artifices, mantidas pelo Governo Federal nos diversos Estados, funcionam regularmente, apresentando, nos cursos diurnos, matricula de cerca de tres mil alumnos. Com a merenda, ha pouco instituida, é de esperar que esse numero acense sensivel augmento. Nos cursos nocturnos a matricula já attinge a mais de dois mil alumnos. De certo tempo a esta parte, vem sendo consignada no orçamento da verba destinada á construcção de novos predios e reconstrucção dos já existentes. Desta maneira, tem-se

conseguindo melhorar as installações de diversas escolas, notadamente das que funcionam em S. Luiz do Maranhão, Paratyba, Natal, Aracajú, Campos, Florianópolis e S. Paulo.

Por outro lado, a pratica adoptada de contractar profissionais já especializados no Instituto Parobé, quer para a orientação das novas installações, quer para a direcção de algumas officinas, está concorrendo grandemente para o aperfeiçoamento dos methodos de ensino e melhor funcionamento dos trabalhos escolares.

Na reforma que está sendo estudada, o Governo pretende, entre outras medidas, imprimir á Escola Venúscio Braz a fôção, que ella deve ter, de verdadeira escola normal destinada a fornecer pessoal docente idoneo aos estabelecimentos de ensino profissional tecnico do paiz, accentuar e desenvolver o caracter pratico do ensino, de sorte que, ao terminar o curso, esteja o alumno em condições de ganhar facilmente a vida na officina particular e, finalmente, tratar com especial interesse da educação da mulher, estabelecendo nas escolas já existentes secções especiaes, onde ella possa adquirir conhecimentos uteis de economia domestica e, ao mesmo tempo, habilitar-se para o exercicio das actividades de caracter industrial e commercial compatíveis com o seu sexo.

Superintendencia do abastecimento

Correu regularmente, em 1922, o servico do abastecimento publico, não se tendo, felizmente, verificado as previsões pessimistas dos que temiam graves difficuldades para o provisionamento da capital da Republica durante as festas comemorativas do Centenario da Independencia.

Para tanto concorreu a acção da Superintendencia do Abastecimento que, pondo em execução um conjunto de providencias approvadas pelo Ministerio da Agricultura e amparadas pela Prefeitura, logrou obter, nos ultimos mezes do anno passado, o augmento de producção de cereaes e hortaliças no Districto Federal e nas zonas que lhe estão proximas, bem como a remessa dos mesmos artigos, por diversos estabelecimentos agricolas do Ministerio, afim de serem vendidos nas feiras livres, desafogando, assim, o mercado e contendo especulações que pareciam inevitáveis.

As feiras livres funcionaram normalmente, sendo consideravel o movimento de vendas, como se vê do seguinte: generos alimenticios, 10.674:920\$650 em 1922 e 6.596:306\$350 em 1921 (a partir de 17 de abril); outras mercadorias, isto é, sapataria, chapelaria, sabão, ferragens, louças, etc., 6.391:136\$180 em 1922 e 3.855:493\$530 em 1921, o que dá um total de vendas para o periodo de 17 de abril de 1921 a 31 de dezembro de 1922 de 27.618:856\$710, sendo 17.467.056\$830 em 1922 e 10.451:799\$880 em 1921.

Entre os problemas que têm occupado a attenção do Governo, no que concerne á alimentação publica, está o do abastecimento e carestia das fructas nacionaes e estrangeiras, devendo ser postas em pratica, de accôrdo com a Profibitara, medidas que, na opinião dos competentes, conseguirão resolver, satisfactoriamente, essa antiga e debatida questão.

No corrente anno registrou-se a subida de diversos preços, sobretudo do café e do assucar.

O Governo, em tão delicado assumpto, estará sempre vigilante, tudo envidando para amparar as classes productoras, sem deixar, porém, de olhar attentamente para os reclamos das classes consumidoras, cujas condições de vida não devem ser oppressivas em uma terra que largamente produz tudo quanto é necessario á subsistencia humana.

Junta dos Corretores de Mercadorias

Entre os diversos serviços a cargo da Junta dos Corretores, um dos mais importantes é certamente o de exame e classificação de mercaderias, destinado á verificação do estado e qualidade das mesmas. Durante o anno findo, foram examinados e classificados os seguintes generos: assucar, 469.090 saccos; café, 236.000 saccos; farello, 165.230 saccos; farellinho, 84.655 saccos; remoido, 25.500 saccos; café-amostra, 20.350 latas; algodão, 5.524 fardos; fumo 1.550 fardos; aveia, 4.000 saccos; tapioca, 309 saccos; farinha de trigo, 255 saccos; farinha de mandioca, 150 saccos; cacáo, 100 saccos; diversas mercadorias, 537 volumes.

Resente-se a Junta dos Corretores de uma lacuna que ora se procura sanar: a organização dos typos commerciaes exploraveis dos nossos productos.

Estão sendo executados com regularidade os serviços de fiscalização de generos alimenticios destinados ao estrangeiro, bem como os trabalhos da Bolsa de Mercadorias, á qual se acha annexa a Caixa de Liquidações.

Senhores Membros do Congresso Nacional:

São estas as principaes informações e suggestões que nos pareceu necessario trazer ao vosso conhecimento para auxiliar o desempenho da vossa ardua tarefa.

O paiz que trabalha e produz está farto de luctas estereis, que o prejudicam e retardam o seu progresso.

O momento impõe uma congregação de esforços de todos os poderes publicos para, correspondendo á sua alta missão politica, assegurar á Nação, pelas leis e pelos actos administrativos, o maximo possivel de bem estar, em um ambiente de completa segurança da ordem publica, de severa moralidade, de rigorosa honestidade e de serena justiça.

Contareis, para esse fim, com a collaboração do Governo, assim como póde e deve o povo brasileiro estar certo de que, com energia, serenidade e firmeza, saberemos cumprir os nossos altos deveres para com a Patria.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1923.

Arthur da Silva Bernardes,

PRESIDENTE DA REPUBLICA.

O Sr. Presidente — O Congresso Nacional tomará na mais alta consideração a exposição contida na mensagem do Exmo. Sr. Presidente da Republica, que acaba de ser lida.

Declaro installada a terceira sessão da undecima legislatura.

Nada mais havendo a fratar, levanto a sessão, desejando felicidades a cada um dos Srs. Membros do Congresso Nacional e fazendo votos para que, reunidos, possamos, com patriotismo e devotamento, nos interessar pela paz, trabalhando pelo engrandecimento da Republica.

Levanta-se a sessão solemne, sendo approvada a presente acta.

Congresso Nacional da Republica dos Estados Unidos do Brasil, 3 de maio de 1923. — *Antonio Francisco de Azeredo*, Presidente. — *José Augusto Bezerra de Medeiros*, 1º Secretario. — *Hermenegildo Lopes de Moraes*, 2º Secretario. — *Pedro da Costa Rego*, 3º Secretario. — *Manoel Joaquim Mendonça Martins*, 4º Secretario.

SENADO FEDERAL

1ª SESSÃO, EM 4 DE MAIO DE 1923

PRESIDENCIA DO SRS. A. AZEREDO, VICE-PRESIDENTE E ESTACIO
COIMBRA, PRESIDENTE

A's 13 1/2 horas abre-se a sessão a que concorrem os Srs. A. Azeredo, Hermenegildo de Moraes, Mendonça Martins, Lauro Sodré, Indio do Brasil, José Euzebio, Costa Rodrigues, Antonino Freire, Benjamin Barroso, João Lyra, Manoel Borba, Araujo Góes, Bernardino Monteiro, Jeronymo Monteiro, Marcilio de Lacerda, Nilo Peçanha, Modesto Leal, Paulo de Frontin, Sampaio Corrêa, Bernardo Monteiro, Adolpho Gordo, Luiz Adolpho, Olegario Pinto, Carlos Cavalcanti, Affonso Camargo, Lauro Müller, Soares dos Santos e Carlos Barbosa (28).

Deixam de comparecer, com causa justificada os Srs. Lopes Gonçalves, Justo Chermont, João Thomé, Eloy de Souza, Antonio Massa, Venancio Neiva, Carneiro da Cunha, Rosa e Silva, Eusebio de Andrade, Gonçalo Rollemberg, Siqueira de Menezes, Antonio Moniz, Moniz Sodré, Irineu Machado, Francisco Salles, Alfredo Ellis, Alvaro de Carvalho, José Murтинho, Ramos Caiado, Generoso Marques, Vidal Ramos, Felipe Schmidt e Carlos Barbosa (26).

É lida e sem reclamação approvada a acta da sessão preparatoria realizada a 2 do corrente.

O Sr. 3º Secretario (*servindo de 1º*) dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Offícios:

Do Sr. 1º Secretario da Camara dos Deputados, remetendo as seguintes

PROPOSIÇÕES

N. 1 — 1923

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º Os praticos de pharmacia da Policia Militar, que sejam diplomados, e officiaes de 2ª classe do Exercito, pas-

sarão a denominar-se segundos tenentes pharmaceuticos auxiliares, da Policia Militar, com funções identicas aos pharmaceuticos effectivos e serão incluídos no respectivo quadro, em caso de vaga, independente de novo concurso desde que já tenham satisfeito essa exigencia regulamentar.

Art. 2.º Os vencimentos dos funcionarios a que se refere o artigo anterior são os mesmos que recebem actualmente os praticos.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, em 30 de dezembro de 1922. — *Arnolfo Rodrigues de Azevedo*, Presidente. — *José Augusto Bezerra de Medeiros*, 1.º Secretario. — *Pedro da Costa Rego*, 2.º Secretario. — A' Commissão de Finanças.

N. 2 — 1923

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º É considerada de utilidade publica a Caixa Auxiliadora e Beneficente dos Funcionarios do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, em 29 de dezembro de 1922. — *Arnolfo Rodrigues de Azevedo*, Presidente. — *José Augusto Bezerra de Medeiros*, 1.º Secretario. — *Pedro da Costa Rego*, 2.º Secretario. — A' Commissão de Justiça e Legislação.

N. 3 — 1923

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º Aos candidatos á matricula na Escola Polytechnica e estabelecimentos equiparados no anno de 1923, será permitido prestar o exame vestibular, independente do certificado de approvação em latim.

Art. 2.º Aos alumnos da Escola Militar que, por qualquer motivo, tenham interrompido o curso, será concedida a matricula no anno de 1923, nas escolas superiores da Republica, accetos como validos os exames prestados naquella escola que façam parte do curso que pretendam seguir, ficando, porém, obrigados a prestar os exames exigidos no estabelecimento em que se matricularem das materias que não tenham estudado por não fazerem parte do curso militar.

Paragrapho unico. — Para os fins deste artigo, a Escola Militar passará os attestados requeridos, considerando como approvados os alumnos que obtiverem media superior a 3,50 no periodo lectivo de março a julho de 1922.

Art. 3.º Os referidos alumnos ficarão, porém, na obrigação de juntar o referido certificado antes da matricula no anno posterior áquelle em que houverem obtido ingresso.

Art. 4.º São validos para as matriculas em qualquer estabelecimento de ensino superior da Republica, os exames preparatorios prestados perante qualquer desses estabelecimentos na vigencia do decreto n. 8.659, de 5 de outubro de

1911, desde que laes exames sejam de disciplinas mencionadas no art. 78, letra A do decreto n. 11.530, de 1911.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, em 27 de dezembro de 1922. — *Arnolfo Rodrigues de Azevedo*, Presidente. — *José Augusto Bezerra de Medeiros*, 1.º Secretario. — *Pedro da Costa Rego*, 2.º Secretario. — A' Commissão de Instrução Publica.

N. 4 — 1923

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 4:329\$666 para pagar a differença de vencimentos que deixou de receber Sylvio Mendes Litociro, durante o periodo de 15 de janeiro de 1918 a 10 de setembro de 1919, que serviu como fiel intepino do Thesoureiro da Casa da Moeda.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, em 30 de dezembro de 1922. — *Arnolfo Rodrigues de Azevedo*, Presidente. — *José Augusto Bezerra de Medeiros*, 1.º Secretario. — *Pedro da Costa Rego*, 2.º Secretario. — A' Commissão de Finanças.

N. 5 — 1923

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 8:742\$770, para pagamento aos Drs. Alvaro Carlos de Andrade, Adalberto Bentim, Waldemar Augusto Bentim, José Adalberto Gordula e Afonso Bentim de Lacerda, do que lhes é devido em virtude de sentença judiciaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, em 28 de dezembro de 1922. — *Arnolfo Rodrigues de Azevedo*, Presidente. — *José Augusto Bezerra de Medeiros*, 1.º Secretario. — *Pedro da Costa Rego*, 2.º Secretario. — A' Commissão de Finanças.

N. 6 — 1923

O Congresso Nacional resolve:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito suplementar de 74:588\$055, destinado a liquidar compromissos assumidos pelo Governo para a conservação e custeio da Estrada de Ferro Santa Catharina, durante o exercicio de 1921; revogadas as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, em 28 de dezembro de 1922. — *Arnolfo Rodrigues de Azevedo*, Presidente. — *José Augusto Bezerra de Medeiros*, 1.º Secretario. — *Pedro da Costa Rego*, 2.º Secretario. — A' Commissão de Finanças.

N. 7 — 1923

O Congresso Nacional resolve:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o credito de 1.723:321\$062, supplementar ás verbas 1ª, 4ª, 8ª e 13ª da lei da despeza vigente, para o Ministerio da Marinha; revogam-se as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, em 31 de dezembro de 1922. — *Arnolfo Rodrigues de Azevedo*, Presidente. — *José Augusto Bezerra de Medeiros*, 1º Secretario. — *Pedro da Costa Rego*, 2º Secretario. — A' Commissão de Finanças.

Do Sr. Dr. Aurelino de Araujo Leal, communicando ter sido nomeado interventor federal no Estado do Rio de Janeiro e assumido o respectivo exercicio em 12 de janeiro do corrente anno. — A' Commissão de Constituição.

Do Sr. Senador Eloy de Souza communicando que, por motivo de enfermidade, que o obriga a auzentar-se desta capital, deixa de comparecer ás sessões por algum tempo. — Inteirado.

O Sr. José Euzebio (*supplente, servindo de 2º Secretario*), declara que não ha pareceres.

O Sr. Presidente — Continúa a hora do expediente.

Tem a palavra o Sr. Senador Nilo Peçanha.

O Sr. Nilo Peçanha (*signaes de attenção*) — Sr. Presidente, a mensagem com que o honrado Sr. Presidente da Republica abre a presente sessão legislativa é infelizmente, um desafio a novas lutas a eternização dos motivos de belligerancia sobre uma questão já finda, ao invéz de ser um documento de meditação serena e de exame das condições geraes da Nação.

Nunca, como neste momento, Sr. Presidente, a nossa patria anciou tanto pelos debates e pelas reivindicações da tribuna parlamentar.

O espirito publico como que ia contando as horas desse interregno do Congresso e de prorogação indefinida do estado de sitio sinão para acompanhar a acção de seus representantes, tão desilludido elle anda do rigoroso desempenho das nossas funções constituçionaes, mas para saber dos dominadores deste paiz o que é feito do seu patrimonio, dos seus direitos, da autoridade e da soberania da justiça, da autonomia dos Estados, das tradições do seu regimen representativo, das suas finanças, do seu cambio, que nunca desceu no Brasil a um nivel tão baixo; do cambio que entra pelo lar brasileiro todos os dias no preço do gaz, no da electricidade, no dos generos importados, perturbando a sua vida, alarmando o commercio, gerando a miseria e roubando os altos esforços do trabalho nacional; do seu cambio. Sr. Prseidente, que não é, nesse caso, sinão o indice das condições geraes deste paiz, da sua moeda, da sua balança commercial, da sua politica, da confiança nas suas leis e da capacidade da sua administração.

Mas, senhores, o que erpresenta esta mensagem, sinão o achincalhe ao candidato vencido á Presidencia da Republica, a quem tudo se tem tirado, inclusive reduzido a sua velha provincia á condição de colonia?!

Quaes são as grandes medidas indicadas ao Congresso Nacional para attenuar este mal estar que vae invadindo todas as espheras, diminuindo a fortuna e valendo pelo sequestro das nossas liberdades tradicionaes?

Não parece, Sr. Presidente, que a nossa divida externa é de quatro milhões e duzentos mil contos; que a nossa divida interna consolidada ultrapassou já dous milhões e oitocentos mil; que o funcionalismo civil e militar nos custa annualmente quatrocentos e oitenta mil contos — em uma receita papel que nunca chegou a seiscentos e cincoenta mil contos!

Os orçamentos, nestes ultimos tres annos quasi que dobram. O da Justiça, de 50 mil contos, vae a 100 mil, e o Sr. Presidente da Republica, nesta mensagem, ainda reclama o augmento da Policia Militar desta Capital, pelos grandes servicos que ella presta á segurança publica e que prestou « ao paiz na suffocação da sedição do exercito em 5 de julho ».

O Ministerio do Exterior, de 2 mil contos, Sr. Presidente, dobrou — e V. Ex. sabe tão bem quanto eu que o orçamento da Guerra, de 60 mil contos vae a 122 mil. Eu já não quero fallar no orçamento da Agricultura, nascido nas minhas mãos com 12 mil contos e que já attinge á cifra de 50 mil.

Senhores, não parece esta mensagem de um periodo em que temos as nossas rendas todas hypothecadas. Rendas federaes, rendas estaduais, rendas municipaes, os portos e as estradas de ferro, o Porto do Rio de Janeiro, a Central do Brasil, tudo foi dado em garantia de emprestimos externos.

Os Estados já devem no exterior, segundo o calculo dos respectivos Thesouros, 1.291.000 contos. E ao invéz do Presidente da Republica, no interregno parlamentar, ter impedido que continuassem a celebrar operações no estrangeiro e pelas quaes somos afinal responsaveis, dada a nossa attitude na Conferencia de Haya, onde o Brasil combateu a these de Drago, que vedava a cobrança executiva das dividas externas, por isso que entendia, então, que isso valeria pela consagração do calote official; ao invéz dos nossos banqueiros de parte do Governo desautorizarem operações dessa importancia, já celebraram tres Estados, sem nenhum deslustre, embora, para as pessoas dos seus illustres governadores, celebraram tres Estados emprestimos que tanto aggravaram a nossa situação e o nosso credito.

Que respira a mensagem, senão o odio aos vencidos?

No primeiro documento deste Governo lançou-se á conta da guerra da Europa todos os males que nos pesavam, mas a litteratura da guerra não impressiona mais.

Eu sei bem, que essa guerra de 1914 custou 192 biliões de dollars, mais que todas as guerras do seculo passado reunidas: as guerras napoleonicas, a guerra da Criméa, a guerra da Secessão americana, a guerra sul-africana, a guerra franco-allema, a guerra Sino-Japoneza, todas reunidas, não gastaram 24 biliões.

E' certo que os encargos impostos á economia e ao trabalho do homem não podiam ser reembolsados no curso de uma geração, que os seus effectos fariam a volta do mundo; nenhum povo podia subtrahir-se á sua influencia, desde que a paz não restabeleceu ainda a unidade e a solidariedade economica das nações. (Apoiados.)

Mas, Sr. Presidente, as nações, mal sahiram da guerra, enfrentaram na Europa o problema da reparação das suas finanças. Todas ellas trataram de preceder a augmentação dos impostos uma acção energica, varrendo dos orçamentos todas as clientelas da politica. Para não citar a Italia de Mussolini, porque esta, emfim, com a reforma que o grande estadista projectou sobre o seu paiz, como que determinou uma parada de regimen representativo e ainda assim com uma feliz repercussão nas suas finanças; mas da Inglaterra, que reduziu as suas despezas de 41 %, nos orçamentos, que resgalou 82 milhões de libras papel, dos 380 milhões que tinha emittido sem lastro, durante o periodo da guerra.

O que se dá aqui? O que já fizemos?

Eu não diria nada neste momento; e continuaria retrahido, si não sou provocado hoje, pela manhã, com esse desafio de novas lutas, com esse *custe o que custar* da mensagem que o grande e saudoso Nuno de Andrade não via sinão o engenho, o esforço, o trabalho, a energia para vencer um ideal. E o que fez o Governo no terreno administrativo? Que economias já realizou?

Transferiu para o Banco do Brasil o direito de emittir papel-moeda, entregando-lhe o nosso *stock* ouro, que era de 10 milhões de esterlinos.

Maldições hão de cahir sobre a cabeça dos que revogaram a lei de 14 de novembro, para dar sahida ao ouro amoedado, ao ouro em barra, que estava servindo de garantia ao papel-moeda existente, não obstante a pena de responsabilidade do Presidente, do ministro, e a pena de demissão do funcionario que o tivesse executado. Vamos repetir a experiencia dolorosa de 1808 a 1820, de 1853 a 1855; as experiencias de 89, a experiencia do Governo Provisorio, que todas terminaram pela encampação pelo Thesouro das emissões dos Bancos.

Que fez o Governo, dado o avillamento do cambio?

Aggravou os impostos ouro nas portas das Alfandegas! Prorogou o estado de sitio nas vespersas da reunião do Congresso, começando por affligir a alma liberal do proprio Estado de Minas e quando medida identica em março de 1914 merceceu solemne repulsa do Partido Republicano do S. Paulo, notadamente do illustrado Sr. Presidente da Camara, Arnolpho Azevedo, então membro da Commissão de Justiça, que entendia não poder o Governo prorogar o sitio por prazo maior que o da duração das sessões do Congresso, e que dizia então como si fôra hoje: « cessou de facto tudo quanto poderia razoavelmente explicar a permanencia do sitio. O que agora a tudo sobrepuja, creando anormalidade, produzindo apprehensões, paralygando os negocios, atrophiando as relações commerciaes e prejudicando os creditos do paiz no exterior, é o proprio sitio, inconstitucionalmente prorogado até o fim do anno, fazendo crer que a nação brasileira está profundamente abalada por grave commoção intestina. »

Desse sitio preventivo, dizia Ruy Barbosa que valia pela theoria do antigo absolutismo russo, sitio que se dilatou o anno passado para permittir o crime da occupação militar do Estado do Rio de Janeiro, e a deposição do seu Presidente, não obstante decisão do Supremo Tribunal Federal, que consagrou o seu direito, sitio que já tem no seu passivo o assassinato de patriotas nas prisões do Estado, a execução summaria de chefes de familias nas suas proprias casas, sitio que mata por

asphixia, que emmudece a imprensa independente e manda na imprensa official insultar os vencidos, sítio de que o Presidente, tal como os doentes da morphina, não prescind mais!

Senhores, affirmou o Sr. Presidente da Republica ter em mãos provas de que se conspira contra a ordem constitucional. Que venham immediatamente ao conhecimento do Congresso essas provas!

Todo paiz sabe que isto é uma falsidade; mas o Congresso que retome as funções que lhe confiou a Constituição, que as requisite desde já; porque, si ha Deputados e si ha Senadores comprometidos, que sejamos desterrados ou presos como quizer a dictadura, com a cumplicidade dos poderes que ella tem á sua discreção, mas que se restitua a liberdade á Nação, que se suspenda esse estado de sítio humilhante da civilização brasileira, que se dê senhores, treguas ao paiz, ao commercio, á marinha, ao exercito, á imprensa, aos trabalhadores das cidades como dos campos, treguas ao Brasil, senhores! *(Muito bem! Muito bem!)*

O Sr. Presidente — Continúa a hora do expediente.

Não havendo mais quem queira usar da palavra, passa-se á ordem do dia.

ORDEM DO DIA

Não ha numero para as votações constantes da ordem do dia.

Nada mais havendo a tratar, vou levantar a sessão, designando para ordem do dia da seguinte a mesma já marcada, isto é:

Votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 1, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Amazonas no dia 18 de fevereiro do corrente anno para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado, pela renuncia do Sr. almirante Alexandrino Faria de Alencar, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Alexandre José Barbosa Lima.

Votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 2, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Maranhão, no dia 4 de março do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Dr. Godofredo Mendes Vianna, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica, o Sr. Dr. Francisco da Cunha Machado.

Votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 3, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Ceará, no dia 14 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Sr. Francisco Sá e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. José Pompeu Pinto Accioly.

Votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 4, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Rio Grande do Norte, no dia 4 de março do cor-

rente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Sr. Tobias do Rego Monteiro, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Joaquim Ferreira Chaves.

Votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 5, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado da Parahyba, no dia 20 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Dr. Pedro da Cunha Pedrosa, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Dr. Octacilio de Albuquerque.

Votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 6, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado de Sergipe, no dia 28 de janeiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Dr. Mauricio Graccho Cardoso, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Dr. José Joaquim Pereira Lobo.

Votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 7, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado de Minas Geraes, no dia 4 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Sr. Dr. Raul Soares de Moura, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Dr. Francisco Alvaro Bueno de Paiva.

Eleição da Mesa e das demais Comissões Permanentes.

Levanta-se a sessão ás 14 horas e 50 minutos.

ACTA DA REUNIAO EM 5 DE MAIO DE 1923

PRESIDENCIA DO SR. A. AZEREDO, VICE-PRESIDENTE

A's 13 $\frac{1}{2}$ horas acham-se presentes os Srs. A. Azeredo, Hermenegildo de Moraes, Mendonça Martins, Costa Rodrigues, Antonino Freire, Benjamin Barroso, João Lyra, Manoel Borba, Bernardino Monteiro, Miguel de Carvalho, Paulo de Frontin, Irineu Machado, Bernardo Monteiro, Adolpho Gordo, Alvaro de Carvalho, Luiz Dolpho, Carlos Cavalcanti, Lauro Müller, Soares dos Santos e Vespucio de Abreu. (20).

O Sr. 2º secretario (*servindo de 1º*) dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Telegrammas:

Do Sr. Senador Lopes Gonçalves communicando que só poderá comparecer ás sessões depois de 15 do corrente. — Inteirado.

Do Sr. Nestor Gomes, Presidente do Estado do Espirito Santo, communicando a installação do Congresso Legislativo

perante o qual apresentou a sua mensagem, dando conta dos negócios da sua administração. — Inteirado.

Dos Srs. Presidentes dos Estados do Maranhão, Sergipe e do Espírito Santo, congratulando-se com o Senado pela data de 3 do corrente. — Inteirado.

Do Sr. Governador de Pernambuco, congratulando-se com o Senado pela data de 3 do corrente, que relembra o centenário da criação do parlamento nacional. — Inteirado.

O Sr. 3º Secretário (*servindo de 2º*) declara que não ha pareceres.

O Sr. Presidente — Tendo comparecido apenas 20 Srs. Senadores, não pôde haver sessão.

Designo para ordem do dia da seguinte a mesma já marcada, isto é:

Votação em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 1, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado de Amazonas no dia 18 de fevereiro do corrente anno para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado, pela renuncia do Sr. almirante Alexandrino Faria de Alencar, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Alexandre José Barbosa Lima.

Votação em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 2, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Maranhão, no dia 4 de março do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Dr. Godofredo Mendes Vianna, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Francisco da Cunha Machado.

Votação em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 3, de 1923; approvando as eleições realizadas no Estado do Ceará, no dia 14 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Sr. Francisco Sá, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. José Pompeu Pinto Accioly.

Votação em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 4, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Rio Grande do Norte, no dia 4 de março do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Sr. Tobias do Rego Monteiro, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Joaquim Ferreira Chaves.

Votação em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 5, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado da Parahyba, no dia 20 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Dr. Pedro da Cunha Pedrosa, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Octacilio de Albuquerque.

Votação em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 6, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado de Sergipe, no dia 28 de janeiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Dr. Mauricio Giaccho Cardoso, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. José Joaquim Pereira Lobô.

Votação em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 7, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado de Minas Geraes, no dia 4 de fevereçoiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Sr. Dr. Raul Soares de Moura, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Francisco Alvaro Bueno de Paiva.

Eleição da Mesa e das demais Comissões Permanentes.

2ª SESSÃO, EM 7 DE MAIO DE 1923

PRESIDENCIA DOS SRS. ESTACIO COIMBRA, PRESIDENTE, E A. AZEREDO, VICE-PRESIDENTE

A's 13 e 1/2 horas abre-se a sessão, a que concorrem os Srs. A. Azeredo, Hermenegildo de Moraes, Mendonça Martins, Lauro Sodré, Costa Rodrigues, José Eusebio, Antonino Freire, João Lyra, Manoel Borba, Rosa e Silva, Eusebio de Andrade, Araujo Góes, Bernardino Monteiro, Jeronymo Monteiro, Marcellio de Lacerda, Nilo Pecanha, Modesto Leal, Miguel de Carvalho, Paulo de Frontin, Sampaio Corrêa, Irineu Machado, Bernardo Monteiro, Francisco Salles, Adolpho Gordo, Alfredo Ellis, Alvaro de Carvalho, José Murinho, Luiz Adolpho, Olegario Pinto, Carlos Cavalcanti, Affonso de Camargo, Lauro Müller, Felipe Schmidt, Soares dos Santos e Vespucio de Abreu (36).

Deixam de comparecer com causa justificada os Srs. Abdias Neves, Silverio Nery, Lopes Gonçalves, Justo Chermont, Indio do Brasil, João Thomé, Benjamim Barroso, Eloy de Souza, Antonio Massa, Venancio Neiva, Carneiro da Cunha, Gonçalo Rollemberg, Siqueira de Menezes, Antonio Moniz, Moniz Sodré, Ramos Caiado, Generoso Marques, Vidal Ramos e Carlos Barbosa (18).

E' lida, posta em discussão, e sem debate approvada a acta da sessão anterior.

O Sr. 2º Secretario (*servindo de 1º*) declara que não ha expediente.

O Sr. 3º Secretario (*servindo de 2º*) procede á leitura do seguinte

PARECER

N. 8 — 1923

Foram presentes ao exame da Comissão de Poderes os livros eleitoraes que serviram no pleito senatorjal, realizado

no dia 25 de fevereiro no Estado do Piauí, para preenchimento da vaga de Senador existente na representação desse Estado, em virtude da renúncia que de seu mandato fez o Sr. José Felix Alves Pacheco e bem assim a acta geral da apuração do referido pleito remittida pelo juiz federal da secção naquelle Estado.

O mappa levantado pela Secretaria do Senado dá o seguinte resultado:

Para Senador Federal:

	Votos
Dr. José Pires Rebello	3.718
Marechal Firmino Pires Ferreira	1
Dr. José Luiz Baptista	1

Pela acta geral da apuração feita pela junta na Capital do Estado, o resultado é o seguinte:

Para Senador Federal:

	Votos
Dr. José Pires Rebello	4.159
Marechal Firmino Pires Ferreira.....	1
Dr. José Luiz Baptista	1

Para chegar a este resultado diz a referida acta geral da Junta Apuradora:

«... acto continuo procedeu-se a apuração começando-se pelas tres secções do municipio de Amarante, seguindo-se a unica secção de Aparecida, unicas de Alto Longá, Altos, Barras, Boa Esperança, as duas de Batalha, as unicas de Buruty dos Lopes, e Campo Maior, as duas de Castello, a unica de Floriano, as duas de Jaicós, as duas de Jeromenha, a unica de Livramento, a de Marruás, feita em cartorio, a unica de Miguel Alves, as duas de Oeiras, as tres de Picos, a de São João do Piauí feita em cartorio, as duas de Paulista, a unica de Porto Alegre, as duas de Parnahyba, a unica de Pedro II, a unica de Peripery, as duas de S. Pedro, a unica de Simplicio Mendes, as duas de Regeneração, as seis de Therezina, a de Urussulhy, que correu em cartorio, as duas de União, e as duas de Valença, verificando-se das diversas sommas o seguinte resultado: Para Senador ao Congresso Nacional, por este Estado, Dr. José Pires Rebello, engenheiro civil, residente no Rio de Janeiro, quatro mil cento e cinquenta e nove votos (4.159), marechal Firmino Pires Ferreira, militar, reformado, residente no Rio de Janeiro, um (1) voto e Dr. José Luiz Baptista, engenheiro civil, residente no Rio de Janeiro, um (1) voto. A junta verificou que na 1ª secção de Oeiras votaram trinta e sete eleitores da 3ª secção e na 2ª secção votaram dous eleitores da 3ª; na 1ª secção de Parnahyba votaram cincoenta e oito eleitores da terceira, não estando os seus titulos rubricados pelo presidente da mesa da secção a que pertenciam. A junta foi remittido um officio da mesa eleitoral da unica secção de Amarração communicando a sua installação, não havendo chegado o livro com o resultado da respectiva eleição; das tres eleições procedidas em cartorio somente do S. João do Piauí foram remittidos os titulos dos eleitores, os quaes com os livros vão ser remittidos ao

Poder Verificador. A junta para ultimar os seus trabalhos prorogou-os até ás 17 horas. E nada mais havendo a tratar-se, por isso que foram apuradas todas as eleições cujos livros e documentos foram enviados á junta, o Presidente mandou encerrar esta acta que foi iniciada ás 15 horas e está sendo encerrada ás 17 horas.»

Como se vê da transcrição acima feita, á junta não foi presente nenhum protesto contra o pleito realizado a 25 de fevereiro do corrente anno nem nenhuma reclamação surgiu contra os trabalhos de apuração a que procedeu a mesma junta.

Iniciados os trabalhos de verificação de poderes nesta Comissão a 30 de abril ultimo, a ella compareceu o Sr. Dr. Joaquim de Lima Pires Ferreira, que, na qualidade de procurador do Sr. marechal Firmino Pires Ferreira pediu e obteve «nos termos do art. 46, § 5º, do Regimento do Senado, o prazo de cinco dias, improrogaveis, para o exame das actas e mais papeis eleitoraes afim de apresentar e justificar pela melhor fórma a contestação que faz ao diploma e consequentemente ás eleições a que se procederam, a 25 de fevereiro ultimo no Estado do Piauhy».

De accôrdo com a deliberação da Comissão, ao Sr. procurador do candidato contestante, foram postos a disposição os livros eleitoraes, em numero de 51, a acta geral da apuração e o mappa das referidas eleições organizado pela Secretaria do Senado, sendo-lhe marcado o dia 5 do corrente, para, em reunião convocada pelo Sr. Presidente desta Comissão, proceder a leitura da sua contestação.

A contestação ao diploma expedido ao candidato Pires Rebello se apoia em:

a) ser a cadeira senatorial do Estado do Piauhy *liti-giosa*, isto é, objecto de uma acção judicial pendente da decisão do Supremo Tribunal Federal;

Havendo em tempo o Senado reconhecido legitimamente eleito o Sr. Felix Pacheco, que desempenhou as funções de Senador por aquelle Estado, o caso deve para o Senado ser julgado fóra de discussão. A cadeira senatorial do Piauhy estava regularmente occupada pelo Sr. Felix Pacheco e vágou pela investidura deste no cargo que occupa de Ministro das Relações Exteriores.

b) haver duplicata de designação de dia para a realização da eleição de um senador pelo Piauhy.

A designação de dia para a eleição é assumpto ou objecto de decreto do Poder Executivo Estadual; e, si quem allega que o Governador do Piauhy marcou dia para a eleição que se discute, não exhibe o decreto que designou a data da eleição, não tem feito a prova da sua allegação.

A lei eleitoral, marcando prazo para que o Governador exerça a sua função de marcar dia para a eleição, não fere o principio constitucional que dá aos governadores aquella attribuição, apenas regulou o exercício daquelle direito.

c) não ser permitido que se exerça ao mesmo tempo os mandatos de deputado e de senador.

O senador, como o deputado, só o são quando, reconhecidos em ultima instancia pela respectiva Camara, passam a exercer as suas funcções.

Antes de reconhecido e proclamado deputado ou senador, ninguem se póde dizer tal.

Isto posto, é a Commissão de Poderes de parecer que o Senado approve as seguintes conclusões:

1ª, que sejam approvadas as eleições realizadas no Estado do Piahy, no dia 25 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga de senador aberta pela renuncia do Sr. José Felix Alves Pacheco;

2ª, que seja reconhecido e proclamado senador da Republica pelo referido Estado o Sr. Dr. José Pires Rebello.

Sala da Commissão de Poderes, em 5 de maio de 1923.
— Miguel J. R. de Carvalho, Presidente. — Manoel Borba, Relator. — Soares dos Santos. — Carlos Cavalcanti. — Costa Rodrigues. — Olegario Pinto. — Lauri Sodré.

CONTESTAÇÃO APRESENTADA PELO DR. JOAQUIM PIRES, PROCURADOR DO CANDIDATO MARECHAL PIRES FERREIRA

«Srs. Senadores membros da Commissão de Policia — A cadeira de senador pelo Estado do Piahy, a que concorreu como candidato o deputado Pires Rebello, é exactamente a mesma, a que, por occasião da renovação do terço senatorial, se apresentou, sendo della empossado, o Sr. Felix Pacheco, actual ministro e secretario do Governo Federal.

A esse tempo, o marechal Pires Ferreira, até então seu detentor, disputando a renovação da investidura que o acreditou embaixador pelo Piahy durante 27 annos, provou, á luz da evidencia e com factos que cada vez mais se accentuam, a perda dos direitos politicos por parte daquelle eminente cidadão *ex-vi* do art. 72, § 29ª, da Constituição Federal. Uma pequena maioria, occasional, seja dito para honra do Senado da Republica, postergou o dispositivo da lei basica, dando entrada e assento no recinto augusto dos representantes directos dos Estados da Federação a quem, se recommendando por muitos titulos, não tinha os exigidos pela Constituição republicana.

O paiz assistiu, com pezar profundo, os recursos de que a intelligencia privilegiada, o poder arrogante e a farça lançaram mão para justificar a acceitação de condecorações estrangeiras sem perda dos direitos politicos, motivando a acção que o marechal Pires Ferreira intentou perante a Justiça Federal no intuito de accentuar de vez a necessidade de maior respeito e acatamento, por parte dos Poderes Publicos, aos textos constitucionaes, pois disso só poderá resultar a segurança dos direitos publicos e individuaes.

Assim, do Supremo Tribunal Federal, guarda fiel da Constituição e das leis, espera o marechal Pires Ferreira a reparação devida ao seu direito postergado por uma resolução inconstitucional do Senado da Republica.

Seja para proclamar-o com direito á curul senatorial de que foi esbulhado, seja para garantir-lhe os proventos materiaes de que foi diminuido seu patrimonio, o certo é que o julgado da Suprema Corte influirá, de futuro, nos julgamentos politico-parlamentares, sem que com isso se possa dizer que invasão houve de prerogativas ou quebra da harmonia de poderes a que se refere o art. da Constituição Federal.

A incompetencia do Judiciario Federal para conhecer de materia «eminente politica» foi a porta pela qual a subserviencia de par com interesses subalternos passaram agachados em dias tetricos do periodo republicano. Para honra nossa, essas nuvens vão se dissipando e o Poder Judiciario Federal já é, por consenso unanime, o pallio que abriga, nesse regimen de incertezas, as liberdades individuaes e publicas.

Temo por isso ver, com o reconhecimento do Deputado Pires Rebello á cadeira de Senador do marechal Pires Ferreira, accrescida de mais um a representação do Estado do Piahy, posto que só um tenha as funcções legislativas.

Mas, deixemos ao Poder Judiciario Federal o exercicio de suas attribuições constitucionaes e confiantes em sua reedificação e justiça aguardemos o seu *verdictum*.

Por ora basta provar que a eleição, procedida a 25 de fevereiro ultimo, no Estado do Piahy, é radicalmente nulla por força do art. 17 § 3º da Constituição Federal, combinado com o art. 41 n. 2º da lei n. 3.203, de 27 de dezembro de 1916.

De facto: O texto constitucional citado dispõe:

«O Governo do Estado em cuja representação se der a vaga, por qualquer causa, inclusive renuncia, mandará immediatamente proceder a nova eleição.»

A eleição de 25 de fevereiro foi marcada pelo Vice-Presidente da Republica, Presidente nato do Senado Federal, em virtude do disposto no art. 43 da lei citada, que assim prescreve em um dos seus paragraphos:

«Aberta a vaga pela renuncia ou fallecimento do representante, será ella preenchida no prazo maximo de tres mezes, sendo designado o dia para a nova eleição pela mesa da Camara em que se der a vaga, si o Governador do Estado não o tiver feito no prazo de 30 dias da data da renuncia ou fallecimento.»

Evidentemente esta disposição é profundamente inconstitucional, não póde prevalecer, na hypothese:

1º, porque o Governador, ao tempo da designação do dia 25 de fevereiro, feita pelo Presidente do Senado, já havia marcado o dia 28 do mesmo mez;

2º, porque a designação do dia 25 de fevereiro foi feita pelo Presidente do Senado, e nessa qualidade, e não em virtude de deliberação da mesa do Senado, que para isso não se reuniu, como se poderá ver do livro respectivo.

Assim as eleições realizaram-se em dia diverso do legalmente designado (art. 41, n. 2º, da lei n. 3.203, de 1914), que não foi o marcado pelo Governador, segundo telegramma que consta ter sido enviado em dias de janeiro ao Senador Azeredo, como Vice-Presidente da Mesa do Senado e Presi-

dente do Congresso Nacional. O dia marcado para a eleição referida foi o 28 de fevereiro, que aliás prevaleceu até 22 de fevereiro, quando o órgão official do Estado, *O Piauí*, publicou o manifesto apresentando o nome do Sr. Deputado Pires Rebello como candidato do partido, digo melhor, do situacionismo dominante, designando nesse documento o dia 25 de fevereiro (3 dias depois da publicação) para ter lugar a eleição.

Excuso-me de apreciar o valor dessa publicação quanto a exiguidade do tempo para a tornar conhecida em um Estado de 300.000 kilometros quadrados de difficilimas communições, onde ao sul do Estado não chega correspondencia alguma com menos de 30 dias. Mas seja-me licito chamar a attenção da Commissão para o resumidissimo numero de boletins enviados na conformidade do art. 17 § 13 *in fine* da lei eleitoral citada, boletins constatahores da realização da eleição no dia designado. O que se deprehe de dessa falta é que a eleição na maioria dos municipios não se realizou no dia designado, foi escripta nos livros muitos dias depois, haja vista, o que se nota em mais de uma: o secretario ao fazer referencia ao mez de fevereiro começar escrevendo este nome com a letra «M», denunciadora do mez de março seu proximo vizinho.

Não pretendo deter-me na apreciação da fraude, Protheu a que as leis não podem fulminar, Medusa que as petrifica deixando-as sem acção e sem valor.

Entretanto um outro ponto me parece interessante abordar: A Constituição diz no art. 16 § 3º que:

«Ninguem pôde ser, ao mesmo tempo, Senador e Deputado».

e no art. 20 acrescenta: «Os Senadores e os Deputados, desde que tiverem recebido diploma até a nova eleição, não poderão ser presos, nem processados criminalmente...» e mais adiante no art. 23, «nenhum membro do Congresso, desde que tenha sido eleito, poderá celebrar contractos com o Poder Executivo, nem d'elle receber commissões ou empregos remunerados».

Assim não se comprehende que o Deputado Pires Rebello sem haver renunciado aquella investidura possa pretender ser «ao mesmo tempo» Senador, contra o que dispõe o texto constitucional citado.

Sei que são numerosos os precedentes, mas nem por isso deixa de ser um acto inconstitucional reparavel em todo tempo. Estou a ouvir o argumento capital com que procuram justificar o abuso.

«Só se pôde renunciar o que se tem, o Senador «não reconhecido não tem cadeira.»

Respondo com a Constituição Federal:

Referindo-se aos textos citados de onde se infere, clara e logicamente, que Senador o é desde que, julgado eleito, recebe o diploma diz: no paragrapho unico do art. 24: «A inobservancia dos preceitos contidos neste artigo e no antecedente (23 cit.) importa perda do mandato. Logo, o mandato se

adquire com o diploma e com elle não se pôde, em face da Constituição, dar a duplicidade de mandatos.

Assim, o Sr. Pires Rebello não pôde ser Senador porque já é Deputado, uma vez que *ningem* pôde ser, ao mesmo tempo, Senador e Deputado.

A annullação da eleição pelas razões expostas impõe-se como acto de indefectível — Justiça.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1923. — Dr. *Joaquim de Lima Pires Ferreira*.

O Sr. Sampaio Corrêa — Sr. Presidente, requeiro a V. Ex. que consulte o Senado sobre si consente na dispensa da publicação do parecer que acaba de ser lido, e urgencia para que entre em immediata discussão e votação a parte relativa ao reconhecimento do Senador eleito pelo Estado do Piauhy.

O Sr. Presidente — O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo Sr. Senador Sampaio Corrêa. Os Srs. que approvam que seja immediatamente discutido e votado o parecer relativo ás eleições realizadas no Piauhy, queiram levantar-se. (*Pausa.*)

Foi approvedo o requerimento.

Continúa a hora do expediente. (*Pausa.*)

Si não ha mais quem queira uzar da palavra na hora do expediente, passa-se á ordem do dia. (*Pausa.*)

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente — Sendo urgente a votação de todas as materias constantes da ordem do dia, vou proceder a essa votação, deixando para o ultimo logar a do parecer sobre as eleições do Estado do Piauhy.

F. annunciada a votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 1, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Amazonas no dia 18 de janeiro do corrente anno para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado, pela renuncia do Sr. almirante Alexandrino de Alencar, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Alexandre José Barbosa Lima.

São approvadas as seguintes conclusões do parecer:

1^a. que sejam approvadas as eleições federaes realizadas no dia 18 de janeiro do corrente anno, no Estado do Amazonas, para preenchimento da vaga aberta pela renuncia do Sr. almirante Alexandrino Faria de Alencar;

2^a. que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica pelo referido Estado o Sr. general Dr. Alexandre José Barbosa Lima.

O Sr. Presidente — O Senado acaba de reconhecer e eu proclamo Senador da Republica pelo Estado do Amazonas, o Sr. Alexandre José Barbosa Lima.

Não estando S. Ex. presente vae-se lhe fazer a devida comunicação.

E' annunciada a votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 2, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Maranhão, no dia 4 de março do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado, pela renuncia do Dr. Godofredo Mendes Vianna, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Francisco da Cunha Machado.

São approvadas as seguintes conclusões do parecer:

«I, que sejam desprezados os resultados das eleições de 4 de março do corrente anno, no Estado do Maranhão, consignados nas actas das seguintes secções: 10ª, 12ª e 13ª da capital; unica de Cajapió e 1ª de S. Vicente Ferrer;

II, que sejam approvadas as demais eleições realizadas no mesmo Estado, para preenchimento da vaga aberta pela renuncia do Sr. Dr. Godofredo Mendes Vianna;

III, que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica pelo referido Estado o Sr. Dr. Francisco da Cunha Machado.»

O Sr. Presidente — O Senado acaba de reconhecer e eu proclamo Senador da Republica pelo Estado do Maranhão o Sr. Dr. Francisco da Cunha Machado.

O Sr. Olegario Pinto — Peço a palavra.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Olegario Pinto.

O Sr. Olegario Pinto (pela ordem) — Sr. Presidente, achando-se na ante-sala o Sr. Dr. Francisco da Cunha Machado, Senador eleito, reconhecido e proclamado pelo Estado do Maranhão, de accordo com a bancada do Maranhão, venho requerer a V. Ex. se digne nomear a Comissão que o deve introduzir no recinto para prestar o compromisso legal.

O Sr. Presidente — Nomeio para acompanhar ao recinto o Sr. Senador Francisco da Cunha Machado os Srs. Senadores Olegario Pinto, José Eusebio e Paulo de Fronfin.

(E' introduzido no recinto, presta o compromisso legal e toma assento o Sr. Senador Francisco da Cunha Machado.)

E' annunciada a votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 3, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Ceará, no dia 14 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Sr. Francisco Sá e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. José Pompeu Pinto Accioly.

São approvadas as seguintes conclusões do parecer:

«I. — Que sejam approvadas as eleições federaes procedidas a 14 de fevereiro do corrente anno, no Estado do Ceará,

para preenchimento da vaga existente na sua representação no Senado, aberta pela renúncia do Sr. Dr. Francisco Sá;

II — Que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica pelo referido Estado o Sr. Dr. José Pompeu Pinto Accioly.

O Sr. Presidente — O Senado acaba de reconhecer e eu proclamo Senador da Republica pelo Estado do Ceará o Sr. Dr. José Pompeu Pinto Accioly.

Não estando S. Ex. presente, vac-se-lhe fazer a devida comunicação.

E' annunciada a votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 4, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Rio Grande do Norte, no dia 4 de março do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renúncia do Sr. Tobias do Rego Monteiro, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Joaquim Ferreira Chaves.

São approvadas as seguintes conclusões do parecer:

« I — Que sejam approvadas as eleições realizadas no Estado do Rio Grande do Norte, no dia 4 de março do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta pela renúncia do Sr. Tobias do Rego Monteiro;

II — Que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica pelo referido Estado o Sr. Dr. Joaquim Ferreira Chaves. »

O Sr. Presidente — O Senado acaba de reconhecer e eu proclamo Senador da Republica pelo Estado do Rio Grande do Norte o Sr. Dr. Joaquim Ferreira Chaves.

O Sr. José Euzebio — Peço a palavra pela ordem.

O Sr. Presidente — Tem a palavra pela ordem o Sr. José Euzebio.

O Sr. José Euzebio (*pela ordem*) — Sr. Presidente, achando-se na ante-sala o Sr. Dr. Ferreira Chaves, que acaba de ser proclamado Senador pelo Estado do Rio Grande do Norte, requieiro a V. Ex. se digne de nomear a Comissão que o deverá introduzir no recinto afim de prestar o compromisso regimental.

O Sr. Presidente — Nomeio os Srs. José Euzebio, Manoel Borba e Bernardo Monteiro para acompanharem até o recinto o Sr. Senador Ferreira Chaves.

(*Introduzido no recinto, presta o compromisso regimental e toma assento o Sr. Senador Ferreira Chaves.*)

E' annunciada a votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 5, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado da Parahyba, no dia 20 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na repre-

sentação desse Estado pela renuncia do Dr. Pedro da Cunha Pedrosa, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Octacilio de Albuquerque.

São aprovadas as seguintes conclusões do parecer:

I — que sejam approvadas as eleições realizadas, no Estado da Parahyba, no dia 20 de março ultimo, para preenchimento da vaga aberta pela renuncia do Sr. Dr. Pedro Cunha Pedrosa;

II — que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica pelo referido Estado, o Sr. Dr. Octacilio de Albuquerque.

O Sr. Presidente — O Senado acaba de reconhecer e eu proclamo Senador da Republica pelo Estado da Parahyba, o Sr. Dr. Octacilio de Albuquerque.

Não estando S. Ex. presente vai-se-lhe fazer a devida comunicação.

E' annunciada a votação, em discussão unica, do parecer da Commissão de Poderes n. 6, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado de Sergipe, no dia 28 de janeiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Dr. Mauricio Graccho Cardoso, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. José Joaquim Pereira Lobo.

São aprovadas as seguintes conclusões do parecer:

I — que sejam approvadas as eleições realizadas no Estado de Sergipe no dia 28 de janeiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta pela renuncia do Sr. Dr. Mauricio Graccho Cardoso;

II — que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica pelo referido Estado, o Sr. Dr. José Joaquim Pereira Lobo.

O Sr. Presidente — O Senado acaba de reconhecer e eu proclamo Senador da Republica pelo Estado de Sergipe, o Sr. Dr. José Joaquim Pereira Lobo.

O Sr. Marcilio de Lacerda — Peço a palavra pela ordem.

O Sr. Presidente — Tem a palavra pela ordem o nobre Senador.

O Sr. Marcilio de Lacerda *(pela ordem)* — Achando-se na ante-sala o Sr. Dr. José Joaquim Pereira Lobo, que acaba de ser proclamado Senador pelo Estado de Sergipe, requieiro a V. Ex. se digne nomear a commissão que o deverá introduzir no recinto afim de prestar o compromisso regimental.

O Sr. Presidente — Nomeio os Srs. Marcilio de Lacerda, Irineu Machado e Vespucio de Abreu para o acompanharem.

(E' introduzido no recinto e presta o compromisso regimental e toma assento o Sr. Dr. José Joaquim Pereira Lobo.)

E' annunciada a votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Poderes n. 7, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado de Minas Geraes, no dia 4 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Sr. Dr. Raul Soares de Moura, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Francisco Alvaro Bueno de Paiva.

São approvadas as seguintes conclusões do parecer:

I, que sejam approvadas as eleições realizadas no Estado de Minas Geraes, no dia 7 de março do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta pela renuncia do Sr. Dr. Raul Soares de Moura;

II, que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica pelo referido Estado, o Sr. Dr. Francisco Alvaro Bueno de Paiva.

O Sr. Presidente — O Senado acaba de reconhecer e eu proclamo Senador da Republica pelo Estado de Minas Geraes, o Sr. Dr. Francisco Alvaro Bueno de Paiva.

O Sr. Bernardo Monteiro — Peço a palavra pelo ordem.

O Sr. Presidente — Tem a palavra pela ordem o Sr. Bernardo Monteiro.

O Sr. Bernardo Monteiro *(pela ordem)* — Achando-se na ante-sala o Sr. Dr. Francisco Alvaro Bueno de Paiva, que acaba de ser reconhecido e proclamado Senador pelo Estado de Minas Geraes, requeiro a V. Ex. se digne nomear a comissão que o deverá introduzir no recinto, afim de prestar o compromisso regimental.

O Sr. Presidente — Nomeio os Srs. Bernardo Monteiro, João Lyra e Antonio Azeredo.

(E' introduzido no recinto, presta o compromisso regimental e toma assento, o Sr. Dr. Francisco Alvaro Bueno de Paiva. Palmas no recinto.)

ELEIÇÃO DE UM SENADOR PELO PIAUHY

Discussão unica do parecer da Comissão de Poderes n. 8, de 1923, approvando as eleições realizadas no Estado do Piauhly, no dia 25 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga aberta na representação desse Estado pela renuncia do Sr. Felix Pacheco, e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. José Pires Rebello.

Encerrada.

São approvadas as seguintes conclusões do parecer:

1, que sejam approvadas as eleições realizadas no Estado do Piauhly, no dia 25 de fevereiro do corrente anno, para preenchimento da vaga de Senador aberta pela renuncia do Sr. José Felix Alves Pacheco;

2; que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica pelo referido Estado o Sr. Dr. José Pires Rebello.

O Sr. Presidente — O Senado reconheceu e eu proclamo Senador da Republica pelo Estado do Piauhy o Sr. Dr. José Pires Rebello.

O Sr. Antonino Freire — Peço a palavra pela ordem.

O Sr. Presidente — Tem a palavra pela ordem o Sr. Antonino Freire.

O Sr. Antonino Freire *(pela ordem)* — Achando-se na ante-sala o Sr. José Pires Rebello, reconhecido e proclamado Senador pelo Estado do Piauhy, requeiro a V. Ex., Sr. Presidente, se digne de nomear a Commissão que o deverá introduzir no recinto afim de prestar o compromisso regimental.

O Sr. Presidente — Nomeio os Srs. Antonino Freire, Luiz Adolpho e Sarpaio Corrêa para introduzirem no recinto o Sr. Dr. José Pires Rebello.

(E' introduzido no recinto, presta o compromisso regimental e toma assento o Sr. Dr. José Pires Rebello.)

O Sr. Presidente — Vae se proceder á eleição para o cargo de Vice-Presidente do Senado.

São recolhidas 40 cédulas, que, apuradas, dão o seguinte resultado:

	Votos
Antonio Azeredo	39
Paulo de Frontin	1

O Sr. Presidente — Proclamo Vice-Presidente do Senado o Sr. Senador Antonio Azeredo.

(O Sr. Estacio Coimbra, Presidente, deixa a cadeira da Presidencia, que é occupada pelo Sr. Antonio Azeredo, Vice-Presidente.)

O Sr. A. Azeredo *(na presidencia)* — Srs. Senadores, profundamente sensibilizado com mais esta manifestação de confiança e generosidade do Senado, reconduzindo-me nesta cadeira que venho occupando ha já oito annos, não posso deixar de trazer ainda uma vez, a cada um dos meus collegas, os protestos do meu inesquecivel reconhecimento a segurança da minha lealdade politica e a reafirmação do compromisso de sustentar fielmente a lei que nos rege e de manter as tradições gloriosas desta Casa.

Embora a escolha do Vice-Presidente tenha recahido agora no decano desta alta corporação politica, pois, com o desaparecimento do grande brasileiro Ruy Barbosa, cuja palavra autorizada e brilhante ainda resoa neste recinto, espalhando sobre nós as suas luzes, como as estrellas que illuminam o céu eternamente, sou hoje o mais antigo dos Sena-

dores, sei perfeitamente que outro qualquer poderia, melhor do que eu, dirigir os seus trabalhos nesta hora verdadeiramente difficil, em que se encontra o paiz, com as suas finanças perturbadas pela depressão cambial, e com mais autoridade e competencia poderia com os seus conselhos e saber encaminhar a resolução dos problemas complicados e graves da nossa politica, e da nossa situação financeira.

Em certas occasiões, não basta somente o patriotismo do Governo, que ora merece a nossa inteira confiança pelo seu devotamento á causa publica; não basta o seu esforço experimentado e persistente para dirimir desde logo as difficuldades politicas, financeiras, economicas e sociaes do momento; — é precisa tambem a reunião de todas as vontades, como agora, para ajudarmos a levar a sua cruz ao Calvario, não apenas materialmente, mas com verdadeiro patriotismo e amor á Republica, sem medir sacrificios, esquecendo odios e prevenções, caprichos e preocupações subalternas, pondo todos nós, acima das nossas proprias ambições e vaidades, os interesses superiores da Nação. Sem isso, talvez não possamos conduzir sem profundos abalos o nosso batel em meio da tempestade que nos ameaça como a todos os povos, perturbada como foi a vida do mundo civilizado, e dentro d'elle a das nações que sobreviveram mesmo victoriosas.

Depois da formidavel crise politica por que passamos ultimamente durante mais de anno e meio, e em que vimos ameaçados o principio de autoridade e a ordem constitucional, pelo perigo de convulsionamento da nação inteira arrastada por paixões politicas e ambições desenfreadas que, infelizmente, ainda não desapareceram de todo, pois sentimos ainda quentes as cinzas dessa agitação condemnavel, pelo fermento da desordem em alguns pontos do paiz e pela medida de excepção que ainda permanece, vemo-nos a braços com a maior das crises financeiras por que tem passado o Brasil.

O cambio nunca soffreu depressão igual á deste momento, em que a libra esterlina attingiu a mais de cinco vezes o seu valor, comparado com o da nossa moeda ao par, e como as nossas despezas não se puderam reduzir quanto era necessario para que a receita com ella se equilibrasse, nenhuma melhora assás sensivel poderemos esperar immediatamente, de modo a conseguirmos elevar desde logo, devidamente a taxa cambial, que tanto nos afflige, dentro dos elementos orçamentarios.

Mas se não podemos por este meio levantar o cambio devemos resolutamente ao menos detel-o em sua quéda vertiginosa, procurando o remedio efficaz para debellar o mal, restabelecendo as taxas razoaveis anteriores, que não prejudiquem as nossas produções e que assegurem os interesses nacionaes tão sacrificados pela sua depressão.

Não acreditamos na inteira efficacia directa do banco emissor para esse proposito especial, sob as bases em que o decretamos, porque elle é um aparelho creado principalmente para effeitos commerciaes e para amparar e desenvolver as nossas industrias.

Si a nossa situação economica e financeira fosse outra, si tivessesmos a nossa vida politica normalizada e funcionando regularmente o nosso organismo economico, de modo a restabelecermos o credito que sempre tivemos no estrangeiro,

onde vamos buscar os recursos de que carecíamos para supprir os nossos *deficits* orçamentarios e incrementar a nossa produção, desenvolvendo as nossas linhas ferreas, as nossas industrias e o comércio, então, sim, essa obra seria completa para preencher desde já e no futuro os fins a que se propõe uma instituição dessa natureza.

Crear-se um instituto de credito emissor, formando o seu lastro com a limitada reserva de que dispõe o Thésouro Nacional com a promessa de resgate em prazo longo, não é remediar immediatamente uma situação financeira gravissima e que reclama uma providencia urgente. Elle poderá preencher os seus fins utilissimos e desenvolver os nossos interesses economicos e commerciaes, preparando um melhor futuro; mas não acerditamos, e oxalá estejamos em erro, que possa servir aos nossos interesses financeiros do momento, pela elevação imprescindivel da taxa cambial, que nos está collocando em uma situação afflictiva.

Não basta a confiança que nos inspiram os talentos e capacidade do honrado gestor da pasta da Fazenda, que se tem esforçado para debellar a crise que nos assoberba e que o Governo vae enfrentando com prudencia e patriotismo; o que precisavamos nesta emergencia era de um remedio energetico e poderoso, com o qual pudessemos curar o mal que ameaça contaminar todo o nosso organismo depauperado, quasi sem energia para operar uma reacção efficaz. Dos homens que nos governam deve a confiança que, felizmente, nos merecem e á Nação, esperar que o encontrem, certos de que nenhum brasileiro digno desse nome lhes recusará seu apoio nessa obra de salvação nacional.

Tem a Republica passado por diversas crises gravissimas e todas foram dominadas pelo esforço dos poderes publicos e pela vontade do povo brasileiro, como será, certamente, debellada a de agora que nos atormenta, apesar das enormes difficuldades que surgem de toda a parte. E si essas crises foram vencidas a golpes de vontade das classes dirigentes e com sacrificio do povo pelo augmento dos impostos, como aconteceu no quadriennio Campos Salles, dentro do qual vimos victoriosas as medidas realizadas pelo seu Governo, realçando a inquebrantavel energia do então Ministro da Fazenda, o saudoso Senador Joaquim Murinho, que soube honrar esta cadeira, com o brilho do seu talento e a sinceridade de suas convicções, não vemos razão para desanimar agora, devendo cada um procurar cumprir o seu dever de brasileiro, de accordo com a sua consciencia e o seu patriotismo.

O notavel estadista brasileiro não vacillou um só instante na execução do seu programma financeiro, mandando queimar successivamente mais de 120 mil contos de réis de moeda-papel, creando, ao mesmo tempo, um fundo de garantia e de resgate em Londres e procurando melhorar a arrecadação; honrou a promessa do Governo do Brasil o que efficazmente concorreu para restabelecer e firmar o nosso credito, profundamente abalado pelo *funding loan*. E as suas preoccupações eram tamanhas naquella occasião para restabelecer o nosso equilibrio economico e financeiro que o seu zelo foi ao ponto de aconselhar que tambem se destruísse parte do café que parecia exceder ás necessidades do consumo mundial e

se prohibissem novas plantações da preciosa rubiacea, cultura que honra os esforços dos nossos lavradores e, podemos dizer, faz parte do patrimonio nacional.

O Estado de S. Paulo, que se preoccupa com verdadeiro patriotismo e intelligencia de sua grandeza, do desenvolvimento de suas industrias e de suas produções, impressionado com os temores do Ministro da Fazenda, decretou a prohibição do plantio do café por algum tempo, e promoveu a criação de outras culturas, que tanto realce tem dado ao seu enorme progresso. Revogada a lei, os lavradores reanimaram-se, intensificando o cultivo do café, e o que determinou novamente a baixa e a necessidade da valorização deste nosso principal productos de exportação, na qual conseguimos excellentes resultados, com grande proveito para o Estado e para os agricultores, como aconteceu ainda na ultima intervenção dirigida habilmente pelo Estado de S. Paulo.

Não acredito, entretanto, que o mesmo possa acontecer com a actual valorização, encaminhada e dirigida pelo Governo Federal, da qual jámais poderá o Thesouro auferir vantagens reaes, parecendo antes que se expõe, pelo modo por que foi conduzida essa delicada operação.

Assim me pronunciando não posso ser considerado pessimista, porque sempre fui pela valorização do café desde o primeiro dia em que foi ella trazida ao Senado, defendendo-a perante a Commissão de Finanças, da qual fazia parte, mesmo quando della discordava o chefe do meu partido e o Presidente da Republica de então, chegando o meu enthusiasmo por essa medida, principalmente depois dos resultados obtidos pelo Estado de S. Paulo, com proveito igualmente para os coires da União, ao ponto de aconselhar o monopolio desse producto para o Estado, mas dirigido o serviço por interessados immediatos e conhecedores do assumpto.

Neste sentido expuz succintamente as minhas idéas em um dos meus discursos, demonstrando a conveniencia de se fazer a valorização por gente experimentada e que sem ganancia pudesse prestar um serviço inestimavel á Nação e á lavoura; o Governo Federal, porém, chamando a si a valorização directamente, apesar do auxilio que lhe deram alguns Estados, ao envez de entregal-a aos interessados immediatos e á capacidade comprovada do Estado de S. Paulo, preferiu confial-a a outros agentes, um dos quaes parecia conhecer o assumpto, mas que intervieram no mercado sem as cautelas reclamadas pela delicadeza do negocio.

No primeiro momento, a Caixa Registradora, que dominava o mercado de café, divulgada a noticia da valorização, que seria um motivo para a alta, fez baixar os preços até que os agentes do Governo puderam se apparelhar convenientemente para intervirem no mercado, comprando desabaladamente a termo ou em deposito todo o café que apparecia a venda, conseguindo, assim, elevar os preços vertiginosamente de pouco mais de 8\$ até 34\$5000, sem comprehenderem o perigo de semelhante imprudencia.

Si a valorização actual fosse, por exemplo, entregue ao Estado de S. Paulo, que tinha já experiencia desse serviço e conhece as necessidades dos lavradores, as compras de café não teriam sido feitas como foram desordenadamente, adquirindo os agentes do Governo quanto café apparecia e sempre por preço maior do que o da vesperta, de modo que não havia um limite dentro do qual pudesse haver concurrencia legitima, capaz de fixar o preço da mercadoria em uma média compen-

sadora. Si os agentes do Governo, quando o café attingiu a um preço razoavel e que poderia recompensar o sacrificio dos lavradores, declarassem abertamente que não comprariam acima dessa taxa, porém, que não deixariam vender por menos, tudo que excedesse dessa quantia, redundaria, certamente, em beneficio do productor, entregando-se, então, o mercado normalizado aos compradores legitimos, que procurariam collocar a sua mercadoria de accôrdo com a offerta e a procura, sem mais dahi por deante, a responsabilidade do Governo.

Foi assim que procedeu o Estado de S. Paulo, sem os recursos de que sempre dispuzeram os agentes da União, contando com a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil e mais tarde com os £ 9.000.000 tomados para esse fim. O café estava então pelo preço infimo com tendencia ainda para baixa, quando o Governo começou a operar. Ao contrario do que aqui fizeram, S. Paulo declarou que compraria todo o café que apparecesse no mercado por aquelle preço e pouco acima, estancando assim a baixa e adquirindo cerca de 4.000.000 de saccas, que ficaram armazenadas, o café foi subindo gradativamente e o Governo pôde aguardar oportunidade para desfazer-se de seu *stock*, resultando dahi um luero real para os Theouros da União e de S. Paulo da vultuosa somma de 120.000:000\$000. E assim se fez a valorização em 1918.

Muito differentemente procederam os agentes do Governo Federal, que, preocupados com a alta, não se detiveram em tempo, procurando comprar sempre, sem cogitar de uma média conveniente que pudesse assegurar os interesses dos lavradores, hem como os do Theouro, sinão para que este pudesse auferir vantagens da valorização, ao menos para não nos arriscarmos a prejuizos que poderiam ser consideraveis. Além disso a elevação exaggerada de preços estimula a concorrência em outros paizes que não podem competir connosco pela diversidade de clima e de terras, como aconteceu com a borracha, que era a nossa segunda produção.

O Governo de então, querendo alliviar a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil e onde os seus compromissos tinham ultrapassado os limites estabelecidos por lei, sobrecarregada com as despezas de compra de café e outras e carecendo talvez de outros recursos financeiros, contrahiou um empréstimo de £ 9.000.000, a juros de 7 1/2 % e dez annos de prazo, para continuar a valorização, encarecendo-a, portanto, consideravelmente, para o Theouro, que além dos juros daquella grande somma, da armazenagem no Brasil, que corria por conta dos seus proprios recursos, assim como os seguros, perdia sua autoridade e direcção immediata do assumpto, que passava a ser controlado por outros agentes, a cuja frente se encontrava a firma mais interessada nesse ramo do negocio e que, para esse fim, creou o aparelho mais formidavel que se tem imaginado para a compra e venda do café, ou de outra qualquer mercadoria que se lhe queira applicar — a Caixa Registradora.

O Governo entregou a valorização, conforme demonstrei em discurso que aqui pronunciei o anno passado, a tres firmas estrangeiras distinctas e uma só verdadeira, que desde logo fez recolher aos seus armazens as partidas de café que andavam espalhadas, tirando, ao mesmo tempo, os proveitos

da reensacção e das quebras, como das qualidades e tipos diferentes de café. Desta maneira a mercadoria encareceu consideravelmente para o Governo, que ficou preso aos seus agentes e só vê agora em uma contingencia embaraçosa por força de seus contractos, de não poder vender o seu *stock* e dispor das letras respectivas, influido no mercado de cambio, nem comprar café com o excedente do producto da venda recolhido para os pagamentos constantes do contracto, porque isso depende do voto unanime da commissão residente em Londres, composta de cinco membros, entre os quaes o Governo só tem um representante.

Ora, si não estivessemos privados das letras de cambio provenientes da venda do café armazenado e cujos resultados vão ter a bancos estrangeiros, como garantia do empréstimo que, de accordo com o contracto, só póde ser resgatado em dez annos, certamente a taxa cambial não teria chegado ao extremo em que se acha, a crise não seria tão aguda, a vida tão cara nem tão intensa a sua carestia. Entretanto, o *Jornal de Commercio*, traz a prova das vantagens extraordinarias alcançadas por uma das tres firmas commerciaes que exploram este ramo de negocio no Brasil, *The Brazilian Warrant Company*, e que avaliou em mais de £ 13.000.000 as 4.535.000 saccas de café do Governo, e cujo relatorio do anno passado foi recebido com enthusiasmo pelos accionistas, tendo distribuido 7 1/2 % ás *acções ordinarias*, entrando para o fundo de reserva 100.000 libras e talvez para o *income tax* outras tantas 231.000 libras, constante do telegramma de Londres.

Depois de tudo isto, ninguem poderia ter illusões a respeito da nossa situação financeira, porque seria mentirmos á nossa propria consciencia, procurando negal-a á luz do sol e á verdade transparente que reflecte em nossa retina.

E seria então nestas condições, em que estamos preocupados com os problemas mais complicados da nossa vida intima que haviamos de pensar em guerra e compras de armamentos, quando vemos perfeitamente claros e serenos os horizontes do nosso hemispherio?

Nação radicalmente pacifica, como nos prezamos de ser, sem odios nem interesses fora do nosso immenso territorio, que precisamos povoar e desenvolver para tirarmos os resultados de suas riquezas naturaes, jamais poderiamos alimantar, nem alimentamos, a idéa criminosa de imperalismo, quando queremos sinceramente a paz e a mais profunda cordialidade com todos os povos, estreitando cada vez mais a nossa amizade principalmente entre as nações do nosso continente.

A lembrança da nossa Chancellaria, convidando as duas nações amigas, que dispõem, como nós, de alguns elementos militares, para uma conferencia prévia, na qual combinariam como deviam se apresentar na reunião de Santiago, sobre a questão dos armamentos, não linha por isso mesmo outra intenção, senão de discutir o assumpto com mais intimidade e perfeita cordialidade, levando assentado para a V Conferencia Pan-Americana, um pensamento commum a ser examinado o julgado pelas nações irmãs alli reunidas.

E' claro que o pensamento do Brasil não foi jamais excluir outras nações americanas da discussão deste assumpto,

porque não ha no mundo inteiro quem possa duvidar das nossas intenções e propositos em relação aos outros povos, porquanto deixamos indelevelmente gravado, para sempre na Conferencia de Haya, a defesa que fizemos da igualdade, da soberania entre todas as nações. O illustre Ministro das Relações Exteriores do Brasil, procurando reunir as tres nações amigas para examinarem préviamente, em commum, a clausula XII do programma do Pan-Americano, o fez porque o desarmamento, ou qualquer combinação nesse sentido, interessaria, principalmente, áquelles que dispunham de maiores elementos militares, e melhor seria que se entendessem antes, a respeito, para não divergirem depois em Santiago.

Si tivéssemos realizado a conferencia prévia, tudo se teria resolvido na intimidade, expondo cada um com a serenidade e tempo indispensaveis ás suas idéas, defendendo o seu posto de vista e os seus interesses internos, a respeito da limitação dos armamentos, e então, a media das opiniões poderia ser aproveitada, levando em commum para Santiago o pensamento resultante da discussão amigavel, realizada com os mais sinceros intuitos de paz e concordia para todos. Infelizmente, porém, a Chancellaria Brasileira foi mal comprehendida, irrompendo contra ella uma campanha injusta, attribuindo-nos intuitos que jámais tivemos de imperialismo, de pretensões a grande potencia militar, imaginando que pretendiamos excluir da discussão na Conferencia de Santiago outras nações americanas, que consideramos todas e sempre com direitos perfeitamente iguaes aos nossos e que tinham nella assento e voz, voto que ninguem poderia eliminar. E nessa campanha levantada contra nós tão injustamente e que tanto nos maguou, tivemos uma grande decepção da que veio da parte da *La Nacion*, conceituado e consagrado órgão da opinião americana em Buenos Aires. Respeitado e querido entre nós, desde o seu apparecimento na Argentina, em cujas columnas o Brasil sempre teve uma palavra amiga e justa, esquecendo os laços de amizade que nos prendem e as tradições gloriosas do nosso grande amigo general Mitre, nome ao qual temos sempre rendido as mais sinceras homenagens pelo muito que elle quiz ao Brasil e pelos serviços que prestou á sua e á nossa Patria, *La Nacion*, possa amiga de sempre, foi quem deu o primeiro grito contra nós, imaginando que pudesemos faltar aos nossos deveres de lealdade para com as nações americanas.

Não tem elle, felizmente, razão, nem outros órgãos conceituados da Argentina, quando nos attribuem propositos imperialistas, nem sentimentos de hostilidades contra qualquer nação, sendo que as nossas portas estão sempre completamente abertas e dentro do nosso territorio, onde recebemos com prazer os estrangeiros de todo mundo, nem um sequer dos nossos visitantes poderá dizer com segurança que tenha visto ou ouvido qualquer manifestação hostil contra as cousas ou contra os homens das nações amigas seja na imprensa, em revistas theatraes, de qualquer ordem ou natureza.

Os dirigentes do Brasil não querem saber de guerras nem de imperialismo, antes definitivamente os condemnam.

O povo brasileiro é absolutamente contrario á guerra, não a tolera mesmo, não se ouvindo jámais em parte al-

guma qualquer manifestação que não seja pela paz e pela ordem.

Não receiamos a guerra pelo temor que ella nos possa inspirar, mas pelo amor á civilização e á justiça.

Oxalá todas as nações do mundo tivessem os mesmos propositos do povo brasileiro em relação á guerra!

Tranquillisem-se os nossos amigos do continente, com os quaes queremos sempre viver em harmonia, na certeza de que sinceramente sentimos não termos firmado a proposta do Chile sobre a tonelagem dos navios capitaes, porquanto a nossa opinião já era conhecida desde a discussão da Liga das Nações, tendo demonstrado a evidencia com os nossos tratados e com a nossa Constituição, que estabelece o principio do arbitramento obrigatorio, os nossos propositos de paz. O nosso intuito é resguardar a ordem e os nossos interesses internos, assegurando a soberania do nosso territorio e a defesa do nosso estenso littoral.

Nós que fomos sempre uma potencia naval durante mais de meio seculo, estamos hoje collocados em segundo plano e nunca reclamámos contra o poder militar das nações amigas, entendendo que cada um dirige a sua casa como quer e como póde, de accôrdo com as suas conveniencias e seus interesses.

A equivalencia militar deve ser estabelecida pela necessidade de cada nação, e si eu, porventura, pudesse dar um consellio aos povos do nosso continente, diria que todos se previníssem como pudessem e que reunidos pelo mesma idéa de paz e de concordia, constituíssem, dando-se as mãos, uma muralha inacessivel a toda e qualquer preferença tendenciosa de outros povos e de outros continentes.

Contra interesses subalternos insidiosos e intrigantes, defendamos uma amizade que é um bem commum e della façamos o ponto de apoio do ideal pacifico e defensivo da solidariedade continental. A despeito dos incidentes proprios de uma discussão livre, entre representantes de povos livres, tal terá sido, acredito, o resultado final da Conferencia de Santiago, cabendo aos Governos, ali representados, completar essa harmonia por actos de franco e leal entendimento.

Não devo terminar estas desalinhas considerações, que a benevolencia dos meus illustres collegas me permittiu mais uma vez, sem asseverar ao paiz que os seus representantes conhecem e avaliam a situação em que nos encontramos, e se reconhecem no dever que lhes incumbe o mandato politico, de não poupar esforços para vencel-a. A situação politica, as crises e perturbações financeiras e economicas do mundo inteiro, tanto quanto a nossa situação em face dos problemas exteriores, o nosso cambio, o nosso desequilibrio orçamentario, as perturbações da politica interior tudo aconselha ao nosso patriotismo a convergencia leal de esforços entre os poderes, em uma frente unida na qual, legislativo e executivo, colaborem sem reservas para o desempenho do dever commum de bem servir aos altos e fundamentaes interesses da Patria.

Senhores Senadores, que Deus nos inspire no cumprimento do nosso dever. (*Muito bem! Muito bem!*)

O Sr. Presidente — Vae proceder-se á eleição para o cargo de 1º secretario.

São recolhidas 33 cédulas que, apuradas, dão o seguinte resultado:

José Eusebio 33 votos

Está eleito 1º Secretario o Sr. José Eusebio.
Vai proceder-se á eleição para 2º Secretario.

São recolhidas 34 cédulas, que, apuradas, dão o seguinte resultado:

Mendonça Martins 32 votos
Olegario Pinto 1 voto
Em branco 1

Está eleito 2º Secretario o Sr. Mendonça Martins.
Vae proceder-se á eleição para 3º e 4º secretarios.

São recolhidas e contadas 35 cédulas que, apuradas, dão o seguinte resultado:

	Votos
Olegario Pinto	35
Silveiro Nery	24
José Murтинho	6
Eusebio de Andrade	5

O Sr. Presidente — Estão eleitos 3º e 4º Secretarios, respectivamente, os Srs. Olegario Pinto e Silverio Nery, e suplêntes, os Srs. José Murтинho e Eusebio de Andrade.

Vae proceder-se ao sorteio da Commissão de Poderes.

(O Sr. Secretario retira da urna novas cédulas com os seguintes nomes: Lauro Sodré, Bernardo Monteiro, Alfredo Ellis, Bernardino Monteiro, Cunha Machado, Modesto Leal, Pires Rebello, Paulo de Frontin e Muniz Sodré.)

O Sr. Presidente — Foram sorteados para a Commissão de Poderes, os Srs. Lauro Sodré, Bernardo Monteiro, Alfredo Ellis, Bernardino Monteiro, Cunha Machado, Modesto Leal, Pires Rebello, Paulo de Frontin e Moniz Sodré.

Vae proceder-se á eleição da Commissão de Constituição.

(São recolhidas 24 cédulas.)

O Sr. Presidente — Foram recolhidas apenas 24 cédulas. Não ha numero para se proseguir na eleição das Commissões Permanentes.

Vou levantar a sessão, designando para a ordem do dia da seguinte:

ORDEM DO DIA

Continuação da eleição das Commissões Permanentes.
Levanta-se a sessão ás 15 horas.

3ª SESSÃO, EM 8 DE MAIO DE 1923

PRESIDENCIA DOS SRS. ESTACIO COIMBRA, PRESIDENTE,

E A. AZEREDO, VICE-PRESIDENTE

A's 13 ½ horas abre-se a sessão, a que concorrem os Srs. A. Azeredo, Olegario Pinto, Silverio Nery, Lauro Sodré, Justo Chermont, Indio do Brasil, Costa Rodrigues, Pires Rebello, Antonino Freire, Benjamin Barroso, João Lyra, Ferreira Chaves, Manoel Borba, Araujo Góes, Pereira Lobo, Antonio Moniz, Bernardino Monteiro, Jeronymo Monteiro, Nilo Pecanha, Modesto Leal, Miguel de Carvalho, Paulo de Frontin Sampaio Corrêa, Irineu Machado, Francisco Salles, Adolpho Gordo, Alfredo Ellis, Alvaro de Carvalho, José Murinho, Luiz Adolpho, Hermenegildo de Moraes, Carlos Cavalcanti, Affonso de Camargo, Lauro Müller, Felipe Schmidt, Soares dos Santos e Vespucio de Abreu (37).

Deixam de comparecer com causa justificada os Srs. José Euzebio, Mendonça Martins, Lopes Gonçalves, Cunha Machado, Abdias Neves, João Thomé, Eloy de Souza, Antonio Massa, Venancio Neiva, Carneiro da Cunha, Rosa e Silva, Eusebio de Andrade, Gonçalo Rollemberg, Siqueira de Menezes, Moniz Sodré, Marcilio de Lacerda, Bueno de Paiva, Bernardo Monteiro, Ramos Caiado, Generoso Marques, Vidal Ramos e Carlos Barbosa (25).

E' lida, posta em discussão e, sem debate, approvada a acta da sessão anterior.

O Sr. 3º Secretario (*servindo de 1º*) dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Offícios:

Do Sr. 1º Secretario da Camara, communicando que no autographo da resolução legislativa que autoriza a reversão ao serviço activo do Exército, do capitão Alfredo Fonseca ha um engano, pois a lei citada é n. 2.232, de 6 de janeiro de 1910, e não 2.332, de 26 de janeiro daquelle anno. — A' Secretaria para providenciar.

Do mesmo Sr. Secretario, communicando ter a Camara approvado as emendas do Senado e enviado á sanção as resoluções legislativas que:

Fixa a despeza geral da Republica para o exercicio de 1923;

Trata da locação de predios urbanos;

Equipara aos estabelecimentos federaes a Escola de Engenharia — Mackenzie College — de S. Paulo;

Dispõe sobre as penalidades aos defraudadoras da banha de porco, dos vinhos e dos adubos chimicos;

Manda auxiliar, por meio de empréstimos, a industria da madeira;

Torna emissor o Banco do Brasil;

Autoriza o engenheiro Luiz Antonio Pereira de Queiroz a construir um canal ligando as bahias de Cananéa a Paranaguá;

Releva a prescrição em que incorreu o direito de D. Anna Baptista Terrete para o fim de receber pensões do montepio;

Manda considerar, só para o effeito da reforma, a transferencia do alferes Edgar Eurico Demon da arma de cavallaria para a de infantaria. — Inteirado.

Do mesmo Sr. Secretario, remettendo um dos autographos das seguintes resoluções legislativas:

Que considera de utilidade publica a Sociedade Paulista do Agricultura;

Que regula a locação de predios urbanos. — Ao archivo.

Do Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores comunicando haver sido negada a sancção á resolução legislativa equiparando ás escolas federaes congeneres as Escolas de Odontologia e Pharmacia de Bello Horizonte e Brasileira de Odontologia desta Capital, e á resolução que concede diarias a funcionarios da Inspectoria de Generos Alimenticios do Departamento Nacional da Saude Publica. — Inteirado.

Do mesmo senhor, restituindo dous dos autographos das seguintes resoluções legislativas, sancionadas, que:

Approva o contracto celebrado com Francisco de Assis Silva & Comp. para a construcção do esqueleto, em cimento armado, do edificio da Camara dos Deputados;

Crêa o logar de escrivão criminal no Juizo Federal de S. Paulo, Minas Geraes, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pará e Ceará;

Crêa um distinctivo, de uso facultativo, para os membros do Congresso Nacional;

Considera de utilidade publica a Liga Nacional Contra o Alcoolismo e outras instituições;

Considera de utilidade publica a Associação Central Brasileira de Cirurgiões Dentistas, o Centro Carioca do Distrito Federal e a Assistencia Militar Judiciaria;

Considera de utilidade publica a Escola de Commercio Christovão Colombo, com séde em Piracicaba, no Estado de S. Paulo;

Considera de utilidade publica a Academia Commercial Mercurio, no Estado de S. Paulo;

Considera de utilidade publica a Sociedade Editora da Historia da Colonização Portugueza do Brasil;

Considera de utilidade publica a Associação dos Empregados do Commercio de S. Paulo.

E as que abrem os seguintes creditos:

De 274\$400, para regularizar a escripturação do Thezouro no que concerno á aquisição de uma cambial de 700 francos posta á disposição da Embaixada do Brasil em Paris,

para despesas com a remessa de trabalhos para a Escola de Bellas Artes;

De 930\$, para pagamento da pensão ao guarda civil de 1ª classe, Augusto Moreira da Fonseca;

De 596\$129, para pagamento da pensão ao guarda civil de 2ª classe Alfredo José Fernandes Filho;

De 1:245\$, para pagamento da pensão a que tem direito D. Ignacia da Rocha Vieira;

De 1:426\$209, para pagamento ao Dr. Octavivo Kelly, juiz federal da Segunda Vara do Districto Federal, por acrescimo de vencimentos;

De 1:516\$218, para pagamento de acrescimo de vencimentos aos juizes federaes das secções do Espirito Santo e de Alagoas;

De 13:289\$, para pagamento de despesas effectuadas em 1920 pelo Hospital de S. Sebastião;

De 19:638\$346, para pagamento de deficiencias das verbas 15, 18 e 27 do art. 2º da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921;

De 50:000\$, para subvenção á Universidade do Rio de Janeiro, afim de ser fundado e mantido um Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura Scientifica e Litteraria;

De 69:726\$880 para liquidação da divida da União com Leon Hirsch e para pagamento de differença de vencimentos a que tem direito funcionarios da Secretaria da Camara;

De 80:000\$, complementar á verba 36ª do art. 2º da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922 e pagamento de differença de gratificação addicional que tem direito o tachygrapho de 2ª classe da Camara dos Deputados;

De 200:000\$ para completar a quantia que for adquirida por subscrição publica destinada a crecção de um monumento ao aviador Santos Dumont;

De 200:000\$ para a construcção da filial do Instituto Oswaldo Cruz, em S. Luiz do Maranhão;

De 633:849\$650 para attender ás despesas provenientes da reorganização do Corpo de Bombeiros do Districto Federal; e

De 16.500:000\$ para fazer face ás despesas com as obras e custeio da Exposição Internacional até 31 de dezembro de 1922. — Archive-se um dos autographos e remetta-se o outro á Camara dos Deputados.

Do mesmo Sr. ministro, remettendo a mensagem com qua o Sr. Presidente da Republica declara haver recebido a communicação do encerramento da 2ª sessão da 11ª legislatura.

Do mesmo Sr. ministro, remettendo a mensagem com que o Sr. Presidente da Republica communica haver mandado publicar o decreto pelo qual foi promulgada a resolução legislativa que equipara a Escola de Engenharia — Mackensie College — de S. Paulo ás congneres federaes. — Inteirado.

Do Sr. ministro da Fazenda, remettendo dous dos autographos das seguintes resoluções legislativas, sancionadas, que autorizam o Presidente da Republica a:

Mandar reverter em favor de D. Anna de Andrade Aguiar as pensões percebidas por sua mãe D. Narcisa Candida de Aguiar; e as que abrem os seguintes creditos:

De 467\$790 para pagamento do que é devido a Leopoldo Marques de Oliveira;

De 1:017\$ para pagamento de pensões de montepio devidas a D. Deolinda Claudiana Soares Guimarães;

De 2:995\$906 para pagamento do que é devido a André José Barbosa;

De 4:168\$875 para pagamento, em virtude de sentença judiciaria, a Alfredo Hypollito Struc;

De 4:404\$ para pagamento a José Nicoláo, em virtude de sentença judiciaria;

De 6:515\$ para pagamento a Demetrio de Souza Teixeira, em virtude de sentença judiciaria;

De 4:550\$ para pagar a Bonifacio Magalhães da Silveira, vencimentos que deixou de receber como administrador das Capatazias da Alfandega de Macció;

De 9:051\$291 para occorrer ao pagamento devido ao doutor Augusto Haddock Lobo e outros;

De 16:616\$512 para pagar a D. Marianna de Castilho Barata e a seus filhos menores, em virtude de sentença judiciaria;

De 20:248\$ para pagar o aluguel dos predios em que funciona a Alfandega de Porto Alegre;

De 42:610\$714 para occorrer ao pagamento do que é devido a Luiz Meirelles Vianna, em virtude de sentença judiciaria;

De 52:100\$563 para occorrer ao pagamento devido ao Banco de Credito Geral, cessionario a Felipe de Barros;

De 68:728\$492 para pagamento ao bacharel Fausto Pacheco Jordão, em virtude de sentença judiciaria;

De 126:874\$385 para pagar o que é devido ao Dr. Graciliano Marques Pedreira de Freitas, em virtude de sentença judiciaria;

De 127:564\$516 para pagamento de alugueis de dous armazens alugados, no anno de 1921, á Alfandega de Porto Alegre;

De 150:000\$ para pagar os vencimentos devidos ao doutor Valentim Antonio da Rocha Bittencouri. — Archive-se um dos autographos e remetta-se o outro á Camara dos Deputados.

Do mesmo Sr. ministro da Fazenda, remettendo dous dos autographos da resolução legislativa que fixa a quota de fiscalização de bancos e casas bancarias. — Archive-se um dos autographos e remetta-se o outro á Camara dos Deputados.

Do mesmo Sr. ministro da Fazenda, restituindo dous dos autographos da resolução legislativa, promulgada pelo Sr. Vice-Presidente do Senado, que autoriza a reintegração de Arnaldo Fraga Moreira, no logar de agente fiscal do imposto de consumo, sem direito á percepção de vantagens atrazadas. — Inteirado.

O Sr. 4.^o Secretario (*servindo de 2.^o*) declara que não ha pareceres.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Senador Alfredo Ellis.

(*) Não foi revisto pelo orador.

O Sr. Alfredo Ellis — Sr. Presidente, achando-se na ante-sala o Sr. Octacilio de Albuquerque, Senador eleito, reconhecido e proclamado, pelo Estado da Parahyba, peço a V. Ex. se digne nomear uma commissão afim de introduzil-o no recinto para prestar o compromisso regimental.

O Sr. Presidente — Nomeio para acompanhar o Sr. Senador Octacilio de Albuquerque os Srs. Alfredo Ellis, Lauro Muller e Affonso Camargo.

(E' introduzido no recinto, presta o compromisso regimental e toma assento o Sr. Senador Octacilio de Albuquerque.)

Tem a palavra o Sr. Silverio Nery.

O Sr. Silverio Nery — Sr. Presidente, venho requerer a V. Ex. se digne nomear uma Commissão para acompanhar ao recinto o Sr. Dr. Barbosa Lima, Senador eleito pelo Estado do Amazonas, que se acha na ante-sala da Casa.

O Sr. Presidente — Nomeio os Srs. Silverio Nery, Alvaro de Carvalho e Lauro Sodré para, em Commissão, acompanhar o Sr. Senador Barbosa Lima.

(Sob pequena salva de palmas é introduzido no recinto e presta o compromisso regimental o Sr. Senador Barbosa Lima.)

Tem a palavra o Sr. Senador Alfredo Ellis.

O Sr. Alfredo Ellis (*) — Sr. Presidente, não venho contestar as asseverações hontem brilhantemente feitas desta cadeira pelo Sr. Vice-Presidente do Senado, quando S. Ex. teve occasião de fazer uma exposição, não só relativa á administração publica, como á situação economica da nossa Patria.

Entendi, Sr. Presidente, que me cumpria não apartear a S. Ex., ao verificar que o nobre Senador commettia algumas incorrecções, alguns enganos que não podem passar despercebidos, tanto mais quanto, tendo eu sempre sido o expositor nas questões referentes á nossa principal producção, não me era licito deixar de fazer as rectificações que me trazem á tribuna. Ellas não influem, directamente, sobre o fundamento principal da questão; mas não podem passar sem o devido reparo, porque estou certo que S. Ex. as receberá com o mesmo espirito de tolerancia com que nós outros acolhemos sempre sua palavra autorizada, em referencia aos assumptos hontem tratados na sua exposição.

Lamento que S. Ex. não esteja presente, porque estou certo que S. Ex. virá confirmar as rectificações que faço a proposito do magno problema do café.

S. Ex. disse, tratando da direcção Murтинho:

«Que elle havia mandado incinerar 120 mil contos moeda papel, creando ao mesmo tempo um fundo de ga-

rantia e de resgate em Londres e procurando melhorar a arrecadação; honrou a promessa do Governo do Brasil, o que eficazmente concorreu para restabelecer e afirmar o nosso credito, profundamente abalado pelo *funding-loan*. E as suas preocupações eram tamanhas naquella occasião para restabelecer o nosso equilibrio economico e financeiro que o seu zelo foi ao ponto de aconselhar que tambem se destruísse parte do café que parecia exceder ás necessidades do consumo mundial e se prohibissem novas plantações da preciosa rubiacea, cultura que honra os esforços dos nossos lavradores, e, podemos dizer, faz parte do patrimonio nacional.»

Sr. Presidente, não serei eu quem venha diminuir as glorias da apothecose feita ao Sr. Dr. Joaquim Murtinho; mas não é real que S. Ex. tivesse intervindo, aconselhando a destruição do café e a prohibição da plantação. Na época em que S. Ex. foi ministro, Sr. Presidente, não se cogitava ainda da valorisação do café. Esse problema surgiu a proposito da safra extraordinaria de 1906, quando o Sr. Dr. Joaquim Murtinho já havia deixado a pasta da Fazenda. O Convenio de Taubaté foi promovido pelo Dr. Jorge Tibiriça, então Presidente de S. Paulo, quando estava á frente da Republica o Sr. conselheiro Rodrigues Alves. O conselho de se destruir a parte do café excedente á do consumo mundial, que, por essa razão, desmoralizava o mercado, produzindo uma offerta superior á procura, e tambem o relativo á prohibição de novas plantações, partiram, Sr. Presidente, do proprio Estado de S. Paulo, conselho e não ordem, porque de outro modo não podia o Estado, nem mesmo a União podia intervir no caso. Só pela palavra persuasiva podia o Estado conseguir seu fim, e conseguiu.

A verdade é que as medidas lembradas pelo Governo do Estado foram accelladas, sem protesto algum, por todos os lavradores de S. Paulo, convencidos todos de que se tratava de um caso de salvacão publica.

Eis porque e como foram limitadas as plantações de café no sentido de diminuir a produccão e evitar que os seus preços baixassem cada vez mais, desmoralizando o mercado e estabelecendo o *crack* na praça do Estado de S. Paulo e, consequentemente, nas do Brasil.

Restabeleço, assim, a verdade neste ponto.

O Sr. Dr. Murtinho já não era ministro nessa occasião, motivo por que não interveiu na valorisação de nosso principal producto. Quando se realizou o Convenio de Taubaté occupava a pasta da Fazenda o Sr. Dr. Leopoldo de Bulhões, contrario a essa valorisação, assim como foi contrario á creação da Caixa de Conversão.

Todos sabemos que S. Ex. causou gravissimo prejuizo áquella Caixa, por querer elevar o cambio acima da taxa que tinhamos estipulado.

Este o primeiro ponto que venho rectificar.

O segundo é aquelle em que S. Ex. se refere á manobra por que S. Paulo interveiu no mercado, para manter o preço do café.

Diz S. Ex.:

«Foi assim que procedeu o Estado de São Paulo, sem os recursos de que sempre dispuzeram os agentes da União, contando com a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil e, mais tarde, com 9 milhões esterlinos, tomados para esse fim. O café estava sendo vendido antes pelo preço infimo de 4\$ a arroba, com tendencias ainda para baixa, quando o Governo começou a operar. Ao contrario do que aqui fizeram, S. Paulo declarou que compraria todo o café que apparecesse no mercado por aquelle preço e pouco acima, estancando assim a baixa, adquirindo cerca de 4 milhões de saccas, que ficaram armazenadas; o café foi subindo gradativamente e o Governo poudo aguardar a oportunidade para desfazer-se do seu *stock*, resultando dahi um lucro real, para os Thesouros da União e de S. Paulo, da vultuosa somma de 129 mil contos de réis. E assim se fez a valorização em 1918.»

Sr. Presidente, de facto, essa segunda valorização foi feita no Governo do benemerito Sr. Wencesláu Braz. Cumpreme tambem rectificar esse asserto, tanto mais quanto nella fui *magna pars*, sinão a principal figura, conforme já se tem dito e discutido neste recinto, inclusive pelo nobre Senador pelo Districto Federal, cujo nome peço licença para citar, o Sr. Paulo de Frontin, porque o emprestimo foi feito por uma fórma muito mais escassa e mesquinha do que o relativo á ultima valorização.

A valorização feita em 1918, póde-se dizer que foi economica. O Governo de S. Paulo não tinha absolutamente recursos para comprar o *stock* de café que ficou em seu poder por mais de um anno.

Nessas condições, pelo conhecimento que tenho do problema, aventei, no seio da Commissão de Finanças, a necessidade e a conveniencia de se dar recursos ao Governo da União, afim de que emprestasse ao Estado de S. Paulo a somma necessaria para retirar do mercado dous, tres ou quatro milhões de saccas de café, que estavam sendo sacrificadas, por preço infimo e miseravel, nos mercados de Santos e do Rio de Janeiro.

Discutida a questão no seio da Commissão de Finanças, honra lhe seja feita, de sua parte não houve a menor opposição, e ao pedido do Governo, que exigia 150 mil contos mais para a compra de material bellico, afim de que o Brasil se desempenhasse do seu compromisso tomado perante as nações alliadas, accrescentei uma autorização no sentido de elevar-se a emissão a 300 mil contos, ficando bem claro que, desses, a União emprestaria 150 mil ao Estado de S. Paulo, que seriam exclusivamente applicados na compra desse café retirado do mercado, afim de valorizar o mesmo producto e evitar que a ganancia dos torradores adquirisse, por preços infimos e baixos, essa materia prima que constitue uma das principaes riquezas do industrialismo americano.

Sem nenhuma opposição, o Senado e a Camara approvaram uma autorização dando á União 300 mil contos de

réis; mas o Sr. Dr. Antonio Carlos, que nessa occasião occupava a pasta da Fazenda, ratinou -- esse tem sido sempre o verbo usado e, em lugar de fornecer os 150 mil contos, de accordo com o projecto, apenas deu 110 mil, para se realizar a operação que se pretende levar a termo, de valorizar o café.

Foi com essa exigua quantia de 110 mil contos que o Governo de São Paulo, tendo á frente, em sua pasta da Fazenda, o Sr. Dr. Cardoso de Almeida, comprou tres milhões e duzentas e tantas mil saccas de café, sendo tres milhões em Santos e o restante no Rio.

As condições eram estas: São Paulo teria de restituir sem juros a somma recebida para esse fim, dividindo, porém, com a União os lucros que obtivesse.

São Paulo cumpriu o compromisso, como sempre costuma fazer religiosamente. Feita a operação, retirado do mercado o *quantum* de café que poude ser adquirido dentro desta somma, deu-se justamente o que se esperava: a alta dos preços, que foi, por assim dizer, injeção de energia nova e de entusiasmo nos productores de café, que tiveram então recursos para pagar a mão de obra, o colono exigente e intransigente no pagamento de seus salarios.

O lucro liquido attingiu á somma assombrosa de 130 mil contos e não de 120 mil, como disse hontem o nosso illustre Vice-Presidente, havendo portanto uma differença para mais de 10 mil contos.

De accordo com o que estava estipulado, São Paulo restituiu não só os 110 mil contos, como metade dos lucros provenientes da operação. Isto quer dizer que, por intermedio do Thesouro de São Paulo, o Thesouro Federal recebeu, já no Governo do Sr. Dr. Epitacio Pessoa, a quantia de 175 mil contos.

Excusado é fazer commentario sobre esta operação. Está ao alcance de todos os Srs. Senadores o beneficio produzido por essa elevada somma advinda da valorização do café e facilitando a tarefa de vencer as difficuldades financeiras do Governo que se installava após o tremendo quatriennio do Sr. Dr. Wenceslau Braz, que decorreu, todo elle, através da grande guerra mundial.

Portanto, Sr. Presidente, a rectificação que faço, e que o nosso illustre collega não deixará de aceitar, é apenas uma modificação que accentua mais o beneficio produzido pela segunda valorização, em que os lucros foram não de 120 mil contos, mas de 130 mil. São Paulo, restituiu, portanto, não só 110 mil contos, que recebera dos 150 mil, que o projecto autorizava, como tambem mais de 65 mil contos.

Foi por esta razão que, quando se discutiu o enorme *deficit*, que o Governo actual encontrou no orçamento, conferenciando na intimidade da Commissão, tive a oportunidade, em um ponto de vista optimista, de dizer ao Relator da receita que se esta terceira intervenção fosse feita com o mesmo escrupulo, com o mesmo cuidado e com a mesma economia da que tinha sido dirigida pelo Governo de São Paulo, deviamos ter no nosso activo somma superior áquella que a segunda valorização nos havia dado.

De facto, Sr. Presidente, não era demais que tendo São Paulo conseguido apurar um lucro de 130 mil contos, em

uma valorização de tres milhões de saccas de café, não era demais, repito, que a União apurasse 200 mil contos em uma de quasi quatro milhões e meio de saccas de café. Por isso disse que se tivessemos no nosso activo esse lucro attenuariamos o enorme *deficit* de quasi 500 mil contos, que se annunciava na outra Casa do Congresso.

E foi justamente em virtude dessa nota optimista que o nobre Senador por Santa Catharina, Relator da Receita, procurou informar-se e trouxe a exposição de que os lucros já tinham sido applicados, bem como o emprestimo de nove milhões esterlinos.

Eu suppunha naturalmente que quatro milhões e meio de saccos de café não podiam deixar de produzir 15 milhões esterlinos. Tendo o Governo Federal levantado sobre esse café a importancia de nove milhões, e dando-se mesmo para commissões e reonsaque a quantia de um milhão de libras, deviamos ainda contar com o *superavit* de quatro ou cinco milhões esterlinos. Ter-se-hia essa somma equivalendo a cerca de 200 mil contos. E isso era muito razoavel, porque, si na segunda valorização haviamos tido um lucro de 130 mil contos, não era demais, dado o cambio baixo e a taxa miseravel em que se tem conservado o nosso cambio, que esses quatro e meio ou cinco milhões esterlinos nos dessem 200 mil contos.

A exposição feita pelo ex-ministro da Fazenda, Sr. Homero Baptista, ao digno relator da Receita, asseverava que os lucros seriam de 900 mil contos.

Não conheço ainda os detalhes da operação.

Disse o nobre Vice-Presidente do Senado que o contracto foi modificado.

O SR. A. AZEREDO: — A qual contracto V. Ex. se refere?

O SR. ALFREDO ELLIS: — A essa ultima operação com a Brazilian Warrant.

O SR. A. AZEREDO: — Nunca disse que tinha sido modificado. Disse que o Governo tentou fazer a modificação. Mas não sei de nada. Conheço o contracto com a sua lettra, feito de accôrdo com o Governo brasileiro e os emprestadores em Londres. Este é o contracto que conheço e foi a elle que me referi.

O SR. ALFREDO ELLIS: — Como já disse, não conheço os termos do contracto feito para esta ultima valorização. Não me julgo, portanto, habilitado a discutil-o. O que disse apenas é que tenho, até certo ponto, como exaggerado o calculo do ex-ministro da Fazenda, que asseverou ser o lucro de 900 mil contos.

O SR. PAULO DE FRONTIN: — Não para o Governo, mas para os productores.

O SR. ALFREDO ELLIS: — Como disse e repito, Sr. Presidente, só depois de conhecer os detalhes dessa operação, os quaes naturalmente nos serão expostos pelo actual gestor da pasta, competentissimo no assumpto e autor do projecto que foi aqui votado, é que delle tratarei. Devemos aguardar essa exposição para então discutirmos e apurarmos o lucro liquido resultante desse contracto.

Fazendo estas rectificações, Sr. Presidente, que, estou convencido, o meu nobre amigo Sr. Senador Azeredo as accellará, porque são a expressão da verdade, nada mais me cumpre dizer senão que, ninguém mais do que eu, ambiciona um optimo resultado para essa valorização. Valorizado este producto, augmentada a nossa produção algodoeira, auxiliada a do assucar, a do cacáo, a do matte e de outros productos coloniaes, inclusive a da borracha, estou convencido, Sr. Presidente, que o nosso cambio ascenderá a uma taxa que corresponderá ao desenvolvimento e á riqueza do nosso paiz.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Miguel de Carvalho.

O Sr. Miguel de Carvalho (*) — Sr. Presidente, só hoje posso vir á tribuna fazer algumas considerações acerca da oração proferida pelo meu nobre collega de representação, cujo nome peço licença para declinar, o Sr. Nilo Peçanha, por isso que depois dos ultimos feriados esta é a primeira sessão do Senado.

Rogaria a V. Ex. que mandasse avisar a S. Ex. o Sr. Nilo Peçanha que estou na tribuna, tratando do caso do Rio de Janeiro. (*S. Ex. é attendido.*)

Fomos todos testemunhas da forma acalorada, pôde-se dizer mesmo irritada, com que S. Ex. occupou a tribuna, prendendo a attenção de todos nós com as considerações que julgou conveniente fazer.

Estranhei que o velho parlamentar e antigo politico não se tivesse apresentado, tratando desse assumpto, com a calma correspondente á sua importancia. Ao contrario, si S. Ex. profundamente impressionado com factos e barbaridades praticados no nosso Estado — permitta-se-me não usar do termo *provincia* empregado por S. Ex.

(*Nesse momento entra no recinto o Sr. Senador Nilo Peçanha.*)

Eu pedi que V. Ex. (*dirigindo-se ao Sr. Senador Nilo Peçanha*) fosse avisado do facto de me encontrar tratando do discurso ultimamente proferido pelo meu nobre collega; e prometti a mim mesmo procurar tranquillizar-o, collhendo informações, esclarecimentos das autoridades que actualmente têm a responsabilidade administrativa do Estado do Rio de Janeiro, as quaes, dadas por mim, sem sciencia prévia, directas, poderiam parecer más, deficientes ou defeituosas. Dahi, não ter eu respondido incontinenti a S. Ex., externando, o que naquella occasião poderia fazer, que os actuaes dirigentes do Estado do Rio de Janeiro, alheios aos interesses e ás paixões partidarias que o têm agitado, pessoas de responsabilidade notoria, não seriam capazes de animar a pratica de factos da ordem do a que se referia S. Ex. e muito menos deixal-os impunes.

Não tenho relações pessoas de maior valia com os actuaes dirigentes do Estado do Rio de Janeiro. Uma vez apenas fui

(*) Não foi revisto pelo orador.

cumprimentar o interventor, desejar-lhe uma administração feliz; e, não tendo razões para novamente ir roubar-lhe tempo, jamais compareci ao palacio, não conhecendo mesmo o chefe, nem tampouco os outros funcionarios da Secretaria do Estado. Não tenho procurado approximar-me daquelle illustre politico, menos ainda de seus dignos auxiliares.

Entretanto, pelas informações e noticias que tenho, estou convencido de que qualquer delles é incapaz de se prestar a instrumentos de actos de tão revoltante crueldade.

No discurso do honrado Senador, ha um trecho que se destaca destas considerações que acabo de fazer e que são de summa importancia. Quero referir-me ao ponto em que S. Ex., tratando da mensagem do Sr. Presidente da Republica, suppõe que se dirija á sua pessoa em phrases pouco attentiosas, provocadoras mesmo.

Estou convencido de que, si me não occupasse desse assumpto, dando a minha impressão pessoal, podia parecer ou pouca consideração á pessoa do honrado Senador ou indifferença pela do Sr. Presidente da Republica.

As impressões que vou dar são pessoas. Affirmo a V. Ex., Sr. Presidente, que, nem directa, nem indirectamente, procurei saber qual o pensamento do Sr. Presidente da Republica, quanto ao topico da mensagem que magoára o meu honrado collega de representação.

Movo-me neste instante por um sentimento natural de fazer justiça, como ainda o anno passado, por occasião de se tratar de uma mensagem enviada ao Congresso pelo Sr. Epitacio Pessoa, em divergencia com o meu honrado collega, o Sr. Dr. Vespucio de Abreu, vim á tribuna dizer-lhe que não lhe assistia razão, porque não era possivel que o Chefe da Nação, homem intelligente e illustrado, se dirigisse ao Congresso Nacional naquelles termos; que havia fatalmente algum equivoco, e que, portanto, não podia ser solidario com a queixa, com a magua que tinha esse meu collega quanto aos termos da mensagem. Entendi que S. Ex. não se dirigia a nós outros.

Dous dias depois o nosso então collega Sr. Cunha Pedrosa occupou a tribuna, transmittindo ao Senado o pensamento integral do Sr. Presidente da Republica, inteiramente conforme com as apreciações que eu havia feito.

E' nesta situação que venho hoje dizer a S. Ex. o Sr. Nilo Peçanha, não ser possivel que o Sr. Presidente da Republica tivesse, na sua mensagem, como pensa S. Ex., o proposito de achincalhar-o. Achincalhar quer dizer ridicularizar, segundo o nosso vernaculo. E parece-me que não é um termo proprio para um documento daquella importancia, feito por um homem do valor moral e intellectual do Presidente da Republica; não é um termo que possa ser empregado com referencia a qualquer politico e muito menos a um Senador.

O meu collega de representação foi injusto e ingrato, ou melhor, não foi justo nem grato.

Não foi justo porque o Presidente da Republica, absolutamente, não lhe declinou o nome, não lhe deu nenhum qualificativo, não fez referencias, donde, pela logica, pela ligação dos factos, se podesse descobrir segundas intenções, sobretudo quando é certa que não lhe falta coragem para enfrentar a situação e os homens.

Não foi grato porque S. Ex., dada a intenção que approvou ao honrado representante do Rio de Janeiro descobrir-lhe, proporcionou-lhe ensejo para, aproveitando-se dos documentos, satisfazer desejos seus.

Da mensagem teve S. Ex. a noticia na manhã do dia em que nos deu o prazer de ouvir-lhe a voz. Na sua oração ha referencias, ha apreciações, que fazem lembrar o aproveitamento de notas, de informações colhidas para serem usadas durante a sua excursão politica e que não tiveram oportunidade de ser trazidas a publico.

Foi, portanto, em virtude dessas apreciações feitas pelo honrado Sr. Presidente da Republica que o meu honrado collega teve o ensejo para aproveitar o fructo do seu estudo e do seu trabalho até então não trazido a publico.

Não foi grato, porque o emprego da phrase — *custe o que custar* — sublinhado por S. Ex. como que dirigida á sua pessoa pelo meu illustre collega, teve a verdadeira interpretação que se lhe devia dar.

A interpretação do — *custe o que custar* — que se tornou, por assim dizer, lemma de guerra, não quer dizer, segundo nos informou o honrado representante do Estado do Rio de Janeiro, senão aquillo que Nuno de Andrade achava que devia significar: — o emprego da energia, da tenacidade, da constancia para se conseguir um ideal, para se realizar um *desideratum*.

Ora, não foi esse o sentido que se lhe deu. O *custe o que custar* significava o emprego de todos os meios, a violencia, a força, a luta, o embate das ondas revolucionarias contra o Governo constituído. S. Ex., porém, veio explicar o caso e disse: Não; este é que é o pensamento do *custe o que custar*.

Portanto, S. Ex. não póde ser solidario com todos os actos que constituem um verdadeiro attentado contra a fórmula constitucional.

S. Ex. não póde approvar a luta armada; S. Ex. não póde approvar o desvio das forças armadas para longe do terreno em que as collocou a Constituição. S. Ex., portanto, diverge de todos aquelles que se serviram desse lemma para perturbar a ordem, derramarem sangue e destruirerem propriedades nesta Capital.

Honra, pois, a S. Ex.

Não foi grato ao Sr. Dr. Bernardes, quando foi elle quem proporcionou o ensejo de S. Ex. esclarecer bem o seu pensamento.

Poderia alongar-me nestas considerações, mas estou ansioso de entrar no periodo em que procuro levar a tranquillidade ao espirito de S. Ex. quanto ás informações inexactas que lhe foram dadas acerca da perturbação da ordem, de actos de barbaridade praticados no nosso Estado. A outros mais competentes do que eu, a outros que tenham credenciaes para tanto, incumbiria desenvolver mais este caso, se assim pareceo conveniente ou agradavel ao Sr. Presidente da Republica.

Eu disse ex-propria parte o que penso. Não quero ser portador de galas falsas nem apresentar-me com credenciaes que me não foram dadas.

Com relação ás perseguições, ás crueldades no nosso Estado, prestei attenção mais cuidadosa do que a outras partes,

porque se prendiam a factos locais, que não podiam desinteressar a todos os fluminenses; e quiz trazer ao honrado representante do Estado do Rio de Janeiro documentos officiaes que mostrassem que não lhe tinham dado informações fidedignas.

Ha um ponto que ouvi S. Ex. ferir na sua oração, mas que não encontrei no discurso publicado. E' aquelle que se refere a uma criança amarrada á cauda de um cavallo, e que me fez lembrar a Mazeppa correndo pelas estepes da Russia naquella situação triste que todos conhecemos. Não tendo visto no seu discurso este ponto, deixei de colher informações a respeito. Limitei-me a dous outros: ao caso do Sanna e ao do Sr. Luiz Barbosa, que estava doente na Santa Casa.

Em resposta ao meu pedido, tive dos que dirigem a administração publica no Estado algumas tiras que estão a disposição de S. Ex. para lê-las na integra e das quaes não posso deixar de lêr alguns topicos, embora roube algum tempo e abuse da paciencia de S. Ex.

Dizem as notas que possuo:

«O sub-delegado de policia daquella localidade, dando cumprimento a uma ordem de prisão contra Evaristo Gomes Marins Junior, requisitada por officio do sub-delegado do 8º districto, dirigiu-se á casa de Victor Machado Motta e Silva onde constava achar-se Evaristo homisiado. Foi a policia recebida com hostilidade, por Victor Machado, que tentou contra a vida da autoridade, desfechando contra o sub-delegado tres disparos».

Estabeleceu-se o conflicto e o commissario Antonio Faria, do 8º districto, portador do officio requisitorio, em defesa do sub-delegado, fez uso da arma que trazia, fazendo fogo contra o aggressor do sub-delegado. Assim occorreu a morte de Victor Machado. Entretanto, afim de apurar a responsabilidade do crime, procedeu-se o inquerito policial, em que ficaram caracterizados o desacato e a resistencia, e já foi remettido ao juiz competente, estando o facto entregue á justiça.

O inquerito foi presidido por autoridade outra, o sub-delegado João Mazy, que na época do crime estava fóra do exercicio do cargo, sendo, por outro lado, desde então, afastado das suas funções policiaes o commissario Faria.

A senhora do morto foi submettida a exame de corpo de delicto e apresenta dous ferimentos de natureza leve, no terço anterior do braço (contusão) e em uma das extremidades inferiores da perna, concluindo os peritos que taes lesões foram resultantes de queda.

E' necessario dizer que não só Evaristo Marinho, como tambem Victor Machado, mantinham pelas autoridades actuaes o maior desprezo, agentes ambos de propaganda contra o governo, sendo publico e notorio que aconselhavam o desrespeito ás autoridades da intervenção. Nesse sentido é opportuno transcrever trechos de correspondencia official do delegado regional, da zona respectiva, o Dr. M. Lopes Cardoso Filho. Releva referir que esse moço é completamente

extranho á politica do Estado, tendo chegado alguns dias antes da intervenção, do Estado de Alagoas.

Escrève essa autoridade:

"Sobre o caso de Sanna, logo que tive conhecimento, por boatos, officiei ao sub-delegado, pedindo urgentes informações e recommendando-lhe que agisse com calma e muito criterio. Immediatamente veio a esta cidade (Macahé), o 1º supplente daquelle districto, que se achava em exercicio e que chefiava a diligencia, quando se deu o lamentavel facto, narrando-me com segurança o occorrido. Para orientação da policia devo levar ao vosso conhecimento que os opposicionistas ou partidarios nilistas, limbram em menosprezar as actuaes autoridades, nomeados pelo Interventor e que nesse sentido teem agentes pelo interior prégando o desacato aos que estão investidos da espinhosa função policial neste Estado. Um desses agentes de propaganda contra as actuaes autoridades, Evaristo Gomes Marinho Junior, depois de haver commettido desatinos em Cachoeiros e de haver desacatado o sub-delegado do 7º districto, dirigiu-se para Sanna onde fôra abrigado por Victor Machado Motta e Silva, ex-sub-delegado e homem que no antigo governo praticou violencias, espancando presos e fazendo toda a sorte de barbaridades. Além disso era tido como perverso e temido no lugar. Foi esse homem que da porta de sua casa recebeu a diligencia com improperios e a tiros de revolver, o que occasionou a sua morte, pois, um commissario vendo o sub-delegado alvejado, em legitima defesa deste, atirou sobre Victor Machado, prostando-o morto. Quando aqui chegou a triste noticia do assassinato do delegado de policia, do Carmo, houve quem applaudisse tal facto, dizendo que assim deviam as actuaes autoridades ser tratadas."

Vem aqui de molde tratar deste triste caso do delegado do Carmo que o meu honrado collega de representação conhece.

O jornal desta capital, *A Noite*, em seu numero de 17 de março, diz o seguinte:

«O Dr. Salvador Conceição, chefe de Policia do Estado do Rio, acaba de regressar da cidade do Carmo, onde fôra tomar conhecimento do assassinio alli ultimamente praticado do delegado de Policia José Silveira que tombou victimado por um bando de seceledados, quando em caminho da Ilha dos Pombos, onde ia a serviço do seu cargo. Do assalto resultou mais a morte de Jovino de tal.

S. S. encontrou e deixou a cidade em situação de calma e ordem absoluta, não obstante o estado de consternação geral dos habitantes deante da brutalidade do crime. Carece de procedencia, entretanto, uma noticia de ali se terem effectuado para mais de 40 prisões.

Com as provas colhidas no inquerito a policia requisitou e o Dr. Juiz de Direito decretou a prisão pre-

ventiva de sete indiciados autores, na sua maioria, altos funcionarios da administração municipal, contra os quaes formulou o representante do Ministerio Publico a respectiva denuncia. Estão recolhidos á cadeia da cidade, já entregues, portanto, á justiça local.»

Factos desta ordem, Sr. Presidente, é que nós, com as responsabilidades que temos, devemos evitar, aconselhando os nossos amigos a respeitarem as autoridades que dirigem a Policia no Estado do Rio de Janeiro, e aguardando a solução deste importante caso que se acha affecto ao Congresso Nacional.

Não é derramando sangue uns dos outros que havemos de adiantar um passo nesse importante caso.

Continuando as informações que me foram fornecidas pela Policia de Nitheroy.

«Reflecta S. Ex. o Sr. Senador Nilo Peçanha, sobre o historico do crime do Sanna, e, certamente, convirá em que não se trata de «execução summaria de chefes de familias, na sua propria casa». Nada disso.

Agora, o crime do delegado do Carmo a que aquella autoridade allude, na sua carta, é simplismente revoltante, na sua brutalidade, e foi perpetrado por autoridades municipaes, partidarias da facção politica do Exmo. Sr. Senador Nilo Peçanha.

Nessa cidade o delegado de Policia, José Andrade Silveira, quando se dirigia para a «Ilha dos Pombos», 3º districto, afim de attender á requisicão da gerencia dos serviços da Light, para providenciar sobre a morte de um operario, victima de accidente de trabalho, foi, com surpresa e covardia, sitiado e assassinado a tiros de revolver por um bando de nove cavalleiros, todos funcionarios da administração municipal, dentre os quaes se contavam presidente, secretario, thesoureiro, procurador da Camara, sendo um Deputado, ou ex-Deputado. Processados pela autoridade policial, denunciados pela Promotoria Publica, acabam de ser pronunçados pelos Sr. Dr. juiz de Direito os autores do barbaro assassinato, actualmente entregues á Justiça, presos na cadeia do municipio, aguardando o *veredictum* do Tribunal do Jury.»

Eis, Sr. Presidente, um facto decorrente da má interpretação que teem dado ao «custe que custar». Entendem ou entendiam esses cidadãos que, pela pratica de actos de força, ó que se deviam collocar dentro do terreno da lei.

«Esse crime revoltante serviu de objecto para os elementos desordeiros e adversarios do Governo aconselharem pelo interior do Estado, aos seus adeptos que de igual maneira deviam ser tratados as demais autoridades da intervenção, bastando citar exemplos de Entre Rios, Itaguahy, Rio Bonito, Cambucy, etc., onde se procura apoucar e neutralizar o poder das autoridades policiaes, fazendo-se propaganda que as auto-

ridades da intervenção não são legítimas, são transitórias e não se lhes deve obedecer e respeitar."

Situações dessa ordem, V. Ex. comprehende, Sr. Presidente, não podem trazer sinão resultados tristíssimos, ou porque reagem as autoridades ou porque os adversarios políticos não se queiram submeter á lei tyranica de ser o mais forte quem mande e não aquelle que tenha por si a lei:

«A moderação e a tolerancia, porém, aconselhadas diariamente pelo Governo, teem tido a virtude de evitar choques, cujas consequencias não seria facil prever. Nem outro é, certamente, o motivo por que a ordem publica se restabeleceu no Estado.»

Isto é o que mais interessa nas notas que me vieram ás mãos e que na sua integra estão á disposição do meu honrado collega de representação.

Ha um outro caso, embora não esteja accentuadamente declarado no discurso de S. Ex., mas peço licença para lhe dizer que S. Ex. se quiz referir ao Sr. Luiz Barbosa da Silva, no ponto em que tratou do individuo que soffreu martyrios na policia.

O que colhi cõm relação a esse caso é o termo de declaração do Sr. Luiz Barbosa da Silva. Diz elle:

"Que hoje pela manhã, estando detido em um quarto da Inspectoria da Segurança Publica, logo depois de accordar foi á privada e ao voltar, passando pela varanda do 2º andar da Policia Central, em um movimento de loucura, sem que tivesse havido a menor premeditação, galgou a grade da varanda e atirou-se em baixo, cahindo na varanda do 1º andar, em vez de tombar no pateo, porque, segundo lhe parece, alguém tentou evitar que o declarante praticasse aquelle acto, que o declarante tem estado adoentado com uma collite, fazendo applicações de electricidade e attribue ao estado de nervosismo produzido por essa molestia, o acto de desespero que hoje praticou, que no quarto da Inspectoria da Segurança, onde se achava, tinha como companheiro o individuo cujo nome ignora; e mais não disse."

Este termo tem valor integral, primeiro porque não foi lavrado na policia onde se poderia dizer que fôra escripto conforme os desejos da autoridade.

Foi elle lavrado no Hospital da Santa Casa da Misericordia, onde se achava em tratamento o enfermo, o que quer dizer, no pleno gozo da sua liberdade, sem a menor coacção. Tivemos occasião de dizer a esse infeliz, ao visital-o no domingo de Paschoa ou num dia proximo que a Santa Casa de Misericordia não era uma enfermaria dependente da Casa de Detenção, que elle estava em plena liberdade e que, si o quizesse experimentar naquello momento, que m'o dissesse, porque eu mesmo o levaria á portaria para seguir o destino que lhe aproovesse. Portanto, como se achava, não era cogido a fazer declarações que não fossem verdadeiras.

Ainda ha um segundo argumento talvez de maior valia do que este: é que o termo lavrado na Santa Casa cuja leitura acabo de proceder tambem foi assignado pelo filho do enfermo, assim constatando com a sua assignatura a verdade do que dizia o seu pae.

Infelizmente, apezar dos cuidados prestados, o exame cadaverico enumerava todas as lesões decorrentes da formidavel queda que deu o enfermo quando se precipitou do logar onde estava detido.

Taes são as informações que pude colher, dando-as de publico com todas as minuciosidades, para que o honrado Senador pelo Estado do Rio de Janeiro tenha occasião de verificar que os que lhe trazem essas noticias revoltantes de factos que não são mais compatíveis com o gráo de adiantamento do Estado do Rio de Janeiro, com a elevação moral dos seus actuaes dirigentes, inteiramente imparciaes nas divergencias que tem havido, não lhe são fieis ou felizes na exposição que a S. Ex. fazem.

Comprehendo, porque já me tenho visto nessas situações, que se recebam informações apaixonadas. Muitas vezes dá-se até por morto um individuo que não morreu. (*Riso.*) Mas devemos todos possuir, sobretudo em certa idade, com as graves responsabilidades que temos, a prudencia necessaria para afastar, principalmente do Senado, noticias dessa natureza.

Estas minhas palavras não envolvem uma censura ao honrado representante do Estado do Rio de Janeiro, nem disso seria capaz. Apenas exponho o meu modo de pensar. S. Ex., — assim penso — devia aconselhar, aos seus amigos que comprehendessem a situação tal como o honrado Senador a comprehende. S. Ex. disse uma, duas, tres vezes no seu discurso: "eu sou um vencido". Ora, isso é transmittir aos seus companheiros uma noção exacta do que é um vencido.

É mais difficil saber ser vencido do que ser vencedor. Esforcei-me em toda a minha vida em mostrar-me mais elevado, quando vencido, do que mais alto, quando vencedor. É appello para o meu digno collega, representante do Rio de Janeiro. Vencido, nunca diminui uma linha sequer na consideração e estima de meus correligionarios e de meus adversarios. Transito hoje, como tenho transitado em todos os tempos, nas épocas de maior exacerbação politica, sosinho, sem uma arma, por todo o Estado do Rio de Janeiro, cumprindo com o meu dever. Sabia e sei ser vencido. E não me arrependo de não ter sabido ser vencedor, como muitos pensam.

Não digo que seja isto motivo para ponderações de S. Ex. que não precisa de que lhe chamem a attenção para ponto algum.

Este tem sido sempre o meu procedimento e, espero em Deus, morrer assim. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Nilo Peçanha — Sr. Presidente, como pretendo ter a honra de responder ao discurso do nobre Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, espero a sua publicação e assim peço a V. Ex. que me reserve a palavra para amanhã, na hora do expediente.

O Sr. Presidente — V. Ex. será satisfeito.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente — A ordem do dia consta da continuação da eleição das Comissões Permanentes.

Tendo comparecido 37 Srs. Senadores, retiraram-se 16. Não ha numero para se proseguir nessas eleições.

Deixo de mandar fazer a chamada, porque da lista da porta consta essa retirada.

Designo para ordem do dia da seguinte a mesma já marcada, isto é:

Continuação da eleição das Comissões Permanentes.

Levanta-se a sessão ás 15 horas e 10 minutos.

ACTA DA REUNIAO EM 9 DE MAIO DE 1923

PRESIDENCIA DO SR. ESTACIO COIMBRA, PRESIDENTE

A's 13 1/2 horas acham-se presentes os Srs.: Olegario Pinto, Lauro Sodré, Cunha Machado, Pires Rebello, Benjamin Barroso, Pereira Lobo, Antonio Moniz, Nilo Peçanha, Modesto Leal, Paulo de Frontin, Alfredo Ellis, Affonso de Camargo, Lauro Muller e Vespucio de Abreu (13).

Deixam de comparecer com causa justificada os Srs.: A. Azeredo, José Euzebio, Mendonça Martins, Silverio Nery, Barbosa Lima, Lopes Gonçalves, Justo Chermont, Indio do Brasil, Costa Rodrigues, Pires Rebello, Antonino Freire, Abdias Neves, João Thomé, José Accioly, Eloy de Souza, João Lyra, Ferreira Chaves, Antonio Massa, Venancio Neiva, Octacilio de Albuquerque, Carneiro da Cunha, Manoel Borba, Rosa e Silva, Euzebio de Andrade, Araujo Góes, Gonçalo Rollemberg, Siqueira de Menezes, Moniz Sodré, Bernardino Monteiro, Jeronymo Monteiro, Marcilio de Lacerda, Miguel de Carvalho, Sampaio Corrêa, Irineu Machado, Bueno de Paiva, Bernardo Monteiro, Francisco Salles, Adolpho Gordo, Alvaro de Carvalho, José Murtinho, Luiz Adolpho, Ramos Caiado, Hermenegildo de Moraes, Carlos Cavalcanti, Generoso Marques, Vidal Ramos, Felipe Schmidt, Soares dos Santos e Carlos Barbosa (47).

O Sr. 3º Secretario (*servindo de 1º*) declara que não ha expediente.

O Sr. Euzebio de Andrade (*supplente, servindo de 2º Secretario*) declara que não ha pareceres.

O Sr. Presidente — Tendo comparecido apenas 13 Srs. Senadores, não ha numero para ser aberta a sessão.

Designo para ordem do dia da seguinte a mesma já marcada, isto é,

Continuação da eleição das Comissões Permanentes.

S. — Vol. I

ACTA DA REUNIÃO EM 10 DE MAIO DE 1923

PRESIDENCIA DO SR. ESTACIO COIMBRA, PRESIDENTE

A's 13 $\frac{1}{2}$ horas acham-se presentes os Srs.: A. Azeredo, Olegario Pinto, Pires Rebello, Antonino Freire, João Lyra, Ferreira Chaves, Venancio Neiva, Octacilio de Albuquerque, Manoel Borba, Nilo Peçanha, Modesto Leal, Paulo de Frontin, Adolpho Gordo, Hermenegildo de Moraes, Carlos Cavalcanti, Felipe Schmidt e Soares dos Santos (17).

Deixam de comparecer com causa justificada os Srs.: José Euzébio, Mendonça Martins, Silverio Nery, Barbosa Lima, Lopes Gonçalves, Lauro Sodré, Justo Chermont, Indio do Brasil, Cunha Machado, Costa Rodrigues, Abdias Neves, João Thomé, Benjamin Barroso, José Accioly, Eloy de Souza, Antonio Massa, Carneiro da Cunha, Rosa e Silva, Eusebio de Andrade, Araujo Góes, Pereira Lobo, Gonçalo Rollemberg, Siqueira de Menezes, Antonio Moniz, Moniz Sodré, Bernardino Monteiro, Jeronymo Monteiro, Marcilio de Lacerda, Miguel de Carvalho, Sampaio Corrêa, Irineu Machado, Bueno de Paiva, Bernardo Monteiro, Francisco Salles, Alfredo Ellis, Alvaro de Carvalho, José Murtinho, Luiz Adolpho, Ramos Caiado, Generoso Marques, Affonso Camargo, Lauro Muller, Vidal Ramos, Carlos Barbosa e Vespucio de Abreu (45).

O Sr. 3º Secretario (servindo de 1º) declara que não ha expediente.

O Sr. Pires Rebello (servindo de 2º Secretario) declara que não ha pareceres.

O Sr. Presidente. — A lista da porta accusa a presença de 17 Srs. Senadores. Não ha numero para ser aberta a sessão.

Designo para ordem do dia da seguinte a mesma já marcada, isto é, continuação da eleição das Comissões Permanentes.

4ª SESSÃO, EM 11 DE MAIO DE 1923

PRESIDENCIA DO SR. ESTACIO COIMBRA, PRESIDENTE

A's 13 $\frac{1}{4}$ horas abre-se a sessão, a que concorrem os Srs. A. Azeredo, José Eusebio, Mendonça Martins, Olegario Pinto, Silverio Nery, Barbosa Lima, Lauro Sodré, Justo Chermont, Indio do Brasil, Costa Rodrigues, Pires Rebello, Antonino Freire, Benjamin Barroso, João Lyra, Ferreira Chaves, Antonio Massa, Venancio Neiva, Octacilio de Albuquerque, Manoel Borba, Pereira Lobo, Antonio Moniz, Bernardino Monteiro, Jeronymo Monteiro, Marcilio de Lacerda, Nilo Peçanha, Modesto Leal, Miguel de Carvalho, Paulo de Frontin, Sampaio Corrêa, Irineu Machado, Bueno de Paiva, Bernardo Monteiro, Adolpho Gordo, Alfredo Ellis, Alvaro de Carvalho, José Mur-

tinho, Luiz Adolpho, Hermenegildo de Moraes, Carlos Cavalcanti, Affonso de Camargo, Lauro Müller, Felipe Schmidt, Soares dos Santos e Vespucio de Abreu (44).

Deixam de comparecer com causa justificada os Srs. Lopes Gonçalves, Cunha Machado, Abdias Neves, João Thomé, Eloy de Souza, Carneiro da Cunha, Rosa e Silva, Eusebio de Andrade, Araujo Góes, Gonçalo Rollemberg, Siqueira de Menezes, Moniz Sodré, Francisco Salles, Ramos Caiado, Generoso Marques, Vidal Ramos e Carlos Barbosa (17).

São lidas, postas em discussão e sem debate aprovadas as actas da sessão anterior e das reuniões de 9 e 10 do corrente.

O Sr. 2º Secretario (servindo de 1º) dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Offícios:

Do Sr. 1º Secretario da Camara dos Deputados, remetendo um dos autographos das seguintes resoluções legislativas, sancionadas, que:

Fixa a despeza geral da Republica para o corrente exercicio;

Orça a Receita Geral da Republica para o exercicio de 1923;

Transforma o Banco do Brasil em banco emissor;

Concede licença ao engenheiro Luiz de Queiroz para construir um canal ligando as bahias de Cananéa e Paranaguá;

Autoriza auxiliar a industria da madeira;

Fixa as forças de terra para o corrente exercicio;

Fixa as forças navaes para o corrente exercicio;

Dispõe sobre a transferencia do alferes Edgard Doemom da arma de cavallaria para a de infantaria;

Manda reverter ao serviço activo do Exercito o tenente-coronel João Philadelpho da Rocha;

Autoriza pagamento dos compromissos do recenseamento correspondentes aos exercicios de 1920 a 1921;

Estabelece penas para os falsificadores da banha de porco, do vinho, etc.

Archive-se.

Do Sr. Ministro da Viação e Obras Publicas, remetendo dous dos autographos das seguintes resoluções legislativas, sancionadas, que abrem os seguintes creditos:

De 9:000\$ para indemnização a D. Carolina Rodrigues da Cruz, pela desapropriação feita para a construção da Estrada de Ferro Timbó a Propriá;

De 97:650\$270 para pagamento do que é devido a empregados dos Correios do Maranhão;

De 291:316\$ para pagamento á The Amazon Steam Navigation Company, Limited, das subvenções a que tem direito; e das que autorizam:

A execução das obras de que carecem os portos de Itape-
mirim e S. Matheus, no Estado do Espirito Santo.

Archive-se um dos autographos e remetta-se o outro á Camara dos Deputados.

Do mesmo Sr. Ministro, remettendo dous dos autographos da resolução legislativa, promulgada pelo Sr. Vice-Presidente do Senado, que manda contar tempo de serviço a Salvador Risse, gazista da Estrada de Ferro Central do Brasil. — Archive-se um dos autographos e remetta-se o outro á Camara dos Deputados.

Do mesmo Sr. Ministro, communicando que a proposição da Camara dos Deputados alterando o quadro do pessoal de linha da Repartição Geral dos Telegraphos não convém ao serviço publico, achando mais conveniente aguardar-se a reforma do regulamento da referida repartição, sobre a qual vae providenciar aquelle ministerio. — A' Commissão de Finanças.

Do Sr. Ministro das Relações Exteriores, remettendo dous dos autographos da resolução legislativa, sancionada, que approva a Convenção Especial de trafego mutuo telegraphico e radio-telegraphico entre o Brasil e a Bolivia, assignada em 2 de maio de 1918. — Archive-se um dos autographos e remetta-se o outro á Camara dos Deputados.

Do Sr. Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, remettendo dous dos autographos das seguintes resoluções legislativas, sancionadas, que abrem os creditos:

De 1:800\$ para pagamento de vencimentos a Amazyles Coelho, linotypista da Estatistica;

De 466:551\$377 para occorrer aos serviços decorrentes das verbas 14^a, 18^a e 27^a, do art. 46 da lei n. 4.242, de 1921; e da que autoriza:

A crear em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no paiz uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os respectivos empregados. — Archive-se um dos autographos e remetta-se o outro á Camara dos Deputados.

Do mesmo Sr. ministro, remettendo a mensagem com que o Sr. Presidente da Republica remette ao Congresso Nacional a exposição de motivos relativa á divergencia que ha entre o art. 90 da lei da despeza que accentua a competencia do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, quanto á fiscalização das companhias que operam em accidentes do trabalho, e o art. 178 da mesma lei, que transfere essa competencia para a Inspectoria de Seguros. — A' Commissão de Finanças.

Telegramma do Sr. juiz federal na secção da Bahia, do teor seguinte:

Exmo. Sr. Presidente Senado — Rio — Fico sciente haver Mesa Senado designado dia 8 julho para eleição Senador na vaga aberta com o fallecimento conselheiro Ruy Barbosa. Estou providenciando sobre remessa livros a serem distribuidos ás 549 secções eleitoraes Estado accôrdo art. 23 decreto 14.631, de 19 janeiro 1921. Respeitosas saudações.— Paulo Fontes, juiz federal. — Inteirado.

O Sr. 3^o Secretario (*servindo de 2^o*) declara que não ha pareceres.

O Sr. Presidente — Continúa a hora do expediente. Tem a palavra o Sr. Nilo Peçanha.

O Sr. Nião Peçanha (*) — Sr. Presidente, que sejam as minhas primeiras palavras, nestes poucos momentos em que vou ocupar esta tribuna, de homenagem ao meu illustrado collega de representação, cujo nome peço licença para declinar, Sr. Miguel de Carvalho, pela alta circumspecção do seu discurso de ha tres dias.

Uma parte tão sómente das considerações que tive a honra de fazer na semana passada, sobre a situação geral financeira, economica e politica da Republica, através da mensagem presidencial, mereceu a critica de S. Ex. Limitar-me-hei, portanto, hoje, a contrapôr ás notas da policia do Rio de Janeiro, e desta Capital, de que S. Ex. nos deu conhecimento, a descrição desses crimes de attentados á vida e á liberdade dos nossos concidadãos, pelos quaes, sei bem, não podem ser e não são responsaveis nem o Sr. Presidente da Republica nem as altas autoridades que o cercam na União e no Estado, tão deshumanos elles são; mas crimes e attentados que infelizmente vão pesar no julgamento definitivo do seu governo.

Limito-me por isso a ler essas peças, não querendo antecipar o debate sobre a grande questão a que ellas dizem respeito; a questão da intervenção do Rio de Janeiro, que virá a seu tempo.

O Senado vai conhecer o depoimento ou o testemunho de um dos órgãos mais autorizados da imprensa fluminense, o terceiro jornal, em antiguidade, do Brasil, tanto mais insuspeito quanto não combate, antes cerca de todo o prestigio o illustre Sr. Interventor do Estado do Rio de Janeiro.

Dizia elle, precedendo as noticias dos acontecimentos:

«O que se está passando em quasi todas as localidades do Estado, relativamente ás violencias praticadas pela policia, notadamente em Macahé e S. João da Barra, merece ainda alguns reparos da nossa parte, pois não podemos tolerar que vivam por ahi afóra a trucidar pacatos cidadãos, dando-se com isso um pessimo exemplo da nossa cultura civica.

Estamos em acreditar que todas essas scenas vandalias se passam sem que cheguem ao conhecimento do Sr. Interventor no Estado, visto como devemos fazer justiça a S. Ex., que, além de ser um espirito muito esclarecido, é tambem incapaz de apadrinhar semelhante deshumanidade.

As informações que nos chegam todos os dias do interior do Estado, isto é, das diversas localidades onde se procura fazer politica á força do sacrificio de vidas preciosissimas, deixa muito compromettida uma meia duzia de pessoas capazes de tentativas as mais ignobeis, para alcançarem demonstrar um prestigio politico que nunca tiveram e que não terão nunca.

'E' mistér fique bem claro não estarmos aqui ao serviço de qualquer das correntes politico-partidarias

(*) Não foi revisto pelo orador.

das que se degladiam no momento; não, o nosso escopo é unica e exclusivamente evitar que continuem as violências, principalmente por parte da policia, contra os seus desaffectedos, o que é positivamente deprimente e compromette seriamente os que se aventuram nessas scenas de verdadeira selvageria.

Ao que parece os cargos de autoridades policiaes, com rarissimas excepções, foram parar ás mãos de gente descriteriosa, sem a menor noção do que seja o respeito devido ao proximo, o que representa um perigo para a estabilidade da ordem e para a garantia individual.

Contra semelhante anomalia, e depois de pesarmos bem as nossas responsabilidades jornalisticas, fazemos daqui um appello aos Exmos. Srs. Drs. Aurelino Leal e Salvador Conceição, afim de que SS. EExs. transmitam ordens severas aos prevaricadores para que reuquem sem tardança da senda do crime, dando com isso uma exuberante prova de que ainda somos um povo organizado.»

Descreve elle agora a scena vandalica praticada no Sanna, no municipio de Macahé:

«E' incrivel o que se está passando no visinho municipio de Macahé, onde a Policia passa do assalto aos livros da Camara á ameaça de morte e ao assassinato para expulsar os correligionarios do Senador Nilo Peçanha.

Tivemos hontem em nossa redacção pessoa foragida de Macahé para não ser assassinada e não revelamos seu nome para não expor sua familia ao baco-marte dos assassinos que por politica passaram ao assassinato, não consentindo nem ao menos que as victimas sejam enterradas e desrespeitando larés, devassando tudo, á luz do sol ou pelas caladas da noite.

Essa pessoa, qualificada, que assume a responsabilidade das declarações, contou-nos entre outros muitos factds os seguintes, bastantes, cada um de per si para causar a mais intensa das revoltas. E como não acreditamos que nenhum homem de honra pactue com taes bandidos, vamos registral-os para sciencia de quem de direito.

Antonio Lins Machado, sub-delegado nomeado pelo Dr. Aurelino Leal para o 7° districto, mandou intimar, sem razão, só por uma perseguição politica, um filho do Sr. Evaristo Gomes Marinho, escrivão de paz demittido pelo seu inventor, para ir á sua presença. Sendo o intimado avisado de que o bandido Antonio Selleiro e outros comparsas, arvorados em commissarios de Policia, pretendiam desfeiteal-o e que este era o motivo da intimação, fugiu para logar ignorado.

Então o sub-delegado organizou, com Selleiro, a caravana da morte e, á noite, cercou a casa de Evaristo Marinho, pae, a pretexto de prender o filho, arrombou a porta e varejou a casa, não respeitando si-

quer os quartos das filhas do dono da casa! E os improperios, os insultos, as palavras immoraes?! .

Não encontrando o filho de Evaristo, foram á casa do ex-subdelegado Antero Machado, homem de grande respeitabilidade e que não se encontrava em casa e repetiram a scena do cerco e como não encontrassem Marinho, esbordoaram um amigo de Evaristo, o Sr. Quintino da Costa Freire, que encontraram na estrada e dispararam muitos tiros para estabelecer o panico.

Evaristo Marinho, pae, e seus tres outros filhos, não podendo supportar as affrontas e temendo serem mortos, fugiram do districto, abandonando esposas e filhas moças.

Mas o sub-delegado não se conformou com a fuga de Evaristo Filho e seguiu com a caravana sinistra em perseguição do fugitivo.

Demandou o Frade, invadindo outro districto, o 8º, e, alli, correu á casa do capitão Antero Alves de Souza, homem estimadissimo e respeitavel, para assassinal-o. Esse cavalheiro já foi obrigado, ha pouco, a vender quanto tinha no 7º districto e nem no 8º ficou livre da sanha de Lins Machado.

Mas Antero, avisado de que ia ser assassinado pela caravana da policia fugiu. E a familia mostrou a casa, para que vissem que seu chefe e Evaristo Filho alli não estavam.

Dahi o grupo seguiu para o Sanna, 9º districto, onde chegou ás 2 horas da madrugada do dia 23, entrando ahi a augmentar o grupo do sub-delegado local, Francisco Barbosa de Araujo e mais outros valientes.

E a essa mesma hora cercaram a casa do capitão Antonio Alves de Mattos, homem de grande conceito, trabalhador e honesto, e o fizeram apenas por ser elle niliata e fiscal da Prefeitura.

A essa hora mesma fizeram-no abrir a porta e varejaram toda a casa, não respeitando sequer o quarto em que estava a sua esposa, ainda de resguardo de parto recentissimo. Ahi, no quarto, á vista da senhora enferma, dous sicarios apontaram armas para Mattos. É facil de se calcular a scena desenrolada nesta hora, pedindo a pobre senhora, pelo amor de Deus, que pousassem a vida do esposo. E Mattos foi obrigado a fugir, abandonando a esposa enferma, tomando o trem em Trajano de Moraes, porque o matariam si tomasse o trem no Frade. O grupo da morte intimou Mattos a abandonar o municipio, prohibindo-o de voltar, sob pena de morte.

A seguir, para espavorir e fazer fugir de Macahé, o grupo cercou as casas dos negociantes Lourenço Machado, Francisco José Boherer e outros, que tiveram de abandonar familia e bens.

Mas, cada vez crescia a valentia e o ardor do grupo glorioso.

Victorioso, pois ninguem queria se medir com taes bandidos, o grupo foi á casa de Victor Machado da Motta e Silva, primeiro juiz de paz do districto, homem de real valor, amigo dedicado do prefeito Lobo Junior,

Ahi, pelas 4 horas da manhã, cercaram a casa e bateram. Victor, que é caridoso e attendia até em remedios a quem o procurava, abre a porta e recebe uma descarga das garruchas dos bandidos. E morreu instantaneamente! D. Maria Machado, sua esposa, ouvindo os tiros, correu a ver o marido. E o grupo de novo descarrega as suas armas contra a digna senhora, que foi attingida e ficou com o braço fracturado. Esta senhora está gravida, prestes a dar á luz. Deante daquelle quadro, vendo o marido morto, ferida tambem, ficou louca e sahiu pela estrada, a gritar, como estava.

Tem oito filhos menores que accordaram e ficaram sós, com o pae morto, a mãe louca a chorar, a gritar.

Nem essa scena tocante commoveu o grupo da morte. Entre gritos de alegria esse grupo não deixou ninguem encostar sequer, para soccorrer as creanças. Ao que consta, o corpo de Victor ainda está insepulto. E ainda ha o que narrar. Mas, por hoje parece que já disse demais para que haja uma providencia»)

Eis aqui, agora, a carta em que a senhora de Marinho descreve a scena anterior, carta dirigida ao illustre Sr. prefeito de Macahé:

“Levo ao vosso conhecimento que houve aqui grande arruaça, promovida pelas autoridades. Quinta-feira anoiteceu aqui tudo calmo, sem nada esperar-se. Tomos dormir tranquilos eu, meu marido e os filhinhos. A's duas horas da madrugada, mais ou menos, accordamos sobresaltados com fortes pancadas na porta e gritos que abrissemos, sinão seria arrombada. Meu marido abriu incontinentemente e entraram o sub-delegado Francisco Barbosa de Araujo, Genuino Cunha e muitos outros, que diziam ser commissarios de policia, intimando a entregar as armas que tivesse em casa, tendo elle entregue o unico revólver que possuia, para defesa da nossa casa. Em seguida, quando meu marido fugiu de casa com receio de outras violencias, foi perseguido por Nicomedes Brasil e Antonio Selleiro, que, de revólver em punho, o perseguiam; nessa occasião, eu e minhas filhinhas pedindo pelo amor de Deus, que não o matassem. Graças á Divina Providencia, elle conseguiu fugir e não sei por onde anda. Uns dizem que foi para Macahé, outros para S. Francisco. Si elle apparecer ahi, o senhor diga que não pise aqui, que será morto, pois depois que elle sahiu, eu abandonei a casa e os bandidos fizeram completa devassa, pegando nossa criação, matando e esquarterando, jogaram no terreiro.

Atacaram tambem á casa de Henrique Dames, dando dous tiros na parede. Depois varejaram ainda outras casas e foram á de Victor Machado, matando-o a tiros e baleando tambem Marianna, sua mulher.

Coitado do Victor, trabalhou tanto e deixa agora oito filhinhos pequenos na miseria. Depois da morte de Victor, fizeram quasi uma festa. O grupo dos bandidos ainda está aqui e consta que querem matar outros.

Os amigos mais fortes estão fugindo, pois elles procuram a torto e a direito, até meu velho pae tem sido debicado. Está um horror isto aqui. Peço ao se-

nhor providenciar para que a morte de um chefe de família como aquelle não fique impune e diga ao meu marido, si ahí chegar que mande me buscar, pois decididamente não podemos mais morar aqui, pois não quero ficar viuva, como Marianna. — *Sophia Mattos.*”

Estes são, Sr. Presidente, os casos de Sanna, do município de Macahé, a que alludiu o nobre Senador.

Quanto a Luiz Barbosa, chefe republicano de Barra do Pirahy, é preso, como dezenas de cidadãos o são diariamente nesta Capital sem nenhuma razão, por motivos politicos, com um unico crime, o crime de pensamento, talvez; é conservado preso durante sete ou oito dias, durante esses oito dias não dorme sinão duas horas cada noite, de momento a momento lhe accórdam para ameaçal-o, sinão fallasse, sinão dissesse tudo; vê outros detidos soffrerem vexames e torturas, de resto é esse um velho processo da policia, não só dessa policia como da policia de sempre; annunciam-lhe que na manhã seguinte seria essa a sua sorte. Barbosa, homem de vergonha, ao romper do dia, atirou-se do 2º andar da policia em baixo, é recolhido á Misericordia, quasi em estado desesperador; ainda assim lá vae ter a policia, e elle teve de assignar a declaração que as autoridades eram innocentes. Aqui estão as palavras que elle, esse meu querido amigo, me dirigiu em seguida:

“Dr. Nilo — Venha me vêr, pois estou em perigo de vida e tudo fiz para evitar os supplicios e as torturas da policia. Ainda neste estado me fizeram assignar papeis e ao filho. — *Luiz Barbosa.*”

Si o Senado tem duvidas sobre a authenticidade desse grave documento, mande por uma Commissão do seu seio, de Senadores governistas intimar a viuva deste infeliz republicano e verá o paiz da sua dolorosa exposição que elle foi a primeira victima desse estado de sitio.

Por estes e outros factos é que a intervenção, que é normal, é regular, é corrente, é uma regra em muitos paizes, porque no Brasil é uma excepção, começa-se a recebê-la mesmo ali não mais como uma garantia de direitos ou como uma condição de paz, mas como motivo de alarma e das mais graves inquietações da sociedade.

Revivecencia do caudilhismo militar que libertou as colonias americanas da tutela hespanhola, converteu-se em uma arma dos despostas, em facho de discordias que tanto perturbaram a vida do Continente.

Não são isolados os casos como os de Mendoza e San Juan, na presidencia Urquiza, em 1858, em que o Senado Argentino teve de suspender a intervenção, taes foram os seus excessos.

Não fosse essa medida levada a effeito na terra fluminense e eu não teria trazido ao conhecimento do Senado esses acontecimentos, como, em 30 annos de vida constitucional, nunca echoaram neste alto recinto, nem quando o Estado do Rio de Janeiro estava sob a direcção do partido de que é chefe o illustre Sr. Senador Miguel de Carvalho, que, aliás, se desempenhou dessa funcção com elevada honestidade, nem no periodo da direcção do partido a que tenho a honra de obedecer.

S. Ex. terminou fazendo um appello á resignação por parte dos vencidos.

Resignado estou eu desde ha muito, Sr. Presidente, mesmo porque não se me tomou o Estado, pelo voto do povo, mas por um acto de força.

Entretanto, aceitando o conselho de S. Ex., que se me permita dirigir desta tribuna uma palavra ao Sr. Presidente da Republica: «Lembre-se S. Ex. deste conceito se bem me lembro do velho Guizot, tão prudente sempre — *é um grande mal quando se considera a politica uma sciencia de deducções geometricas, que se pretenda levar uma idéa boa ou má ou um plano bom ou mádo, ás consequencias mais extremadas. Tudo se perde quando não se quer distinguir entre o que é monstruoso e o que é humano, entre o que é arbitrario e o que é regular.*»

Sr. Presidente, esse conselho, siga-o ou não S. Ex., não me aproveita mais, porque, nessa campanha de dous annos, perdi muito. Não perdi honrarias e cargos — isso seria o menos — já passei por elles; mas perdi muito da illusão, — essa força creadora da vida — da gloria, do amor da Patria, a illusão do caracter dos homens e de que no Brasil pudesse haver uma opinião livre! (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Senador Paulo de Frontin.

O Sr. Paulo de Frontin — Sr. Presidente, na sua mensagem, S. Ex. o Sr. Presidente da Republica declara que «o momento impõe a congregação de esforços de todos os poderes publicos para corresponder á sua alta missão politica, assegurar á Nação, pelas leis e pelos actos administrativos, o maximo possivel de bem-estar em um ambiente de completa segurança da ordem publica, de severa moralidade, de rigorosa honestidade e de serena justiça».

Accudindo ao appello constante deste trecho da mensagem, chamo a attenção do Senado e especialmente do Sr. Presidente da Republica para uma das questões que actualmente mais contribuem para augmentar a crise por que passa o paiz e que o affecta em multiplas modalidades.

S. Ex. o Sr. Presidente da Republica, em sua mensagem, teve occasião de se referir á taxa cambial como sendo um dos elementos primordiaes da carestia da vida e que contribue para que a nossa situação financeira mais se aggrave.

Exactamente com este objectivo, tive oportunidade de ler, em todos os seus detalhes, o importante trabalho que fórma a mensagem presidencial, procurando ali encontrar algo relativo á parte, que considero mais valiosa, como capaz, de influir mais directamente sobre a taxa cambial, isto é, a valorização do café.

Nem no corpo da mensagem, nem na parte sob o titulo — Fazenda — que é antes um relatorio do respectivo ministro, tive a oportunidade de encontrar a mais leve referencia a este ingente problema. E, mais ainda, passei por uma decepção.

Na mensagem de 30 de novembro, que acompanha a exposição sobre a situação financeira do Brasil, feita pelo mi-

nistro da Fazenda, o eminente Sr. Dr. Sampaio Vidal, examinando as medidas relativas á divida externa, encontrei, textualmente, os numeros que passo a expor.

A divida externa fundada era de libras 102.930.834, em 31 de dezembro de 1921, tratando-se dos empréstimos ingleses, conforme a tecnologia adoptada por S. Ex. Emissão de 1922, sete e meio por cento, libras 9 milhões.

Na parte da mensagem enviada ao Congresso por occasião da sua sessão inaugural, relativa á Fazenda, encontrei a tabella correspondente á nossa divida externa e, com grande surpresa, verifiquei que desappareceram, por completo, os nove milhões esterlinos! Não existe mais essa divida!

Ha, portanto, a maxima conveniencia em que algum esclarecimento seja fornecido ao Congresso, e á opinião publica, porquanto a diminuição da divida externa deve contribuir como elemento de confiança, como factor moral para modificação da taxa cambial. Entretanto, não encontrei absolutamente referencia alguma nesse sentido.

E' exacto que o illustre ex-ministro da Fazenda, o Sr. Dr. Homero Baptista, em uma carta publicada no *Jornal do Commercio*, a proposito de uma discussão havida no seio da Commissão de Finanças do Senado, declarou que o empréstimo de nove milhões esterlinos tinha sido feito a juros do sete e meio por cento e prazo de resgate ao par de 10 a 23 annos por sorteio de 1 % ao anno ou por compra de titulos na bolsa e resgate, obrigatorio, a 102, no fim de dez annos.

O typo liquido tinha dado 91 $\frac{1}{2}$ %. O *stock* de café era a garantia dada a esse empréstimo.

São essas as informações officiaes que encontrei e que lembro, porque embora o Senado já tenha tomado conhecimento de todos esses elementos, necessito recordal-os para manter a sequencia das observações que sou obrigado a fazer.

Parece, pois, que a divida consolidada externa de 9 milhões desappareceu dentre os compromissos do paiz e que a venda do *stock* do café foi feita em quantia superior áquella divida.

Seria da maxima conveniencia que esses esclarecimentos fossem trazidos não só ao Congresso, como tambem perante á opinião publica e todos quantos tem interesses ligados á situação economica e financeira do Brasil. Mas, ao contrario do que se deveria dizer, como boa noticia, que a nossa situação, com relação aos empréstimos externos, já está folgada, que este empréstimo já desappareceu e que, portanto, o Governo está livre do *stock* da safra anterior de café, para poder agir com eficiencia com relação á safra que deve começar de 1 de julho vindouro, diz que o resultado foi differente do esperado, que seria não só a melhoria do cambio como a manutenção de preços do café ou pelo menos a sua estabilização nas cotações do momento.

Vou apresentar ao Senado, em resumo — no discurso constarão integralmente — os dados relativos á cotação da moeda e do café, antes e depois da mensagem. São dados de uma semana antes e uma semana depois do envio da mensagem.

No dia 27 de abril, a cotação do dollar era de 9\$440 e do café 33\$400 por arroba do typo 7, que é a base das cotações

na praça do Rio de Janeiro. No mesmo dia, o café a termo, na bolsa, era cotado, de maio a setembro, pelos seguintes preços: 32\$300, 29\$, 26\$800, em julho, 25\$700; em agosto, e 24\$800, em setembro. Nos dias 28 e 30 de abril e 2 de maio, funcionaram a bolsa do café e a bolsa geral relativa ao cambio. Tivemos no dia 2 de maio, vespera da expedição da mensagem, o dollar a 9\$430, isto é, sensivelmente, o mesmo valor anterior — 9\$440; e, réis 32\$700 para a cotação do café. Isto é, tinha baixado 600 réis; mas, a cotação de setembro se mantinha a 24\$800, apesar de ter havido a baixa. Em relação ao café novo, ao café papel, em setembro não tinha sido alterada a situação.

Logo após a mensagem, a situação se modifica rapidamente. Esperava-se que a valorização fosse um dos problemas mais detalhados da mensagem. Tive occasião de conversar com diversos negociantes e interessados no mercado do café, que desejavam obter as maiores sommas de informações a este respeito e aguardavam com anciedade a mensagem presidencial. Não tendo ella tratado deste assumpto, no dia 4 de maio, em que ainda muitos não tinham lido a mensagem, já se deu uma modificação.

O cambio soffreu uma ligeira baixa; quer dizer, baixou, subindo o dollar a 9\$450, apenas 10 réis. O café, que estava a 33\$, baixou a 32\$800, e as cotações para maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro foram successivamente baixando mantendo-se ainda a cotação de setembro em 24\$800. Mas a 9 de maio, ultima data, já a situação peiorava; não só o cambio tinha cotação inferior, elevando-se o dollar a 9\$569, como a cotação do café baixou a 30\$800, e o café a prazo, para setembro, reduziu-se a 23\$800.

Compreende-se, portanto, que entre um e outro ha uma differença de 7\$000. Essa differença representa uma questão muito delicada, para a qual peço venia para chamar a attenção do Poder Executivo.

Si, effectivamente, isso resulta de qualquer transacção especulativa, é necessario, que S. Ex. o Sr. Presidente da Republica tome as providencias que prometeu quando na sua mensagem tratou da questão relativa ao cambio.

De facto, S. Ex., tratando do cambio, diz textualmente:

"A situação cambial, explicavel por causas naturaes e, em menor escala, por causas artificiaes, terá necessariamente de melhorar."

Não é o que se vê. Nota-se que a tendencia é para peiorar e não para melhorar.

Mais adiante diz S. Ex.:

"Por outro lado, o Governo não deixará de exercer rigorosa fiscalização para reprimir a especulação, qualquer que seja a sua modalidade."

Ora, uma das modalidades é exactamente este producto, que na balança commercial é o que mais influe para a estabilidade da taxa cambial — o café. Parece-me que deveriamos tomar uma providencia semelhante á que já foi, não na

escala que devia ser adoptada, mas, em todo caso, iniciada pelo Governo de São Paulo, que prohibiu que a venda de café a termo se fizesse pelo prazo de seis mezes. Reduzidas a cinco mezes, as cotações a termo não são permittidas antes de agosto. Penso que no Rio de Janeiro não deveria haver cotações a termo, isto é, venda de café, além do periodo sobre o qual se pudesse tambem intervir no mercado de cambio.

Como o Senado sabe, o prazo maximo dentro do qual se póde agir no mercado de cambio é de tres mezes.

Compreende-se, portanto, que o Governo deveria tambem tomar providencias para que as cotações de papel-café — em outras palavras — para que a venda de café a termo fosse limitada ao prazo de 90 dias da data em que se póde operar sobre o café papel; quer dizer, da cotação effectiva do preço do café.

E' esta a providencia que peço venia para suggerir não só ao esclarecido juizo do Senado, á sua alta consideração, mas, especialmente, á do Poder Executivo, que poderá agir rapidamente neste assumpto, concorrendo assim para que não estejamos tendendo para uma situação de cambio cada vez peor.

O meu illustre e presado amigo, eminente Vice-Presidente do Senado, trouxe-nos a brilhante exposição sobre o que foi a ultima valorização do café. Escalpellou essa operação como devia fazel-o, e talvez devesse ir mais longe podendo ter entrado em factos concretos que deverão ser, mais cedo ou mais tarde, trazidos ao conhecimento publico. S. Ex. na sua brilhante oração disse:

«O cambio nunca soffreu depreciação igual á deste momento.»

E' um pequeno equivoco. Peço venia para rectificar. O Governo actual ainda não tem o *record* da baixa do cambio. Este pertence ao Governo passado.

Quando discuti esta questão, na sessão de 22 de junho de 1921, mostrei que em 23 de abril de 1898, haviamos tido um cambio ainda mais baixo ao attingido pelo Governo passado, e que esse cambio tinha sido de 5.39-64, ouro, valendo o dollar 8\$913. Na data em que falava, a 22 de junho de 1921, eu mostrava que nós estavamos, no momento, com um cambio de 5 8/64, ou 5 1/8, ouro, valendo o dollar 9\$650.

Pois bem, o cambio peor foi ainda posteriormente, no dia 8 de julho de 1921, em que se verificou o *record* de sua baixa, 5 3/64, ouro, valendo o dollar 9\$904.

Não podemos tomar por base de comparação a moeda ingleza, porque essa moeda não é ouro, é papel, é uma questão de valor que varia.

O SR. A. AZEREDO — A differença foi pequena entre aquella época e a de agora.

O SR. PAULO DE FRONTIN — O illustre amigo vae ouvir a leitura de dados exactos. Nesta questão, eu gosto dos elementos mathematicos, para não haver interpretações erroneas, e, por isso, apresento dados officiaes.

No dia 4 de abril de 1923, é que tivemos no Governo actual a peor taxa de cambio, mas foi em um momento de

indecisão, em um momento excepcional. O Senado sabe que, em virtude do Código de Contabilidade, tinha-se o direito de pagar os 55 %, ouro, de direitos sobre a importação, até 90 dias depois da promulgação da lei, e como esta sómente foi promulgada no dia 5 de janeiro, os 90 dias terminaram no dia 4 de abril. De sorte que, nesse dia, houve uma grande quantidade de tomadores de vales-ouro, baseado no dollar, o que determinou uma baixa extraordinária.

A Junta Syndical dá para esse dia o cambio de 5 4/64, ouro, valendo o dollar 9\$766, e na taxa ingleza, 5 19/64, papel.

Portanto, a taxa ingleza era mais alta do que a nossa em 8 de julho de 1921, que tinha sido de 5 8/64, papel, porque o cambio inglez tinha melhorado bastante.

De modo que o *record* da baixa é ainda o dia 8 de julho de 1921, em que o dollar valia 9\$804.

São dados fornecidos pela Camara Syndical, pois neste dia houve operações sobre a base de 10\$ o dollar.

Julguei necessario fazer estas pequenas correções para não ficar registado que o *record* da baixa foi attingido neste Governo.

Por conseguinte, o periodo em que se iniciou a baixa foi de meados de junho a julho, modificando-se a taxa mais favoravelmente depois das operações dos empréstimos externos.

Nas condições actuaes, desde que o Governo declara que não quer recorrer a empréstimos externos nem á emissão de papel, como está formalmente dito na mensagem, onde se encontra este trecho: «... esse plano de restauração sem emissão de papel moeda e sob empréstimo externo, repouza em dous fundamentos capitaes, etc.»; precisamos cogitar seriamente do valor dos nossos productos de exportação, e, entre elles, está o café, representando por si só mais da metade desse valor. É necessario que com o maximo cuidado acompanhemos tudo que é relativo aos preços no exterior, como razão que póde prevalecer para não prejudicar a sua cotação, dentro de um periodo curto, principalmente quando a safra vindoura se annuncia abundante.

São estas as considerações que submetto ao Senado, e espero que o Poder Executivo resolverá o problema em bem dos interesses do nosso paiz. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Miguel de Carvalho (*) — Sr. Presidente, é com verdadeiro constrangimento, que após o interessante e valioso discurso proferido pelo representante do Districto Federal, abordando altos problemas referentes á fortuna publica, que eu venho á tribuna occupar a attenção de V. Ex. e do Senado relativamente ao que acaba de proferir o meu collega de representação, Sr. Nilo Peçanha, sobre os casos do Estado do Rio de Janeiro. Penso que só nos devemos occupar aqui de questões da ordem da que foi considerada agora, pelo representante do Districto Federal.

O SR. PAULO DE FRONTIN — Muito gracedido a V. Ex.

(*) Não foi revisto pelo orador.

O SR. MIGUEL DE CARVALHO — Estas questiunculas, estas desharmonias, estas queixas locais, durante oito annos de representação no Senado, sempre pensei que não deviam ser brazidas para o recinto dessa augusta corporação. Entretanto, para não parecer descortez venho, não refutar, mas pedir a attenção do Senador que me precedeu na tribuna para as cousas que se referem ao Estado do Rio de Janeiro e que attenda que a situação, figurada em seu primeiro discurso, ao qual tive a honra de responder, em nada se alterou deante das considerações que S. Ex. acaba de fazer.

S. Ex. demorou-se na analyse dos tristes successos de Macalié, no local denominado Sanna, expostos em um jornal, cujos artigos S. Ex. leu, apreciados de fórma diversa daquella que eu trouxe ao conhecimento do Senado baseado em documentos officiaes. S. Ex. disse que nesses casos do Estado do Rio de Janeiro não tinha queixas a levantar contra o Presidente da Republica, nem contra o interventor, nem contra as autoridades que garantem a paz, a tranquillidade e a ordem no Estado do Rio de Janeiro.

S. Ex. portanto, veio collocar o caso na mesma situação em que o fizera da ultima vez em que fallei. Não correm por conta desses altos funcionarios as scenas tristes que lá se deram e sim por conta dos homens politicos das localidades, cujas paixões, acredito, só daqui em deante serão acalmadas após a manifestação do digno representante do Estado do Rio de Janeiro no sentido de não desejar mais entreter lutas nesse terreno; de accôrdo com as suas idéas intimas, e não com a má interpretação que tinha sido dada ao «custe o que custar».

Attitude contraria, conselho no sentido de resistir é que V. Ex. homem politico, comprehende como são perigosos. Irritam-se os animos, apparecem as provocações, explodem os antigos odios; e assim sendo, são falacs as tristes scenas referidas e commentadas por S. Ex.

Pedi S. Ex. que seus amigos seguissem a boa orientação e a boa direcção do espirito de seus companheiros e de seus correligionarios, não por meu conselho, como disse S. Ex.

Creio que João de Barros disse em uma das *Décadas*, narrando o facto do commandante de uma praça forte, na India, que ao ver-se cercado por inumeros adversarios, e chegando a uma situação, insustentavel, teve, depois de ouvir seus companheiros, resolvido a rendição da praça, recolhendo-se a bordo de um navio ancorado no porto. A entrega foi feita, mas nesse mesmo dia chegava, por mar, reforço consideravel que viria salvar a praça. Penetrando no navio, dirigiu-se ao commandante do navio, dizendo-lhe: «Mestre, em questão de honra pessoal, em questão de honra que affectem a responsabilidade do cargo que exerceis, nunca ouçais a outros: ouvi sempre a vossa consciencia».

Segui o seu conselho, e é por isso que pedi a S. Ex., não para acatar o meu conselho, mas por ser um caso de honra, que julgasse em sua consciencia, se não é a S. Ex. que cabe aconselhar os seus amigos a que sigam outro caminho.

Tratou S. Ex. do caso do Sr. Luiz Barbosa que tentara suicidar-se, lançando-se de uma das janellas da repartição de policia desta capital.

Esse caso tambem já foi tratado por mim.

Li um termo de declarações prestadas por esse infeliz, quando internado na Santa Casa de Misericordia, autoado pela autoridade policial e assignado por seu filho.

Ora, ninguem pôde suppor — nem S. Ex. pensaria nisso — que dentro daquella casa, onde, de tempos immoriaes, a sua bandeira, quando estalava a corda dos enforcados, defraldava-se sobre elles, dando-lhes a vida, assegurando-lhes assistencia, ninguem pôde suppor, repito, que hoje, tantos seculos passados, se possa admittir que ella sirva de prisão para alguém, que nella possam ser praticados actos de semelhante abjecção, qual o de constranger a quem quer que seja a fazer declarações em desaccôrdo com a sua consciencia.

S. Ex., para justificar a procedencia da reclamação fundou-se em uma carta a cuja leitura procedeu.

Uma carta, Sr. Presidente! Uma carta!

De ha muito que não sou sympathico ás cartas. E' um genero de litteratura que não sou aprecio. Desde as celebres cartas de Mme. de Sevigné, são ellas sempre o reflexo das sympathias, das malquerenças...

Nem ao proprio historiador offerecem inteira segurança sobre a verdade do que dizem.

As cartas!

Si as considerarmos sob outro ponto de vista, que maior valor teem?

As cartas!

Nós, os homens politicos, as possuímos muitas que começam "Meu querido amigo: Meu illustre chefe". Dous ou tres annos depois, o *querido amigo*, e o *illustre chefe* deixam de o ser.

São papeis que entulham as gavetas e que não teem nenhuma significação.

As cartas!

Ainda recentemente, ellas chegaram ao ponto de fazer parecer que estava condemnado o celebre dito: "*Verba volant scripta manent*", porque os escriptos já não são escriptos; são fabricados, são um instrumento para satisfazer odios e ambições.

De maneira que, sem contestar a veracidade da carta lida por S. Ex., tendo o meu espirito eivado desta suspeição e desta convicção, peço licença a S. Ex. para contrapôr a essas declarações escriptas pela viuva no mesmo dia em que se hospitalizava o Sr. Luiz Barbosa a desconfiança de que a dôr e a afflicção foram-lhe más conselheiras nessa occasião.

Nunca tive, Sr. Presidente, a orientação de sustentar amigos, *quand même*. Acompanho-os até onde é possivel. E ninguem, neste recinto ou fóra daqui, me julgará capaz de sustentar actos de autoridades que consintam sejam praticados os attentados a que se referiu o nobre Senador.

Si taes crimes foram commettidos da fórma referida; si o assassinato teve logar naquellas condições; si nessa triste tragedia entraram individuos que se dizem meus correligionarios, esses não o são, porque não tenho, entre os que me acompanham, nenhum que possa ser taxado com o feio epitheto de assassino.

Fique S. Ex. tranquillo. Si, realmente, os factos a que se refere e que tiveram a triste repercussão que conhecemos, são revestidos dos caracteristicos que S. Ex. lhes deu, elles

serão punidos, pelas honradas autoridades que estão à frente do Estado do Rio de Janeiro. Ellas não podem absolutamente confabular com gente desta ordem.

Quasi mais nada tenho a dizer, Sr. Presidente, a não ser manifestar o pesar que me causou o desanimo em que se acha o meu honrado collega de representação quanto ás cousas publicas desta terra, quanto á situação do Brasil. E explico isto, por um estado morbido de S. Ex., depois das longas vigílias que tem tido. Naturalmente seu systema nervoso acha-se perturbado e não vê as cousas como ellas devem ser vistas.

Um autor muito conhecido de V. Ex. já o disse: "Vêr as cousas como ellas são, é vêr, mas vêr as cousas como ellas não são, não é vêr, é estar cêgo.

Tenho concluido. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. José Euzebio.

O Sr. José Euzebio — Sr. Presidente, sou devedor de immensa gratidão ao Senado. Reconheço e proclamo a sua grande generosidade para commigo, elegendo-me, ha quasi tres lustros, para as suas principaes commissões. Asseguro, pois, o meu profundo reconhecimento aos meus nobres collegas, a começar pelo meu velho companheiro de quasi 15 annos, aquelle que occupa presentemente a decania desta Casa, e meu prezado amigo Sr. Senador Azeredo, reconhecimento ainda maior pela honra que ultimamente me foi concedida com a eleição para o cargo de 1º secretario.

Jámais recusei os meus serviços nos postos que me tem sido designados. De boa vontade os tenho occupado sem o menor brilho (*não apoiados*), mas com toda a dedicação (*apoiados*).

Agora, Sr. Presidente, por motivos ponderosos, que se prendem ao interesse do meu Estado, sou forçado a implorar aos meus collegas a gentileza de uma escusa.

Sr. Presidente, venho declarar a V. Ex. e ao Senado que não posso aceitar o cargo de 1º Secretario desta Camara.

O Sr. Presidente — Está finda a hora do expediente.

ORDEM DO DIA

Eleição de Commissões permanentes.

Deante da declaração do Sr. José Euzebio, de que não póde aceitar o cargo de 1º Secretario da Mesa do Senado, para que foi eleito, vae proceder-se, em primeiro logar, á eleição para esse cargo.

São recolhidas 35 cédulas que, apuradas, dão o seguinte resultado:

	Votos
Mendonça Martins	33
Olegario Pinto	1
José Euzebio	1

O Sr. Presidente — O Senado elegeu e eu proclamo 1º Secretario do Senado o Sr. Senador Mendonça Martins.

Com a eleição do Sr. Mendonça Martins para 1º Secretario, verifica-se a vaga de 2º Secretario. Vae proceder-se á eleição para preenchimento dessa vaga.

São recolhidas 40 cédulas, que, apuradas, dão o seguinte resultado:

	Votos
Olegario Pinto	39
Silverio Nery	1

O Sr. Presidente — O Senado elegeu e eu proclamo 2º Secretario o Sr. Olegario Pinto.

Com a eleição do Sr. Olegario Pinto para o cargo de 2º Secretario, deu-se a vaga de 3º Secretario.

Vae proceder-se á eleição para este cargo.

São recolhidas 42 cédulas que, apuradas, dão o seguinte resultado:

	Votos
Silverio Nery	39
Benjamin Barroso	1
Cédulas em branco	2

O Sr. Presidente — O Senado elegeu e eu proclamo 3º Secretario o Sr. Senador Silverio Nery.

Com a eleição do Silverio Nery para 3º Secretario, abriu-se a vaga de 4º Secretario, que vae ser preenchida immediatamente.

Foram recolhidas 42 cédulas que, apuradas, dão o seguinte resultado:

	Votos
Pires Rebello	41
Octacilio de Albuquerque	1

O Sr. Presidente — O Senado elegeu e eu proclamo 4º Secretario o Sr. Pires Rebello.

Convido o Sr. Pires Rebello a occupar o seu logar na Mesa.

O Sr. Pires Rebello — Peço a palavra pela ordem.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. PIRES REBELLO (*pela ordem*) — Sr. Presidente, tendo sido eleito 4º Secretario da Mesa, desta Casa, resigno o logar para que fui sorteado na Comissão de Poderes.

O Sr. Presidente — Vas se proceder á eleição para a Commissão de Constituição.

São recebidas 41 cédulas, que, apuradas, dão o seguinte resultado:

	Votos
Lopes Gonçalves	41
Ferreira Chaves	40
Marcilio de Lacerda	40
Bernardino Monteiro	39
Antonio Moniz	39
Cunha Machado	2
Bueno de Paiva	1
Hermenegildo de Moraes	1
Eloy de Souza	1
Pereira Lobo	1

O Sr. Presidente. — Proclamo membros da Comissão de Constituição os Srs. Lopes Gonçalves, Marcilio de Lacerda, Bernardino Monteiro, Antonio Moniz e Ferreira Chaves.

Vão proceder-se á eleição da Comissão de Diplomacia e Tratados.

São recolhidas 37 cédulas, que, apuradas, dão o seguinte resultado:

	Votos
Alvaro de Carvalho	35
Carlos Barbosa	35
Hermenegildo de Moraes	34
Gonçalo Rollemberg	34
Venancio Neiva	34
Antonio Massa	1
Antonio Moniz	1
Afonso Camargo	1

O Sr. Presidente — Estão eleitos membros da Comissão de Diplomacia e Tratados os Srs. Alvaro de Carvalho, Carlos Barbosa, Hermenegildo de Moraes, Gonçalo Rollemberg e Venancio Neiva.

Não há mais numero no recinto para continuar a eleição das Comissões permanentes.

Vou mandar antes proceder ao sorteio para a substituição do Sr. Pires Rebello na Comissão de Poderes.

(O Sr. 1º Secretario retira da urna uma cédula com o nome do Sr. *Pereira Lobo*).

Foi sorteado para a comissão de Poderes o Sr. *Pereira Lobo*.

Vão ser feita a chamada.

Procedendo-se á chamada, verifica-se a ausencia dos Srs. Silverio Nery, José Eusebio, Costa Rodrigues, Antonino Freire, Benjamin Barroso, João Lyra, Ferreira Chaves, Antonio Massa, Manoel Borba, Pereira Lobo, Bernardino Monteiro, Miguel de Carvalho, Paulo de Frontin, Bueno de Paiva, Bernardo Monteiro, Adolpho Gordo, Alfredo Ellis, Alvaro de Carvalho, A. Azeredo, Hermenegildo de Moraes, Afonso Camargo, Vespucio de Abreu (23).

O Sr. Presidente — Responderam a chamada apenas 21 Srs. Senadores. Não há numero para a continuação da eleição das comissões permanentes.

Designo para a sessão de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Continuação da eleição das Comissões Permanentes.
Levanta-se a sessão ás 15 horas e vinte e cinco minutos.

5ª SESSÃO, EM 12 DE MAIO DE 1923

PRESIDENCIA DO SR. ESTACIO COIMBRA, PRESIDENTE

Às 13 e 1/2 horas abre-se a sessão, a que concorrem os Srs. A. Azeredo, Mendonça Martins, Olegário Pinto, Silverio Nery, Pires Rebello, Barbosa Lima, Lauro Sodré, Justo Chermont, Indio do Brasil, Cunha Machado, Costa Rodrigues, Antonino Freire, Benjamin Barroso, João Lyra, Ferreira Chaves, Antonio Massa, Venancio Neiva, Octacilio de Albuquerque, Manoel Borba, Eusebio de Andrade, Araujo Góes, Pereira Lobo, Bernardino Monteiro, Jeronymo Monteiro, Nilo Peganha, Modesto Leal, Miguel de Carvalho, Paulo de Frontin, Sampaio Corrêa, Irineu Machado, Bueno de Paiva, Bernardo Monteiro, Francisco Salles, Adolpho Gordo, Alfredo Ellis, Alvaro de Carvalho, José Murtinho, Luiz Adolpho, Hermenegildo de Moraes, Carlos Cavalcanti, Affonso Camargo, Lauro Müller, Felipe Schmidt, Soares dos Santos e Vespucio de Abreu (47).

Deixam de comparecer com causa justificada os Srs. Lopes Gonçalves, Abdias Neves, João Thomé, Eloy de Souza, Carneiro da Cunha, Rosa e Silva, Gonçalo Rollemberg, Siqueira de Menezes, Moniz Sodré, Generoso Marques, Vidal Ramos e Carlos Barbosa (14.)

E' lida, posta em discussão, e sem debate, approvada a acta da sessão anterior.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente — Continuação da eleição das comissões permanentes.

Nae proceder-se á eleição da Comissão de Finanças.

São recolhidas 44 cédulas que, apuradas, dão o seguinte resultado:

	Votos
Alfredo Ellis	39
Lauro Müller	39

	Votos
Bernardo Monteiro	39
Vespucio de Abreu	39
João Lyra	39
Bueno de Paiva	38
Sampaio Corrêa	38
Justo Chermont	38
Moniz Sodré	38
Felippe Schmidt	37
José Eusebio	29
Irineu Machado	11
Barbosa Lima	2
Antonio Massa	1
Indio do Brasil	1

O Sr. Presidente — Foram eleitos membros da Comissão de Finanças os 11 Srs. Senadores mais votados.

Vae proceder-se á eleição da Comissão de Justiça e Legislação.

São recolhidas 46 cédulas, que, apuradas, dão o seguinte resultado:

	Votos
Euzebio de Andrade	45
Cunha Machado	45
Adolpho Gordo	44
Affonso de Camargo	44
Jeronymo Monteiro	44
Manoel Borba	43
Marcilio de Lacerda	43
Antonio Massa	3
Irineu Machado	1
Miguel de Carvalho	1
Em branco	1

O Sr. Presidente — Estão eleitos para a Comissão de Legislação e Justiça os sete Srs. Senadores mais votados.

Vae proceder-se á eleição da Comissão de Marinha e Guerra.

São recolhidas 40 cédulas, que, apuradas, dão o seguinte resultado:

	Votos
Indio do Brasil	39
Lauro Sodré	39
Carlos Cavalcanti	39
Pereira Lobo	39
Benjamin Barroso	38
Barbosa Lima	3
Siqueira de Menezes	2
Soares dos Santos	1

O Sr. Presidente — Proclamo eleitos membros da Comissão de Marinha e Guerra os cinco Senadores mais votados.

Vae proceder-se á eleição da Commissão de Commercio, Agricultura, Industria e Artes.

São recolhidas 32 cédulas, que, apuradas, dão o seguinte resultado:

	Votos
Vidal Ramos	31
João Thomé	31
Antonio Massa	30
Octacilio de Albuquerque	1
Em branco	1

O Sr. Presidente — Estão eleitos membros da Commissão de Agricultura, Commercio, Industria e Artes, os tres Srs. Senadores mais votados.

Vae proceder-se á eleição da Commissão de Obras Publicas e Emprezas Privilegiadas.

São recolhidas 37 cédulas, que, apuradas, dão o seguinte resultado:

	Votos
Ramos Caiado	37
Luiz Adolpho	36
Antonino Freire	36
Sampaio Corrêa	1
Affonso de Camargo	1

O Sr. Presidente — Estão eleitos membros da Commissão de Obras Publicas os tres Srs. Senadores mais votados.

Vae proceder-se á eleição da Commissão de Instrucção Publica.

São recolhidas 35 cédulas, que, apuradas, dão o seguinte resultado:

	Votos
Mignel do Carvalho	35
José Murinho	35
Paulo de Frontin	34

O Sr. Presidente — Foram eleitos membros da Commissão de Instrucção Publica os tres Srs. Senadores mais votados.

Vae proceder-se á eleição da Commissão de Saude Publica.

São recolhidas 35 cédulas, que, apuradas, dão o seguinte resultado:

	Votos
Costa Rodrigues	34
Francisco Salles	34
Octacilio de Albuquerque	33
José Murinho	1

O Sr. Presidente — Proclamo eleitos membros da Commissão de Saude Publica os tres Srs. Senadores mais votados.

O Sr. Octacilio de Albuquerque — Peço a palavra pela ordem.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o nobre Senador.

O Sr. Octacilio de Albuquerque — *(Pela ordem)* — Sr. presidente, venho declarar a V. Ex. e á Casa que, por motivo que reputo justo, deixo de aceitar o logar para que fui eleito na Comissão de Saude Publica, agradecendo ao Senado a prova de consideração com que me distinguiu.

O Sr. Presidente — Vae ser feita a eleição da commissão de Redacção de Leis.

São recolhidas 35 cédulas que apuradas dão o seguinte resultado:

	Votos
Araujo Goes.	34
José Eusebio.	33
Marcilio de Lacerda.	33
Soares dos Santos.	1
Barbosa Lima.	1

O Sr. Presidente — Proclamo eleitos para a Comissão de Redacção de Leis os tres Srs. Senadores mais votados.

Está terminada a eleição das Comissões Permanentes. Nomeio para substituir, na Comissão de Saude Publica, ao Sr. Octacilio de Albuquerque, que não aceitou, o senhor Generoso Marques.

Nada mais havendo a tratar, vou levantar a sessão designando para segunda-feira, a seguinte ordem do dia.

3ª discussão do projecto do Senado n. 80, de 1922, modificando a lei n. 4.474, de 14 de janeiro de 1922, que autoriza a contractar com quem maiores vantagens oferecer, a construcção de predios destinados aos funcionarios publicos e operarios da União (da Comissão de Justiça e Legislação e parecer favoravel da de Finanças, n. 431, de 1922).

3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 269, de 1921, dispondo sobre o plantio de arvores á margem das estradas de ferro. (Com parecer favoravel da Comissão de Agricultura, Industria e Commercio, numero 140, de 1922).

3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados n. 37, de 1921, organizando o Codigo do Processo Criminal do Districto Federal. (Com parecer favoravel da Comissão de Justiça e Legislação, n. 391 A, de 1922).

Levanta-se a sessão ás 15 horas e 10 minutos.

ACTA DA REUNIÃO EM 14 DE MAIO DE 1923

PRESIDENCIA DO SR. ESTACIO COIMBRA, PRESIDENTE

A's 13 e meia horas acham-se presentes os Srs. Mendonça Martins, Olegario Pinto, Cunha Machado, Benjamin Barroso, João Lyra, Manoel Borba, Pereira Lobo, Antonio Moniz, Nilo Peçanha, Miguel de Carvalho, Paulo de Frontin, Sampaio Corrêa, Bueno de Paiva, Bernardo Monteiro, Adolpho Gordo, Luiz Adolpho, Hermenegildo de Moraes, Carlos Cavalcanti, Soares dos Santos e Vespucio de Abreu (20).

Deixam de comparecer com causa justificada os Srs.: A. Azeredo, Silverio Nery, Pires Rebello, Barbosa Lima, Lopes Gonçalves, Lauro Sodré, Justo Chermont, Indio do Brasil, José Euzebio, Costa Rodrigues, Antonino Freire, Abdias Neves, João Thomé, Eloy de Souza, Ferreira Chaves, Antonio Massa, Venancio Neiva, Octacilio de Albuquerque, Carneiro da Cunha, Rosa e Silva, Eusebio de Andrade, Araujo Góes, Gonçalo Rollemberg, Siqueira de Menezes, Moniz Sodré, Bernardino Monteiro, Jeronymo Monteiro, Marcilio de Lacerda, Modesto Leal, Irineu Machado, Francisco Salles, Alfredo Ellis, Alvaro de Carvalho, José Murtinho, Luiz Adolpho, Ramos Caiado, Generoso Marques, Affonso de Camargo, Lauro Müller, Vidal Ramos, Felipe Schmidt e Carlos Barbosa (41).

O Sr. 1º Secretario declara que não ha expediente.

O Sr. 2º Secretario declara que não ha pareceres.

O Sr. Presidente — A lista de presença accusa terem comparecido apenas 20 Srs. Senadores. Não ha numero, para ser aberta a sessão.

Designo para ordem do dia da seguinte a mesma já marcada, isto é:

3ª discussão do projecto do Senado n. 80, de 1922, modificando a lei n. 4.474, de 14 de janeiro de 1922 que autoriza a contractar com quem maiores vantagens offercer, a construcção de predios destinados aos funcionarios publicos e operarios da União (da Commissão de Justiça e Legislação e parecer favoravel da de finanças, n. 431, de 1922);

3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 269, de 1921, dispondo sobre o plantio de arvores á margem das estradas de ferro. (Com parecer favoravel da Commissão de Agricultura, Industria e Commercio, numero 140, de 1922);

3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 37, de 1921, organizando o Codigo do Processo Criminal do Districto Federal. (Com parecer favoravel da Commissão de Justiça e Legislação, n. 391 A, de 1922).

6ª SESSÃO, EM 15 DE MAIO DE 1923

PRESIDENCIA DO SR. ESTACIO COIMBRA, PRESIDENTE

A's 13 e meia horas abre-se a sessão, a que concorrem os Srs.: A. Azeredo, Mendonça Martins, Olegario Pinto, Silverio Nery, Pires Rebello, Lopes Gonçalves, Lauro Sodré, Índio do Brasil, Cunha Machado, José Eusebio, Antonino Freire, Benjamin Barroso, João Lyra, Ferreira Chaves, Antonio Massa, Venancio Neiva, Eusebio de Andrade, Pereira Lobo, Gonçalo Rollemberg, Antonio Moniz, Bernardino Monteiro, Marcilio de Lacerda, Nilo Peçanha, Miguel de Carvalho, Paulo de Frontin, Sampaio Corrêa, Bueno de Paiva, Bernardo Monteiro, Alfredo Ellis, Alvaro de Carvalho, José Murtinho, Luiz Adolpho, Hermenegildo de Moraes, Carlos Cavalcanti, Affonso de Camargo, Lauro Müller, Felipe Schmidt, Soares dos Santos e Vespucio de Abreu (39).

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs.: Barbosa Lima, Justo Chermont, Costa Rodrigues, Eloy de Souza, Octacilio de Albuquerque, Carneiro da Cunha, Manoel Borba, Rosa e Silva, Araujo Góes, Siqueira de Menezes, Moniz Sodré, Jeronymo Monteiro, Modesto Leal, Irineu Machado, Francisco Salles, Adolpho Gordo, Ramos Caiado, Generoso Marques, Vidal Ramos e Carlos Barbosa (22).

São lidas, postas em discussão e sem debate, aprovadas as actas da sessão anterior e da reunião do dia 14 do corrente.

O Sr. 1º Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios das seguintes procedencias, enviando ao Senado pezames pelo passamento do Sr. Senador Ruy Barbosa:

«Sr. 1º Secretario do Senado Federal — Tenho a honra de enviar a V. Ex. a inclusa cópia de um officio que o reitor da Universidade de Coimbra dirigiu á nossa Embaixada em Lisboa, communicando que, por proposta sua, o Senado da mesma universidade, em sessão de 12 de março ultimo, resolveu, por unanimidade, que fosse exarado na acta um voto de profundo pezar pelo fallecimento do preclaro Brasileiro Senador Ruy Barbosa.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e mais distincta consideração. — *Feliz Pacheco.*»

—

Annexo ao officio da Embaixada do Brasil em Lisboa á Secção do Protocollo do Ministerio das Relações Exteriores, sob o n. ... de ... de março de 1923 — Cópia: (impresso) armas da Republica Portuguesa — Universidade de Coimbra — Reitoria — L. n. 475 (á machina) — Exmo. Sr. Embai-

xador da Republica dos Estados Unidos do Brasil — Tenho a honra de communicar a V. Ex. que o Senado desta universidade, em sua sessão de 12 do mez corrente, votou, unanime, a proposta por mim apresentada, na qualidade de presidente dessa corporação universitaria, para que na acta ficasse exarado um voto de profundo sentimento pela morte do Dr. Ruy Barbosa. Ouviu a assembléa com commovida attenção as palavras em que me referi ao grande cidadão, raro espirito de pensador, jurisconsulto eminente e publicista cultissimo, gloria do Brasil e de toda a raça latina, pelas suas singulares faculdades mentaes, nobres qualidades de coração e desassombrado character. Posso affirmar a V. Ex. que esta homenagem do Senado Universitario de Coimbra revestiu, na sua gravidade, uma demonstração da admiração mais sincera, uma manifestação do mais alto respeito pela honrada e prestigiosa memoria de Ruy Barbosa. E'-me sobremodo grato, por todos os titulos, communicar-o a V. Ex. como a quem, devido aos seus excepcionaes dotes de espirito e de coração, saberá comprehender toda a significação e todo o alcance de uma tão sentida homenagem. A V. Ex. rogo, como especial fineza, e confessando-me desde já vivamente reconhecido, o favor de, pelos meios que V. Ex. entender convenientes, promover que á familia do illustre extinto seja tambem dada communicação da recente homenagem prestada á sua memoria pelo Senado da Universidade de Coimbra. Mais rogo a V. Ex., na sua qualidade de muito illustre representante da Nação Brasileira, so digne aceitar a expressão das nossas condolencias, minhas e desta universidade, pelo fallecimento de tão benemerito cidadão. Saude e fraternidade. Paço das Escolas, em 17 de março de 1923. — O reitor, Dr. *Antonio Luis Gomes*. Confere. — *J. R. de Macedo Soares*, 2º secretario da embaixada. Conforme. — *Lafayette de Carvalho e Silva*, 1º secretario da embaixada. — *Maya Monteiro*, director interino.

«Congresso da Republica — Senado — Presidencia. — Exmo. Sr. Presidente do Senado da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

N. 222 — Tenho a honra de communicar a V. Ex. que na sessão de hontem do Senado da Republica Portugueza foi por unanimidade approvado um voto de profundo sentimento pelo fallecimento do illustre cidadão Dr. Ruy Barbosa, tendo a Camara interrompido os seus trabalhos por cinco minutos, em signal de muita consideração e respeito pela memoria do grande morto.

Desta deliberação foi resolvido se dêsse conhecimento ao Senado da mui digna Presidencia de V. Ex., o que faço por esse meio, aproveitando o ensejo para apresentar a V. Ex. os protestos da minha mais alta consideração. — Saude e Fraternidade.

Palacio do Congresso da Republica, em 7 de março de 1923. — *Antonio Xavier Corrêa Barreto*»

«Presidencia del Senado Nacional — Buenos Aires, marzo 8 de 1923. — Exmo. Señor Presidente del Senado del Brasil.

Comunico a V. Ex. que el Honorable Senado en sesión de 1ª fecha, ha resuelto exprese a V. Ex. y por vuestro intermedio al Honorable Senado del Brasil, el enorme pesar que ha

producido el fallecimiento del esclarecido repúblico y eminente hombre de Estado Brasileiro Ruy Barbosa y ponerse de pié en homenaje a su memoria.

Presento a V. E. y al Honorable Senado del Brasil los testimonios de mi más alta consideración y estima. — *Elpidio Smialer*. — *Adolph Abuyle*, secretario del Senado.»

«Juízo de Direito da comarca de Mogy-mirim, em 8 de março de 1923. — Exmo. Sr. Dr. Presidente do Senado Federal.

Em meu nome, e do povo desta comarca, transmitto a V. Ex. as expressões de sincero e profundo pezar pelo fallecimento do eminente Senador Ruy Barbosa.

A desoladora, irreparavel perda repercutiu dolorosamente em todos os recantos do territorio pátrio, transpoz as fronteiras e os mares.

E' que o nome do genial compatriota, expoente maximo da intellectualidade brasileira, ha muito que se destacava entre os que mais avultam na actualidade mundial.

O povo desta comarca, associa-se ao luto que ora opprime o Senado Federal Brasileiro. Attenciosas saudações. — O Juiz de Direito, *Carlos Alberto Vianna*.»

«Cartorio do Segundo Officio do Termo de Tres Pontas, 7 de março de 1923. — Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Apresentando a V. Ex. as homenagens da minha profunda magua pelo fallecimento do Senador Ruy Barbosa, passo ás mãos de V. Ex. a cópia do termo de audiencia do Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito desta comarca, realizada hoje. — Respeitosas saudações. — O escrivão, *Alvaro de Brito*.»

«Intendencia Municipal da Villa de Guarany — Em 24 de janeiro de 1923.

Exmo. Sr. Doutor Secretario da Camara do Senado Federal. — Rio de Janeiro.

Em cumprimento de um dever sagrado, venho communicar a V. Ex. que, por lei municipal, n. 13, de 22 do corrente, foi mudado o nome do Districto de Paz e de Subdelegacia, vulgarmente conhecido pelo nome «Carrapato», districto creado por lei n. 2.833, de 13 de junho de 1883, para o de «Palmares», com os mesmos limites, sob a denominação do segundo.

Aproveitando a oportunidade, apresento a V. Ex. os meus protestos de subida estima e elevada consideração. — Saude e fraternidade. — O intendente interino, *Lindolpho Gonçalves de Araujo*.»

“Audiencia civil do dia 7 de março de 1923, juiz de direito, Exmo. Sr. Dr. Moreira Rangel, aberta ás 11 1/2 horas, ao toque de campainha, pelo official Marques Vianna. Compareceu o advogado Dr. José Augusto de Assis Lima e disse: ainda curvado sobre o tumulo dos seus grandes filhos Luiz Pereira Barreto, o sabio, cuja existencia fôra consagrada á humanidade no culto á sciencia e á Patria, no desenvolvimento de nossa agricultura e industria — João Mendes Junior, o mestre que foi perenne lição á moral e ao paiz, ensinando ás gerações academicas que o ouviram, que o caracter é a suprema affirmação do direito dos povos e do individuo — reccheu o nosso paiz golpe tremendo com

o desaparecimento, em primeiro de março corrente, do ex-poente maximo das suas virtudes civicas e intellectuaes — Ruy Barbosa! O extraordinario orador da abolição, com Luiz Gama e Castro Alves, fôra o genio da liberdade e da justiça, com que a Bahia, mãe da intelligencia, do enthusiasmo e do bem, concorreu aos triumphos e á gloria da nossa Patria. Na campanha heroica do abolicionismo formou-se a tempera do luctador que seria mais tarde o creador do Federação Brasileira, o jurisconsulto maximo da Republica, a primeira mentalidade de um governo de talentos, como fôra o Ministerio Provisorio da democracia brasileira a 15 de novembro de 89! Advogado e jornalista genial, todas as melhores causas da Patria e da humanidade, receberam o clarão bemfazejo da vehemencia de sua eloquencia, e manejador inegualavel das bellezas da nossa lingua, foi no seio da comissão organizadora do Codigo Civil Brasileiro, o monumento que ha de viver através as gerações — o defensor acerrimo, o advogado inexcedivel dos encantos purissimos do nosso idioma! O defensor de Alfredo Dreyfus, pela imprensa, enviado ao Congresso de Haya, em 1907, embaixador do Brasil, que nos ecoou fortemente como um hymno a liberdade em favor da igualdade das nações e em beneficio dos povos fracos. Embaixador do Brasil junto ao Governo Argentino, no Centenario da Emancipação da Republica irmã, despreza as formalidades protocollares, e na conferencia que se realizou, falla em nome da humanidade, defendendo os direitos do mundo contra o dispotismo militar allemão. D'ahi a sua popularidade; d'ahi o seu nome glorioso ante o affecto nacional e a admiração estrangeira. Bem synthetisa essa admiração o magistrado Manoel da Costa Mauro: — «A familia de Ruy Barbosa é todo o Brasil, somos todos nós; Ruy Barbosa é no Brasil o que Washington era na America; o que Victor Hugo fôra na França — um nome imperecivel na memoria do povo». Requeria que se lançasse em acta um voto de profundo pezar pelo desaparecimento da vida material do immortal brasileiro; requeria que a justiça de Tres Pontas tomasse parte no luto nacional, decretado pelo Governo da Republica, interprete fiel do sentimento do povo brasileiro e representantes da justiça, nesta comarca. Fazemos nossas as bellissimas palavras de Noraldino de Lima, em um encantador ineditorial do *Minas Geraes* de 2 de março, em que não sabemos o que mais admirar, si a belleza da linguagem, cantando verdades sonoras, si a vehemencia de patriotismo, que é um hymno consagrado á Patria — rendamos nossa homenagem de lagrimas e saudades ao «Deus creador dos maiores thesouros do nosso idioma e da nossa cultura, o Deus tutelar de todas as liberdades e nobres anseios de perfeição do Brasil, o Deus Todo Poderoso da intelligencia e do direito em nosso paiz». Requeria mais que se remetlessem uma cópia desta homenagem ao *Minas Geraes*, e outra ao Senado Federal. Pelo juiz foi deferido, encarregando o Sr. escrivão do primeiro officio de extrahir a primeira das cópias e o Sr. escrivão do segundo officio a segunda. Nada mais. Eu, Alvaro de Brito, escrivão, a escrevi. — *Rangel*. — *José Augusto Assis Lima*. — *José Marques Vianna*. — *Antonio Rocha*. — *Pedro Marinho*.

--*J. Nascimento. — C. de Mendonça.* E' só o que continha no termo mencionado para aqui fielmente transcripto, de que dou fé. Tres Pontas, 7 de março de 1923. — O escrivão, *Alvaro de Brito.*

«Juizo de Direito da Comarca de Jacarehy, em 7 de março de 1923:

Exmo. Sr. Dr. Presidente do Senado Federal — Rio de Janeiro:

Em nome do povo de Jacarehy, venho por este apresentar ao Senado Federal, na pessoa de V. Ex., pezames muito sinceros pelo fallecimento do eminente Senador Ruy Barbosa, e ao mesmo tempo communicar que, na audiencia deste juizo, hoje realizada, ficou consignado o profundo pezar de todos os membros do mesmo fôro pelo desaparecimento daquelle preclaro filho do Brasil.

Attenciosas saudações. — O juiz de direito, *Paulo de Oliveira Costa.*

«Audiencia ordinaria do Exmo. Sr. Dr. juiz de direito, Francisco B. Teixeira Duarte, em 3 de março de 1923.

Aberta ao toque de campainha, pelo escrivão do 2º officio, na falta do official e ausencia do 1º officio, ao meio-dia, em casa de residencia do Exmo. Sr. Dr. juiz de direito da comarca, em virtude de molestia em sua pessoa, compareceram o Dr. promolôr Brotero Antonio do Pilar Cobra, o advogado Dr. Rubens Fernandes e o contador Menezes. Pelo juiz foi dito que, tendo os jornaes do Rio trazido a esta cidade a infausta noticia do fallecimento do grande e incomparavel brasileiro, senador bahiano, conselheiro Ruy Barbosa, não podia esse facto ser indifferente ao fôro da comarca de Baependy, no Estado de Minas, e, por isso, em homenagem á memoria desse grande vulto nacional, cujo nome enche um seculo inteiro e honra uma nação, suspendia a audiencia de hoje e mandava que se officiasse, remettendo o presente termo á illustre familia do inclito finado, exprimindo o sentimento de pezar do povo desta terra e particularmente do fôro da comarca, fazendo-se o mesmo aos Exmos. Srs. Presidentes da Republica e do Estado, dando-lhes, em suas pessoas, pezames sinceros deste povo e deste fôro pela perda de tão insigne varão, que tantos serviços inolvidaveis prestou sempre á nossa Patria. Pelo promotor de justiça da comarca, Dr. Brotero Antonio do Pilar Cobra, foi dito que, de sua parte se associava e compartilhava da justa e especial homenagem prestada á memoria do insigne vulto de notabilissimo jurisconsulto, que foi o conselheiro Dr. Ruy Barbosa, para testemunhar á memoria do extinto o profundo pezar do ministerio publico da comarca e requeria ao M. M. juiz se dilatasse essa homenagem, dando della conhecimento tambem, ao Presidente do Senado Federal, por intermedio da secretaria. Ouvido pelo juiz, foi deferido. Compareceu, em seguida, o Dr. Rubens Fernandes, advogado dos auditorios da comarca e disse: que, por parte dos funcionarios do fôro e dos advogados desta comarca, requeria ao M. M. juiz mandar inserir nos protocollos um voto de legitima homenagem e profundo pezar pelo esvoçar do es-

pirito superior do grande Ruy Barbosa, dando pezames sinceros, não só á illustre familia do grande morto e á Nação, mas á humanidade inteira, onde elle deixou ensinamentos inolvidaveis e a mais profunda saudade. Pelo juiz foi deferido. Nada mais, mandou o juiz encerrar esta audiencia, suspendendo-a, e que, para constar, se lavrasse este. Eu, Mario Bernardes da Costa Lara, escrivão privativo dos processos criminaes e execuções fiscaes, o escrevi. — *Duarte.* — *Brotero Antonio do Pilar Cobra.* — *Rubens Fernandes.* — *Joaquim Olyntho de Figueiredo Torres.* — *Manoel de Menezes.* — *Theobaldo de Souza Rocha.*

Está conforme ao original, a fls. 9 e 10 do meu protocollo de audiencias, ao qual me reporto e dou fé;

Baependy, 3 de março de 1923. — O escrivão, *Mario Bernardes da Costa Lara.*

«Juizo de Direito da Comarca de Alfenas, 3 de março de 1923.

Ao Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal.

Exmo. Sr. — Tenho a honra de levar ás mãos de Vossa Excellencia a certidão do termo da audiencia deste Juizo realizada hoje.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excellencia os protestos da mais elevada estima e consideração. — O Juiz de Direito, *A. de Albuquerque Cabral de Vasconcellos.*»

Certidão — Eu, Ulysses Julio Pereira Rodrigues, escrivão do cartorio do primeiro officio do judicial e notas e official do registro geral desta Comarca de Alfenas:

Certifico e dou fé que do livro do Protocollo de Audiencias numero seis (6), consta, á folha 79 v. (setenta e nove verso), o termo de audiencia do teor seguinte: «Juizo de Direito. Audiencia de tres de março de mil novecentos e vinte e tres, do Dr. A. Cabral. Official Hylarino. Advogados presentes: Drs. Loão de Faria, Flavio de Salles Dias e promotor de Justiça Dr. Sette Camara. Aberta a audiencia com as formalidades legais, pelo *Dr. Promotor de Justiça*, foi dito que por parte do Ministerio Publico, requeria se inserisse nos protocollos da audiencia um voto de profundo pezar pelo passamento do *Conselheiro Ruy Barbosa*, que além de ser considerado justamente a maior cultura juridica e litteraria do Paiz, foi no proprio estrangeiro consagrado mais de uma vez uma das mais brilhantes e cultas intelligencias do mundo. Requeria que tomado esse voto de pezar nesta casa onde o amor do Direito por tantas vezes se tem revelado, não só no espirito esclarecido do MM. Juiz que dirige os nossos trabalhos, como no carinhoso esforço dos advogados e auxiliares da Justiça, se dignasse o illustrado magistrado, que preside esta audiencia, de determinar se extrahissem duas cópias deste termo, enviando uma á Exma. viuva do pranteado morto e outra ao Exmo. Sr. Presidente da Republica. Disse o Juiz que deferia, associando-se ao justo voto de pezar pelo passamento do grande brasileiro e determinava um dos escrivães do judicial para extrahir uma das cópias, sendo a outra extrahida pelo escrivão companheiro, — e qualquor dellas dirigida por officio assignado pelo Juiz. Compareceu o advogado *Dr.*

Flavio de Salles Dias e disse que em complemento ás homenagens prestadas nesta audiência ao morto que hoje pranteamos, requeria que fossem os trabalhos desta audiência suspensos como mais um attestado do nosso grande pezar. Pelo advogado *Dr. Leão de Faria* foi dito que, interpretando o sentir de todos os seus companheiros de lides forenses da comarca, requeria ficasse constando do protocollo das audiencias que se associam ás homenagens tributadas ao grande morto, cujo passamento a patria inteira pranteia e ás manifestações de pezar que veem de ser feitas nesta casa. Pedia ainda que como especialissima homenagem fossem igualmente suspensos os trabalhos de alistamento eleitoral e bem assim se desse conhecimento desse movimento da alma dos que mourcjam no Fóro alfenense á mais ampla Camara do Poder Legislativo Nacional, por intermedio de seu presidente, á qual sempre emprestou o fulgor de seu genio a individualidade excelsa de Ruy Barbosa. Deferiu o Juiz, manifestando-se de completo accôrdo com o requerido e ás considerações com que o requerente o fundamentou. Nada mais houve. Eu, *Ulysses Rodrigues*, escrivão, o escrevi. — *A. de Albuquerque Cabral de Vasconcellos*. — *Leão de Faria*. — *José Sette*. — *Flavio Dias*. — *Hylarino Eugenio de Toledo*.>

Alfenas, 3 de março de 1923. — *Ulysses Julio Pereira Rodrigues*.

«Camara Municipal de Bebedouro, 6 de março de 1923. Exmo. Sr. Dr. Presidente do Senado Federal — Rio.

Cumpre-me levar ao vosso digno conhecimento que a Camara Municipal de Bebedouro, Estado de S. Paulo, resolveu em sessão de 3 do corrente, apresentar-vos sinceros pezares pelo fallecimento do inclypto brasileiro Sr. Conselheiro Ruy Barbosa.

A Camara, assim procedendo, rendeu merecida homenagem á memoria de quem tanto dignificou e elevou o nome de nosso caro Brasil.

Attenciosas saudações. — O Presidente da Camara, *Conrado Caldeira*.

«Juizo de Direito da comarca de S. João da Barra, em 7 de março de 1923.

Exmo. Sr. Dr. Presidente do Senado Federal — Tenho a subida honra de passar ás mãos de V. Ex. a inclusa cópia do termo de audiência deste Juizo, em que, profundamente commovido, mandei consignar um voto de sincero pezar pelo fallecimento do insigne brasileiro Senador Ruy Barbosa, que, no antigo regimen e no actual, collaborou sempre para o engrandecimento da nossa Patria.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Ex. os protestos de minha alta estima e distincta consideração. — O juiz de direito, *Luiz da Silveira Paiva*.>

«Cópia — Audiencia do dia sete de março de 1923, aberta ás 12 horas, ao toque da campainha, sob prégio do official de justiça José Gonçalves de Souza Amorim, servindo de porteiro dos auditorios, presidida pelo Exmo. Sr. Dr. Luiz da Silveira Paiva, juiz de direito da comarca. Presentes os advogados Drs. João Antonio de Oliveira Guimarães, Carlos Eduardo Fróes da Cruz, promotor publico da comarca, e major José Manhães Faisca, foram pronunciadas pelo mesmo juiz as seguintes palavras: «Este Juizo, associando-se ás justas

homenagens que veem sendo prestadas á memoria do saudoso Senador Ruy Barbosa, manda, profundamente commovido, que se consigne no termo da audiencia de hõje, primeira que se realiza apõs o seu passamento, um voto de grande e sincero pezar por esse facto que enlutou o Brasil inteiro. Fazer o necrologio do insigne mestre é inteiramente desnecessario, porque elle está na memoria de todos que rendem preito á virtude, ao talento, á illustração, á litteratura e ás letras juridicas. O seu nome jámais será esquecido por nós, porque elle representa a gloria excelsa do povo brasileiro.» Associaram-se a esta homenagem posthuma os Drs. promotor publico, advogados e os escrivães dos 1º e 2º officios. O juiz mandou que fosse remettida cópia deste termo aos Exmos. Srs. Drs. Presidente da República, Presidente do Senado Federal e familia do illustre extincto. Nada mais havendo a tratar, foi a audiencia encerrada ás 12 e meia horas, com as mesmas formalidades da abertura; do que para constar lavro este termo. Eu, Alberto Maia, escrivão interino do 2º officio, o escrevi. — *Luiz da Silveira Paiva, Carlos Eduardo Fróes da Cruz, João Antonio de Oliveira Guimarães, José Manhães Paisca, João Baptista de Souza Salermo, José Gonçalves de Souza Amorim.*»

«Juizo de Direito da comarca de Itapetininga em 7 de março de 1923.

Exmo. Sr. Dr. Presidente do Senado Federal — Tenho a honra de transmitir a V. Ex. a noticia de que, em audiencia deste Juizo, realizada hontem, foi lançado nos respectivos protocollos um voto de profundo pezar pelo infausto passamento do excelso brasileiro Ruy Barbosa, cuja existencia foi uma affirmação perenne de amor á Justiça, á Patria e á Humanidade. O fóro desta comarca, de sob o luto nacional, envia sinceros pezames a V. Ex. pelo desaparecimento desse genial paladino do Direito.

Sirvo-me do ensejo para apresentar a V. Ex. os meus protestos da mais alta estima e distincta consideração. — O juiz de direito, *Esau C. de Almeida Gomes.*»

«Cachoeira, Estado de S. Paulo, em 3 de março de 1923.

Exmo. Sr. Dr. Presidente do Senado Federal — De ordem do meritissimo juiz de direito desta comarca, Dr. João Eremita da Silva Ramos, tenho a honra de enviar a V. Ex. a cópia do termo da audiencia ordinaria deste Juizo, na qual foram prestadas ao merecidas homenagens ao grande mestre Conselheiro Ruy Barbosa, recentemente fallecido. Pezames. Cordiaes saudações. — *João Vieira de Barros Junior, 1º tabellião.*

Cópia do termo de abertura de audiencia ordinaria, realizada no dia 3 de março de 1923 — Aos tres dias do mez de março do anno de mil novecentos e vinte e tres, nesta cidade de Cachoeira, em a sala das audiencias, no edificio do Forum. A's quatorze horas foi presente o meritissimo juiz de direito da comarca Dr. João Eremita da Silva Ramos, commigo escrivão de seu cargo abaixo nomeado. Aberta á audiencia pela porteiro dos auditorios Carlos Ribeiro da Fonseca, com o toque de campainha e prégão do estylo. Pelo meritissimo juiz foi dito que, acreditando interpretar os sentimentos de todos os seus jurisdicionados, mandava que,

antes de serem iniciados os trabalhos desta audiência, fosse consignado nos respectivos protocollos um voto de immenso, de profundo pezar pelo inopinado trespasse do eminente patricio — conselheiro Ruy Barbosa, occorrido ante-hontem, ás vinte horas e vinte e cinco minutos, na cidade de Petropolis. Ninguem neste municipio ou no municipio do Cruzeiro póde ignorar os relevantissimos serviços prestados á nossa querida Patria, desde os tempos do Imperio, pelo inolvidavel extinto, não sendo preciso, portanto, rememoral-os. A sua vida — disse o decano da imprensa paulista — não foi mais que uma continua sementeira de ideias. O grande semeador, cujas mãos se cruzam agora, frias e cansadas, sobre o seu peito, que foi, um vulcão, viu amadurecer muitas messes no mais hispido e aparentemente maninho socalco, por onde sua vontade de ferro, sua intelligencia de ouro, sua palavra de luz peregrinaram na sua longa obra de evangelização. — «Como cultor do direito, Ruy Barbosa, á semelhança dos gigantescos jequitibás das nossas mattas seculares, sobrepujava os vultos os mais notaveis do nosso paiz, tal a vastidão dos seus conhecimentos juridicos. Os seus formidaveis discursos na Conferencia de Haya em defesa das pequeninas nações, cujos direitos eram conculcados e espezinhadados pelas nações poderosas; posteriormente, a monumental, a extraordinaria peça oratoria por elle proferida em Buenos Aires, — sobre os problemas do direito internacional, muito concorreram, indubitavelmente, para que o Brasil alcançasse um logar honroso, o que hoje occupa entre os povos civilizados. Como tribuno e como jornalista nunca teve o illustre morto quem o excedesse em toda a America. Já houve quem o comparasse — e com muita felicidade — o estylo de Ruy Barbosa a um rio volumoso e de longo curso que «sem nada perder de sua unidade vae espalhando nas suas aguas e traduzindo na sua fórma os aspectos do terreno que atravessa. Aqui, em uma recham suave, se espraia remansado, como um lago; alli, em boqueirões profundos, corre impetuoso e sombrio; além, desaba entre alcantis agudos, rugindo como um leão, para renascer logo adeante mais limpido e outra vez sereno». A elle devemos a clareza e concisão dos textos do nosso Codigo Civil. Si bem que Ruy Barbosa não houvesse figurado na comissão revisora do projecto Bevilacqua, comtudo, póde-se dizer sem offensa á verdade, que a redacção final do codigo é da lavra do grande mestre, porque aos seus 1.814 artigos o Dr. Ruy Barbosa mandou 1.736 emendas, que, em sua maioria, foram approvadas. Tal o homem, tal a individualidade que o Brasil acaba de perder. Em seguida pelo advogado Dr. José Maria Vaz Lobo da Camara Leal foi dito que em seu nome e em nome dos advogados e de todos quantos trabalham no fóro desta comarca se associava á homenagem que acaba de ser prestada pelo meritissimo juiz ao eminente morto de ante-hontem, por ser a mesma justa e encerrar um sentimento geral, não só dos comarqueanos de Cachoeira como de todo o Brasil, e mesmo, sem medo de errar, póde affirmar que a intellectualidade do homenageado de hoje deve ser pranteada a sua perda por toda a raça latina, visto como elle symbolizava o que ella possuia de mais rico em litteratura juridica e politica, assim sendo requeria mais que ainda em homenagem ao grande

morto se extrahissem cópias do termo da presente audiência, afim de que as mesmas fossem, uma á illustre familia do morto e outra ao Dr. Presidente do Senado Federal, enviando-lhes respectivamente os pezames sinceros e profundos áquelles em cujo nome fallou o advogado. Pelo advogado Dr. Ananias Gomes da Silva foi dito que faz suas as palavras do illustre collega Dr. José Maria Vaz Lobo da Camara Leal. Pelo juiz foi deferido. Em seguida encerrou-se a audiência. E faço este termo que vae devidamente assignado. Eu, João Vieira de Barros Junior, escrivão, o escrevi. — *João Eremita da Silva Ramos.* — *José Maria Vaz Lobo da Camara Leal.* — *Ananias Gomes da Silva.* — *José da Silveira Mendes,* escrivão. — *Carlos Rodrigues da Fonseca.* Está conforme. Cachoeira, 4 de março de 1923. — *João Vieira de Barros Junior,* tabellião do 1º Officio.

«Camara Municipal de Nova Friburgo — N. 59 — Em 27 de abril de 1923:

Sr. Presidente do Senado Federal — Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. para que se digne transmitil-o ao elevado ramo do Poder Legislativo que V. Ex. tão dignamente preside, que esta Camara, em sua sessão solemne de installação, resolveu unanimemente no meio de geral consternação, inserir em acta um voto de profundo pesar, pelo passamento do maior dos brasileiros, gosando de verdadeira reputação mundial, o immortal Ruy Barbosa, e bem assim enviar as suas sinceras condolências a essa alta Camara a que pertencei desde o começo do actual regimen politico o inolvidavel legislador.

Queira V. Ex. dignar-se aceitar os meus protestos de profundo respeito e elevada consideração. — *Dr. Galdino do Valle Filho,* Presidente da Camara.»

«Faculdade de Medicina de Porto Alegre — N. 466 — Porto Alegre, 5 de março de 1923:

Sr. Presidente do Senado — Queira V. Ex. aceitar e transmittir aos Exmos. Srs. membros do Senado da Republica as homenagens do mais profundo pesar pelo desaparecimento impreenchivel do excelso e eminente brasileiro, o grande patriota Ruy Barbosa, em meu nome e no nome de toda Congregação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. — O director, *Dr. Sarmiento Leite* »

«Juizo de Direito da Comarca de Caratinga, Estado de Minas Geraes, aos 3 de março de 1923.

Sr. Presidente do Senado Federal — Tenho a honra de comunicar a V. Ex. que na audiência deste juizo, de hoje, interpretando o sentir dos funcionarios do fóro desta comarca, mandei lançar nos protocollos das audiencias um voto de profundo pesar pelo desaparecimento, de entre os vivos, do grande brasileiro conselheiro Ruy Barbosa, dessa figura inconfundivel e extraordinaria que soube elevar tão alto o nome do Brasil e cuja morte deve encher de consternação os corações de todos os brasileiros que tinham na pessoa do illustre morto, o maior padrão de gloria da Nação Brasileira.

Achando-se, pois, de luto o Brasil por tão triste acontecimento, apresento pezames ao Senado Federal, na pessoa de V. Ex. — O juiz de direito, *José Gomes Barbosa.*»

«Juízo de Direito da Comarca de Avaré, aos 12 de março de 1923:

Sr. Presidente do Senado Federal — Tenho a honra de enviar a V. Ex. uma cópia do termo de audiência, realizada nesta comarca no dia 6 do corrente mez.

Respeitosas saudações. — O juiz de direito, *Urbano Junqueira.*»

Cópia n. 442 — «Audiência do dia 6 de março de 1923. Juiz de direito Dr. Urbano Junqueira. Aberta a audiência ás treze horas, em ponto, a toque de campanha pelo official de justiça Luiz Pinto de Noronha Mello, compareceu o advogado coronel Landulpho Monteiro e disse que vinha requerer um voto de profundo sentimento e da maior consternação pelo passamento dos eminentes juristas e notaveis brasileiros Dr. João Mendes de Almeida Junior e conselheiro Ruy Barbosa, aquelle ornamento dos mais insignes e brilhantes do Supremo Tribunal Federal, professor de direito dos mais cultos que a moderna geração tem tido, representante typico de uma raça, cujo caracter constitue padrão de excelsas e acrysoladas virtudes civicas; este o maior dos brasileiros, que refulge exul no grande scenario dos debates da intelligencia, da cultura, do talento e do genio, elevando, destacando em fulgido e inconfundivel relevo o nome da Patria Brasileira, por elle, mais do que por qualquer outro honrado no estrangeiro como em nosso paiz. Requeria assim que consignado no protocollo do escrivão do Jury desta comarca, para que se perpetuasse esta singela e merecida homenagem de respeito, admiração e reverente sandade aos dous grandes e notaveis brasileiros, fosse, por meio de officio, assignado pelo honrado e integro Dr. juiz de direito da Comarca, transmittidas as impressões deste requerimento ao Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal, digo, Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, como representante supremo da Magistratura Brasileira, attingida pelo duplo golpe que a feriu em pleno coração como a propria Nação; e hem assim, ás Exmas. viuvãs dos respeitaveis e gloriosos mortos. Pelo M. juiz, foi dito que compartilhando com sentimento externado pelo requerente coronel Landulpho Monteiro, em referencia ao fallecimento dos dous illustres patricios que tanto elevaram o nome do nosso paiz, determinou que se consignassem esses votos de pezar e que se officiasse á Exma. Sra. viuva do Conselheiro Ruy Barbosa e familia do Dr. João Mendes Junior, hem assim ao Senado da Republica e ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de S. Paulo. Pelo doutor promotor publico foi dito que se associa á justa e merecida homenagem de respeito que ora se tributa á pessoa do grande inolvidavel brasileiro, o Conselheiro Ruy Barbosa, que tanto soube dignificar á Patria Brasileira, assim como se associa pela mesma fórma em relação á pessoa do grande mestre e jurisconsulto, Dr. João Mendes Junior, esperando que todos os advogados e auxiliares do Fóro presentes a esta audiência acompanhem solidarios ao profundo voto de pezar que ora foi requerido. Pelo M. juiz foi deferido. Nada mais occorreu e fiz este. Eu, José Franco do Amáral Leite, escrivão substituto, o escrevi. — *Urbano Junqueira.* — *Landulpho Monteiro.* — *Antonio Lambert.*»

Armando de Paula Assis. — Manoel Marcellino de Souza Franco. — Cory Gomes de Amorim. — Benjamin de Oliveira Abade. — Tito Ribeiro de Oliveira Motta. — Deolindo Roberto Barbosa. — João Ferreira. — Aprigio de Carvalho. — Sebastião Souza Coelho. — Luiz Pinto de Noronha Mello. — Horacio Alves de Souza. — José Cordeiro. — José de Araujo Novaes. — José Franco do Amaral Leite. Confere com o original. Avaré, 9 de março de 1923. — O escrivão do Jury, *José de Araujo Novaes.*

«Associação de Resistencia dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Annexas — Secretaria, 15 de março de 1923.

Exmo. Sr. Presidente e mais membros do Senado Federal — A directoria da Associação de Resistencia dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Annexas, cumprindo a determinação da assembléa geral extraordinaria de 14 do corrente, vem, com profundo respeito, communicar a VV. EEx. que, por proposta do presidente desta associação, foi consignado em acta da mesma assembléa um voto de pezar pelo fallecimento do inolvidavel brasileiro Sr. conselheiro Dr. Ruy Barbosa.

Servimo-nos da oportunidade para apresentar a VV. EEx. os protestos da nossa mais elevada estima e subida consideração. — *Silverio Pereira*, presidente. — *Antonio Oliveira Aguiar*, 1º secretario. — *João Teixeira de Mattos*, 2º secretario.»

«Juizo de Direito da 2ª Vara de Orphãos — Cartorio do 1º officio — N. 162 Capital Federal, 19 de março de 1923.

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal — Tenho a honra de remetter a V. Ex. a inclusa cópia do termo da audiencia deste juizo, realizada em 6 do corrente, e na qual foi ordenada a inserção de um voto de profundo pezar e intensa saudade pelo fallecimento do illustre Senador conselheiro Ruy Barbosa.

Saudações. — O juiz, *Abelardo Bueno de Carvalho.*»

«Cópia da audiencia — Aos seis dias do mez de março de mil novecentos e vinte e tres, nesta cidade e na sala dos despachos do juiz de direito da Segunda Vara de Orphãos e Ausentes, doutor Abelardo Bueno de Carvalho, ás treze horas, e a portas abertas, o porteiro dos auditorios ao toque da campainha declarou aberta a audiencia. Logo em seguida o meritissimo juiz ordenou que se lavrasse no protocollo de audiencias o seguinte voto de pezar: Lance-se um voto de profunda e intensa saudade pelo fallecimento do conselheiro Ruy Barbosa, que, por seus extraordinarios dotes de coração, de intelligencia, de character, por sua coragem indomita, por sua dedicação ao trabalho, pelo seu zelo pelas liberdades publicas, teve immensa e ás vezes decisiva influencia nas principaes phases de evolução do nosso idolatrado Brasil nestes cincoenta annos, e bem assim o representou com excepcional destaque, fazendo realçar a grandeza immensa, unica da nossa historia, de nunca termos nos empenhado em guerra alguma sinão para nos defender, para

nos desaggravar é para libertar povos oprimidos por cruéis e deshumanas tyrannias, sem sequer pretender a menor extorsão ou conquista, dando sempre demonstrações as mais bellas, mais commoventes do nosso desprendimento, da elevação sublime de nossos intuitos, e que coube, ascendendo, encerrar gloriosamente, vida tão longa, tão cheia de lutas, tão entremeiada de victorias e decepções com a reconciliação integral com a Igreja Catholica, como verdadeiro e digno filho da terra de Santa Cruz. Tire-se duas cópias, remettendo-se uma á excellentissima familia e outra ao Senado Federal, de que era membro proeminente. Nada mais houve. Do que lavro o presente, que o juiz assigna. Eu, José Caetano Machado, escrivão, o escrevi e o subscrevo. — *Abelardo Bueno de Carvalho.*

Manoel Fernandes Vieira, escrivão do 1º Officio do Judicial e Notas, deste Termo do Rio Casca, Comarca de Ponte-Nova; etc. ;

Certifico que, do 3º protocollo a fls. 46 a 47v., encontra-se o termo de audiencia civil do dia cinco de março de mil novecentos e vinte e tres (1923). Aos cinco dias do mez de março de mil novecentos e vinte e tres, ás 12 horas, em a cidade do Rio Casca, no edificio do *Forum* e na sala das audiencias, onde o M. M. juiz municipal do Termo, Dr. Mario Candido da Rocha se achava, commigo, escrivão de seu cargo, abaixo assignado, foi por ordem do juiz, aberta a audiencia a toque de campainha pelo official de justiça Queiroz, servindo de porteiro dos auditorios. Pelo advogado Dr. Edmundo Rocha, foi dito que, interpretando o sentir unanime dos funcionarios do Foro de Rio Casca; visivelmente consternado, com a perda irreparavel, que vem de suffer a Nação Brasileira, envolta hoje em denso luto pelo fallecimento do conselheiro Ruy Barbosa; requeria que dos protocollas das audiencias deste juizo, ficasse constando um voto de profundo pezar pelo doloroso acontecimento que feriu profundamente o coração da Patria, roubando-lhe uma das maiores mentalidades como Ruy Barbosa; não desaparece sómente uma cerebração possante e invulgar. O egregio brasileiro que desde longos annos, constituia uma das preciosas reliquias de nossa Patria, ultrapassara de muito as fronteiras para tornar-se tambem no estrangeiro, um individualidade de inconfundivel destaque; sem nenhum favor se enfileirava ao lado dos maiores homens do mundo. Nos estreitos limites desta homenagem prestada á memoria do maior dos brasileiros, não é possivel resumir-se a sua obra gloriosa e imperecivel. Ruy, não foi sómente um orador fecundo e um jurisconsulto de renome mundial. Foi tambem o grande apostolo da lei, e, defensor extremado das causas nobres, o evangelizador sublime de nossa Patria. Os annaes da historia de nossa terra, estão cheios de actos que justificam o culto quasi divino que todos os brasileiros lhe rendiam. A abolição da escravatura empolgou o seu espirito profundamente liberal. A Republica, que elle julgou ser o sol de uma nova aurora de redempção politica para o paiz, despertou em sua alma os estos de um patriotismo sadio e vibrante tornando-o um dos heroes do grande movimento que teve como epilogo a jornada gloriosa de 15 de novembro de 1889. A paz mundial teve em sua pessoa um dõs mais ardorosos propugnadores en-

chendo de admiração o mundo civilizado, com as doutrinas sustentadas na conferencia de Haya. A moralização dos costumes políticos de nossa terra, constituiu sempre uma das preocupações de seu espirito. Combatendo energicamente os máos governos, censurando os erros administrativos o eminente patricio tornou-se uma das entidades mais queridas no seio do povo que sempre divisou na figura do grande mestre um destes vultos extraordinarios que em vida penetram os humbraes da immortalidade. Requeria que do termo desta audiencia se extrahissem duas cópias; uma para ser remettida á familia do saudoso morto e outra ao Senado Federal, de que era elle membro proeminente como representante do Estado da Bahia. Pelo juiz foi deferido. Por nada mais haver, mandou o juiz encerrar a audiencia, o que foi feito com as formalidades do estylo. Do que para constar lavrei a presente certidão extrahida do livro e folhas no começo desta declarado ao qual me reporto e dou fé. Eu, *Manoel Fernandes Vieira*, escrivão, o escrevi. — *M. Rocha.* — *Edmundo Rocha Queiroz.*

«Juizo de Direito da Comarca do Alto Rio Doce, Estado de Minas Geraes, em 14 de março de 1923.

Illmo. Exmo. Sr. Dr. presidente do Senado Federal.— Cumpre-me enviar a V. Ex. a cópia do termo de audiencia deste Juizo, de doze do corrente, na qual foi lançado um voto de profundo pezar pelo fallecimento do senador Ruy Barbosa. Apresento a V. Ex. os meus protestos de alta consideração e elevado apreço. — O juiz de direito, *Pedro Sisínio de Miranda Barbosa.*

“Termo de audiencia. — Audiencia do juiz de direito da comarca, o Exmo. Dr. Pedro Licínio de Miranda Barbosa em doze de março de mil novecentos e vinte e tres, nesta cidade do Alto Rio Doce, Estado de Minas Geraes, no pavimento superior da cadeia, ás doze horas foi ella aberta a toque de campainha e com os pregões do estylo, pelo official de justiça Bellarmino Gomes, que servia de porteiro, estando presentes o Dr. Antonio Hermogenes da Silva, promotor de justiça, o advogado Dr. Militão da Silva Bastos, o advogado Dr. Sebastião Barros de Moura, delegado de policia; o collecter das Rendas Estadoaes, José do Nascimento Dias; o contador, partidor e distribuidor, José Cypriano Dunga; os escrivães do 1º e 2º Officios, José Libanio Pereira Duque e Joaquim Teixeira Gonçalves; o escrivão dos processos e execuções criminaes, Antonio Moraes e os officiaes de justiça Bellarmino Gomes e Manoel Gomes Furtado. Pelo juiz foi dito que, sendo esta a primeira audiencia que se realiza nos auditorios da comarca, depois que falleceu o conselheiro Ruy Barbosa, julgava interpretar os sentimentos collectivos dos funcionarios forenses, determinando que, pelo infausto acontecimento, que representa uma irreparavel perda para a nação, se lance nos protocollos das audiencias um voto de profundo pezar. Não é uma simples homenagem tributada á memoria de um grande cidadão, que prestou á Patria os mais assignalados serviços, pondo a sua palavra fallada, ou escripta, illuminada por uma inspiração que parecia descer do alto, ao lado e na defesa de todas as causas liberaes, como em prol de todas as reivindicções da justiça e do direito, onde quer que fossem violados; e isto

sem se preocupar com os sentimentos subalternos que, para outro qualquer poderiam acarretar injunções que elle jámais tolerou. Trata-se de render um preito de veneração, como uma divida de honra, á memoria do maior constitucionalista do mundo inteiro, do maior orador de todos os tempos, cuja palavra tinha o brilho, o encanto e a belleza dos mais nobres e puros idealismos. Quando mais tarde se tiver de recompor as diversas phases da sua vida, gloriosas etapas de lutador intemerato pelas conquistas da democracia e da liberdade a claridade que ha de illuminar essa pagina da Historia, melhor relevo dará aos primeiros clarões que agora apenas se esboçam e se annunciam, como os resquícios primordiales da sua immortalidade. Grande elle o foi, entre os grandes, e, no seu tempo, talvez, sem exaggero, o maior de todos. A sua cultura juridica era inegualavel e superiores eram todas as faculdades do seu espirito. A sua logica era convincente e inappellavel; a sua dialectica irresistivel e dinamica; a sua imaginação sublime e mysteriosa. A sua eloquencia tinha o poder do raio, que fulmina, o impeto das torrentes que, em cachões, se despenham das altas montanhas, o fragor das tempestades, a violencia dos cyclones, ao mesmo tempo que o suave esplendor das nossas manhãs de primavera, o idyllio dos nossos passaros, a musica dos ninhos, a seiva exuberante, a graça e a poesia que em tudo palpita no seio virgem da natureza americana. Elle representava, em synthese perfeita o genio do universo, desde os primordios da civilisação do mundo, e encarnava as mais bellas concepções philosophicas, desde o Evangelho Social, desde Jesus á Rousseau, e desde então até os nossos dias. O Brasil deve-lhe tudo. Foi elle, o grande morto, que o tornou conhecido do mundo, como Nação soberana de valor ponderavel, na conferencia de Haya; e devem-lhe, não só o Brasil, como todos os Estados, a igualdade de direitos que para todos pleiteou, sob o ponto de vista da soberania das Nações, na mesa da communhão internacional.

Este homem foi a synthese maravilhosa da expressão de uma epoca da civilisação do mundo, num dado momento da historia da humanidade. Foi, não ha duvida, um genio, um verdadeiro microcosmos. Consultava, pois, a todo o pessoal do fóro presente a esta audiencia, se consentia em que fosse consignado o voto de profundo pezar, que propunha, em nome de todos, como homenagem ao grande astró que se sumiu nas tenabras desse «au-de-lá» mysterioso, donde não se volta mais, deixando, porém, sobre a terra os luminosos e indeleveis traços da sua passagem. Pelo Dr. Sebastião Barros de Moura, foi dito que propunha, se delegassem poderes ao Ministro Hermenegildo de Barros, para representar o fóro local, na missa de 30º dia, na capital da Republica, em suffragio da alma do eminente brasileiro, e que se remettesse cópia do presente termo de audiencia ao Exmo. Sr. Dr. Presidente da Republica e á familia do morto, na pessoa da Exmã. viuva Ruy Barbosa, assim como ao presidente do Egregio Tribunal da Relação do Estado e ao Senado Federal. Por todos os presentes foi dito estarem de pleno accódo com as propostas feitas. Pelo Dr. Militão da Silva Bastos foi requerido o levantamento da presente audiencia, em homenagem ao morto, e todos tendo concordado, o juiz deferiu. Pelo juiz foi

dito que, logo após o recebimento do telegramma que lhe communicara a morte do conselheiro Ruy Barbosa, suspendeu os trabalhos forenses por tres dias e ordenou que a bandeira nacional fosse hasteada em funeral, communicando a todos os funcionarios e repartições publicas o luto decretado pelo governo federal. E foi levantada a audiencia. Eu, Joaquim Teixeira Gonçalves, escrivão, o escrevi e dou fé. — *Pedro Licínio de Miranda Barbosa*. — *Antonio Hermogenes da Silva*. — *Sebastião Barros de Moura*. — *Militão da Silva Bastos*. — *José do Nascimento Dias*. — *José Cypriano Dunga*, *José Libanio Pereira Duque*. — *Joaquim Teixeira Gonçalves*. — *Antonio Moraes*. — *Sylvino Vianna*. — *Manoel Gomes Furtado*. — *Bellarmino Gomes*. — Era o que se continha no dito termo que para aqui foi dactylographado, o que dou fé. Eu, Joaquim Teixeira Gonçalves, escrivão o escrevi, dou fé e assigno. Alto Rio Doce, 12 de março de 1923. — O escrivão, *Joaquim Teixeira Gonçalves*.

“Juizo de Direito da Comarca de Guanhões, 17 de março de 1923 — Exmos. Srs. Senadores Federaes — Cordiaes saudações.

Communico a VV. EEx. que ao abrir a sessão do Jury desta comarca, no dia 8 deste mez, annunciei o fallecimento de Ruy Barbosa e de João Mendes de Almeida Junior.

Explanando considerações sobre a grande perda de ambos estes vultos, mandei que se consignasse na acta um voto de profundo pezar, pelo passamento de ambos.

O Sr. Dr. promotor de Justiça, quando teve a palavra, disse tambem que, manifestava sua solidariedade em nome do Ministerio Publico, ás homenagens prestadas aos dous grandes vultos, desaparecidos e recordou tambem valiosos episodios da vida de Ruy Barbosa.

Com a palavra, em tempo opportuno, o advogado do réo, tenente Horacio Soares, disse, com palavras repassadas de profundo sentimento que se associava a essas homenagens.

Prevalço-me da oportunidade para apresentar a VV. EEx. os meus protestos de muita estima e alta consideração.

Saude e fraternidade. — *Adaucto do Nascimento Feitosa*, juiz de direito.”

“Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Pardo — Illmo. e Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal — Rio de Janeiro.

Em virtude de respeitavel designação do Exmo. Sr. Dr. José Cantidio de Freitas, MM. juiz de direito desta comarca de Rio Pardo, Minas Geraes, tenho a subida honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que no termo de audiencia do dia 12 do corrente mez, primeira depois do passamento do eminente brasileiro, Senador Ruy Barbosa, foi lançado um voto de profundo pezar do Fôro desta comarca e dos seus jurisdicionados pela irreparavel perda que acaba de soffrer a Nação com a morte do mais illustre dos seus filhos.

Communico, igualmente, a V. Ex. que o Fôro e o Governo Municipal locais, associando-se, com igual pezar, ás manifestações e homenagens funebres prestadas pelos Governos Federal e Estadual e pela Nação ao pranteado morto, mandaram celebrar, no setimo dia, uma missa em suffragio da

alma do grande brasileiro, á qual compareceram todas as autoridades e funcionarios federaes, estaduaes e municipaes e crescido numero de familias.

Do voto de pezar lançado no referido termo de audiencia, determinou o MM. juiz de direito que disse unir os seus sentimentos de pezar aos da Nação e via que a todos os mesmos enlutava, porquanto desaparecia dentre os brasileiros aquelle que mais trabalhou e conquistou os mais gloriosos louros para a sua Patria e a elevou no conceito internacional, se desse conhecimento a V. Ex. e, na pessoa de V. Ex., pezames ao Senado, ao Exmo. Sr. Dr. Presidente da Republica e, na pessoa deste, pezames á Nação, ao Exmo. Sr. Dr. Presidente deste Estado, ao Exmo. Sr. Dr. Secretario do Interior e á illustre familia enlutada.

O que cumpro, unindo, tambem, o meu ao pezar da Nação, dignando-se V. Ex. receber pela Patria a expressão da magua de um brasileiro que vê, acompanhando o sentimento augustioso da nacionalidade, o desaparecimento do seu symbolo, a extinção da mais empolgante mentalidade do seculo.

Aproveito-me do ensejo para apresentar a V. Ex. os meus protestos de elevada estima e distincta consideração.

Rio Pardo (Minas), 15 de março de 1923. — *Alfredo de Souza Coutinho*, promotor de Justiça."

"Superintendencia Municipal de Humaythá (Estado do Amazonas) — Humaythá, 2 de março de 1923. — Exmos. Srs. Dr. Presidente e demais membros do Senado da Republica — Rio de Janeiro.

A dor neste momento constrange a todos nós. O brusco desaparecimento do vulto illustre que foi Ruy Barbosa, gloria da raça latina, abateu o alicerce da nossa vida social interna e externa e cahiu como uma avalanche a todos petrificando. Nessa Casa, onde as Leis são confeccionadas e onde a voz do polyglota se conservou ininterruptamente ao lado da ordem e do respeito ás instituições, das quaes foi um dos maximos paladinos, Ruy Barbosa deixou vaga a sua cadeira, talvez que para sempre...

Transmittindo a VV. EEx. as condolencias deste municipio e as minhas proprias pela perda que soffremos, gesto que tive igualmente para com a veneranda Exma. esposa do mestre dos mestres e Exmo. Sr. Dr. Governador da Bahia, Estado que o extinto representou com brilho invejavel nessa Alta Assembléa, peço permissão para levar ao conhecimento de VV. EEx. que, sciente da noticia que Ruy Barbosa deixára de existir, immediatamente suspendi o expediente da repartição que superintendo, fiz hastear o pavilhão em funeral, até ulterior deliberação do Governo Federal e do Governo do Estado e que aguardo. No 30º dia do infausto acontecimento, haverá nesta cidade uma sessão funebre — singela homenagem ao embaixador do Saber.

Apresento a VV. EEx. os meus protestos de alta estima e subido apreço.

Saudo a VV. EEx. — *Antonio Francisco Monteiro*, superintendente."

«Intendencia Municipal de Chaves — 8 de março de 1923.

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal — Em nome dos habitantes deste municipio venho perante V. Ex. patentear os sentimentos mais sinceros de profunda magoa pelo falleci-

mento do Senador Ruy Barbosa, compartilhando da desolação ingente que acabrunha a Nação inteira com a perda irreparavel que acaba de soffrer.

Solidario com V. Ex., o Municipio de Chaves curva-se reverente ante o tumulo do maior dos brasileiros, cujo vulto grandioso a Historia vae sagrar benemerito.

Com os meus elevados protestos de estima e consideração

Saudo V. Ex. — *Carlos Hes Verk de Almeida e Silva*, Intendente Municipal de Chaves.»

«Conselho Municipal de Burity Alegre — Burity Alegre, 15 de março de 1923.

«Exmo. Sr. Dr. Presidente do Senado Federal — Tenho a honra de communicar a V. Ex. que o Conselho Municipal de Burity Alegre, em sessão ordinaria de hoje, votou, unanimemente, a seguinte moção: «O Conselho Municipal desta villa, associando-se á grande dôr da Patria Brasileira com a perda irreparavel do seu mais eminente filho o excelso Senador Ruy Barbosa, envia as mais sinceras condolencias ao Estado da Bahia, na pessoa do seu Governador, ao Senado Federal e á Exma. familia do egregio extinto.

Sala das sessões, 15 de março de 1923. — *Arthur Loyola*, Presidente. — *Joaquim Manoel Marques*, Vice-Presidente. — *Jorge Coelho da Costa*, Secretario. — *José Maria de Castro*, Conselheiro. — *Guilherme Naves de Souza*, Conselheiro. — *Pedro Machado da Silveira*, Conselheiro. — *José Carrilho de Arantes*, Conselheiro.»

Apresento a V. Ex. os meus protestos de alto apreço e profundo respeito.

Saude e fraternidade. — *Arthur Loyola*, Presidente do Conselho.»

«Cartorio do 2º Officio da cidade de Lima Duarte, aos 15 de março de 1923 — Minas.

Exmo. Senhor — Tenho a honra de communicar a V. Ex. que na audiencia de hoje, foi pelo mercetissimo Juiz Municipal Dr. José Maria Filgueiras, mandado lançar no respectivo «protocollo» um voto de profundo pezar pelo fallecimento do eminente Senador Dr. Ruy Barbosa, a maior gloria da raça latina.

Saude e fraternidade. — O escrivão do 2º Officio, *Francisco Neves*.

Illmo. o Exmo. Sr. Dr. Presidente do Senado Federal.»

«Juizo de Direito da Comarca do Rio Branco — Rio Branco, 12 de março de 1923. — Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal — Remettendo a V. Ex. a inclusa cópia do termo de audiencia em que foram consignadas neste Juizo as manifestações de pezar pelo fallecimento do eminente jurisculto Senador Ruy Barbosa, reitero a V. Ex. e ao Senado Republicano os profundos pezames já apresentados em telegramma.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Ex. os protestos de minha elevada estima e subida consideração.

Attenciosas saudações. — *Celso da Gama Souza*.

Termo de audiência do dia 8 de março de 1923 — Aos oito dias do mez de março de mil novecentos e vinte e tres, nesta cidade de Rio Branco, capital do Territorio do Acre, no edificio do *Forum*, na sala das audiencias, ás dez horas da manhã, onde se achava o Excellentissimo senhor doutor Celso da Gama e Souza, juiz de direito em exercicio, commigo, escrivão, interino, abaixo nomeado, foi pelo porteiro dos auditorios, Francisco de Mello Pinto, aberta a presente audiência ordinaria civil, ao toque de campainha e mais formalidades do estylo. Pediu a palavra o doutor promotor publico da comarca e disse que em nome do Ministerio Publico, requeria constasse do presente termo de audiência um voto de profundo pezar pela morte do egregio conselheiro Ruy Barbosa, que pelo seu alto saber, tantos serviços prestou á Patria brasileira, elevando, sobremodo, o nome do Brasil. Em seguida, pediu a palavra o doutor José Lopes de Aguiar que, se associando ás manifestações de pezar prestadas a Ruy Barbosa, disse: Que em seu nome e ao lado do seu collega presente, doutor Aderson Perdigão Nogueira, representantes do corpo de advogados dos auditorios desta cidade, lançava um voto sentido de pezar pelo fallecimento do Senador Ruy Barbosa, que constituia pelas suas excelsas virtudes civicas e pelo seu incomparavel saber em todos os ramos do conhecimento humano, não sómente uma gloria do Brasil, mas da humanidade. Requereu que se fizesse constar deste termo as suas palavras, o que foi deferido. Em seguida pelo doutor juiz de direito foi dito que se associava ás justas manifestações de pezar prestadas neste momento pelos illustres collegas, doutores Juvenal Antunes de Oliveira, José Lopes de Aguiar e Aderson Perdigão Nogueira á memoria do grande jurisconsulto Senador Ruy Barbosa, que na actualidade era, não sómente, o expoente maximo da cultura brasileira, mas, talvez, da humanidade e determinava que se desse conhecimento das manifestações de pezar ora tributadas á memoria do egregio jurisconsulto ao Senado Federal por intermedio de seu digno Presidente, a quem se enviaria cópia do presente termo, com sinceras condolencias, em officio do Juizo, bem como por telegramma á desolada familia do mesmo Senador e ao Excellentissimo Senhor Presidente da Republica, aos quaes se transmittiriam as manifestações de pezar, constantes deste termo. Não havendo mais quem requeresse, mandou o juiz encerrar a audiência, o que foi feito conforme manda a lei, do que, para constar, lavrei este termo. Eu, José Leite da Silveira, escrivão, interino, o escrevi. — *Gama e Souza.* — *Juvenal Antunes de Oliveira.* — *Flaviano Flavio Baptista.* — *José Lopes de Aguiar.* — *Aderson Perdigão Nogueira.* — *Thadeu Duarte de Macedo.* — *Francisco de Souza Junior.* — *Francisco de Mello Pinto.* Era tudo o que se continha no referido termo de audiência: que para aqui fielmente tirei a presente cópia, pela qual me reporto e de tudo dou fé. Eu, José Leite da Silveira, escrivão, interino, dactylographiei, dato e assigno. Rio Branco, 12 de março de 1923. — O escrivão, interino, *José Leite da Silveira.*»

«Audiencia em 8 de março de 1923 — Aos oito dias do mez de março do anno de mil novecentos e vinte e tres, nesta villa de São Vicente, na casa onde funciona o «Forum», presente o cidadão José Adil de Oliveira, juiz districtal, com-

migo escrivão substituto adiante nomeado, ás 10 horas. fo iaberta a audienciã na fórma da lei. Pedindo e obtendo a palavra o Dr. João Gonçalves Chaves, promotor publico da Comarca, disse que vinha requerer fosse lançado no termo desta audienciã, um voto de profundo pezar pela immensuravel perda que acaba de soffrer a Patria, neste momento coberta de pesado crepe, pelo passamento do denodado apostolo do Direito e da Justiça — o insigne Senador da Republica, Conselheiro Ruy Barbosa. Pedia mais, que deste termo fossem remettidos cópias á mesa do Senado Federal, e á viuva do grande extinto. Peio advogado Dr. Armando Victorino Prates, foi dito que era solidario com o voto proposto pelo representante do Ministerio Publico. Pelo juiz foi deferido o requerimento. E por nada mais haver a tratar mandou o juiz encerrar a audienciã. Eu Lauro, digo, do que para constar lavrei este termo que vae assignado por elle, promotor publico e Dr. Armando Victorino Prates. Eu, Lauro Pillar Prestes, escrivão substituto do Civel e Crime o escrevi. — *J. Adil de Oliveira.* -- *J. Gonçalves Chaves.* -- *Armando Victorino Prates.*

«Escola de Pharmacia e Odontologia do Rio de Janeiro — Fundada em 2 de setembro de 1914, deacórdo com os decretos ns. 8.659, e 8.662, de 1911, e reconhecida de utilidade publica pelo decreto n. 4.205, de 9 de dezembro de 1920.

Officio n. 4 -- Gabinete do director, 23 de março de 1923. — Exmo. Sr. Dr. Presidente do Senado Federal. — Em nome da Congregação dessa escola e em observancia a uma sua deliberação tomada em reunião de 21 do corrente, esta directoria tem a honra de apresentar ao Senado Federal, por intermedio de V. Ex., sinceros pesames, por motivo da irreparavel perda que acaba de soffrer o Congresso Nacional com o fallecimento do grande tribuno e sabio jurisconsulto, Conselheiro Ruy Barbosa, expoente maximo da intellectualidade brasileira.

Saude e Fraternidade. — O director, *Dr. João Fernandes da Rocha.*»

«Juizo de Direito da Comarca de Jequié, em 6 de março de 1923. -- Ao Exmo. Sr. presidente do Senado Federal.

Diante do infausto fallecimento do eminente Senador Conselheiro Ruy Barbosa, que aterrorou a alma de todo brasileiro, venho manifestar ao Senado a mais viva emoção do meu sentir e a consternação deste juizo.

Saudações. — O juiz de direito, *Bertino de Almeida Passos.*»

«Secretaria da Sociedade Humanitaria dos Empregados no Commercio — Santos, 21 de março de 1923.

Ilmo. Sr. — Cabe-me o dever, pungente e honroso ao mesmo tempo, de communicar a V. Ex., que, reflectindo a magua que causou, no seio da Sociedade Humanitaria dos Empregados no Commercio de Santos, o fallecimento do maior dos brasileiros, o Conselheiro Ruy Barbosa, que foi,

em mais de meio seculo, como que um astro divino illuminando este vasto territorio com os reflexos do seu talento e da sua intelligencia, a sua directoria, na ultima sessão, deliberou exarar em acta um voto de profundo pezar, pelo intenso golpe que acaba de soffrer o coração da Patria, com a morte desse grande filho, e apresentar a VV. EEx. as mais sentidas condolencias.

Outrosim, devemos participar a VV. EEx. que, logo que foi conhecido, nesta cidade, esse luctuoso acontecimento nacional, a directoria desta instituição mandou hastear o seu pavilhão em funeral, durante o lucto official, suspendendo o funcionamento das aulas sociaes por esse espaço de tempo.

Saude e Fraternidade. — Illmos. Srs. Presidentes e demais membros do Senado Federal. — Rio de Janeiro. — *E. A. Valia de Abreu*, Presidente. — *Indalecio Alves*, 1º secretario.

«Juizo de Direito da Comarca de Araguay em 8 de março de 1923.

Exmo. Sr. — Cumprindo ordem do Exmo. Sr. Dr. Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, juiz de direito desta comarca, remetto incluso, ao Senado Federal, á cópia do termo de audiencia do M. M. Juiz, realisada hoje, em cujos protocollos dos escrivães foi incedido um voto de pezar pelo infausto passamento do maior dos nossos patricios, o Senador Ruy Barbosa. Pesames á nossa querida Patria. — Mui respeitosas saudações.

A' Suas Exas. Sr. Presidente e Membros da Mesa do Senado Federal. — O escrivão, *Alberto Passos*.

Cópia authentica do termo de audiencia do M. M. Juiz de Direito da Comarca de Araguay, Exmo. Sr. Dr. Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa. — Aos oito dias do mez de março de mil novecentos e vinte e tres, nesta cidade de Araguay, na sala das audiencias onde se achavam os Senhores Dr. Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, juiz de direito; Dr. Pio Pontes, promotor da Justiça, e advogados, ás dose horas foi pelo escrivão abaixo assignado e a toque de campainha, aberta a audiencia — Comparecendo o Sr. Dr. Promotor da Justiça disse que em seu nome pessoal e no de todos os seus collegas, e companheiros de fóro, vinha, com uma emoção impossivel de descrever-se, requerer ficasse consignada nos protocollos desta audiencia, a expressão de sua magoa, de seu immenso pezar pelo fallecimento occorrido em Petropolis, no dia primeiro deste mez, do excelso brasileiro que foi o genio maximo não sómente de sua terra, mas tambem de sua raça e de seu tempo, o miraculoso lidador do Direito e da Justiça, o Consiheiro Ruy Barbosa. Orador sem igual, jornalista, philólogo, sociologo, orador, jurisconsulto, versado em todas as sciencias e conhecedor de todas as philosophias, foi bem, esse que morreu, uma das maiores glorias do genero humano. Como escreveu o principe do pensamento britannico fallando sobre Jesus, melhor é que, tratando de Ruy Barbosa, a gente reflecta apenas, religiosamente, muito em silencio porque: que palavras dizer? E esse voto de pezar,

requerido pelo menor dos advogados brasileiros, traduz o seu profundo amor, a sua infinita adoração pelo glorioso e inextinguível mestre que morreu. Pelo Exmo. Senhor Doutor Juiz de Direito foi dito que, fazendo suas as brilhantes expressões do distinto organo do Ministerio Publico desta comarca de sua jurisdição, relativamente á personalidade do grande morto, que synthetisava com inextinguível brilho todas as glorias desta grande Patria, que elle tanto soube honrar e elevar na posição eminente em que os seus grandes meritos a collocaram, mandava que fosse extrahida, pelo escrivão do segundo officio, cópia do presente termo de audiencia para ser remettida igualmente uma cópia do mesmo termo de audiencia á Mesa do Senado Federal, ficando encarregado de extrahil-a e dar-lhe o conveniente destino o escrivão dos Processos e Execuções Criminaes — Nada mais havendo a tratar-se foi com todas as formalidades legaes encerrada a audiencia, do que para constar foi lavrado este termo que vai assignado. Eu Alberto Passos escrivão o escrevi. — *P. Salazar Pessoa.* — *Pio Pontes.* — *Mario da Silva Pereira.* — *Milton de Barros.* — *Francisco Camarano.* — *Farnese A. de Andrade.* Era o que se continha no termo de audiencia. — O escrivão, *Alberto Passos.*

“Exmo. Sr. Dr. Presidente do Senado Federal — De ordem do Sr. juiz de paz desta Comarca, passo ás mãos de V. Ex., o incluso termo de audiencia, onde fôra lançado voto de pezar pelo fallecimento do Exmo. Sr. Dr. Ruy Barbosa, Senador Federal.

Saude e fraternidade. Piumhy, 5 de março de 1923. — O escrivão do Juizo de Paz de Piumhy, *Clarindo de Barcellos.*

Cópia do termo de audiencia do Juizo de Paz desta cidade de Piumhy, em cinco de março de 1923 — Aos cinco dias do mez de março do anno de mil novecentos e vinte e tres, nesta cidade de Piumhy, na sala do *Forum*, logar destinado para as audiencias do Juizo de Paz, ás onze horas da manhã, estando presente o meritissimo senhor juiz de paz, em exercicio, cidadão José Soares de Mello, commigo, escrivão, de seu cargo abaixo assignado e o advogado doutor Orozimbo Gomes de Almeida, ordenou o juiz se abrisse a audiencia ao toque de campainha, o que feito compareceu o advogado Dr. Orozimbo Gomes de Almeida e por elle foi dito que o telegrapho acabava de trazer a infausta noticia do fallecimento do Conselheiro Ruy Barbosa. A dolorosa nova enlucta o paiz inteiro e atravessando suas fronteiras enche de pezar todo o orbe civilizado.

O desaparecimento do grande brasileiro abre um vacuo impreenchivel no Senado Federal, nas letras juridicas do Paiz, no meio dos maiores jurisconsultos, onde o venerando extinto era sempre o *primus inter pares.* O desaparecimento do Conselheiro Ruy Barbosa, o maior genio da America, o batalhador incansavel pelo direito dos pequeninos e dos humildes, o defensor intemerato da liberdade e da lei, faz estremecer os alicerces da Patria combalida, deixa em sangue o coração da Republica.

Quem se dedica ao estudo do direito, ainda que separado do grande extinto parece que com elle sempre vivia ao ler suas obras monumentaes, ao receber os ensinamentos de suas

doutrinas, vasadas em conhecimentos profundos, doutrinas que serviam de guia a advogados, juizes e Ministros. O grande Conselheiro, arrebatado agora pela morte não desaparece. O tumulto é pequenino demais para conter o nome desse gigante que a natureza fazendo uma excepção produziu. O sarco-phage é estreito e não poderá offerecer o fulgor do maior genio nascido na Bahia.

Acompanhando a justa dor de todos os brasileiros, requer ao meritissimo juiz seja nos protocollos desta audiencia lançando este voto de immenso pezar. Pelo juiz foi deferido e dito que se associava ao justo pezar manifestado. Determinava fosse immediatamente encerrada a audiencia e todo o expediente do juizo por tres dias. Mandou mais que o escripto extrahisse dos protocollos duas cópias de termo desta audiencia e enviasse uma ao Senado Federal, outra á imprensa local. E nada mais havendo foi encerrada a audiencia em que assigna o juiz e o advogado, o que dou fé. Eu, Clarindo Barcellos, escripto de paz, o escrevi.—*José Soares de Mello*. — *Orozimbo Gomes de Almeida*.” Nada mais se declarava no referido termo de audiencia, que para aqui fielmente transcrevi e dou fé. O escripto de paz desta cidade de Piumhy, *Clarindo Barcellos*.

“Audiencia ordinaria — Aos seis dias do mez de março de mil novecentos e vinte e tres, nesta cidade de S. Domingos do Prata, na sala de *Forum*, ao meio dia, sendo presente o Dr. Remigio Dias Duarte, juiz de direito da comarca, commigo, escripto, do seu cargo, infra assignado, pelo mesmo juiz foi ordenado ao escripto do crime Clovis M. Andrade, servindo de porteiro dos auditorios, que abrisse esta sua audiencia ao som da campainha, com as formalidades legais e pregões do estylo. E sendo aberta a audiencia pelo modo ordenado, compareceram: o Sr. José João Damasceno, promotor de justiça, interino, Dr. José Satyro da Costa e Silva e capitão Egydio Lima, advogados. Pelo Dr. José Satyro da Costa e Silva, foi dito que requer ao M. M. Dr. juiz de direito, se digne de mandar consignar nos protocollos das audiencias a expressão da magua intensissima pela perda irreparavel que a Patria e as lettras juridicas acabam de soffrer com o desaparecimento da figura olympica do egregio Ruy Barbosa. Como brasileiro e humilde estudioso das lettras juridicas, quer o requerente deixar inscripto nos protocollos desta audiencia a sua dolorosa commoção deante desta verdadeira catastrophe nacional, pois tal é o trespassse do excelso apostolo das grandes cruzadas da humanidade e mestre inegalavel da eterna sciencia do jus; requer ao M. M. juiz se digne de mandar seja remettida uma cópia deste termo á Exma. familia do extraordinario brasileiro e ao Senado da Republica, cuja tribuna elle tanto dignificou com a sua figura oracular. Pede deferimento. Pelo juiz foi dito que deferia o requerido e se associava á justa e merecida homenagem prestada ao mestre dos mestres, aquelle que muito merecidamente, foi cognominado a “*Aguia de Haya*” e mandava que se tirassem as cópias e fossem as mesmas remettidas pelo escripto do crime, aos respectivos destinos. E nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a audiencia, lavrando-se este termo, que assignam. Eu, Clovis M. Andrade, escripto do crime, o escrevi. — *Duarte*. — *J.*”

J. Damasceno. — José Satyro da Costa e Silva. — Egidio Lima.” Confere. Dou fé. S. Domingos do Prata, 7 de março de 1923. — *Clovis M. Andrade*, escrivão do crime.

Telegrammas enviando pezames ao Senado pelo mesmo motivo, do teor seguinte:

«Presidente Senado — Rio Janeiro.

Senado Peru rindiendo merecido homenaje memoria eminente internacionalista Ruy Barbosa acordó dirigirse vuesaencia expresar su autorizado conducto parlamento hermana República Brasil hondo sentimiento producido desaparición ilustre brasileiro. — *Luna Iglesias*, Presidente Senado Peruano.»

«Presidente Senado del Brasil — Rio.

El Senado de mi patria en acuerdo unanime expresa a la nación hermana por medio esa alta Camara su profundo sentimiento por la desaparición del ilustre internacionalista y notable profesor Sá Vianna esforzado defensor de la justicia y noble amigo del Peru. — *Luna Iglesias*, Presidente del Senado del Peru.”

«C'est avec la grande peine que j'ai appris la triste nouvelle du décès de l'illustre et eminent sénateur Monsieur Ruy Barbosa j'ai l'honneur de vous adresser mes plus sincères condoléances. — *Schiayiding*, Ministre de Chine.»

«Me apresuro á expresar á V. Ex. mi profundo pesar motivo muerte ilustre Senador, famoso tribuno y eximio jurisconsulto brasileiro Doctor Ruy Barbosa. — *Guggiari*, Ministro del Paraguay.»

«Ruego a vuestra excelencia aceptar mi sentida condolencia por la pérdida irreparable del egregio Ruy Barbosa miembro ilustre de esa alta Camara. — *Cisneros*, Ministro de Cuba.»

“Senado del Uruguay presenta sentidas condolencias al Senado del Brasil por fallecimiento ilustre Ruy Barbosa, personificación moral de esa nación hermana y más caracterizado apostol de la confraternidad continental. — *José Espiliter*, Presidente. — *Urbildo Ramon Guerra*, Primer Secretario”.

«Quiera V. Ex. recibir sentida condolencia por fallecimiento Senador Ruy Barbosa con quien América pierde uno de sus grandes estadistas.— *Luiz Claro Solar*, Presidente del Senado.»

Warsaw, 21 — Président Sénat — Rio de Janeiro — Le Sénat Polonais profondément emu de la nouvelle de la mort de l'illustre Ruy Barbosa transmet au Sénat du Brésil ses plus sincères sympathies dans la grande perte que le Brésil et tout le monde civilisé viennent d'éprouver. La Pologne tout spécialement est en deuil l'éminent défunt ayant toute sa vie été un des amis à toute épreuve de notre cause nationale. — Président du Sénat, *Tramczynski*.

Lisboa, 6 — Exmo. Sr. Presidente do Senado — Rio de Janeiro — Tenho a honra de communicar a V. Ex. que a Camara dos Deputados da Republica Portuguesa approvou um voto de profundo pesar pelo fallecimento grande cidadão brasileiro, eminente homem de Estadot, o Dr. Ruy Barbosa

associando-se todos os lados da Camara a esta homenagem, que traduz o sentimento de todo Portugal. — Presidente da Camara, *Sá Cardoso*.

Paris, 3 — Presidente do Senado — Rio — France-Amérique douloureusement emu par mort Barbosa s'associe au deuil brésilien. — *Hanotaux*.

Roma, 5 — Presidencia Senado — Rio — Admiradores do grande brasileiro extinto, gloria do direito, da tribuna, da imprensa e das lettras nacionaes, eu e os meus colaboradores desta Embaixada enviamos ao Senado da Republica a expressão da parte sincera que tomamos no luto nacional. — *Magalhães d'Azedo*.

Manáos, 5 — Presidente Senado — Rio — Corpo consular junto ao governo do Amazonas neste momento em que o Brasil angustiado pela morte do maior dos seus filhos apresenta a V. Ex. a expressão da sua profunda magua. — *Raul de Azevedo*, consul do Chile e *doyen* do Corpo Consular.

Parahyba, 2 — Presidente do Senado — Rio — Apresento Senado e V. Ex. peizamos pelo fallecimento conselheiro Ruy Barbosa, cuja perda abre impreenchivel vacuo na grandeza intellectual da Patria. — *Antonio Massa*.

Manáos, 2 — Presidente Senado — Rio — Compartilho magua V. Ex. pela grande perda que enluta Senado Brasileiro com fallecimento glorioso Senador Ruy Barbosa — *Silverio Nery*.

Rio, 2 — Senado Federal — Rio — Apresento profundos pezames fallecimento eminente Senador Ruy Barbosa. — *Venancio Neiva*.

Bello Horizonte, 2 — Presidente Senado — Rio — Queira V. Ex. aceitar como digno presidente Senado os meus profundos sentimentos pela morte do mais notavel de seus membros, Ruy Barbosa. — *Bernardo Monteiro*.

Rio, 2. — Apresento V. Ex. e Senado Republica expressões meu profundo pezar fallecimento Ruy Barbosa. — *Sampaio Corrêa*.

Porto Alegre, 2. — Ao Senado Brasileiro peço a V. Ex. apresentar minhas sinceras condolencias fallecimento seu mais glorioso membro. — *Vespucio de Abreu*, Senador Federal.

Rio, 2. — Em nome Estado Alagoas e de seu Governo bem como no nome pessoal do Dr. Fernandes Lima e no nosso apresentamos V. Ex. expressões nossa grande dor pela perda irreparavel que soffreu Senado e Nação com a morte Ruy Barbosa. — *Mendonça Martins*. — *Costa Rego*.

Curityba, 26. — Associo-me todo coração manifestação pezar Senado haja prestar pelo fallecimento nosso mais eminente collega pranteado toda Nação. — Senador *Generoso Marques*.

Curityba, 2. — Tenho honra apresentar V. Ex. minhas condolencias desapparecimento genial collega Senador Ruy Barbosa. — *Afonso Camargo*.

Rio, 3. — Queira V. Ex. aceitar e transmittir ao Senado os sentimentos de profundo pezar com que foi recebida pela Camara dos Deputados e por mim a noticia do fallecimento do egregio Senador Ruy Barbosa. — *Arnolfo Azevedo*, Presidente da Camara.

Maceió, 3. — Queira vossencia e demais membros Senado Brasileiro aceitar expressões de grande pezar pelo fallecimento glorioso Senador Ruy Barbosa. — Deputado *Luiz Silveira*.

Mossoró, 6. — Profundamente penalizado desaparecimento immortal republicano Ruy Barbosa apresento sentido pezames. — Deputado *Raphael Fernandes*.

Parahyba, 3. — Na pessoa V. Ex. apresento pezames ao Parlamento Nacional pelo desaparecimento do Grande Ruy. — *Octacilio Albuquerque*.

Pelotas, 6. — Envio V. Ex. como representante Senado Brasileiro grande sentimento pezar fallecimento Ruy Barbosa notavel mestre um dos principaes organizadores do regimen vigente. Attenciosas saudações. — *Simões Lopes*, Deputado Federal.

Florianopolis, 3. — Partilhando sentimento geral de nossa Patria pelo inesperado fallecimento eminente Senador Ruy Barbosa essa culminante individualidade brasileira cuja lamentabilissimo desaparecimento representa irreparavel perda nacional. Apresento V. Ex. minhas profundas sinceras condolências. — *Ferreira Lima*, Deputado Federal.

Therezina, 3 — O Estado do Piauhý se associa pelo seu povo e pelo seu Governo á grande magua que a Nação experimenta com a morte do excelso brasileiro Senador Ruy Barbosa. A influencia do doloroso acontecimento nos destinos da Patria a ninguem é dado prever. Só mais tarde quando a ausencia dos seus conselhos e da sua sabedoria da nacionalidade é que se poderá bem avaliar a extensão da desgraça que nos fôria. Aceitae Srs. Senadores, por intermedio vosso Presidente a viva expressão do meu profundo sentimento de pezar pelo desaparecimento do vosso companheiro glorioso que tanto honrou essa Casa servindo ao paiz. — *João Luiz Ferreira*, Governador.

Maceió, 2 — Tenho a honra communicar a V. Ex. que com as formalidades legaes foi hoje installada a 1ª sessão ordinaria da 17ª legislatura do Congresso Legislativo do Estado perante o qual foi lida minha mensagem. Attenciosas saudações. — *Freitas Metro*, Vice-Governador em exercicio.

Belém, 5 — Estado do Pará e eu pessoalmente compartilho Senado Republica immensa magua irreparavel perda nacional. — *Souza Castro*.

Florianopolis, 2 — Apresento ao Senado em nome do Estado de Santa Catharina condolências pelo desaparecimento de Ruy Barbosa facto que enche de luto a alma brasileira e todo o mundo civilizado. — *Pereira de Oliveira*, Governador.

Curityba, 3 — Peço meu prezado amigo obsequio representar-me e ao Estado juntamente com Deputado João Co-

lestino, na cerimonia enterramento eminente brasileiro Ruy Barbosa. Cordeacs saudações. — *Pedro Celestino*.

Macció, 2 — Em nome Estado Alagoas e individualmente apresento ao Senado Brasileiro por intermedio V. Ex. expressivos profundos pezar pelo fallecimento preclaro patricio conselheiro Ruy Barbosa que tanto illuminou *Annaes* desta Casa e cujo nome ligado a todas as nossas grandes conquistas liberaes consubstanciava intellectualmente nossa Patria. — *Fernandes Lima*, Governador.

Goyaz, 3 — Apresento V. Ex. sinceras condolencias pelo passamento do Grande Brasileiro Senador Ruy Barbosa. — *Rocha Lima*, Presidente Estado.

Aracajú, 2 — Desejo que V. Ex. transmitta ao Senado da Republica que o genio incomparavel de Ruy Barbosa illuminou com as fulgurações da sua eloquencia e do seu saber as condolencias do povo e do Governo sergipano pelo impreconchivel claro que nessa Casa se abre com o passamento previsto do immortal brasileiro. Saudações cordeacs. — *Graccho Cardoso*, Presidente Sergipe.

Florianopolis, 2 — Apresento a V. Ex. minhas sentidas condolencias pelo desaparecimento de Ruy Barbosa nosso companheiro de tantos annos nessa Casa. — *Hercilio Luz*, Governador.

Fortaleza, 2 — O desaparecimento de Ruy Barbosa, um dos grandes fundadores da Republica, do regimen e o maior dos nossos legisladores, deixa de pesado luto não somente a cadeira que a Bahia lhe reservou e que elle ergueu a incomparavel altura, mas todo o Senado da Republica que elle honrou por tantos e tão gloriosos annos. Como chefe do Estado me asocio em nome do Ceará ao luto e a magua do Senado, e como brasileiro faço votos para que os embaixadores da Federação encontre no seu saber e no seu patriotismo um meio de honrar condignamente a memoria do Mestre inexcedivel cujo nome constitue a maior contribuição do Brasil para a historia dos grandes homens. — *Justiniano de Serpa*.

Curityba, 3 -- Queiram V. Ex. o o Senado da Republica aceitar minhas condolencias e do meu governo pelo infausto passamento do grande brasileiro Senador Ruy Barbosa. Este Estado, prestando mais justa homenagem, tomou luto por 15 dias, suspendeu expediente repartições publicas por tres dias. Saudações attenciosas. — *Munhoz Rocha*, Presidente Estado.

Victoria, 2 — Apresento, por intermedio de V. Ex., condolencias a todo o Senado, pelo fallecimento do grande brasileiro conselheiro Ruy Barbosa. Attenciosas saudações. — *Nestor Gomes*, Presidente do Estado.

Recife, 3 — A V. Ex. e a todos os dignos membros dessa egregia corporação envio as mais sentidas expressões do meu grande pezar pelo fallecimento do conspicuo Senador Ruy Barbosa, gloria do Parlamento nacional, em cujas paginas deixou gravadas as seintillações do seu genio, sem par. Attenciosas saudações. — *Sergio Loreto*, Governador Pernambuco.

Rio Branco, 6 — Territorio Acre e seu governo, profundamente consternados doloroso golpe desferido nossa Patria,

motivo fallecimento Senador Ruy Barbosa, preclaro membro Camara Alta, apresentam V. Ex. seus dignos pares, expressões sentidas condolencias e communicam ter constituido seus representantes todas homenagens forem prestadas ao inolvidavel morto, Srs. Senadores José Eusebio e Deputado Raul Faria. Cordiaes saudações. — *Cunha Vasconcellos*, Governador Acre.

Manáos, 3 — Sentidas condolencias irreparavel perda nacional, passamento pranteado brasileiro Ruy Barbosa. — *Manoel Xavier P. Barreto*, juiz federal.

Juiz de Fóra, 7 — Qualidade presidente Tribunal Jury desta comarca, orgulho-me communicar V. Ex. abertura presente sessão requerimento promotoria approvado pela casa foi inserido acto voto profundo pezar passamento glorioso Ruy Barbosa e suspensos trabalhos. — *Cezar Franco*, juiz direito.

Bello Horizonte, 2 — Em nome fôro federal desta secção apresento a V. Ex. expressão profunda magua fallecimento Ruy Barbosa, ornamento Senado, maior expoente cultura juridica e litteratura do Brasil. Respeitosas saudações. — *Coelho Junior*, juiz federal.

Parahyba, 3 — Compartilhando com a Nação nos sentimentos de profundo pezar pelo fallecimento do Senador Ruy Barbosa, tenho a honra de apresentar sinceras condolencias ao Senado brasileiro. Respeitosas saudações. — *Francisco de Gouveia Nobrega*, juiz substituto seccional.

Belem, 3 — Na pessoa de V. Ex. sentimento compungido e Senado brasileiro pela perda irreparavel que acaba de soffrer com o desaparecimento do egregio Senador Ruy Barbosa. — *Luiz Estevão de Oliveira*, juiz federal.

Curityba, 3 — O Superior Tribunal de Justiça do Paraná apresenta ao Senado da Republica a expressão de seu profundo pezar pelo desaparecimento do immortal Conselheiro Ruy Barbosa, cuja perda irreparavel toda a nação deplora. Attenciosas saudações. — *J. Santa Ritta*, Presidente Tribunal.

Rio Branco, 6 — Ao Senado da Republica pelo alto intermedio de V. Ex. o Tribunal de Appellação do Territorio Acre vem significar sua profunda consternação, apresentando pezames pela morte de Ruy Barbosa, o primeiro representante da mentalidade brasileira, o denodado orientador da acção juridica, o liberal nos prelios parlamentares que enchem de honra o Poder Legislativo da Republica. Saudações. — *Celso*, Presidente Tribunal Acre.

Maceió, 2 — Desembargador Adalberto Figueiredo, Presidente Tribunal Superior Justiça Alagoas apresenta pezames V. Ex. pelo fallecimento Senador Ruy Barbosa. Saudações. — *Moreira Lima*, Secretario interino.

Maceió, 2 — Tenho honra communicar V. Ex. que Camara Deputados este Estado sessão hoje, rendeu justa homenagem memoria Senador Ruy Barbosa registrando voto pezar em acta, suspendendo sessão. Respeitosas saudações. — *Hollandia Cavalcanti*, Presidente.

Recife, 3 — O Senado de Pernambuco envia pezames ao Senado Federal pela irreparavel perda do grande vulto brasileiro Senador Ruy Barbosa. — *Severino Pinheiro*, Presidente. — *Gonzaga Maranhão*, 1º Secretario. — *Gonzaga de Araujo*, 2º Secretario.

Cannavieiras — Ainda sob a dolorosa impressão do fallecimento do eminente Senador Ruy Barbosa transmitto a V. Ex. os meus votos de profundo pesar. Respeitosas saudações. — *João Ramos*, Presidente Camara Deputados.

Curityba, 2 — A Mesa do Congresso leva ao conhecimento de V. Ex. que em sessão de hoje foi mandado inserir na acta dos seus trabalhos um voto de significativo e profundo pesar pelo fallecimento do egregio e inolvidavel brasileiro Senador Ruy Barbosa suspendendo seus trabalhos durante tres dias. Associando-me ao pesar que neste momento fere em cheio a Nação brasileira apresento a V. Ex. e peço transmittil-a ao Senado brasileiro commovidas condolencias. — *Romualdo Barauna*, Presidente Congresso.

Victoria, 2 — Congresso Legislativo Espirito Santo sessão hoje homenagem memoria inolvidavel brasileiro suspendeu sessão, enviando V. Ex. sentimentos profundo pesar perda glorioso bahiano. — *Alarico de Freitas*, Presidente Congresso.

Victoria, 2 — Apresento V. Ex. egregia corporação nobremente dirige minhas sentidas, sinceras condolencias, em face tremendo golpe acabam soffrer com infausto trespasse eminente Senador Ruy Barbosa. — *Affonso Corrêa Lyrio*, Procurador Republica.

Manga, 3 — Pezames perda irreparavel grande brasileiro. — *Abilio Barbosa*.

Recife, 2 — Em meu nome e no da Congregação Faculdade Direito Recife vos apresento sentimentos pesar perda illustre e grande Ruy Barbosa, glorioso membro da corporação que dignamente representaes. Saudações. — O director interino, *Simões Barbosa*.

«Exmo. Sr. Presidente Senado Federal. — Rio. — Em nome Conselho Municipal, apresentamos V. Ex. Senado pezames fallecimento egregio Senador Ruy Barbosa. — *Jeronymo Penido*, presidente. — *Alberto Beaumont*, 1º secretario.»

«Exmo Sr. Presidente do Senado Federal — Senado Federal — Ao Senado Federal, o Circulo de Imprensa manifesta seu grande pesar pela morte de Ruy Barbosa. — *Cumplido de Sant'Anna*».

«Exmo. Sr. Presidente Senado — Rio. — Ao elevado ramo do Poder Legislativo, que se orgulhava de possuir em seu seio a individualidade de Ruy Barbosa, o Club de Engenharia apresenta, respeitosamente, suas condolencias. — *Paulo de Frontin*, presidente.»

«Presidente Senado Rio — De Recife. — Congregação Escola Engenharia Pernambuco apresenta vossencia manifestação seu intenso pesar perda irreparavel acaba soffrer Nação

morte glorioso brasileiro Ruy Barbosa. — *Moraes Rego*, director».

«Dr. Presidente Senado — Rio — De Sertãozinho — Em nome municipio Sertãozinho apresento V. Ex. e ao Senado da Republica voto de pezar passamento grande Ruy. — *José Junqueira Junior*, Prefeito municipal».

«Sr. Presidente Senado — Rio — Rio Preto, 3 — Nome municipio envio sinceras condolencias morte grande brasileiro e egregio membro casa conselheiro Ruy Barbosa. — *Dermeval Moura*».

«Presidente Senado Federal — Rio — Lençóes, 5 — Em nome povo municipio Lençóes, que representamos, enviamos V. Ex. sinceros pezames pelo passamento eminente brasileiro conselheiro Ruy Barbosa, pezames á Nação. Respeitosas saudações. — *Antonio Carlos Assis*, p. Conselho — *Euperio Martins Andrade*, v. p. — *José Ureino Rocha Azevedo Veiga*. — *Malfredo Gomes Azevedo*, mesario. — *José Florencio Pereira Leal*, mesario. — *José Souza Benevides*, mesario. — *Francisco Senna Britto*, mesario. — *Mari Moreira Castro*, mesario. — *Octaviano Vensivel Pereira*».

«Presidente Senado Federal — Rio — Cabo Verde, 3 — Municipio Cabo Verde dá pezames Senado Republica perda eminente Ruy Barbosa. — Presidente Camara, *Oscar Ornellas*».

«Dr. Estacio Coimbra. — Rio — De Pitanguy — Municipio Pitanguy apresenta condolencias Republica e Senado brasileiro fallecimento conselheiro Ruy Barbosa. Saudações — *Francisco de Borja Rocha*, presidente da Camara».

«Sr. Presidente Senado da Republica — Rio — De Fortaleza, Minas — Apresento essa casa sinceros pezames motivo fallecimento eminente brasileiro Senador Ruy Barbosa. — Saudações. — *Deolisono Moraes*».

«Dr. Estacio Coimbra, Presidente Senado — Rio — De Muelury — Associamo-nos aos sentimentos ao grande golpe que privou o parlamento brasileiro de seu maior genio. — Saudações. — *José Borges*, intendente. — *Raul Mazzinetti*, presidente Conselho».

«Sr. vice-presidente Senado — Rio — De Parahyba — Interpretando sentimento pessoal quarto districto Obras contra as Seccas e Estrada Ferro Lagôa Grande a Patos tenho a honra apresentar V. Ex. e ao Brasil sentidos pezames pelo desaparecimento do eminente brasileiro Senador Ruy Barbosa. — Saudações. — *Verissimo Rebouças*, engenheiro-chefe».

S. Luiz, 3 — Presidente Senado Federal — Rio — Sociedade Joven Syria, nesta capital, apresenta a V. Ex. sentidos pezames fallecimento grande talento mundial Ruy Barbosa. — *Kalli Kekuy*, presidente.

Monte Azul, 3 — Presidente Senado Federal — Rio — No desolamento desta angustiosa orphandade, imprecamos Eterno para que ante vós tenha sempre viva immorredoura como paradigma todas as virtudes a imagem sagrada do pae

Patria o immortal Ruy Barbosa. — Dr. *Cicero Moraes*, presidente Camara Municipal.

Manãos, 4 — Presidente Senado Federal — Rio — Associação Commercial Retalhistas, recebendo profundo pezar noticia fallecimento notavel membro Senado Brasileiro, Conselheiro Ruy Barbosa, sentimentos vossencia irreparavel golpe desfechado coração grande patria brasileira. — *Giulio Roberti*, presidente.

Ribeirão Preto, 2 — Presidente Senado Federal — Rio — Genuflexo, deploro fatalidade fallecimento Ruy Barbosa, maior e incomparavel brasileiro. Sinceras condolencias. — Dr. *Affonso de Moraes*.

Itabuna, 3 — Presidente Senado Federal — Rio — Fóro Itabuna apresenta Senado, Republica representado V. Ex., immenso pezar morte maior dos brasileiros. Respeitosas saudações. — *João Mendes*, juiz direito. — *Pedro Virgilio*, promotor. — *Ruy Penalva*. — *Lafayette Borborema*. — *Calazans Bastos*, advogados. — *Ozorio Araujo*. — *Cezar da Silva*. — *Quintino Menezes Campos*, escrivão.

S. Fidelis, 3 — Presidente Senado Federal — Rio — Loja maçonica Auxilio a Virtude, profundamente consternada infausto fallecimento grande Ruy Barbosa, apresenta vossencia e á patria sinceras condolencias lutuoso acontecimento, — *José Pereira de Oliveira*.

Campinas, 3 — Presidente Senado Federal — Rio — Camara Municipal Campinas communica V. Ex. suspendeu trabalhos sessão hoje homenagem eminente Senador Ruy Barbosa, deliberando realizar solemnes exequias trigesimo dia fallecimento glorioso brasileiro. Saudações. — *Annibal Freitas*, presidente. — *A. C. Camargo Vianna*. — Dr. *Miguel Penteado*. — *Adalberto Maia*. — *Alvaro Ribeiro*. — *Pedro Magalhães Junior*. — *Omar Magro*. — *Fernão Pompeu*. — Dr. *Antonio Fessel*.

Abranca, 6 — Presidente Senado Federal — Rio — Intendencia Municipal desta villa, hoje reunida, apresenta sinceras condolencias essa alta Camara paiz pelo desaparecimento do egregio brasileiro Senador Ruy Barbosa. Cordeaes saudações. — *Francisco Fausto*, presidente. — *José Rolim*. — *João Valle*. — *Raymundo Rubira*. — *Antonio Lucio*.

D. Pedrito, 13 — Presidente Senado Federal — Rio — Em sua primeira reunião após irreparavel perda eminente Senador Ruy Barbosa, extraordinario vulto era merecidamente alvo veneração collectiva Associação Commercial Pelotas cumpre ingrato doloroso dever transmittir essa egregia corporação sincero protesto funda magua a assoberbou, bem como classes e orgão esta cidade. — *Alberto Echenique Leite*, presidente.

Belem, 2 — Nome municipio Belem envio Senado Republica sinceras expressões condolencia desaparecimento Conselheiro Ruy Barbosa illustre membro Camara Alta Republica onde deixou para sempre assignalada sua passagem fulgor palavra somma incalculavel beneficios prestados nosso Patria de cuja

grandeza foi dos mais incançáveis obreiros. — *Cypriano Santos*, Intendente Municipal Belem.

Pindorama, 6 — Grande perda Nação Brasileira fallecimento inolvidavel Ruy Barbosa Camara Municipal Itajuby apresenta V. Ex. sentimentos profundo pesar. Attenciosas saudações. — *Gustavo Moraes Junior*, Prefeito municipal.

Manãos, 3 — Rogo queira V. Ex. receber transmittir Senado manifestação profundo pezar passamento gloriso parlamentar Dr. Ruy Barbosa. Respeitosas saudações. — *Vertiniano Meirelles*, Inspector da Alfandega.

Batataes, 3 — Ao Senado Federal a Camara Municipal de Batataes apresenta pesame pelo fallecimento do Conselheiro Ruy Barbosa o extraordinario patricio que tanto elevou o nome do Brasil. — *João Andrade Junqueira*, Presidente da Camara Municipal.

Manãos, 3 — Academia Amazonense Letras apresenta V. Ex. sentidos pezames morte Senador Ruy Barbosa. — *Adriano Jorge*, Presidente.

Pitanguy, 3 — Audiencia deste Juizo Fôro Comarca Pitanguy se declarou solidario homenagens postumas Conselheiro Ruy Barbosa tomando diversas deliberações manifestar seu sentimento. Saudações. — *Lima Rodrigues*, juiz de direito.

Barretos, 16 — Loja Maçonica Fraternidade Paulista apresenta V. Ex. pezames fallecimento Ruy Barbosa maior membro Senado deixando perenne lucto. — *José Mendes*, Presidente.

Rio Branco, 10 — Pelo fallecimento eminente Senador Ruy Barbosa apresento a V. Ex. e ao Senado Republica sentidas condolencias manifestado ultimas audiencias este juiz por mim Doutor Promotor e Advogados esta comarca. Attenciosas saudações. — *Celso Gama e Souza*, Juiz de Direito exercicio.

Santos, 22 — A Camara Municipal Santos por meu intermedio apresenta essa alta corporação privada hoje da presença e concurso de um dos mais eminentes seus membros a expressão sua grande magoa pelo irremediavel acontecimento que é o traspasse de Ruy Barbosa. — *Dr. B. de Moura Ribeiro*, Presidente Camara Municipal.

S. Amaro, 2 — Meu nome municipio Santo Amaro apresento mais alta Camara Nação pessôa V. Ex. votos profundo pezar infausto passamento Conselheiro Ruy Barbosa. Saudações. — *Arthur Bandeira*, Intendente municipal.

Rio, 2 — Senador Antonio Azeredo, Vice-Presidente Senado — Directorias Associação Commercial Rio Janeiro e Federação Associações Commerciaes Brasil apresentam Vossencia e demais senadores sentidas condolencias infausto passamento eminente Ruy Barbosa, gloria Senado Republica. — *Araujo Franco*, presidente. — *F. Bulcão*, director 1º secretario.

Florianopolis, 2 — Senador Azeredo — Rio — Apresento V. Ex. minhas condolencias pelo fallecimento de Ruy Bar-

bosa, a maior gloria Senado Brasileiro. Saudações attenciosas. — *Konder*, Secretario da Fazenda.

Porto Alegre, 2 — Exmo. Sr. Dr. A. Azeredo, Vice-Presidente Senado — Rio — Apresento a essa egregia Assembléa e V. Ex. sinceras condolencias pelo fallecimento grande brasileiro Sr. Senador Ruy Barbosa. Attenciosas saudações. — *Manoel Theophilo Barreto Vianna*, vice-presidente em exercicio da Escola de Engenharia.

Ponto Velho, 3 — Senador Azeredo — Rio — Nome municipio apresento manifesto ao Senado Federal, na pessoa V. Ex. sinceras condolencias grande perda nacional Senador Ruy Barbosa. Attenciosas saudações. — Dr. *Joaquim Tanajura*, superintendente.

Ponta Poran, 2 — Senador Antonio Azeredo — Rio — Povo ponta poreense apresenta sentimentos fallecimento Senador Ruy Barbosa, pedindo represental-o funeral. — *João Brandão*, intendente.

Parahyba do Sul, 9 — Exmo. Senador Presidente Senado Federal — Rio — Communico V. Ex. Camara Municipal de Parahyba Sul, hoje reunida, foi proposta vereador Castilho Sobrinho render homenagens memoria saudoso patricio eminente Senador Ruy Barbosa, lançando em acta voto profundo pezar seu fallecimento. Saudações. — *Angelo Mattos*, presidente Camara.

Manáos, 5 — Exmo. Sr. Presidente do Congresso — Directoria Sociedade Portugueza Beneficente Amazonas apresenta V. Ex. expressão seu profundo pezar pela irreparavel perda Nação Brasileira acaba soffrer fallecimento seu glorioso filho Senador Ruy Barbosa. — *Abilio Sá*, vice-presidente.

Santo Amaro, 7 — Após grande reunião popular resolver homenagens posthumas maior brasileiro, vimos manifestar grande pezar irreparavel perda Brasil e Bahia. — *José Randedeey de Araujo Pinho* — *José Baptista Pereira Marques*. — *José Soares Espinheira*. — *João Raul Freitas Barros*. — *Albertino Lemos*. — Commendador *João Alves Cardoso*. — *Pedro Frederico Barros*. — *Albino Carneiro Araujo*. — Padre *Annibal Malta*. — *Achilles Cardoso*. — *Euclides Souza*. — *Americo Pacheco Pereira*. — *Francisco Luiz Pinto Sobrinho*. — *Lucio da Costa*. — *Victoria Claudemiro*. — *Suzart Carneiro*. — *Manoel Fernandez Perez* — *Alfredo Costa*. — *Francisco Pinto Junior*. — *Arlindo Costa*. — *Victorino Moreira Dutra*. — *Raul Carlos Penina*. — *Gomes Leão Santos*. — *Jada Lycio Silva*. — *Hermelino Santos*. — *Agostinho José Pereira*. — *Abel Fernandes*. — *Camillo Carneiro*. — *Alonso Paim*. — *Abelardo Pedreira*. — *Candido Marques*. — *João da Cruz Motta* — *Durval Pina*. — *Anthydio Pinna*. — *Juvenal Gallo*. — *Antenor Dore*. — *Joaquim Soares Araujo*. — *Belchior Gama Lobo*. — *Raymundo Gonçalves Martins*. — *Arthur Oscar Ramos*. — *Theophilo Ottonio Pacheco*. — *Salvador da Cunha Passos*. — *Mario Cardoso*. — *José Antonio dos Santos*. — *Americo Moreira* — *Octavio Pedreira*. — *Raymundo Braga*. — *Francisco Velloso*. — *Pedro Jacome*. — *José Octaviano Baptista*. — *Antonio Falcão Paim*. — *João Paulo dos Reis*. — *José do Carmo*

Tavares. — João Borges de Barros. — Antonio Francisco Veriano Dias. — Dionysio Neves. — Oscar Lemos. — Leopoldo Calmon. — Nemesio Lisboa. — Aloysio Lemos Britto. — João Baptista Sant'Anna. — José Castor Lemos. — Manoel P. Costa. — João Antonio Santos. — Rodrigo Pinto. — Norberto Velloso. — Joaquim Castor Filho. — Luiz da Franca Andrade. — Angelo Custodio de Souza. — Anisio Teixeira. — Cornelio Porphirio Ferreira Pinto. — José Avila Oliveira. — Lindolpho Moniz Barreto Pereira. — Theodomiro Moniz Barretto Pereira. — Manoel Campos. — Joaquim Mendes de Souza. — Manoel Asterio Pimentel. — Pedro Ney de Mesquita. — Fernão Alvaro Falcão Paim. — Americo F. Paim. — Tacciano Britto. — Hermogenes Socrates Alves. — Orlando Fiuza. — Laurindo José Santos. — Pedro Silva. — João Ubaldo Gomes. — Napoleão Müller. — Manoel de Pinho. — Argeu Silva. — Tenente Alexandre Theodoro Pereira de Mello. — Pedro dos Santos. — Alvaro Silva Costa. — Leonel Pedreira. — Justino Legos. — Landroaldo Dantas Enéas Rocha. — Luiz Simões — Francisco Gastão Pedrena da Silva Barbosa & Comp. — Raul Barbosa Santos. — Tiro de Guerra 281. — Francisco Costa Bandeira. — Arthur Cesar da Silva Lago. — Scraphim Costa Ribeiro. — Elias José Noder. — João Pinto. — Raphael Moniz Barretto. — João Evaristo Araujo. — Virgilio Diniz Sena. — Luiz Tapyrcam. — Amaro Leps. — Manoel Peralva Macrinorest. — Urbolino Nascimento — Agenor Pacheco. — Manoel de Oliveira Bahia. — José Moniz Barretto. — Manoel Teixeira de Freitas. — Padre José Gomes Loureiro. — Elson Assis. — Dr. Francisco Teixeira de Assis. — Manoel Teixeira de Assis. — Joel Passos Santos. — Estanisláo Ornelas. — Domingos Gomes Magalhães.

Bagé, 8 — A Associação Commercial de Bagé, apresenta-vos pezames pelo desaparecimento genial Senador Ruy Barbosa. — Francisco Garcia, presidente. — Antonino Romero, secretario.

Bagé, 8 — Interpretando profundo pezar socios Club Caixeiral Bagé, fallecimento grande Ruy Barbosa, apresentam Senado profundo sentimento. — Luiz SAVEDRA, presidente. — Fernando Borba, secretario.

Jequié, 10—Scientifico conselheiro juiz municipal enviam pezames pelo fallecimento do eminente brasileiro Ruy Barbosa. — José Henrique, intendente. — João Baptista, presidente. — Job Lopes Manoel — Emiliano Moreira. — Satyro Campos. — Decio Tavares. — Antonio Macedo. — Nicola Tomasino. — Fortunato Orrico. — Dr. Leopoldo Figueiredo.

Taubaté, 2 — Directorio Politico Taubaté associando-se luto nacional morte grande brasileiro Ruy Barbosa, envia sinceros pezames Senado pessoa V. Ex. — Gastão Camara Leal.

Recife, 9 — Junta recursos eleitoraes Pernambuco hoje reunida primeira vez após passamento inelyto brasileiro Senador Ruy Barbosa resolveu fazer inserir acta trabalhos voto consternação e apresentar V. Ex. sentidas condolencias. Cordiaes saudações. — Cunha Mello. — Ubaldo de Oliveira. — Sá Pereira.

Recife, 3 — Funcionarios Justiça Militar 4ª Circumscripção apresentam pezames morte distincto mestre notabi-

líssimo jurista e o homem de Estado Senador Ruy Barbosa. — *Thomas*.

Cannavieiras, 4 — Povo Cannavieiras meu intermedio compartilha pezar Patria pela morte seu grande filho. Audiencia hoje interpretando sentimentos corações secundado promotor publico consignei voto profundo pezar protocollos, tomando luto oito dias, suspendendo seguida audiencia. Nome advogados fallou Antonio Sabino. — *Cactano Dultra*, juiz direito.

Pocos de Caldas, 4 — Representando este municipio apresentamos pezames Parlamento Nacional pela perda do mais glorioso seu representante. — *João Benedicto*, prefeito municipal. — *Alfredo Porto*, presidente Conselho Deliberativo.

Porto Velho, 14 — Liga civica esta cidade profundamente compungida trespasse maior dos brasileiros insigne estadista Ruy Barbosa apresenta V. Ex. as homenagens do seu mais sentido pezar esse golpe acaba ferir Nação roubando expoente maximo sua cultura. — *Capitão Alencarliense*, presidente. — *Grizalva Antony*, secretario. — *José Maria Souza Cruz*, secretario.

Ilhéos, 3 — Emocionado morte grande brasileiro envio sentidos pezames apresentaes inditosa familia. — *Honorato José Gonçalves*.

Barretos, 4 — Queira V. Ex. aceitar transmittindo essa veneranda Casa condolencias fóro comarca Barretos perda inolvidavel Senador que tanto honrou Brasil e raça latina. — *Belmiro Simões*, juiz de direito.

Itabuna, 15 — Ante grande catastrophe nacional perda maior dos nossos pares conselheiro Ruy Barbosa, patriarcha Republica, Associação Commercial vos envia sentidos pezames. — *Carlos Maron*, presidente.

Recife, 3 — Mocidade academica Faculdade Direito Recife meu intermedio apresenta Senado Republica expressão profundas condolencias fallecimento Senador Ruy Barbosa, grande lumiar sciencia direito. — *Dr. Simões Barbosa*, director interino.

Urbano, 2 — Senado da Republica, onde ainda vibra aos ócos a voz do maior dos oradores deste tempo, o Congresso Estudantes das Escolas Secundarias do Brasil manifesta profundissimo pezar fallecimento quem foi a mais brilhante imagem do nosso espirito e da nossa grandeza. — *Celso Kelly*, presidente. — *Eduardo Bahouth*, vice-presidente.

Rio, 3 — A Associação Bahiana de Beneficencia apresenta ao Senado da Republica os seus profundos pezames pelo fallecimento do glorioso Senador Ruy Barbosa. — *Eduardo Moraes Netto*, presidente. — *Antonio Castro Pinto*, secretario.

Taubaté, 2 — Camara Prefeitura Municipal acompanham grande dor enorme perda nacional fallecimento Conselheiro Ruy Barbosa enviando pezames Senado dignamente representado por V. Ex. — *Antonio Valente*.

Areado, 4 — Directorio politico Areado interpretando sentimentos profundo pezar causado população este municí-

pio fallecimento eminente Senador Ruy Barbosa pede V. Ex. receber transmittir Senado Republica grande scenario onde tanto brilhou seu espirito privilegiado protesta sinceras condolencias. — *José Jacintho Ferreira*, presidente directorio.

Rio de Belém, 4 — Digne-se V. Ex. accitar expressão meu mais profundo pezar infausta noticia fallecimento insigne brasileiro Senador Ruy Barbosa facto enche toda Nação justificado luto nacional. — *Ulysses O. Cajazeira*, delegado fiscal.

Santarém, 4 — Intendencia e Conselho Municipal esta cidade apresentam essa Casa Parlamento por intermedio Vossa Excellencia seu profundo pezar pelo fallecimento Senador Ruy Barbosa, maior gloria Nação. — *José Angelo*, intendente. — *Christovão Lemos*, presidente Conselho.

Santa Adelia, 4 — A Municipalidade de Santa Adelia apresenta a V. Ex. condolencias pela perda do inegalavel patricio Conselheiro Ruy Barbosa. Saudações. — *Joaquim Augusto Cotrim*, Prefeito Municipal.

Rio, 3 — Centro Maçonico apresenta sinceras condolencias passamento maior dos brasileiros. — *Directoria*.

S. José do Rio Pardo, 2 — Camara Municipal e Directorio Politico de S. José do Rio Pardo profundamente sentidos pelo passamento do eminente brasileiro Conselheiro Ruy Barbosa exprimem seu grande pezar apresentando pezames a essa illustre corporação, theatro das suas maiores gloria. — *Joz Pereira Martins Andrade*. — *Tarquínio Cobra*.

Remanso, 4 — Apresento V. Ex. meu nome municipio sinceras condolencias fallecimento maior brasileiro Conselheiro Ruy Barbosa. Cordiaes saudações. — *José Villaça Carvalho*, Intendente Municipal.

Maragogipe, 4 — Interpretando profundos dolorosos sentimentos municipes irreprovavel morte brasileiro Ruy Barbosa, tributo V. Ex. sinceras condolencias. — *Alexandre Alves Peizoto*, Intendente Municipal.

S. Fidelis, 3 — Nome povo deste municipio tenho honra apresentar a V. Ex. e ao Senado sinceras condolencias pela irreparavel perda que acabamos soffrer com fallecimento do illustre senador Ruy Barbosa, grande vulto brasileiro, verdadeiro orgulho nossa raça. — *José Vicente Carneiro*, prefeito municipal.

Bahia, 3 — A Associação Commercial Bahia apresenta seus profundo sentimentos venerando ramo Congresso, irreparavel perda grande brasileiro Ruy Barbosa que desde começo Republica honrou engrandeceu seus debates deliberações com fulgores incomparaveis sua eloquencia e ensinamentos seu extraordinario saber. — *Rodolpho Souza Martins*, presidente; *Manoel Lopes Azevedo Castro*, vice-presidente; *José Costa Magalhães*, secretario; *Adelino Fernandes Coelho*, thesoureiro; *Miguel Bartilotti*, *Joaquim Ruiz Gamboa*, *Alberto Alves Pereira*, *Manoel Cintra Monteiro*, *Octacilio Nunes Souza*, *Manoel Correia Cunha*, *David Nolderol Fernandes*, *Raul Figueiredo*

Lima, Rodolpho Simões Fonseca, Arthur Fraga Fernandes Scaldaferrri.

Mogy Mirim, 3 — Camara Municipal de Mogy Mirim, envia pesames fallecimento conselheiro Ruy Barbosa, e faz constar acta sessão hoje realizada votos sentimentos profundo. — *Francisco Netto Araujo*, prefeito.

Curityba, 3 — Faculdade Direito Paraná manifesta egregio Senado seu profundo pesar pelo fallecimento Ruy Barbosa encarnação gloriosa da Patria brasileira. — *Vieira Cavalcanti*, director

Curityba, 3 — Queiram V. Ex. e Senado Republica acceitar minhas sinceras condolencias e dos funcionarios esta delegacia pelo profundo golpe soffreu fallecimento benemérito estadista senador Ruy Barbosa que tanto elevou Parlamento brasileiro com os fulgores sua vasta cultura singular eloquencia admiravel coragem civica prestando nossa Patria com inexcédível patriotismo serviços impereciveis que gratidão nacional ha de ter devida conta como já vae acontecendo para bemdizer-lhe sempre o nome cultuando com reconhecimento que não murcha veneranda memoria maior vulto intellecual humanidade contemporanea. — *Genulpho Freire*, delegado fiscal.

Bagé, 3 — Comité residentes uruguayos homenagem Artigas municipio de Bagé envia honorable Senado sentido pesame por irreparable perda doctor Ruy Barbosa, orgullo letras americanas. — *Agustin Fernandez*, presidente. — *Erimanto Fernandez*, secretario.

O Sr. 2º Secretario declara que não ha pareceres.

O Sr. Presidente (*movimento geral de attenção*) — Srs. Senadores, nenhum dever ser-me-hia mais penoso do que este, a que me obriga a minha função constitucional, de communicar-vos oficialmente o fallecimento do Senador Ruy Barbosa, que durante 32 annos, ou tantos quantos tem vivido o regimen, foi o maior orgulho, a gloria mais alta e mais pura do Senado da Republica.

Senhores Senadores! E' quando temos que evocar uma figura como a de Ruy Barbosa, que melhor medimos a deficiencia da nossa linguagem, de que todos os vocabulos se nos mostram frios e mesquinhos, todos os elogios incolores e convencionaes.

O genio de Ruy Barbosa não se findou neste ou naquella departamento da intelligencia ou da cultura, nem se encerrou neste ou naquella campo da actividade humana. Abriu-se por toda a parte, e abrangeu todas as cousas, deixando em tudo o seu luminoso vestigio.

Por isto mesmo, a historia da sua vida confunde-se tantas vezes com a nossa propria historia nos ultimos annos do Imperio; destacando-se com incomparavel fulgor na propaganda da abolição e na implantação da Republica, e nas tres decodas já decorridas das novas instituições, que a elle, mais do que a ninguem, devem sua organização theorica e seu funcionamento pratico.

Escriptor, Ruy Barbosa manteve sempre, até o ultimo alento, o primado das nossas lettras. Orador, ninguem tentou disputar-lhe jámais no Parlamento, ou fóra d'elle, o primeiro logar que a sua magica eloquencia lhe grangeara ainda em plena mocidade. Jornalista, foi mestre incontestado, modelo ainda de belleza, de força e de ethica profissional, para as gerações da imprensa contemporanea. Jurisconsulto, cada parecer seu ficou como uma monographia exhaustiva do assumpto de que tratava. Diplomata, culminou na Haya o seu genio, apostolando a igualdade das soberanias, das grandes e das pequenas nações, ante a força eterna do Direito, e em Buenos Aires, quando indicou aos povos neutros o caminho que a defesa do patrimonio commum da civilização humana lhes impunha.

Homem de governo, elle foi em meio das contingencias da sua época, como vos disse de começo, não só o primeiro doutrinario da nossa incipiente democracia, através da Constituição de 24 de fevereiro, tão elevada e formosa na sua estrutura, como o seu principal applicador ao lado da figura historica de Deodoro. Politico, no alto e nobre sentido do vocabulo, todos vós, Srs. Senadores, e toda a Nação, tendes vivos na memoria o seu longo, corajoso e fulgurante apostolado civico e a sua paixão tantas vezes estuantes em apostrophes formidaveis, por todas as liberdades publicas e individuaes.

Senhores Senadores, dou por cumprido, lamentando a impotencia da minha palavra, o dever que me competia. A gloria de Ruy Barbosa é a gloria do seu, do nosso paiz e da humanidade, sobre a qual se projectou em reflexos inextinguiveis.

Mas, antes de tudo, é a gloria do Senado Republicano, que elle honrou no longo periodo de mandato ininterrupto, como embaixador da sua amada Bahia, e onde a sua sombra ha de pairar, como um pallio, a abrigar os destinos da Republica, de que elle foi um dos magnos fundadores. Estou certo de que o Senado saberá prestar ao grande morto, como já o fizeram os outros poderes e a Nação, todas as homenagens que elle merece. (*Muito bem; muito bem.*)

Tem a palavra o Sr. A. Azeredo.

O Sr. A. Azeredo (movimento geral de attenção) — Sr. Presidente, não sei mesmo como começar a minha humilde oração; não sei como poderei prestar a Ruy Barbosa a homenagem a que elle tem direito, quando é certo que, desaparecendo deste recinto para sempre, vae resurgir, vae resuscitar nas paginas gloriosas da Historia Brasileira e da Historia da Humanidade.

A generosidade dos meus illustres collegas, confiando-me a incumbencia de dizer algumas palavras sobre o desaparecimento do maior homem do Brasil, nestes ultimos tempos, penhora-me, é certo; mas devera ter sido confiada a outro Senador que melhor do que eu pudesse fazer o elogio historico do grande vulto que vem de finar-se.

E' verdade que, dos Senadores actuaes, fui eu certamente aquelle que, durante mais tempo, manteve contacto com o grande brasileiro.

Acompanhei-o desde o fim do Imperio até os seus ultimos dias. E' certo que, algumas vezes, dissenti do seu pensar;

que nos separámos politicamente; que estivemos em campos oppostos; mas, nem por isso, um só instante deixei de lhe prestar as homenagens devidas, reconhecendo-lhe as suas altas qualidades e virtudes.

Muito moço ainda, antes da Republica, tive a fortuna de ir procural-o na sua residencia, sem conhecê-lo, afim de convidal-o para assumir a direcção de um jornal que havia adquirido. E' desnecessario informar ao Senado que, nessa occasião, fui gentilmente recebido por S. Ex. Confiei-lhe a direcção do *Diario de Noticias*, pois assim se chamava o jornal de que me fizera proprietario, tendo a fortuna de vel-o illuminar as columnas desse orgão de publicidade, com vigor, com brilho, grande e extraordinario proveito para o paiz e para a Republica.

Incontestavelmente, foi nesse jornal que elle mais combateu a Monarchia em seus ultimos tempos e evangelizou os principios liberaes, sem ser republicano. Por esse motivo, todas as vezes que Quintino Bucayuva commigo se encontrava dizia-me: "Conserve o Ruy por lá, no Imperio, porque a sua clava terá muito mais valor para demolir a Monarchia, servindo á Republica, do que si vier para nós, onde, entretanto, encontrará o bastão que eu tenho e que lhe passarei immediatamente".

Era assim, Sr. Presidente, que Quintino considerava Ruy Barbosa, monarchista, como um elemento forte, capaz de abalar os alicerces do Imperio, afim de que nós, os republicanos, mais depressa chegassemos á Republica.

Tive a grande fortuna de acompanhar Benjamin Constant, ao lado de Jayme Benevolo, até o escriptorio de Ruy Barbosa, para com elle confabularmos, no dia 9 de novembro, justamente a data do grande baile offerecido pelas autoridades brasileiras á officialidade da esquadra chilena que nos visitava.

Tive ainda a fortuna de acompanhar Ruy Barbosa até o escriptorio de Quintino Bocayuva, á rua do Carmo n. 42, para ahi trocarmos idéas a respeito do futuro Governo da Republica. Tive ainda a fortuna de ir com Ruy Barbosa á casa do marechal Deodoro, no Campo de Sant'Anna, na memoravel noite de 11 de novembro, onde se combinou o movimento que deu em resultado a revolução que explodiu no dia 15.

Vi sahir do meu jornal para o Governo da Republica esse illustre brasileiro, a quem hoje rendemos as nossas homenagens, e o que elle foi ninguem neste recinto ignora, nem todo o paiz, porque elle soube imprimir o cunho da sua vigorosa intelligencia e dos principios liberaes, de que sempre foi dotado, na elaboração de projectos, na decretação de leis especiaes, que asseguraram ao Governo Provisorio o reconhecimento de qualidades que ainda hoje admiramos, porque foi, incontestavelmente, aquelle que prestou os mais assignalados serviços á Republica, influindo no espirito do glorioso Chefe do Governo Provisorio que por elle tinha grande entusiasmo. E si não fôra isto, Ruy Barbosa teria deixado o Governo em fins de janeiro, depois da campanha levantada contra o decreto de 17 de janeiro de 1890, creando o Banco Emissor, que produziu a primeira grande crise do ministerio.

No dia 30 daquelle mez, em que os membros do Governo se reuniam á noite para discutirem o caso do banco, depois

do pedido de demissão de Ruy Barbosa, recusado pelo Marechal Deodoro, antes de entrarem para a sala de despachos, Benjamin Constant perguntára ao Ministro da Fazenda si elle ainda comparecia á conferencia, respondendo-lhe que sim, porque ainda era Ministro.

A discussão no Ministerio foi muito viva e prolongou-se até ás 4 horas da manhã, sahindo Ruy Barbosa victorioso e apoiado pelos seus collegas, inclusive pelo benemerito Ministro da Guerra, que declarou preferir errar com elle do que acertar com outros.

Acompanhei durante esses 14 mezes de Governo o illustre representante do Estado da Bahia. Antes vi como elle — que era monarchista, que o foi sinceramente até a proclamação da Republica — aconselhava que se fizesse a federação de fórma a evitar a proclamação da Republica, pela admisión no Imperio dos principios liberaes, creando a autonomia das provincias, concorrendo para que a Republica não viesse tão cedo e ao mesmo tempo para que, quando viesse, mais tarde, encontrasse o terreno preparado, a federação creada pelo Imperio.

Sr. Presidente, acompanhei o então Ministro da Fazenda do Governo Provisorio com a mesma amizade e o mesmo carinho até o Governo do Marechal Floriano Peixoto, onde se deu a primeira dissensão entre nós. Depois nos separámos, mantendo, porém, pelo Sr. Ruy Barbosa o mesmo respeito, a mesma admiração, o mesmo acatamento, até o dia em que neste recinto, durante o Governo de Prudente de Moraes, tive occasião de restabelecer as relações com aquelle illustre brasileiro.

E os Senadores daquelle tempo — que aliás não são muitos — devem lembrar-se de que se tratava de conceder licença ao Governo para processar João Cordeiro, Senador da Republica, e que o Governo, que contava com a maioria nesta Casa, imaginava que pudesse tambem contar com o voto de Ruy Barbosa. E foi então que uma commissão de Senadores, da qual fiz parte, foi fallar com aquelle illustre brasileiro, a respeito da licença que dependia do voto do Senado.

De accôrdo com as suas idéas, S. Ex. promptamente declarou que jámais daria o seu voto para que um Senador fosse submettido a processo judicial, por motivo de ordem politica.

E assim foi que restabelecemos as nossas relações.

Mais tarde tive a infelicidade de separar-me de novo de Ruy Barbosa, porque as nossas idéas politicas tornaram-se divergentes, e cada um, pensando estar melhor amparado pelos seus principios e idéas, tomou o seu caminho.

Entretanto, devo confessar que mais de uma vez, e entre outras, respondendo ao Senador bahiano José Marcelino, disse que ninguem neste paiz tinha desejado mais sinceramente a candidatura de Ruy Barbosa á presidencia da Republica. Demonstrei que a propria Bahia, naquella época, tinha abandonado o illustre brasileiro, diante de uma carta do ex-governador, que era então aquelle Senador, e que nessa occasião me contestava. Com a maior sinceridade sustentei sempre a candidatura de Ruy Barbosa, julgando que ninguem tinha mais direito do que elle, ainda que reconhe-

cesse que Quintino Bocayuva também ainda não tinha attained a presidência da República, quando nenhum outro brasileiro prestou maiores serviços como propagandista notável, nos tempos difíceis em que se procurava justificar os princípios republicanos dentro do Imperio.

Ruy Barbosa não conseguiu ser o candidato nessa ocasião, e aceitou, de uma maneira habilíssima, a candidatura do saudoso mineiro Affonso Penna.

Lamento não esteja presente, neste momento, o Senador pelo Estado de Minas Geraes, que podia confirmar o que agora vou repetir.

O Dr. Affonso Penna tinha incumbência do presidente do Estado de Minas de tratar das candidaturas presidenciaes, no tempo em que se achava no Governo o eminente e saudoso brasileiro Rodrigues Alvès, e quando se discutiu uma outra candidatura — digna, aliás, do elevado cargo, por todos os motivos — como era a do nome respeitado e notável do Sr. Bernardino de Campos.

Certo dia, o illustre Sr. Affonso Penna recebia de Minas Geraes um telegramma destituindo-o de procurador daquelle Estado na questão das candidaturas presidenciaes. Felizmente, ainda possui uma cópia desse despacho, que foi dirigido aos Srs. João Pinheiro e Carlos Peixoto, dous nomes que sempre se impoem ao respeito e á admiração dos brasileiros, pelo muito que fizeram á República. O Sr. Jayme Darcy, então Deputado pelo Rio Grande do Sul, levou a Pinheiro Machado o documento que retirava ao Sr. Affonso Penna aquella delegação especial.

Altas horas da noite fui despertado, em minha residência, por um general amigo, que trazia a incumbência de convidar-me, em nome do Sr. Pinheiro Machado, para um encontro, no dia seguinte, ás 9 horas da manhã, em casa do Sr. Ruy Barbosa. O acaso permittiu que chegassemos ao mesmo tempo, de modo que pudemos ambos conversar, antes de fallarmos com aquelle illustre brasileiro. Mostrando-me o telegramma, a que já alludi, o Sr. Pinheiro Machado fez-me ver a conveniência de lançarmos logo a candidatura do Sr. Affonso Penna. Devíamos antes, porém, obter o assentimento do Sr. Ruy Barbosa, que era, até então, o nosso candidato e que representava o Estado da Bahia no caso das candidaturas. E, Sr. Presidente, o que é extraordinario é que, quando lhe mostrámos o telegramma para que desse, sobre elle, a sua impressão, respondeu immediatamente o Sr. Ruy Barbosa com a declaração de que só tínhamos um recurso, qual o de apresentarmos, sem perda de tempo, a candidatura do Sr. Affonso Penna, afim de que perturbações maiores não surgissem á politica que nos orientava.

Com este modo de proceder demonstrou o Sr. Ruy Barbosa a sua despreocupação pela presidência da República, sacrificando o seu nome em favor dos interesses politicos que defendiamos.

Não digo que o grande brasileiro assim procedesse por não aspirar á presidência da República; não, eu acredito bem que elle ambicionasse este posto, e devia ambicioná-lo, pois

a elle tinha incontestavel direito pela sua capacidade, pelo seu talento, pelos seus serviços ao paiz.

Todos os brasileiros podem e devem aspirar o mais alto posto da Republica, quando se julguem capazes, pelas suas virtudes, pelos seus conhecimentos, pelas suas qualidades administrativas, de poder servir á causa publica, de poder servir á sua Patria !

Sr. Presidente, eleito Affonso Penna, em meio do seu Governo, quando se agitava a campanha da successão presidencial, deu-se entre mim e o grande brasileiro novo rompimento.

Naquelle momento desejava mais do que nunca a candidatura do Sr. Ruy Barbosa; desejava-a sinceramente, sem outro interesse sinão o de ver na culminancia do poder no Brasil um homem da sua capacidade intellectual e das suas virtudes civicas.

Infelizmente, porém, Sr. Presidente, apesar do renome que havia trazido para o Brasil, depois da Conferencia de Haya, apesar das manifestações extraordinarias com que o recebeu o povo do Rio de Janeiro, como homenagem aos serviços prestados naquella grande Conferencia, o Sr. Ruy Barbosa não foi o preferido pelos elementos politicos que podiam eleger o Presidente da Republica.

As dissensões politicas se accenderam demasiadamente, e eu, Sr. Presidente, para provar a minha dedicação, o meu desejo e a minha sinceridade, fui o primeiro que rompi com a candidatura do Sr. David Campista, embora reconhecesse naquelle mineiro todas as qualidades para que pudesse ser um bom chefe da Nação. Rompi, atacando pelo meu jornal essa candidatura; hostilei o Presidente da Republica, de quem era amigo, e defendi a candidatura do Sr. Ruy Barbosa, porque sinceramente a desejava. Entretanto, Sr. Presidente, nem um, nem outro pôde lograr subir á cadeira presidencial.

No meio da balburdia politica, no meio das ambições e da idéa do predominio para deixar uma successão que pudesse servir aos interesses de quem quer que seja, nós vimos surgir a candidatura militar, candidatura que não posso dizer que me orgulhe de haver promovido, mas para a qual, devo confessar, concorri consideravelmente.

Eu não queria, Sr. Presidente, que o Cattete pudesse impôr á Nação um substituto, fosse elle qual fosse. Eu queria e quero que a Nação escolha livremente o cidadão que a deve governar.

Então, baseando a minha opposição neste sentido, atacando, como julguei do meu dever fazel-o, pelas columnas do meu jornal e depois desta tribuna o candidato official, fui obrigado, não a amparar, porém a aceitar, pois amparar não podia; sem elementos, a candidatura do Sr. marechal Hermes da Fonseca, porque fôra eu quem conseguira a retirada da carta de pedido de demissão pura e simples, de Ministro da Guerra, naquelle momento, porque achava que elle faltava á sua lealdade para com seus companheiros e amigos com os quaes estava de accôrdo, contra a candidatura imposta pelo Cattete.

E elle comprehendendo assim, Sr. Presidente, modificou o seu pensamento. E já que estou sendo indiscreto, que me seja permittido levar até o fim a minha indiscreção, que ao menos tem o valor da sinceridade com que sempre me mani-

festei. Nunca occultei meu pensamento nas occasiões mais difficeis da minha vida e muito menos o faria agora, quando desejo fazer justiça ao grande brasileiro que morreu, mas cujo nome jámais desaparecerá de nossa Historia, para occultar o que sinto, illudindo-me a mim mesmo e á minha consciencia.

Estava em casa de Ruy Barbosa, Haviamos terminado o jantar, quando chegou alguem da intimidade do marechal Hermes que me communicou a sua resolução de deixar a pasta da Guerra, porque havia tido um attrito com o Presidente da Republica. Corri para entender-me com o illustre Ministro da Guerra, transmittindo antes, porém, ao Sr. Ruy Barbosa a communicação que me havia sido feita. Ainda existem, felizmente, membros da familia do illustre brasileiro que ouviram S. Ex. dizer-me naquelle momento: "Assim, poder-se-ha fazer a candidatura do marechal Hermes"; ao que respondi: "Meu candidato é você, será sempre você; mas, para evitar uma candidatura designada pelo Presidente da Republica, para substituí-lo, farei tudo, aceitaréi quem quer que seja, ainda que não esteja á altura daquelle apresentado pelo Sr. conselheiro Affonso Penna".

Fui entender-me com o marechal Hermes, que se encontrava no Palace Theatre, de onde me dirigi á casa do meu amigo e chefe general Pinheiro Machado, afim de communicar-lhe o resultado de minhas confabulações com o titular da pasta da Guerra.

Vou commetter mais uma indiscreção que talvez possa servir para a Historia. Quando communicuei áquelle meu amigo o que se havia passado entre mim e o marechal Hermes, no Palace Theatre e a sua resolução de pedir demissão, o que nos não poderia convir, porquanto o nosso candidato era Ruy Barbosa, e isto fortaleceria o candidato do Cattete, elle usou de expressões não parlamentares, mas que posso traduzir em outras palavras: "Quem creou" Matheus que o embale". E eu sahi, desanimado da casa do meu amigo e chefe, porque imaginei que elle livesse abandonado completamente a idéa da candidatura de Ruy Barbosa, não querendo saber do que se havia passado entre o Ministro da Guerra e o Presidente da Republica. De meia noite até ás tres e meia da madrugada estive em casa do marechal Hermes, tendo combinado com elle os termos da carta que S. Ex. enviaria muito cedo ao Presidente da Republica. Essa carta, em vez de determinar a demissão do Ministro da Guerra, deu em resultado a sua permanencia naquella pasta e o fracasso da candidatura Campista.

Isso quer dizer, Sr. Presidente, que naquelle momento eu havia conseguido o meu *desideratum*, não sabendo dahi por diante onde iriamos parar. No dia seguinte, 16 de maio, em casa do general Pinheiro Machado, reunidos diversos membros do Congresso, Senadores e Deputados, dos quaes não sei si algum está presente neste recinto — um membro ausente da representação do Rio de Janeiro a memoria me diz que ali se achava — cogitou-se do candidato que devia ser apresentado em contraposição ao candidato do Presidente da Republica. Bati-me com toda a energia para que o nosso candidato á Presidencia da Republica fosse o Sr. Ruy Barbosa. E ainda me lembro que, dentre os presentes, um ainda vive, que me apoiou com calor, com o mesmo vigor com

que me manifestava, sustentando o Sr. Ruy Barbosa; e esse Senador é hoje o Ministro da Viação. Outros combateram a candidatura Ruy. E infelizmente não se acha presente o Sr. Francisco Salles, Senador por Minas Geraes. Elle não se manifestou então pela candidatura do Sr. Hermes da Fonseca. Entendia que se devia tentar primeiro uma candidatura civil, accellendo embora a incumbencia de, com Pinheiro Machado, se entender com o marechal Hermes e o Barão do Rio Branco.

Mas os outros, quasi a totalidade, inclusive o meu amigo Alcindo Guanabara, de saudosa memoria, que ainda na vespera combatia a candidatura militar, accellaram naquelle momento a candidatura do Sr. Hermes da Fonseca, contra a qual me manifestei, embora a adoptasse mais tarde, porque para ella tinha concorrido com a carta que remettera ao Sr. Presidente da Republica, sobre os acontecimentos politicos que estavam na tela da discussão.

Isto, entretanto, Sr. Presidente, de nada me valeu no sentido de evitar que mais tarde o notavel brasileiro se separasse de mim. As minhas manifestações, então para nada serviram, e como eu tinha sido incumbido, com Francisco Glycerio, de lhe levar a communicação da reunião havia em casa do chefe do partido conservador, Sr. inheiro Machado, de que ali se havia escolhido o nome do Sr. marechal Hermes da Fonseca, o Sr. Ruy Barbosa não acreditou, talvez, na minha sinceridade, e imaginou que eu tivesse feito algum esforço, o seu nome poderia ter substituido o do marechal Hermes.

Infelizmente, Sr. Presidente, isso não se daria porque circumstancias excepcionaes, de ordem politica, como o Senado deve imaginar, impediram a candidatura do Sr. Ruy pela qual sinceramente me batia.

E, para honra e gloria do eminente brasileiro, S. Ex. o Sr. Ruy Barbosa, ficou do lado opposto á candidatura do Sr. marechal Hermes da Fonseca. E jámais houve, Sr. Presidente, neste paiz, nem acredito que possa ter havido em paiz algum do mundo, uma campanha tão brilhante, tão arrebatadora como essa do civilismo contra a candidatura militar, em que o Sr. Ruy Barbosa fez os mais extraordinarios prodigios de eloquencia, de logica, de saber e de energia, que um homem póde fazer durante toda a sua vida.

Si outros factos não tivesse Ruy Barbosa na sua vida que pudessem recommendal-o á posteridade, só esse bastaria, porque realmente maior exemplo nunca houve nem poderá haver. No combate á candidatura militar, o esforço que dispendeu, o prodigio de energia que desenvolveu, engrandecem e immortalizam-n'o o seu nome, levam-n'o á posteridade e recommendam-n'o á nossa historia.

Não foi ainda essa a minha ultima separação do illustre brasileiro. Alguns annos depois do governo do marechal Hermes, por occasião da ultima candidatura presidencial, V. Ex. e o Senado sabem que as circumstancias politicas do momento fizeram com que os homens publicos se reunissem em torno do nome illustre do Sr. Dr. Epitacio Pessoa.

Esse não era o meu candidato, porque no momento, eu tinha, como ainda hoje tenho e terei sempre, encantos por S. Paulo, e si me tivesse sido possivel eu teria ido a esse Estado buscar o meu candidato. Entretanto, accelltei o que era indicado, promovendo até uma reunião entre os meus ami-

gos, afim de que os Estados pequenos, unidos, pudessem tomar uma deliberação sobre questões de ordem politica, amparando os nossos desejos, que não teem sido attendidos devido á pequenez da nossa representação.

Nessa occasião diversos nomes foram apontados para a successão presidencial, e entre elles estava o do Sr. Epitacio Pessoa. Entretanto, nada se resolveu até que na reunião em casa do Sr. Urbano Santos, pela desistencia do Sr. Altino Arantes, então presidente de S. Paulo, foi indicado o nome do Sr. Epitacio Pessoa, que acceitei com sympathia pela confiança que os seus talentos me inspiraram e pela amizade que sempre nos prendeu.

Como, Sr. Presidente, poderia eu ser responsavel pela proclamação desta candidatura, aliás acceita por todo o mundo, louvada por toda a parte, recebida com enthusiasmo por todos os Estados?

Não era essa uma razão para que o grande Brasileiro Ruy Barbosa pudesse mais uma vez de mim se separar, incluindo-me em um discurso daquelles que se tornaram depois notaveis pelo seu espirito e de que hoje me orgulho, porque commigo foram incluídos uma pleiade de bons cidadãos, de grande merecimento na politica.

Eu fiz parte da banda! Eu tocava na banda imaginada pelo grande talento de Ruy Barbosa um instrumento! E estes sete brasileiros, em cujo numero se encontrou o meu humilde nome, ainda estão hoje figurando na politica, reunidos debaixo dos mesmos sentimentos, ligados pelos mesmos ideaes politicos, de sorte que tenho até um certo prazer e orgulho em ter pertencido a essa banda.

Mas isso tudo não impede a mim, como não pôde impedir a nenhum brasileiro de reconhecer os altos meritos, os serviços inestimaveis, a grande capacidade e as virtudes de Ruy Barbosa.

Foi por esta razão que acceitei a incumbencia que me deram os meus collegas de dizer duas palavras em homenagem a este grande morto que jámais desaparecerá da historia brasileira, que jámais desaparecerá deste recinto, porque o seu nome, a sua palavra, e os seus actos, hão de ficar gravados para sempre na nossa memoria e na daquelles que nos substituirem nesta Casa.

Ruy Barbosa não é um nome que pertença sómente ao Brasil. Elle pertence ao nosso Continente, elle pertence ao mundo inteiro...

O SR. MIGUEL DE CARVALHO — Muito bem.

O SR. A. AZEREDO — ... porque depois da Conferencia de Haya elle foi incluído entre os sete mais notaveis representantes de todas as nações. Soube, pelo seu talento, pela sua energia, que valia ainda mais do que o seu talento, conquistar, naquella hora, a admiração de todo o mundo, a ponto de Stead, o maior dos jornalistas inglezes, declarar que Ruy Barbosa era a figura predominante da Conferencia de Haya. Entretanto, este mesmo jornalista, no inicio da Conferencia, tratara Ruy Barbosa até mesmo com certa falta de delicadeza, desconhecendo os seus grandes meritos.

Ahi, o nome de Ruy Barbosa e com elle o do Brasil subiram tanto, que se espalhou por toda a parte a victoria alcançada pelo representante do Brasil em Haya.

Houve até um representante do Afganistan que, recordando-se de uma lenda daquelle paiz, chegou a dizer: "Eu dou a metade da lua a Ruy Barbosa pelos seus feitos de Haya". E não preciso dizer mais sobre o que fez o nosso representante naquella grande Conferencia, em que elle conquistou para as nações pequenas os mesmos direitos que tinham as grandes potencias, estabelecendo o principio da igualdade entre as soberanias.

Mas, Sr. Presidente, não foi só em Haya que o nome de Ruy Barbosa appareceu fulgurante, impondo a todo o mundo a sua intelligencia e o reconhecimento da sua capacidade.

Não cabe a nós, os contemporaneos, dizer o que elle fez, o que elle sentiu, o que elle produziu, pois isto compete á posteridade. A ella devemos entregar o seu nome glorioso, cheio de serviços, pois só ella poderá julgar Ruy Barbosa.

Vou terminar a minha desalinhavada oração. (*Não apoiados.*) Antes, porém, peço desculpas aos meus illustres collegas por me ter excedido ou por não ter correspondido á confiança que em mim depositaram. Procurei dizer o que sentia com alma e coração, como costume fazer em todos os actos da minha vida. E para terminar, direi como disse Ruy Barbosa, em um discurso pronunciado em S. Paulo, por occasião do enterramento de José Bonifacio: "Elle é maior morto do que vivo". Portanto, todas as homenagens que lhe posamos render nada valem deante das que a posteridade lhe ha de prestar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu vos convido para que, de pé, por um instante, rendamos o culto que Ruy Barbosa merece. (*Muito bem; muito bem. Apoiados geraes. Todos os Srs. Senadores levantam-se e se conservam de pé por alguns momentos.*)

O Sr. Alfredo Ellis (movimento geral de attenção) — Sr. Presidente, depois dos discursos pronunciados pelo Vice-Presidente da Republica, Presidente do Senado, e pelo Vice-Presidente desta Casa, não sei si poderei ainda algo dizer sobre o immortal brasileiro.

Outro qualquer poderia excusar-se, poderia calar-se, deante da magestade de Ruy Barbosa. Esta tribuna, porém, não poderia fazel-o! Em primeiro logar, porque foi nesta trincheira que a aguia veio procurar o ninho. Vinte e tantos annos esteve elle aqui ao meu lado, sentindo, durante todo esse lapso de tempo, que quasi representa o de uma geração inteira, o calor, o affecto e a carinho de um coração sincero.

Lado a lado mourelamos, nesta trincheira — ha de se recordar o Senado — contra o Senado inteiro! Não poderia, portanto, hoje, que o chefe está morto, tendo sobre si a bandeira nacional, deixar de descobrir-lhe a face e fazer o mesmo que o ritual catholico faz, pelo cardeal camerlenyo, aos pontifices, batendo-lhes na fronte, por tres vezes, com o malhete de prata, indagando si o Papa é morto?!

E' o que faço!

Ruy Barbosa é morto, mas, senhores, redivivo! Entre nós ha de conviver, ha de aqui viver eternamente, e havemos de

respirar a atmosphera creada neste ambito, neste recinto, por aquelle homem immoral e por aquella voz, cujo éco ha de retumbar por todos os seculos, ensinando-nos o caminho da honra e a defesa da liberdade e da lei.

Outro, Sr. Presidente, poderia calar, mas não aquelle que atravessou todo esse longo periodo, irmanado, abraçado ao grande chefe, como Pylades e Orestes, que nunca vacillou, que nunca hesitou no mais arduo da peleja, mesmo quando viu levantarem-se contra nós as enormes columnas dos quatrocentos mil redondos, erguidos na vastidão do Brasil á voz do Warwick da Republica, o fazedor de presidentes em nosso regimen, como o da época das casas de Lancaster e Work o era de reis.

Sim. Esses depois abandonaram o idolo e em lugar de redondos transformaram-se em quadrados, para hostilizar e martyrizarem o endeosado da vespera; nós ficámos nas nossas trincheiras e, eu, ao lado do grande brasileiro mesmo quando vi partirem, para acompanhar a flammula triumphante do chefe gaúcho, os nossos velhos chefes Glycerio e Campos Salles. Apesar disso, Sr. Presidente, continuámos firmes no nosso posto e, mesmo depois da convenção de 26 de julho de 1913, quando irmanados os nossos nomes pela indicação da maioria dos municípios brasileiros, não houve a menor hesitação, para evitar a conflagração dos Estados e o abalo no paiz, em renunciarmos, elle a candidatura á Presidencia da Republica e eu á de Vice-Presidente, porque anteviamos no governo civil do Sr. Wenceslau Braz um governo reparador, um governo de justiça, um governo da lei. Não tivemos escrupulo em apoiá-lo, como o fizemos.

Nesta hora, porém, Sr. Presidente, que vou eu dizer, hesitante como cheguei a esta tribuna, depois dos discursos pronunciados neste recinto? Que posso dizer de novo, depois de centenaes, de milhares de discursos feitos para render homenagem e reparar as injustiças que praticaram em vida do eminente brasileiro? Hesito, Sr. Presidente, porque difficil é dizer mais alguma cousa de original, ou aventar mais uma idéa que porventura desperte interesse nesta Assembléa.

Não querendo fazer um discurso academico de fórma, Sr. Presidente, e não podendo fazer uma disseccção, uma analyse minuciosa da obra gigantesca de Ruy Barbosa, quer como publicista, quer como jurisconsulto, quer como politico, quer como polygrapho e como sabio em todas as provincias, em todos os capitulos de nossa cultura, determinei fazer do coração o mesmo que o Odio fez outr'ora, ligando Mazeppa ao dorso do corcel indomito, vergastando-o para que fosse morrer exhausto nas planicies da Ukrania, onde, acolhido como semi-deus, foi aclamado Hetman dos Cossacos. Amarrei o affeto, o carinho, ao meu coração, que não é o corcel indomito, mas o órgão symbolico da affeição e da idolatria, para transportar a memoria de Ruy Barbôsa através dos campos de luta, da campanha terrivel que ambos ferimos, através das minhas reminiscencias, porque os velhos vivem do passado, no passado, ao passo que os adolescentes vivem do presente, olhando para o futuro.

A nossa memoria é mais fiel, Sr. Presidente. Nós, os velhos, guardamos melhor o affecto do que os moços. A vida para nós está feita. E si eu sobrevivi, porventura, ao grande

chefe, bem comprehendo, bem vejo que será talvez por dias, por semanas, por mezes, enfim, a duração será pequena, a separação será curta entre nós ambos. Verso e reverso da medalha; para elle, a face luzente, luminosa e brilhante; eu prefiro a parte obscura, contanto que essa fique mais perto do coração que mais ame! (*Muito bem!*)

Sr. Presidente, quem penetra nos nossos sertões, quem vara a nossa matta virgem para abrir voredas e desbravar as regiões agrestes, si está na planície e olha para as alturas, vê, destacando-se na floresta, o jequitibá! Si está nas alturas, nos serros, nas cordilheiras, e olha para a planície, vê a copada frondosa, altaneira, do jequitibá! Sempre o jequitibá! E' o gigante das selvas, como Ruy Barbosa é o gigante da nossa intellectualidade!

Em nossa cultura, Ruy Barbosa representa o titã, o colosso, que o gigante das nossas florestas representa em nossas mattas: é o jequitibá!

Quando admiro essa vasta cordilheira que enquadra a Guanabara, vejo além, entre os pinacros, o monolitho, o Dedo de Deus, apontando para o firmamento e para as estrellas. Em nossa intellectualidade, na nossa cultura, Ruy Barbosa representa o Dedo de Deus, apontando para o firmamento da Justiça, constellado pelos grandes principios da Liberdade, do Direito e da Lei! (*Muito bem!*)

Ruy Barbosa foi o Pedro eremita da Abolição; foi o ariete que abriu o caminho para que o carro da Republica passasse em triumpho. Foi a maior força dynamica, finalmente, que produziu a queda do throno!

Ruy Barbosa, Sr. Presidente, representa no mundo juridico e mental o que representa no mundo physico o radium, esse metal miraculoso, mysterioso, ainda em seus attributos, com seus raios *alpha*, *bêta* e *gamma*, além da infinidade de outros invisiveis, que se sentem quando são applicados: Ruy Barbosa é o radium da cultura humana.

Ha, nesse metal prodigioso, irradiações que se percebem luminosas com as applicações varias, diversas, que ainda não se puderam definir, analysar, nem catalogar; ha outras invisiveis, que atravessam corpos opacos, produzindo efeitos que a physica ainda não pôde apprehender e nem apreciar. Quem poderá definir as manifestações que a scintilla electrica produz quando corta o espaço e retalha, com o seu fulgôr igneo, a nossa atmosphera?

Mais facil será, talvez, medir, traçar a paralaxe de um astro, do que medir a trajectoria da obra genial de Ruy Barbosa!

Da mesma fórma, Sr. Presidente, ninguem poderá prever o efeito que a scintilla do genio de Ruy Barbosa produzirá na esphera dos conhecimentos humanos e das nossas conquistas.

A luz viaja através do espaço á razão de 300 mil kilometros por segundo, e só ha pouco, no grande observatorio de Lick, conseguiu um astronomico apanhar o fóco luminoso do astro Antares, calculando que para chegar até nós esse feixe de luz teria gasto mais de 10 mil annos.

Quem poderá tambem prever, Sr. Presidente, a extensão, o prolongamento dos raios da cultura juridica de Ruy Barbosa, através dos seculos?

Os conhecimentos humanos, a humana sciência, atravessam o tempo como a luz atravessa o espaço. Assim como nada se perde neste mundo, a humanidade não perderá um só dos dogmas estabelecidos pelo Moysés da lei, que nos trouxe as taboas que nos regem até hoje. (*Muito bem!*)

Ruy Barbosa tinha o senso e a preocupação da perfeição. Como Benevenuto Cellini, burilava as suas obras com carinho, com amor, e a todas transmitia e infundia uma scintilla do seu genio immortál. Dahi os seus trabalhos e suas aspirações.

A natureza cria obras primas, assim como criou os cumes das cordilheiras. Nelles primeiro se esbate a luz do sol. Porque razão, criando esses pharóes para guiar a humanidade, os apaga tão cedo?

Ha homens que deveriam ter uma vida dupla, tripla ou decupla, em extensão, pelos beneficios que produzem!

A semelhança desses pharóes, plantados na rocha viva, para evitarem naufragios, como esse, considerado o maior, o mais poderoso, o mais firme da costa tempestuosa da Inglaterra, o pharol de Eddystone, do qual contam os navegantes que momentos antes do mar, em sua furia, derribal-o, ainda lançava feixes de luz, evitando, até o ultimo instante, que innumerables navios se perdessem naquella região inhospita — Ruy Barbosa, com o seu genio, ainda na vespera de morrer, talvez já sentido os prodromos do final desfallecimento que todos lhe notavamos, lamentando o desaparecimento de uma vida tão preciosa, ainda lançava irradiações deslumbrantes, indicando a seus amigos politicos da Bahia, o roteiro que deviam seguir.

Dava-se com elle o contrario do que em geral se dá com outras individualidades e mesmo com todas as creações da natureza, nas quaes, quanto mais de perto se examinam e se analysam, mais defeitos se encontram.

Com Ruy Barbosa não se verificava o mesmo: quanto mais de perto se o observava, maior realce ganhava a nossos olhos o labor meticoloso, o trabalho exhaustivo, dignificante e perfeito, a que se entregava.

Haya e Tucuman são dous focos de luz intensa, vivissima, que a eternidade guardará, que ficarão immortaes, illuminados pelo genio de Ruy Barbosa. O maior jornalista do mundo, William Stead, o autor, o creador do tribunal de Haya, aquelle que insuflou no espirito do Tzar da Russia o grandioso plano, dizia, ao ver Ruy Barbosa atravessar as praias sombrias de Sheveningen, que o Brasil, por ironia, por contraste com a immensa área de seu territorio, tinha enviado, para represental-o, um anão. Concluido o Congresso de Haya, era o mesmo Stead quem dizia ser preciso rasgar-se o portal da sala dos cavalleiros para que pudesse passar, sem curvatura da espinha, o maior gigante que o mundo tinha produzido — a Aguiá de Haya!

Em Tucuman, no coração do heroico, do nobre povo argentino: lá, na patria de San Martín, de Mitre, de Rocca, de Saenz Peña, de Alvear e de dezenas e de centenas de gigantes da raça latina, Ruy Barbosa permancecerá, redivivo, em um glorioso pedestal. Em Haya e em Tucuman, repito, por seu genio, levantou elle dous pedestaes para sua gloria e para a gloria da sua Patria.

Entre parentheses, Sr. Presidente, na phase de maior luta, em que estive lado a lado com o egregio, o extraordinario e invencivel campeão da liberdade, a imprensa, talvez impressionada pela desproporção entre a pequenez do humilde orador, que ora se dirige ao Senado, e a majestade que se erguia desta tribuna, criticava os apartes que eu lhe dava.

Eu não dava esses apartes por vangloria, nem por vaidade, que nunca tive; menos ainda por ambição, que, entre muitos, esse defeito não possuo. Apenas por amor á verdade, venho dizer agora que essa minha collaboração era exigida. Ruy Barbosa fazia questão de ter ao seu lado um coração paulista, que nunca mentiu, que nunca transigiu, que nunca recuou. E a prova, Sr. Presidente, é que quasi todos esses apartes S. Ex. os acolhia com a grande generosidade do seu genio, aproveitando-se mesmo de alguns para fazer commentarios em torno e em face da situação do momento.

Outro facto ha que deve ficar consignado no momento, um acto que honra um dos grandes servidores da Republica, o general Pinheiro Machado, o homem que exerceu a maior influencia politica no Brasil e de quem fui amigo, posto que sempre contrario á sua politica.

Por meu intermedio a Presidencia da Republica foi recusada pelo Senador Ruy Barbosa, porque elle não quiz modificar uma das clausulas do seu programma, que consistia na revisão da Constituição. Era esse um ponto intangivel para os representantes do Rio Grande do Sul e imprescindivel para o grande brasileiro.

Emfim, quando se reunir e analysar, methodica e pacientemente no todo, no conjunto, a obra immensa, colossal, cyclopica, do gigante da cerebração humana, lá em seu amago, em sua estructura intima, como a força latente e credora, hão de descobrir o Ideal. A força archipotente a que obedeceu Ruy Barbosa foi o Ideal. O Ideal servido por faculdades excepcionaes, por um instrumental immenso, por um machinismo unico, como nunca existiu outro igual.

O Ideal.

Mas qual foi esse Ideal? Que representava elle, qual o seu iman, qual o seu objectivo, qual o seu norte, através da existencia?

Qual o principio a que elle se consagrara?

E' bastante uma palavra para resumil-o, Sr. Presidente — o da Justiça! Vou restringir o mais possivel o que ainda deveria dizer, na abundancia da minha estima, de minha affeição, sem poder, siquer, demarcar onde se limita, onde acaba e onde se transforma em idolatria.

Recordo-me de que, quando moço, ao entrar na Casa dos Lords, no Parlamento Inglez, atravesssei uma galeria dos grandes oradores da Inglaterra, talhados em marmore de Carrara. O que mais me emocionou, porém, foi, ao entrar na sala das sessões, descobrir, ao lado do throno, a estatua de William Pitt, com a toga rogante, na attitude de quem aponta, com o braço direito estendido, para o povo Inglez. Naquelle marmore estava representada a consagração do amor daquelle povo ao grande tribuno, ao grande orador patriota,

que, com Wellington e Nelson, formou essa trindade, que deu em terra com o colosso: — Napoleão.

Na concha da balança onde se pesam os destinos da humanidade, o povo britannico lançou tres de seus grandes vultos para vencer Napoleão: — Wellington, em Waterloo; Nelson, em Aboukir e Trafalgar, e, no seu ambito, bem dentro do coração inglez, William Pitt. Elle morreu na lucta, mas foi o clarim do patriotismo, que multiplicou, na alma do ultimo inglez, a força de resistencia, para se oppor aos embates furiosos, aos sacrificios tremendos exigidos por aquella campanha.

Representou Pitt o ideal! Era o ideal! Porque nada se faz de nobre, neste mundo, nada se faz de grandioso e de sublime, que não tenha por movel a scintilla do ideal!

E' esse ideal, que me tem animado, ainda que mesquinho, através de meio seculo de existencia, a servir a minha Patria com lealdade, tudo sacrificando para bem servir a na minha obscuridade.

Seja-me licito perguntar: Porque, Sr. Presidente, no novo edificio, no futuro palacio do Senado, não teremos nós uma galeria de nossos oradores notaveis, devendo nella occupar logar primordial a figura nobre e heroica, grandiosa e majestatica, de Ruy Barbosa? Porque não imitarmos o exemplo daquelle povo?

Porque não pagarmos a divida de gratidão aos grandes oradores que illuminaram este Senado?

Desejaria, antes de soffrer a contingencia a que toda a creatura humana tem de se curvar, ver essa estatua do Ruy Barbosa em nosso recinto, destacando-se na galeria dos brasileiros que honraram a Patria.

Vou concluir minha oração — minha pobre oração — (não apoiados) pobres flores desfolhadas sobre um morto que amei, que amo e que ensinei todos os meus a amarem.

Custa-me a crêr ainda, horas ha em que duvido que tenha desaparecido, do nosso scenario, o amigo, o companheiro e o chefe, sabio e querido, mas a triste verdade é, Sr. Presidente, que elle tombou, obedecendo á suprema lei.

Tombou o gigante. Nesta trincheira, lado a lado, viamos o seu lento enfraquecimento physico, perceptivel a todos, que lamentavamos essa decadencia physica, ao passo que o seu grande espirito se conservava, como se conservou, até a ultima hora, lucido e claro, mais sublimado, se possivel, semelhante aos ultimos fachos de luz de um pharol, em noite de procella, desenhando nas trevas o roteiro aos navegantes.

Ruy é morto, em verdade: seu espirito, porém, conserva-se e conservar-se-á redivivo entre nós.

Bem acertada foi a definição dada por outro grande espirito, quando disse, em synthese, que a vida de Ruy Barbosa era uma linha recta entre o Direito e a Justiça. Essa definição bem cabia depois do osculo reverente na dextra de Piza e Almeida, no Supremo Tribunal.

Quando se procura analysar a obra gigantesca e imensa de Ruy Barbosa, chega-se a fazer uma pergunta, uma

indagação: como era possível um homem só produzir obra tão variada e profunda, tão vasta e tão perfeita?!

Diante de minha admiração, não só por sua grandeza, como por seu esplendor, não só por seu brilho como por sua perfeição, evoco, neste momento, o sentimento empolgante que de mim se apoderou, quando, após uma viagem monótona de horas, através da região septentrional da Itália, margeando o Mediterraneo azul, vi, á tarde, á luz de um poente de setembro, ao atravessar a desolada campanha romana, deixando Ostia á direita, erguer-se a cupola da Basilica de S. Pedro, encimada pela Cruz dourada, que, magestosa, concentrava os ultimos raios de sol, como se fosse um pharol cyclopico, guiando a Christandade, através dos seculos, a seus destinos.

Affigura-se-me a obra de Ruy Barbosa comparavel á que foi erguida pelos genios artisticos de Bramante e de Miguel Angelo. Esta ergue-se em sua imponente serenidade guiando os Christãos; aquella, não menos grandiosa, guiará por todos os seculos, como um fóco de luz inextinguivel, para o roteiro do Bem, a toda a humanidade.

Ruy foi uma gloria para o Brasil, e — na phrase de Barthou — uma consciencia para a humanidade.

Peço a V. Ex. Sr. Presidente, que consulte o Senado, se consente na suspensão de sua sessão. *(Muito bem. Muito bem. O orador é muito cumprimentado.)*

O Sr. Soares dos Santos — Sr. Presidente, o Senado acaba de ouvir os discursos pronunciados pelos oradores que me precederam na tribuna. Foram palavras sentidas, determinadas pelo culto da amizade, reverenciando a memoria do morto illustre, que se chamou Ruy Barbosa. Mas, é preciso que este preito de justiça não fique limitado ao numero dos amigos, dos que receberam os conselhos do Mestre, nas diversas etapas de sua carreira politica.

O nome de Ruy Barbosa é, com effeito, tão grande, que a sua morte teve a repercussão de uma catastrophe sentida pelo Brasil inteiro, tão nobre foram os seus ensinamentos, tão intenso foi o seu amor pela liberdade, que as homenagens prestadas á sua memoria constituem hoje um dever imposto a todos aquelles que tem responsabilidades definidas nos destinos do paiz.

Senhores, não sei si será opportuna a declaração de que eu fui um divergente das attitudes assumidas pelo eminente Senador, enquanto elle se apresentou como um adversario do regimen politico adoptado pelo Rio Grande do Sul; mas, esse periodo de agitações continuas, levadas á conta de pertinacia partidaria, pelos argumentos empregados contra o Partido Republicano, desapareceu felizmente, desde o momento em que as instituições rio-grandenses tiveram a garantia da palavra de Ruy para sustental-as, perante o mais alto Tribunal da Nação. E desde esse dia, Sr. Presidente, a minha consideração cresceu pelo notavel juriconsulto, que, esquecendo as passadas lufas, transformou-se no defensor de um direito que assistia ao meu Estado, pugnando pela legalidade de suas leis e pela constitucionalidade do regimen rio-grandense, de completa harmonia com a legislação federal.

Certa vez, Sr. Presidente, o antecessor de V. Ex. forneceu-me o ensejo desejado para que eu pudesse levar a Ruy

Barbosa a manifestação de minha estima pessoal designando-me para fazer parte da Commissão que introduziu neste recinto o glorioso bahiano, afim de tomar posse, pela ultima vez, de sua cadeira de Senador.

Confesso que senti grande emoção ao apertar nesse momento, pela primeira vez, a mão que me estendera o velho parlamentar. Tão forte foi a cadeia de sympathia que me prendeu a essa veneravel figura, que a mim mesmo perguntei, embora comprehendendo a solidariedade partidaria, por que é que o Partido Republicano Rio-grandense não se manifestou em outra oportunidade favoravel á candidatura do glorioso brasileiro ao mais alto posto de representação na Republica.

Sr. Presidente, um erro de apreciação sobre a nossa conducta partidaria, uma falsa comprehensão do nosso programma politico, tem dado lugar a que sejam julgados os representantes rio-grandenses como sustentadores intransigentes de uma escola philosophica, que, isolando a nossa attilude na politica federal, só tem servido para contrariar as iniciativas favoraveis ao movimento progressista do meu Estado natal.

Si perguntarem aos meus patricios, que constituem a grande massa do partido republicano, quaes as suas convicções religiosas, elles responderão confirmando que as praticas administrativas inspiradas na doutrina positivista não teem hoje o apoio consciente das classes productoras do Rio Grande do Sul.

A um amigo que em minha residencia me perguntava por que mantinha eu essa escola positivista, eu apontei para a figura do Nazareno, symbolo do culto catholico, como uma resposta sobre qual era a religião do meu lar.

No entanto, foram essas imputações insubsistentes, articuladas contra um pretendido partidario faccioso, que, abrindo profundo sulco nas opiniões, constantemente trouxeram á baila a discussão de novos problemas correlativos e impediram o surto de uma politica de entendimentos que facilitasse o problema das successões presidenciaes.

Ruy Barbosa soffreu os embates dessa divergencia inevitavel, que se focalizou no programma da revisão constitucional, sem que entretanto lhe fossem negadas as qualidades excepcionaes, que o recommendaram sempre á estima da opinião nacional.

Elle foi de facto um trabalhador infatigavel, dedicado em extremo aos interesses do Brasil, que engrandeceu como seu representante no exterior, descortinando novos rumos para a nossa politica internacional. Cultor fervoroso do direito, deve-lhe a Patria ainda assignalados serviços, pelos estudos que emprehendeu com a fecundez do seu talento, sobre as multiplas questões de exegese constitucional. Os seus pareceres ahí estão, constituindo um vasto repositório de doutrina com que elle soube enriquecer a litteratura juridica do paiz.

Ainda agora, Sr. Presidente, eu tive conhecimento do seu ultimo trabalho, que foi o derradeiro alento do seu lucido espirito, e cujo objecto constituiu na elucidação de um problema momentoso, reattivo a interpretação de um texto da constituição do meu Estado.

Demonstrou assim esse homem extraordinario, que as dores physicas, que lhe consumiam a existencia não enfraqueceram a fibra do seu patriotismo, e elle quiz então, em extremo esforço, contribuir com o prestigio do seu saber para o apaziguamento das paixões que agitam neste momento a minha terra natal.

Que Deus acompanhe o gesto impressionante de Ruy para o estabelecimento da concórdia na familia rio-grandense.

Possam os fulgores daquella palavra illuminada influir como uma vontade convincente, que restitua aos meus patriotas a tranquillidade indispensavel para o trabalho fecundo de reconstrucção das forças economicas do Rio Grande, que são fontes productoras da riqueza nacional.

Sr. Presidente, associo-me de todo o coração e em nome do meu Estado a todas as homenagens que forem prestadas á memoria do excelso Senador Ruy Barbosa. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Miguel de Carvalho — Sr. Presidente, depois das bellas orações que acabei de ouvir si eu me propuzesse a fazer o necrologio de Ruy Barbosa, V. Ex. ter-me-ia na conta de ousado ou desassisado.

Enumerar os dotes extraordinarios que constituiram esse todo phenomenal, enaltecer o talento peregrino, a illustração vastissima e, pôde-se assim dizer, incomparavel, o seu dedicado amor á patria, que ha pouco, com tanto desenvolvimento foram citados, e lhe deram o affecto, o respeito, a admiração de nacionaes e estrangeiros, seriam demasias descahidas.

Que podia vir eu dizer para dar mais brilho a essa apothecose, que começou no dia seguinte ao do seu desaparecimento e que se prolongou até hoje?

Não, Sr. Presidente, não é exactamente isso o que me traz á tribuna.

O que me faz deter a attenção de V. Ex. é o desejo de utilizar a morte do grande brasileiro em beneficio de sua propria patria, tão bem servida por elle, e tão amada por todos nós.

Ter sempre deante dos olhos o seu nome, vel-o sempre escripto neste recinto, como incentivo ao fiel cumprimento de nossos deveres parlamentares; menos por elle do que pelos Senadores actuaes, pelos que mais tarde occuparão estas curus, pelo beneficio que dahi resultará á propria patria é que eu proponho ao Senado que na cadeira occupada por S. Ex., durante tantos annos e que com tanta propriedade foi appellada pelo illustre representante de S. Paulo — a trincheira da Republica — se colloque uma simples lamina de prata, apenas com estas palavras — Ruy Barbosa.

Nada de mais simples, de menos custoso, e, permitta-se-me dizel-o, de mais expressivo.

O Sr. A. AZEREDO — V. Ex. tem razão. Como existe no Parlamento Francez.

O Sr. MIGUEL DE CARVALHO — Afigura-se-me que alli temos a pyra da democracia, constantemente accesa, dando na

sua luz o que fôr preciso de claridade para, nas horas difficeis, não tatearmos nas trévas, nós, representantes do povo, nós que imitando-o, devemos fazer a felicidade e a grandeza do Brasil, que foi o ideal de toda a sua existencia.

Será uma aurora boreal, cujos semi-circulos fulgurantes começam a apparecer desde o dia do seu fallecimento e continuarão a se desenvolver até apagarem-se no dia em que desapparecer a nossa nacionalidade.

Tenho concluido. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Presidente — A suggestão de V. Ex. será devidamente tomada em consideração pela Mesa.

O Sr. Antonio Moniz — Si, Sr. Presidente, após os brilhantes discursos de V. Ex. e do illustre Senador que por nós foi commissionado para externar o pezar do Senado pelo fallecimento do Sr. conselheiro Ruy Barbosa, outros collegas não tivessem occupado a tribuna, eu me quedaria silencioso, satisfeito com o modo brilhante porque o illustre representante de Matto Grosso desempenhou a honrosa missão que lhe foi confiada.

Entretanto, tendo alguns Senadores tratado da superior individualidade do Sr. conselheiro Ruy Barbosa, vejo-me obrigado a occupar por alguns instantes a attenção do Senado, porquanto, além de filho e representante do mesmo Estado, em que S. Ex. nasceu e que, por espaço de mais de seis lustros, representou nesta Casa com grande brilho, fui seu adversario em varios momentos da politica nacional e da politica do meu Estado, si bem que jamais deixasse de reconhecer o alto valor de S. Ex. e os seus serviços ao paiz na defesa de principios liberaes e no desempenho de importantes e delicadas missões diplomaticas.

Entendendo, porém, como já o disse, que o illustre representante de Matto Grosso cumpriu, com muita felicidade e elevação a incumbencia que por nós lhe foi outorgada, limito-me a declarar que sou inteiramente solidario com todas as homenagens prestadas á memoria do grande brasileiro. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Presidente — O Sr. Senador Alfredo Ellis requereu a suspensão da sessão. Os Srs. que approvam o seu requerimento, queiram levantar-se. (*Pausa.*)

Foi approvedo.

Vou levantar a sessão e designo para a de amanhã a seguinte ordem do dia:

3ª discussão do projecto do Senado n. 80, de 1922, modificando a lei n. 4.474, de 14 de janeiro de 1922, que autoriza a contractar com quem maiores vantagens offerecer, a construcção de predios destinados aos funcionarios publicos e operarios da União (da Commissão de Justiça e Legislação e parecer favoravel da de Finanças, n. 431, de 1922);

3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 269, de 1921, dispondo sobre o plantio de arvores á margem das estradas de ferro (com parecer favoravel da Commissão de Agricultura, Industria e Commercio, n. 140, de 1922);

13ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n.º 37, de 1921, organizando o Código do Processo Criminal do Distrito Federal (com parecer favoravel da Commissão de Justiça e Legislação, n.º 391 A, de 1922).

Levanta-se a sessão ás 15 horas e 40 minutos.

7ª SESSÃO EM 16 DE MAIO DE 1923,

PRESIDENCIA DO SR. ESTACIO COIMBRA, PRESIDENTE.

Às 13 1/2 horas abre-se a sessão, a que concorrem os Srs.: A. Azeredo, Mendonça Martins, Olegario Pinto, Silverio Nery, Pires Rebello, Lauro Sodré, Justo Chermont, Indio do Brasil, José Eusebio, Benjamin Barroso, João Lyra, Ferreira Chaves, Venancio Neiva, Octacilio de Albuquerque, Manoel Borba, Pereira Lobo, Gonçalo Rollemberg, Antonio Moniz, Bernardino Monteiro, Jeronymo Monteiro, Marcilio de Lacerda, Miguel de Carvalho, Paulo de Frontin, Sampaio Corrêa, Bueno de Paiva, Bernardo Monteiro, José Murtinho, Luiz Adolpho, Hermenegildo de Moraes, Carlos Cavalcanti, Lauro Müller, Felipe Schmidt, Soares dos Santos e Vespucio de Abreu (34).

Deixam de comparecer com causa justificada os Srs.: Barbora Lima, Lopes Gonçalves, Cunha Machado, Costa Rodrigues, Antonino Freire, Abdias Neves, João Thomé, Eloy de Souza, Antonio Massa, Carneiro da Cunha, Rosa e Silva, Eusebio de Andrade, Araujo Góes, Siqueira de Menezes, Moniz Sodré, Nilo Peçanha, Modesto Leal, Irineu Machado, Francisco Salles, Adolpho Gordo, Alfredo Ellis, Alvaro de Carvalho, Ramos Caiado, Generoso Marques, Affonso de Camargo, Vidal Ramos e Carlos Barbosa (27).

E' lida, posta em discussão, e sem debate, approvada a acção da sessão anterior.

O Sr. 1º Secretario dá conta do seguinte.

EXPEDIENTE

Officios:

Do Sr. ministro da Marinha, restituindo dous dos autographos das seguintes resoluções legislativas, sancionadas, que:

Concede ao marinheiro invalido Manoel Gonçalves de Souza os vencimentos de musico de 1ª classe;

Manda trasladar para esta Capital os restos mortaes dos militares que pertenceram á Divisão Naval de Operações de Guerra, que se acham sepultados em Dakar;

Dispõe sobre a promoção das actuaes segundos tenentes ajudantes de machinistas da Armada;

Abre o credito de 165:278\$996, complementar á verba 12^a — Classes inactivas — do orçamento de 1922. — Archive-se um dos autographos e remetta-se o outro á Camara dos Deputados.

Do Sr. ministro da Guerra, remettendo dous dos autographos das seguintes resoluções legislativas, sancionadas, que:

Manda reformar, nas condições que estabelece, os militares que se inutilizaram para o serviço activo na defesa da ordem legal, nos dias 5 e 6 de julho de 1922; e as que abrem os creditos:

De 1:020\$, destinado a restituir ao engenheiro civil Amaro Baptista igual importancia que pagou a mais pela matricula de dous filhos no Collegio Militar de Porto Alegre;

De 7:000\$, para pagamento a seis sargentos e um cabo, de accôrdo com o art. 10, da lei n. 2.556, de 26 de setembro de 1914;

De 5:112\$, para occorrer ao pagamento do que é devido a Aphrodisio & Comp., por fornecimentos de artigos de expediente para o serviço de recrutamento da 3^a Circumscripção, no Estado do Espirito Santo;

De 12:040\$, para pagamento de despezas feitas, na Europa, com o tratamento do 1^o tenente aviador Mario Barbedo;

De 351:348\$186, para pagamento de serviços feitos no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro;

De 1.584:691\$247, para occorrer ao pagamento das vantagens devidas ao officiaes reformados e praças asyladas do Exercito; e das que:

Crêa um Conselho de Justificação para os officiaes do Exercito e da Armada;

Considera reformado com o soldo de 2^o tenente, pela tabella A da lei n. 2.290, de 1910, o voluntario da Patria, major honorario do Exercito João Jacob Hoelz. — Archive-se um dos autographos e remetta-se o outro á Camara dos Deputados.

Do mesmo Sr. ministro, remettendo dous dos autographos da resolução legislativa promulgada, que manda reverter ao serviço activo do Exercito o capitão reformado Alfredo Fonseca e incluir no Corpo de Saude do Exercito o 1^o tenente-medico Marcos Muniz Leão Velloso. — Archive-se um dos autographos e remetta-se o outro á Camara dos Deputados.

Do mesmo Sr. ministro remettendo a mensagem com que o Sr. Presidente da Republica presta informações relativamente ao projecto n. 57, que torna extensiva a disposição da lei n. 2.452, de 1912, aos herdeiros dos officiaes que morreram na Divisão Naval de Guerra, ou quando incorporados ás forças militares dos paizes alliados. — A' Commissão de Finanças.

Do Sr. presidente do Tribunal de Contas, remettendo 80 exemplares do relatorio do mesmo Tribunal, afim de serem

distribuidos pelos Srs. Senadores, o qual está organizado de accordo com o art. 187, do decreto n. 13.868, de 1919 e relativo no exercicio de 1921. — Inteirado.

Telegramma de uma Commissão de Voluntarios da Patria, representada pelo Sr. tenente-coronel Piedade de Mattos, agradecendo a decretação da lei que melhorou os respectivos vencimentos de 120 vellos servidores da Patria. — Inteirado.

Requerimentos:

Do Sr. coronel Americo Portocarrero, reformado, com honras de general de brigada, solicitando a decretação de uma lei que lhe conceda, em recompensa dos serviços prestados, a effectividade neste posto e respectivo soldo. — A' Commissão de Marinha e Guerra.

Do Sr. Adolpho França, sargento reformado do Exercito, pedindo que seja autorizado o Governo a fazel-o reverter ao serviço activo do Exercito. — A' Commissão de Marinha e Guerra.

O Sr. 2º Secretario declara que não ha pareceres.

O Sr. Vespucio de Abreu — Sr. Presidente, é uma velha praxe de ambas as Casas do Congresso dedicar as primeiras sessões a rememorar os companheiros que tombaram na luta durante o interregno parlamentar. Praxe esta feliz. Sr. Presidente, porque nos dá ensejo de vir, no seio da Camara a que pertencemos, tributar uma homenagem áquelles que dignamente souberam conduzir-se na vida publica e sobre elles derramamos as nossas sentidas lagrimas de saudade.

A 11 de janeiro ultimo, succumbiu em Porto Alegre o Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, coronel Evaristo Teixeira do Amaral.

Evaristo do Amaral era um velho republicano, velho e ardoroso, convicto das suas idéas, intransigente na sua sustentação. Veiu para as fileiras republicanas em meados de 1889 e, desde essa época, manteve-se sempre no seio do partido como um dos vultos mais combativos, como um dos que melhor procuravam assimilar o conjunto de idéas que formam o dogma da aggréguição politica a que se filiara.

Foi membro da Constituinte do meu Estado natal e ininterruptamente eleito Deputado estadual até que, em 1908, veiu para a Camara Federal, onde dignamente se conservou até janeiro deste anno.

Desempenhava, ao mesmo tempo, logar de destaque na redacção do orgão republicano do Rio Grande do Sul e, quasi sempre, encarrégava-se da sua direcção, quando os seus directores effectivos, membros da Camara Federal, no exercicio do seu mandato, deixavam aquelle pulpito de prelios republicanos para virem desempenhar as suas funcções no Congresso Nacional.

Evaristo do Amaral, distinguia-se no meio da legião de republicanos do meu Estado por tres traços característicos: sua dedicação á memoria do grande patriarca do Rio Grande do Sul, que foi Julio de Castilhos, sua intransigencia na sustentação dos dogmas republicanos e seu coração extraordinariamente affectivo.

Trazido por Julio de Castilhos para a *Federação*, afeição-se-lhe por tal forma, que guiou os passos em toda a sua vida publica pelas lições que Julio de Castilhos deixára estampadas nas paginas daquelle orgão, acompanhando-as sempre e com especial carinho em todos os momentos de sua vida. Sempre foi um fiel discipulo de Julio de Castilhos, mantendo-se sempre praticante das predicas que aquelle illustre chefe fizera quando evangelizador da Republica, e, mais ainda, das praxes que instituiu quando Presidente do Estado e quando chefe do Partido Republicano.

Coração affectivo, Evaristo do Amaral poderia como sóe acontecer a todos aquelles que mourejam na vida publica, ter emulações, resentimentos, maguas. E qual o homem publico que não os tem? Entretanto, o seu grande coração sabia sempre esquecer essas emulações, esses resentimentos e essas maguas.

Ha factos na vida de Evaristo do Amaral que comprovam inteiramente o que acabo de affirmar. Recordo-me, de momento, de que, em dada occasião, tivemos um forte attrito. Pareceu ao espirito de Evaristo que eu não estava representando bem a nossa corrente de idéas. Reclamou ao chefe do partido, e este respondeu com o carinho e amizade que sempre o distinguiu, fazendo-lhe sentir que estava equivocado, que eu representava fielmente o seu pensamento.

Evaristo do Amaral, com todo o desprendimento, mandou-me entregar, por intermedio de um amigo o telegramma que resolvia a questão, telegramma que faz parte do meu archivo.

Em outra occasião, sendo necessario votar-se na Camara dos Deputados um projecto de character internacional, ao espirito de Evaristo repugnava dar-lhe seu assentimento. Havia eu consumido algum tempo junto d'elle no sentido de não ser quebrada a harmonia da bancada, para que votasse connosco. Depois de uma longa palestra consegui, afinal, o seu voto. Mais tarde, porém, Evaristo, reflectindo sobre a questão, resolveu não mais dar-lhe seu voto, mandando á minha residencia um seu filho, o Dr. Evaristo do Amaral Filho, com um bilhete em que me pedia desculpas por assim ter resolvido. De novo procurei mostrar-lhe a necessidade do seu voto a esse projecto. Pois no dia seguinte, Evaristo do Amaral, com todo o desprendimento, foi á Camara e votou de accôrdo com a bancada.

Ha ainda outro facto, Sr. Presidente que preciso tornar publico. Na vespera do seu passamento devia eu chegar á cidade de Porto Alegre. Não podendo mais abandonar o leito, insistentemente lembrava ao seu filho, o mesmo Dr. Evaristo do Amaral Filho, que não deixasse de procurar-me logo á minha chegada. Com a minha chegada coincidiu seu fallecimento: referindo-me o facto no dia do seu enterramento o seu filho.

Quanto á sua fidelidade aos principios republicanos, essa jamais foi empanada por qualquer motivo. E' possivel que alguma vez tivesse divergido da orientação geral do partido, o que é commum no seio dos grandes partidos: essas divergencias, porém, ficaram ás suas expansões francas na familia republicana.

Chegado, porém, o momento do partido entrar em luta, Evaristo era o primeiro que se apresentava á liza. E ainda

agora mesmo, nesta ultima campanha, já quasi moribundo, Evaristo do Amaral não hesitou em ir pelas columnas da *A Federação* sustentar o seu partido e o seu chefe até mesmo á vespera de seu passamento.

Um republicano, Sr. Presidente, de convicções tão sinceras e tão puras, não pôde deixar de merecer o mais senhido e o mais sincero preito de homenagens por parte dos seus collegas de representações do Rio Grande do Sul. Por este motivo, venho requerer ao Senado que seja lançado na acta dos seus trabalhos de hoje um voto de profundo pezar pelo desaparecimento do Deputado federal Evaristo do Amaral. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Soares dos Santos — Peço a palavra.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Soares dos Santos.

O Sr. Soares dos Santos — Sr. Presidente, eu poderia ficar sentado ouvindo a oração pronunciada pelo meu digno collega de representação do Rio Grande do Sul, exaltando a memoria de Evaristo do Amaral. Nada tenho que adeantar a esse preito de justiça prestado ao emerito republicano.

Mas, Sr. Presidente, ao lado da justiça tem de fallar também a palavra de amizade, e eu fui um sincero amigo de Evaristo do Amaral. Eu o fui naquellas horas tristes, quando a magua lhe invadia o coração, quando sentia, talvez, as desillusões que eu tenho sentido na minha carreira politica, deixando-me arrastar por aquelles encantos do passado republicano.

Evaristo do Amaral foi um discipulo de Julió de Castilho, discipulo amado como eu fui também. Mas, si Julio de Castilho já não vive, vive um programma do partido que elle organizou e que Evaristo do Amaral exaltou até o ultimo momento a sua vida. Mas esse programma que é a bandeira de um partido, não pôde servir como lemma de ambições ou de caprichos pessoases.

Como vos disse, Sr. Presidente, e ao Senado, eu era um amigo sincero de Evaristo do Amaral. Ainda hoje me lembro daquellas horas de alegria e esperanças, quando elle entrou pelo meu lar a dentro dando-me um abraço sincero e dizendo: "Vaes para a Camara Federal; acabo de ouvir de Julio de Castilho uma declaração formal, e é essa também a vontade do partido.

Senhores, eu não havia terminado ainda o meu triennio como Deputado Estadual; estava no segundo anno do meu mandato e muito me honrava por esse facto a confiança que em mim depositava Julio de Castilho.

Sobre o tumulo de Evaristo do Amaral deponho uma lagrima sentida pela perda do amigo dedicado e com ella vaé também, Sr. Presidente, a que eu sinto pela perda desse companheiro com quem sempre vivia irmanado por uma solidariedade que nunca abandonei, porque nunca com elle tive um atrito de opinião, tão nitida era a comprehensão dos nossos deveres politicos.

Acompanho, Sr. Presidente, o requerimento que acabo de fazer o meu illustre collega de representação pedindo seja lançado na acta de nossos trabalhos de hoje um voto de pesar pelo passamento do Deputado Evaristo do Amaral.

Era o que linha de dizer. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Presidente — O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelos dous representantes pelo Rio Grande do Sul, pedindo que fosse lançado na acta da sessão de hoje um voto de profundo pesar pelo fallecimento do saudoso republicano, Deputado pelo Rio Grande do Sul, o Sr. Evaristo do Amaral.

Os senhores que approvam o requerimento, queiram dar o seu assentimento.

Foi approvedo.

Tem a palavra o Senador Antonio Moniz.

O Sr. Antonio Moniz — Sr. Presidente, é ainda sob a mais viva emoção que venho communicar ao Senado o fallecimento, hontem, occorrido nesta Capital, de um brasileiro illustre, filho da Bahia, que em varias legislaturas successivas, representou com grande bilho e patriotismo. (*Apoiados.*)

Refiro-me ao Dr. Eduardo Pires Ramos.

Não me proponho, Sr. Presidentae, traçar a sua biographia.

Limite-me a fazer uma apreciação synthetica sobre a sua insinuante individualidade, como justificativa do requerimento que vou submeter á apreciação do Senado.

O Dr. Eduardo Ramos iniciou a sua vida publica como promotor. Pouco depois, consagrou-se á advogacia e, dentro em breve, era reputado um dos luminares do fóro bahiano, onde, então, como hoje, militavam emeritos cultores do direito.

Por occasião de ser fundada na Bahia a Faculdade de Direito, que tão valiosos serviços tem prestado áquelle Estado e ao paiz, o Dr. Eduardo Ramos foi convidado para fazer parte da sua congregação e nomeado seu director.

A politica empolgou-o. Como Senador, fez parte da Constituinte do Estado, compondo, com Manoel Victorino e Vergne de Abreu, a Commissão que organizou o projecto que serviu de base para a elaboração da lei magna do Estado. Mais tarde foi eleito Deputado Federal, V. Ex., Sr. Presidente, que foi seu companheiro naquelle ramo do Congresso Nacional, é testemunha do modo brilhantissimo por que Eduardo Ramos correspondeu á confiança dos seus concidadãos. (*Apoiados.*)

O illustre morto não era sómente jurisconsulto. Sua illustração era vasta e variada, abrangendo diversos outros ramos dos conhecimentos humanos. Além disso, foi orador valeroso, parlamentar intrepido. Manejava todos os estylos com rara facilidade, utilizando-se não poucas vezes do humorismo, porém, com muita finura, sem jámais susceptibilizar o antagonista.

Além de cultor do direito e de parlamentar emerito, o Dr. Eduardo Ramos era um literato na verdadeira acepção da palavra: eximio estylista, habilissimo chronista, poeta lyrico,

cujas produções rivalizavam com as de Gonçalves Dias e Casimiro de Abreu.

Não ha muito, o eminente Sr. Dr. Medeiros e Albuquerque, prefaciando o ultimo trabalho que Eduardo Ramos feu á publicidade, com a finura e elegancia que caracterizam os seus escriptos, assim se externou sobre a sympathica individualidade do illustre morto:

«Ha escriptores que escrevem muito e não dizem cousa alguma. Houve quem accusasse o estylo maravilhoso de Latino Coelho de ser «um estylo á procura do assumpto». No entanto, Latino Coelho era pomposo e solemne.

A Eduardo Ramos não se applicam esses dous qualificativos. E', ao contrario, leve, gracioso, subtil. Ninguem lhe lerá qualquer das chronicas sem ver que riqueza de idéas e de emoções ellas suscitam sob a sua fôrma corrente e despretençiosa. Sente-se, percorrendo qualquer dellas, que o autor, si quizesse, trataria o assumpto como poeta ou como orador, com a superioridade que sabe ter em todas as fôrmas de expressão do pensamento.»

Mais feliz não poderia ser a synthese feita sobre a personalidade superior de Eduardo Ramos, sobre quem *O Paiz*, de hontem, registrando a sua morte, teve ensejo de dizer que foi um dos espiritos mais gentis e mais harmoniosos que a nossa terra produziu.

Ditas estas palavras, Sr. Presidente, requiro a V. Ex. que consulte ao Senado sobre si consente que na acta dos trabalhos de hoje seja inserido um voto de profundo pesar pelo fallecimento de tão illustre patricio. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Presidente — O Sr. Senador Antonio Moniz requer ao Senado seja lançado na acta da sessão de hoje um voto de pesar pelo fallecimento do eminente parlamentar e homem de letras Dr. Eduardo Dias Ramos.

Os senhores que approvam o requerimento queirãr levantar-se. (*Pausa.*)

Foi approvedo.

Tem a palavra o Sr. Pires Rebello.

O Sr. Pires Rebello — Sr. Presidente, em obediencia á praxe a que ha pouco se referiu o illustre representante do Rio Grande do Sul, cujo nome peço licença para declinar, o Sr. Vespuccio de Abreu, venho tambem pedir ao Senado um voto de profundo pesar, na acta da sessão de hoje, pelo fallecimento, occorrido, ha poucos mezes, no meu Estado natal, do Sr. Senador Gervasio Passos, que foi representante do Piahy nesta alta Camara do Congresso Nacional,

Dizia Renan, que do punhado de sementes lançadas ao sólo, nem só aquellas que germinam são dignas de aprecia-

ção; também as que deixam de germinar toem o seu papel: auxiliam a floração e o nascimento das que brotam viçosas e bellas.

Tambem na vida das collectividades, nem só aquelles que deixam traços luminosos pela palavra fallada ou escripta são dignos de preito de admiração e de respeito de nós outros. Também a elle fazem jus aquelles que, modestamente, por aqui passaram, mas que auxiliaram com o seu voto honesto, com o seu senso, as grandes idéas liberas pregadas por outros luminosos espiritos.

O meu velho patricio, Sr. Presidente, que ha bem pouco acaba de morrer, foi um desses espiritos ponderados, modestos, mas que deixou nesta Casa as mais respeitaveis tradições.

Tendo desenvolvido toda a sua vida no Estado que tem a honra de representar, o Sr. Gervasio Passos, foi, pôde dizer-se, uma figura quasi regional. E os piauihyenses lhe tem sabido fazer a justiça devida.

E' justo, pois, que agora pendamos ao illustre morto o preito de homenagem que acabo de pedir ao Senado da Republica. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Presidente — O Sr. Senador Pires Rebello requer que se insira na acta da sessão de hoje um voto de profundo pesar pelo fallecimento no Piauihy, do Sr. Gervasio Passos.

Os senhores que approvam este requerimento queiram levantar-se (*Pausa.*)

Foi approvedo.

Tom a palavra o Sr. Sampaio Corrêa.

O Sr. Sampaio Corrêa — Motivos de força maior, irreversaveis, Sr. Presidente, impedem o comparecimento, á nossa sessão de hoje, dos dignos representantes do Estado de São Paulo, dos quaes recebi, por intermedio do meu prezado amigo, o illustre Sr. Alvaro de Carvalho, a incumbencia honrosa de communicar a V. Ex. e ao Senado o fallecimento, em 12 de Janeiro ultimo, do eminente Dr. Luiz Pereira Barreto, cujo nome pra tão conhecido e tão respeitado...

O Sr. José Murtinho — Muito bem.

O Sr. Sampaio Corrêa — ... em a terra paulista...

O Sr. Jeronymo Monteiro — Em todo o Brasil.

O Sr. Sampaio Corrêa — ... onde viveu largos annos, como em todo o territorio patrio, segundo acaba de affirmar o honrado representante do Estado do Espirito Santo nesta Casa.

Os Srs. José Eusebio e Paulo de Frontin — Muio bem!

O Sr. Sampaio Corrêa — Honrosa, mas triste missão, essa de que fui, hoje, encarregado, Sr. Presidente!

Ainda honrem, ouvimos, de varios collegas e de V. Ex., Sr. Presidente, brillhantes e sentidas orações aqui proferidas, com a eloquencia que a sinceridade e a justiça empres-

lam sempre á palavra humana, em homenagem á memoria imperecível de Ruy Barbosa, o grande brasileiro que tanto e tão bem soube contribuir para que o nosso paiz se approximasse do limite inatingível da perfeição, por todos nós almejado. Em verdade, Srs. Senadores, ninguém mais do que o eminente bahiano praticou entre nós, nos sete ultimos lustres da vida nacional, a defesa continua do direito e da justiça, exercendo, dess'arte, com alta efficiencia a verdadeira moral, cujo valor se mede pelo da contribuição do homem para a perfeição do todo de que faz parte.

Si esta perfeição depende da acção dos homens publicos no exercicio de elevadas e nobilitantes funcções directoras na vida interna de um paiz, e, pois, das suas qualidades de iniciativa, de actividade, de energia, de resistencia e de capacidade no dirigir — qualidades todas tão desenvolvidas no espirito superior do grande morto; — si, de outro lado, a conquista do idéal é funcção inilludível dos elevados intuitos de integração daquelles mesmos homens publicos — intuitos que sempre se revelaram tão nobres nos actos da vida de Ruy Barbosa; — depende, por igual, a perfeição a que alludi da acção consciente de taes homens nas relações externas de um povo, fazendo valer no mundo os principios de civilização sob que vivem as nacionalidades e que explicam a sua propria razão de ser.

Ora, Srs. Senadores, em um como em outro terreno, na vida interna da nossa Patria, como nas suas relações com as demais nações constituídas do mundo, foi, em verdade, extraordinario o esforço, abnegado e ininterrupto, de Ruy Barbosa, seja, durante o Imperio, no combate ás concepções absurdas que entre nós pretendiam sustentar a escravidão, vergonhosa, e a centralização administrativa, atrophidora; seja, durante o Imperio e durante a Republica, na defesa permanente da liberdade do pensamento dos nossos patriotas...

O SR. JOSÉ MURTINHO — Muito bem !

O SR. SAMPAIO CORRÊA — ... seja, ainda, durante os ultimos annos de vida laboriosa, fazendo reconhecer em Haya a existencia de uma consciencia juridica commum a todas as nações, sem distincção de raças ou de potencialidade para as guerras, e mostrando, em Tuetman, que os crimes commettidos pelos Estados, si podem gosar de impunidade no direito objectivo, são sempre condemnados pelo direito subjectivo.

Hoje, Sr. Presidente, cumpre-me dizer que, como Ruy Barbosa, tambem o sabio Luiz Pereira Barreto contribuiu efficientemente, para que avançasse a nossa Patria na conquista daquella perfeição inatingível.

Com a mesma sinceridade de convicções do eminente bahiano, com tão intenso amor á Patria, quanto o representante do Brasil em Haya, com identica dedicação ás grandes causas da humanidade, o Dr. Luiz Pereira Barreto tambem exerceu benéfica influencia sobre o espirito da nossa gente, quer na propaganda da Republica, quer cullivando a sciencia, que não tem patria, e de que foi infatigavel evangelizador e emerito vulgarizador.

Nascido em Ruzende, no meu Estado natal, em 11 de janeiro de 1840, durante 83 annos e um dia de vida terrena, foi

o medico e cirurgião notavel, cujos exemplos de caridade sadia hão de germinar e florescer, em bem das gerações do porvir na nossa terra: foi o philosopho, o pensador que escreveu as *Tres Philosophias*, onde consubstanciou todos os seus pensamentos de adepto fervoroso da disciplina systematizadora de Augusto Comte no dominio scientifico; foi o bacteriologista que previu, antes dos memoraveis trabalhos de Cuba e da acção efficaz de Oswaldo Cruz, nesta cidade, a transmissão da febre amarella pelo mosquito, — *pelo pernillongo*, como escreveu certo dia, — assim affirmando a possibilidade de ser povoado o sertão do oeste de S. Paulo, de onde, annunciava, o mosquito desappareceria com o derrubar das mattas; foi o propagandista infatigavel das conclusões da sciencia: foi quem apontou aos bandeirantes de hoje as terras roxas do oeste, onde o café floresce e produz, enriquecendo a terra de S. Paulo, e, pois, a nossa Patria, onde, para usar de feliz imagem de escriptor paulista, «as bagas vermelhas do café, nascido nas terras descobertas por Pereira Barreto, evidenciam o esforço imperecivel dos nossos patriocios, pois representam as gottas rubras do sangue dos bandeirantes, do passado, sangue que utilmente fecundou a fertil terra de S. Paulo, graças á acção evangelizadora do sabio Dr. Luiz Pereira Barreto.

Taes e tantos serviços merecem, por certo, a homenagem especial, prestada á memoria de Luiz Pereira Barreto, Presidente da Assembléa Constituinte de S. Paulo e membro da Constituinte Republicana.

E, por isso, eu peço a VV. EEx., meus honrados collegas, que consintam na suspensão dos nossos trabalhos de hoje, satisfazendo, assim, aos desejos da representação de S. Paulo, que quer prestar esta homenagem ao illustre morto. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Presidente — O Sr. Senador Sampaio Corrêa acaba de requerer a inserção na acta de hoje de um voto de pezar pela morte do sabio brasileiro Dr. Luiz Pereira Barreto e que, em seguida, se levante a sessão.

Os senhores que approvam queiram se levantar. (*Pausa.*)

Foi approvedo.

Para ordem do dia de amanhã designo o seguinte:

3ª discussão do projecto do Senado n. 80, de 1922; modificando a lei n. 4.474, de 11 de janeiro de 1922, que autoriza a contractar com quem maiores vantagens offerecer, a construção de prédios destinados aos funcionarios publicos e operarios da União (da Commissão de Justiça e Legislação e parecer favoravel da de Finanças, n. 431, de 1922);

3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 269, de 1921, dispondo sobre o plantio de arvores á margem das estradas de ferro (com parecer favoravel da Commissão de Agricultura, Industria e Commercio, n. 140, de 1922);

3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados, n. 37, de 1921, organizando o Código do Processo Criminal do Districto Federal (com parecer favoravel da Commissão de Justiça e Legislação, n. 804 A, de 1922).

Levanta-se a sessão ás 14 horas e 25 minutos,

8ª SESSÃO, EM 17 DE MAIO DE 1923

PREZIDENCIA DO SR. ESTACIO COIMBRA, PRESIDENTE.

Às 13 1/2 horas abre-se a sessão, a que concorrem os Srs. A. Azeredo, Mendonça Martins, Olegario Pinto, Silverio Nery, Pires Rebello, Lauro Sodré, Antonino Freire, Benjamin Barroso, João Lyra, Ferreira Chaves, Antonio Massa, Venancio Neiva, Octacilio de Albuquerque, Manoel Borba, Pereira Lobo, Gonçalo Rollemberg, Bernardino Monteiro, Jeronymo Monteiro, Marcilio de Lacerda, Nilo Pecanha, Paulo de Frontin, Bueno de Paiva, Bernardo Monteiro, Alfredo Ellis, Alvaro de Carvalho, José Murтинho, Luiz Adolpho, Hermenegildo de Moraes, Carlos Cavalcanti, Affonso de Camargo, Lauro Müller, Felipe Schmidt, Soares dos Santos e Vespucio de Abreu (34).

Deixam de comparecer com causa justificada os Srs. Barbosa Lima, Lopes Gonçalves, Justo Chermont, Indio do Brasil, Cunha Machado, José Euzebio, Costa Rodrigues, Abdias Neves, João Thomé, Eloy de Souza, Carneiro da Cunha, Rosa e Silva, Eusebio de Andrade, Araujo Góes Siqueira de Menezes, Antonio Moniz, Moniz Sodré, Modesto Leal, Miguel de Carvalho, Sampaio Corrêa, Irineu Machado, Francisco Salles, Adolpho Gordo, Ramos Caiado, Genêroso Marques, Vidal Ramos e Carlos Barbosa (27).

E' lida, posta em discussão e sem debate approvada a acta da sessão anterior.

O Sr. 1º Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios:

Do Sr. Prefeito do Districto Federal, remettendo as mensagens com que submete á consideração do Senado as razões dos vetos que oppoz ás seguintes resoluções do Conselho Municipal que o autorizam a:

Considerar effectivos nos cargos de feitores e capatazes da Limpeza Publica os actuaes feitores e capatazes contractados da mesma repartição;

Mandar pagar a D. Adelina Gonçalves da Silva, mestra de cozinha da Escola Rivadavia Corrêa, a differença de vencimentos que deixou de receber;

Dispensar do aluguel e das respectivos impostos, para que dê quatro concertos no theatro Municipal, H. Villas-Lobos;

Entrar em accôrdo com a Associação Pro-Mãe para o fim de ser no hospital dessa associação applicado gratuitamente o radio no tratamento do cancro;

Mandar contar, para todos os effeitos, ao praticante da Directoria de Fazenda Ernesto Diniz do Nascimento, o tempo de serviço que menciona;

Mandar contar ao engenheiro da Directoria de Obras Theodorico Rodrigues da Costa, para o effeito da aposentadoria, o tempo de serviço prestado no Estado do Rio de Janeiro;

Equiparar os vencimentos do encarregado da lavanderia do Instituto João Alfredo aos da mestra da lavanderia do Instituto Orsina da Fonseca;

Dar preferença para o provimento nos cargos de inspeccões medicas escolares aos professores diplomados em medicina e em exercicio nas escolas municipaes;

Mandar contar, para todos os effeitos, o tempo de serviço municipal prestado pelo 3º escripturario da Directoria de Fazenda Arnaldo da Costa Braga;

Mandar contar, para todos os effeitos, ao Dr. Alberto Farani, os periodos de tempo que menciona;

Mandar contar, para todos os effeitos, o tempo de serviço que menciona ao engenheiro Sylvio Machado, auxiliar da Directoria de Obras;

Equiparar, para todos os effeitos, os vencimentos dos serventos extraordinarios da Escola Normal aos dos funcionarios de igual categoria do mesmo estabelecimento de ensino;

Mandar contar, para todos os effeitos, a Adolpho Hollanda Cunha, zelador da Inspectoria de Mattas, os periodos de tempo de serviço que menciona;

Abrir os creditos necessarios á execução do decreto legislativo n. 2.691, de 28 de agosto de 1922;

Vender em hasta publica, aos funcionarios municipaes que requererem, terrenos e sobras de predios julgados dos-necessarios aos serviços da Municipalidade;

Mandar contar, para todos os effeitos, a Aroldo Manoel Nabor do Rego, 4º escripturario da Directoria de Fazenda, o tempo de serviço municipal que menciona;

Conceder jubilação, nas condições que estabelece, á professora cathedratice D. Azoneth Oliveira de Carvalho. — A' Commissão de Constituição.

Do mesmo Sr. Prefeito, prestando informações relativamente á resolução do Conselho, votada, que dispõe sobre vencimentos dos encarregados dos carrinhos aereos da Directoria de Fazenda. — A' Commissão de Constituição.

O Sr. 2º Secretario declara que não ha pareceres.

O Sr. Presidente — Está finda a leitura do expediente,

Tem a palavra o Sr. Alvaro de Carvalho,

O Sr. Alvaro de Carvalho (*) (*movimento geral de attenção*) — Sr. Presidente, aproxima-se da cidade do Rio de Janeiro a embaixada que tão alto elevou o nome do Brasil na Conferencia Pan-Americana de Santiago. O chefe dessa embaixada, na senda gloriosa que vae percorrendo, no desempenho que deu ao seu mandato, deve ter despertado, na alma brasileira, absoluta confiança nos destinos internacionaes da nossa patria; porque, sem duvida nenhuma, a sua figura hoje se destaca, lembrando com saudade os nomes de Nabuco e Rio Branco. Os delegados, que os secundaram, e os demais auxiliares, foram dignos do chefe e credores do reconhecimento do paiz. (*Muito bem. Apoiados.*)

O povo prepara-se para receber os seus embaixadores, no meio de festas. O Senado, cujo papel constitucional, na organização e vida das nossas relações internacionaes, é tão assinalado, não pôde ficar indifferente á chegada desses grandes patricios. (*Apoiados.*)

Eu venho por isso requerer a V. Ex., Sr. Presidente, que consulte o Senado sobre si consente na nomeação de uma commissão de cinco membros, para receber a illustre comitiva, que, dentro de poucos dias, aportará ás nossas plagas. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Presidente — O Sr. Senador Alvaro de Carvalho requer que o Senado se faça representar por uma commissão de cinco membros, no desembarque dos delegados do Brasil á Conferencia de Santiago.

Os senhores que approvam o requerimento, queiram levantar-se. (*Pausa.*)

Foi approvedo.

Nomeio, para comporem a commissão, os Srs. Senadores Alvaro de Carvalho, Paulo de Frontin, Cunha Machado, Bueno de Paiva e Manoel Borba.

Continúa a hora do expediente. (*Pausa.*)

Si ninguem mais quizer usar da palavra na hora do expediente, passarei á ordem do dia. (*Pausa.*)

O Sr. Jeronymo Monteiro — Peço a palavra.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Senador Jeronymo Monteiro.

O Sr. Jeronymo Monteiro (*) — Sr. Presidente, lendo a acta da sessão do dia 12 deste mez, verifiquei que alli fui dado como presente ás deliberações do Senado, quando, aliás, com grande pesar meu e por motivo de força maior, cheguei bastante tarde, não tendo tomado parte em acto algum daquella sessão.

Aproveito o ensejo, Sr. Presidente, de me achar na tribuna tratando deste assumpto, para lamentar que os venerandos, os eminentes representantes do povo brasileiro na sua Alta Camara depois de haverem, em uma reunião, bastante so-

(*) Não foi revisto pelo orador.

temne, combinado adoptar um criterio para a constituição desta Casa, para a eleição de suas Comissões, tenha, sinão na sua totalidade, mas na sua maioria alterado, sem novas combinações, esse criterio, unicamente a respeito de um dos parlamentares mais brillhantes deste paiz, pelo facto de S. Ex. manter, talvez, attitude mais hostil á situação dominante.

Declaro, Sr. Presidente, que me não move a menor paixão politica, não me anima o mais leve espirito de opposição á situação actual; minhas palavras significam apenas o pesar que tive, vendo abrir-se nesta Casa, onde todos trabalham porque se mantenha a harmonia, por que se mantenha a cordura, sem os excessos do partidarismo, se tenha aberto, repito, uma excepção apenas para um dos parlamentares mais illustres de nossa terra, de maior actividade, e que se tem collocado sempre ao lado da causa do povo, defendendo os direitos mais sagrados da sociedade brasileira. Lamento que esse parlamentar tenha sido exactamente o objectivo das iras, das zangas e das impertinencias extranhas a este meio, onde, até aqui, desde que sou Senador, tenho sentido uma atmosfera de paz, de cordura, de transigencia e boa amizade.

O SR. SOARES DOS SANTOS — Nem outra foi a significação do meu voto.

O SR. JERONYMO MONTEIRO — Exactamente. V. Ex. quiz dar-lhe esse cinho assignando a sua chapa.

Sr. Presidente, repito, não venho á tribuna agitar questões já lindas, sem outro proposito sinão o de chamar a attenção de meus nobres collegas, venerandos amigos e meus mestres — em cada um delles descubro um metre, nesta ou naquella materia — para concital-os a que não demos um passo atrás, mas, a que caminemos como até aqui, mantendo neste recinto, entre nós, esse espirito de harmonia, de concordia e de amizade que deve continuar a reinar no Senado Brasileiro.

Sr. Presidente, lendo uma acta da Comissão de Finanças, observei que um dos amigos mais preciosos que tenho nesta Casa, o distincto e illustre Senador pelo Maranhão, fez allusões á attitude de alguns Senadores, negando-lhe o voto para aquella Comissão. Em que pese ao honrado Senador, devo dizer que S. Ex. não tem razão. Si estivesse presente á sessão, o tomado parte na eleição das Comissões, S. Ex. teria o meu voto, voto de que, por todos os titulos, é S. Ex. credor. Infelizmente não compareci á essa sessão. Estou certo, porém, Sr. Presidente, de que faço esta declaração, procurando interpretar sincera e lealmente o sentimento de cada um de meus collegas que não suffragaram o nome de S. Ex.

Não foi o nome do illustre Senador José Eusebio suffragado para a Comissão de Finanças porque, na reunião prévia havida para se estabelecer o criterio da constituição do Senado ficou assentado que o nobre Senador teria uma Comissão de destaque, como tanto merece, no nosso meio, deixando vago o seu logar para ser occupado pelo respeitavel e dignissimo Senador mineiro, ex-Vice-Presidente da Republica e actual Presidente da Comissão de Finanças. Sendo assim, todos suffragamos o nome do eminente Senador maranhense para o alto posto de 1º Secretario desta Casa.

Uma vez prestada essa homenagem, e estabelecido que o Senador mineiro iria para a Comissão de Finanças, em lugar do Senador muranhense; adoptado o criterio das reeleições, era naturalissimo que cada um daquelles que estavam fieis ao compromisso assumido na reunião prévia, continuassem com o mesmo criterio, tanto mais quanto não houve segunda reunião para se alterar o que ficara resolvido. Nestas condições o nobre Senador muranhense não teve razão quando articulando suas queixas, pretendeu censurar, injustamente, os membros desta Casa que, talvez, adoptem uma orientação diferente, politicamente, da de S. Ex.

Faço estas declarações por conhecer de muitos collegas o pensamento.

Em relação á minha pessoa, a declaração que quero fazer é esta: Si estivesse presente, não negaria a S. Ex. o meu voto.

Terminando, Sr. Presidente, faço votos para que não se dê nova confusão em relação ao meu nome — a de ser dado como presente, quando não está. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Presidente — A reclamação de V. Ex. será atendida.

CASAS PARA OPERARIOS

3ª discussão do projecto do Senado, n. 50, de 1922, modificando a lei n. 4.474, de 14 de janeiro de 1922, que autoriza a contractar com quem maiores vantagens offerecer, a construcção de predios destinados aos funcionarios publicos e operarios da União.

O Sr. Paulo de Frontin — Peço a palavra.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Senador Paulo de Frontin.

O Sr. Paulo de Frontin (*) — Sr. Presidente, se a questão de que se trata não tivesse o caracter de urgencia que nella reconheço, aproveitaria o ensejo para submeter á consideração de V. Ex. e da Casa uma emenda modificativa do art. 6º do projecto formulado pela honrada Comissão de Justiça e Legislação.

O art. 6º estabeleco que a fiscalização será feita pelo Ministerio da Fazenda. Parece-me muito mais logico que ella fique a cargo do Ministerio da Viação e Obras Publicas, onde existe uma repartição já organizada, á qual póde ser confiado esse encargo.

Tendo o Congresso possibilidade de mais tarde modificar esta parte do projecto, não submetto a emenda a que venho de referir-me, limitando-me a lembrar a sua necessidade e conveniencia, afim de que, mais tarde, si alguma for apresentada na Camara, para onde o projecto tem de seguir, quando voltar elle a esta Casa, si a Camara não procurar re-

(*) Não foi revisto pelo orador.

mediar a esse inconveniente, fal-o-hei ou, dado que a Comissão não o queira fazer.

Sabem todos, pois o assumpto foi aqui largamente debatido, que a unica medida que resolverá por completo a deficiencia de habitações na Capital da Republica é a de novas habitações.

Todos os projectos hoje, felizmente transformados em lei que autorizam o Governo a auxiliar a iniciativa privada, ou directamente contribuindo com capitaes, auxiliando-as, afim de que a construcção dessas casas chegue effectivamente a uma realidade, são soluções que não podem ter a menor demora.

O anno passado, por occasião do Centenario, grandes obras foram levadas a effeito, taes como os predios destinados aos pavilhões da Exposição. O numero de operarios aptos para as construcções civis tornou-se então reduzido, determinando esse facto uma elevação notavel dos salarios, que assim perturbavam todos os calculos feitos para que se pudesse fazer uma construcção em condições razoaveis e de aluguel economico, estabelecendo, além disso o custeio correspondente á amortização e aos beneficios da empresa constructora, afim de que esta pudesse passar a propriedade aos funcionarios publicos, aos operarios da União ou aos particulares, como si elles tivessem contractado a edificação.

Essa situação desapareceu. Mas as medidas adoptadas não podem ainda ser levadas a effeito, por deficiencia de interpretação por parte dos funcionarios do Ministerio da Fazenda. O projecto n. 80 vem sanar as difficuldades que porventura ainda existam.

Devido á urgencia e á necessidade indeclinavel de que as construcções sejam feitas no mais breve tempo possivel, afim de que, terminada a lei de emergencia, cujo prazo finda em 30 de junho do anno vindouro, não se veja o Congresso na necessidade de novamente votar disposições dessa natureza, as quaes, si são uteis e vêm proteger efficazmente aos inquilinos, tambem difficultam o emprego de capitaes particulares na construcção de predios e vêm contribuir portanto, para que esse numero não se eleve como tanto é necessário. Desisto da emenda, limitando-me ás considerações que acabo de fazer perante o Senado. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Jeronymo Monteiro — Peço a palavra.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o honrado Senador

O Sr. Jeronymo Monteiro — Sr. Presidente, relator do projecto ora em discussão, presto á consideração que sempre me merecem as palavras do mestre, emittente Senador pelo Districto Federal, vindo neste momento á tribuna.

S. Ex. manifestou muito precedentemente o seu desejo de emendar o projecto, fazendo passar a fiscalização do Ministerio da Fazenda no da Viação.

O criterio adoptado pela Comissão, preferindo o Ministerio da Fazenda para este serviço, foi tão sómente deixal-o no proprio Ministerio da Fazenda; isto é, no que vai